

# C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

175 abr./jun. 2012

ISSN 1413-1536

## Entrevista: **José Sergio Gabrielli**

Por um constante  
dinamismo  
econômico  
na Bahia

## Ponto de vista: **Jairo Pinto Vaz**

Atração de  
agroinvestimentos:  
resultados e  
perspectivas

Evolução da política  
cambial e seus impactos  
sobre a economia  
brasileira

Azimute: uma nova  
ferramenta para o  
planejamento do estado  
da Bahia

# Quer saber mais sobre a Bahia? A SEI sabe.

SEI. A PRINCIPAL FONTE DE INFORMAÇÕES DO ESTADO.

> Índices      > Pesquisas      > Estudos  
> Números      > Mapas

Sabe aquele dado sobre geração de empregos que saiu no jornal, aquela notícia sobre o PIB que passou na televisão?

São dados da SEI, o órgão oficial de estatística do estado, que produz uma vasta gama de informações econômicas, sociais, demográficas e geoambientais. Sempre que quiser informações precisas sobre a Bahia, conte com a SEI.

[www.sei.ba.gov.br](http://www.sei.ba.gov.br)

 [facebook.com/imprensasei](https://facebook.com/imprensasei)  [@eu\\_SEI](https://twitter.com/eu_SEI)



SECRETARIA DO  
PLANEJAMENTO



# C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

175 abr./jun. 2012

# Sumário

## 5 Carta do editor

## Economia em destaque

### 7 Desempenho da economia baiana no primeiro trimestre de 2012

Carla Janira Souza do Nascimento,  
Elissandra Alves Britto,  
Rosangela Conceição,  
Rafael Cunha

## Entrevista

### 23 Por um constante dinamismo econômico na Bahia

José Sergio Gabrielli

## Artigos

### 31 Evolução da política cambial e seus impactos sobre a economia brasileira

Carla Janira Souza do Nascimento,  
Gabriel Duran Brito,  
Rafael Augusto Fagundes Guimarães

### 42 Equação de rendimentos para a Região Nordeste: um estudo baseado na PNAD 2009

Leonardo Bispo de Jesus Júnior,  
Urandi Roberto Paiva Freitas

### 48 Capitalismo, informação e valor

João Paulo Caetano Santos

# Expediente

#### GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

JAQUES WAGNER

#### SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

JOSÉ SERGIO GABRIELLI

#### SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA

JOSÉ GERALDO DOS REIS SANTOS

#### CONSELHO EDITORIAL

Andréa da Silva Gomes, Antônio Alberto Valença, Antônio Plínio Pires de Moura, Celeste Maria Pedreira Philigret Baptista, César Barbosa, Edmundo Sá Barreto Figueirôa, Gildásio Santana Júnior, Jackson Ornelas Mendonça, Jorge Antonio Santos Silva, José Ribeiro Soares Guimarães, Laumar Neves de Souza, Paulo Henrique de Almeida Ranieri Muricy, Rosembergue Valverde de Jesus, Thiago Reis Góes

#### DIRETORIA DE INDICADORES E ESTATÍSTICAS

Gustavo Casseb Pessoti

#### COORDENAÇÃO GERAL

Luiz Mário Ribeiro Vieira

#### COORDENAÇÃO EDITORIAL

Elissandra Alves de Britto  
Rosangela Ferreira Conceição

#### EQUIPE TÉCNICA

Maria Margarete de Carvalho Abreu Perazzo  
Dilciele Nascimento de Sousa (estagiária)  
Rafael Augusto Fagundes Guimarães (estagiário)

#### COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO/ NORMALIZAÇÃO

Eliana Marta Gomes Silva Sousa

#### COORDENAÇÃO DE DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES

#### EDITORIA-GERAL

Elisabete Cristina Teixeira Barretto

#### REVISÃO

Calixto Sabatini (Linguagem)  
Ludmila Nagamatsu (Padronização e Estilo)

#### DESIGN GRÁFICO/EDITORIAÇÃO/ ILUSTRAÇÕES

Nando Cordeiro

#### FOTOS

Agecom/Waner Casaes, Stock XCHNG

#### IMPRESSÃO

EGBA – Tiragem: 1.000

## Seção especial

# 60

**Azimute: uma nova ferramenta para o planejamento do estado da Bahia**

Célia Regina Sganzerla,  
Eva Borges

## Ponto de vista

# 70

**Atração de agroinvestimentos: resultados e perspectivas**

Jairo Pinto Vaz

## Investimentos na Bahia

# 72

**Território do Sertão do São Francisco espera investimentos industriais de cerca de R\$ 9,5 bilhões até 2015**

Fabiana Karine Santos de Andrade

# 76

**Livros**

# 78

**Conjuntura Econômica Baiana**

## Indicadores conjunturais

# 91

**Indicadores Econômicos**

# 98

**Indicadores Sociais**

# 108

**Finanças Públicas**

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). É permitida a reprodução total ou parcial dos textos desta revista, desde que seja citada a fonte. Esta publicação está indexada no *Ulrich's International Periodicals Directory* e no sistema *Qualis* da Capes.

Conjuntura & Planejamento / Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. n. 1 (jun. 1994) –. Salvador: SEI, 2012. n. 175 Trimestral Continuação de: Síntese Executiva. Periodicidade: Mensal até o número 154. ISSN 1413-1536

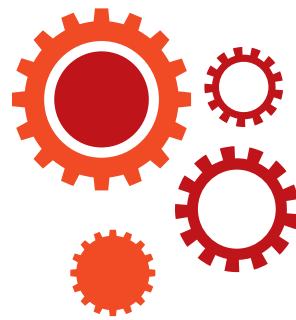
1. Planejamento econômico – Bahia. I. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

CDU 338(813.8)



SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

Av. Luiz Viana Filho, 4ª Avenida, 435, CAB  
Salvador (BA) Cep: 41.745-002  
Tel.: (71) 3115 4822 Fax: (71) 3116 1781  
[www.sei.ba.gov.br](http://www.sei.ba.gov.br) [sei@sei.ba.gov.br](mailto:sei@sei.ba.gov.br)



## INDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: DESAFIOS e TENDÊNCIAS



O VIII Encontro de Economia Baiana tem por objetivo refletir, discutir e propor rumos para a economia baiana e o financiamento do seu desenvolvimento. Com palestrantes de universidades federais e estaduais da Bahia e representantes de todo o país, o VIII EEB contará com mesas de discussão que abordam quatro áreas temáticas: Industrialização e Desenvolvimento, Economia Regional, Economia Baiana e Financiamento do Desenvolvimento. Além disso, o evento premiará com R\$ 4.000 os artigos selecionados pela comissão organizadora e trará o lançamento das publicações *Bahia Análise & Dados* e *Revista Desenbahia*. Dias 20 e 21 de setembro, no Hotel Fiesta, Pituba, em Salvador.

**LOCAL** HOTEL FIESTA Avenida Antônio Carlos Magalhães, 711 Pituba, Salvador - BA **INFORMAÇÕES** [www.mesteco.ufba.br](http://www.mesteco.ufba.br) e (71) 3116.1780

**ÁREAS TEMÁTICAS** ■ Economia Baiana ■ Economia Regional ■ Financiamento do Desenvolvimento ■ Industrialização e Desenvolvimento

### PATROCÍNIO



SECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA



### REALIZAÇÃO



Curso de Mestrado em Economia  
Universidade Federal da Bahia



SECRETARIA DO  
PLANEJAMENTO

SECRETARIA  
DA FAZENDA



### APOIO



# Carta do editor

A crise mundial continua desestabilizando as economias dos países emergentes. No Brasil, as ações de política e o enfraquecimento da demanda externa contribuem para suavizar o ritmo da atividade econômica. Assim, a edição 175 da revista *Conjuntura & Planejamento* traz como proposta a análise do comportamento das economias brasileira e baiana diante de um cenário desfavorável.

Enriquecendo a discussão, o secretário estadual do Planejamento, José Sergio Gabrielli, concedeu uma entrevista discorrendo sobre diversos aspectos que influenciam o comportamento da economia baiana. Ele analisa desde o modelo de planejamento que deve ser implementado no estado e os efeitos advindos da Ferrovia Oeste-Leste, até a política de articulação dos estados nordestinos intra e inter-regiões. No que diz respeito à captação de recursos para o estado, Jairo Pinto, superintendente de Agronegócios e Atração de Investimentos da Seagri, dá o seu ponto de vista sobre a atividade de atração de investimentos. Para ele, essa ação tem a finalidade de modernizar os diversos setores da economia estadual, aumentar a competitividade de seus produtos e proporcionar o desenvolvimento com geração de empregos e renda.

Na seção Destaque, a equipe de conjuntura faz a abordagem dos aspectos determinantes do comportamento das economias brasileira e baiana nos últimos meses do ano de 2011 e que se refletiram nos primeiros meses de 2012. Na seção Artigos, têm-se trabalhos como o de Carla Janira Souza do Nascimento, Gabriel Duran Brito e Rafael Augusto Fagundes Guimarães, intitulado *Evolução da política cambial e seus impactos sobre a economia brasileira*. Nesse texto, os autores fazem uma análise da política cambial brasileira desde a década de 1960.

Assim, ao retratar as questões que permeiam o desenvolvimento das economias brasileira e baiana, a revista *Conjuntura & Planejamento*, na sua edição 175, contribui para esclarecer seus leitores sobre as dificuldades a serem enfrentadas pelo país em 2012, diante de uma conjuntura internacional adversa. Os artigos apresentados não somente retratam essa realidade, como também remetem a questões de caráter estrutural do funcionamento da própria economia e a algumas perspectivas para os próximos meses.



# Desempenho da economia baiana no primeiro trimestre de 2012

Carla Janira Souza do Nascimento\*

Elissandra Alves Britto\*\*

Rosangela Conceição\*\*\*

Rafael Cunha\*\*\*\*

**A economia global enfrenta grande incerteza, com elevada aversão ao risco e perspectivas de baixo crescimento para o ano de 2012. Nos EUA, o PIB, no primeiro trimestre, cresceu 0,5%, apesar dos aumentos do consumo privado e das exportações. O mercado de trabalho americano apresentou continuidade do processo de desaceleração da criação de postos de trabalho. Na zona do euro, que registrou crescimento nulo no primeiro trimestre, houve recuo mensal da produção industrial em março (-0,3%). A taxa de desemprego do bloco atingiu 10,9% em março. No Japão, o PIB do primeiro trimestre registrou expansão de 1,2%. Na China, com crescimento de 1,8%, permaneceu a tendência de desaceleração dos indicadores de atividade, em especial do comércio exterior, assim como do investimento e da produção industrial<sup>1</sup>.**

\* Mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); economista pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). carlajanira@sei.ba.gov.br

\*\* Mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); economista pela UFBA. Técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). elissandra@sei.ba.gov.br

\*\*\* Mestranda em Administração pela Universidade Salvador (Unifacs); matemática pela Universidade Católica de Brasília (UCB), economista pela Universidade Católica do Salvador (UCSal). Técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). rosangela310@oi.com.br

\*\*\*\* Mestrando em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); graduado em Administração pela Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). Técnico da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). rafaelcunha@sei.ba.gov.br

<sup>1</sup> Os dados referem-se ao trimestre em relação ao trimestre exatamente anterior, com ajuste sazonal, divulgados pela OCDE. Na comparação trimestre com o mesmo trimestre do ano anterior, as taxas para Estados Unidos, zona do euro, Japão e China são 2,0%, -0,1%, 2,7% e 8,1% (WORLD ECONOMIC OUTLOOK UPDATE, 2012).

A crise da dívida europeia segue com o impasse político na Grécia e com os sinais de fragilidade do sistema bancário na Espanha, o que elevou os prêmios de risco desse país, dificultando o acesso ao mercado de dívida soberana. Com isso, o dólar avançou em relação ao euro e às moedas de países emergentes, movimento também determinado pela intervenção do governo. Em maio, o Banco Central, depois de meses comprando dólar nos mercados futuro e à vista, passou a vender *swaps* cambiais, no intuito de limitar a depreciação do real.

Os preços internacionais de *commodities* recuaram no primeiro trimestre. É possível que uma diminuição do crescimento da economia chinesa, em conjunto com a fragilidade da economia mundial, aumente a volatilidade do mercado de dólar e das *commodities*. O Índice Commodities – Brasil (IC-Br), calculado pelo Banco Central, refletindo a apreciação do real no período, aumentou 0,2% no trimestre encerrado em março, resultado de variações respectivas de -1,3%, 6,8% e 0,6% nos índices dos segmentos de *commodities* agropecuárias, metálicas e energéticas.

Contudo, nas principais economias emergentes, apesar da manutenção da demanda doméstica, o ritmo de atividade tem sido moderado, em parte, consequência de ações de política e do enfraquecimento da demanda externa, via canal do comércio exterior.

Neste contexto, o PIB da economia brasileira apresentou crescimento de apenas 0,2% na comparação do primeiro trimestre de 2012 contra o quarto trimestre de 2011, após ajuste sazonal. Na comparação com igual período de 2011, houve aumento do PIB de 0,8% no primeiro trimestre do ano. No acumulado dos quatro trimestres terminados no primeiro trimestre de 2012, o PIB registrou crescimento de 1,9% em relação aos quatro trimestres imediatamente anteriores. O pequeno ritmo de crescimento da economia brasileira foi influenciado pelo ajuste de estoques e pela queda maior do que esperada do PIB agropecuário (-7,3%). Os investimentos foram fracos no período, apresentando recuo de 1,8% na margem. O consumo e o gasto do governo cresceram apenas 1,0% e 1,5% (CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS, 2012).

Ratificando o desempenho da economia nacional, o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br),

**O PIB da economia brasileira apresentou crescimento de apenas 0,2% na comparação do primeiro trimestre de 2012 contra o quarto trimestre de 2011, após ajuste sazonal**

considerando-se os dados ajustados sazonalmente, recuou 0,4% em março, mesma variação observada em fevereiro, depois de queda de 0,3% em janeiro. Com esse resultado, o indicador cresceu 1,1% no primeiro trimestre de 2012, em relação ao primeiro trimestre de 2011.

De modo geral, os principais fatores que contribuíram para um menor ritmo da atividade econômica no primeiro trimestre foram a menor demanda privada por investimentos; baixo dinamismo no mercado de crédito, atribuído ao aumento da inadimplência; aumento dos estoques em alguns setores (automóveis); e piora no cenário internacional.

Na Bahia, o PIB no primeiro trimestre cresceu 1,7% em relação ao quarto trimestre (0,8%), na série com ajuste sazonal, e 4,8% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. O crescimento da atividade econômica no estado foi principalmente determinado pelo desempenho

**Na Bahia, o PIB no primeiro trimestre cresceu 1,7% em relação ao quarto trimestre (0,8%), na série com ajuste sazonal, e 4,8% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior**

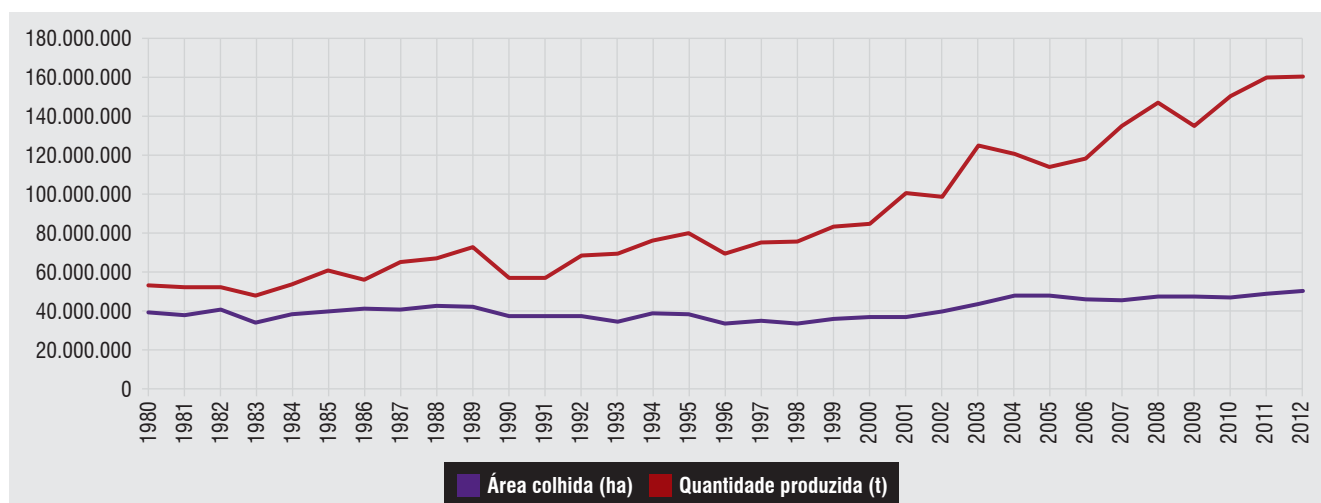
da *Indústria* e do setor de *Serviços*, que cresceram, no primeiro trimestre, 4,7% e 4,1%, respectivamente, no período em relação a 2011. A *Agropecuária* cresceu 2,6% no período (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2012).

Tendo por base este breve panorama, o presente artigo visa enfatizar os principais resultados setoriais das economias brasileira e baiana no primeiro trimestre de 2012, como será apresentado nas seções que se seguem.

## SECA REDUZ ESTIMATIVA DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

milhões de toneladas) e no arroz (1,81 milhão de toneladas). Tal redução se deve às condições climáticas não favoráveis entre novembro de 2011 e janeiro de 2012, que afetaram as lavouras de milho e de soja principalmente nos estados do Sul, parte do Sudeste e no sudoeste do Mato Grosso do Sul.

A expectativa de área a ser cultivada (colhida) com as principais culturas é 3,2% maior que a cultivada na safra de 2011, passando de 49,87 milhões para 51,68 milhões de hectares, representando um aumento de 1,81 milhão de hectares. As dificuldades climáticas agravaram também a produção de grãos na Bahia, com expectativa de aumento de 2,8% em relação à safra anterior.



**Gráfico 1**

**Expectativas de produção e área plantada segundo o IBGE – abr. 2012**

Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (2012).

A safra nacional de cereais, leguminosas e oleaginosas, segundo o IBGE<sup>2</sup>, é estimada em 159,3 milhões de toneladas, inferior em 0,5% à obtida em 2011 (160,1 milhões de toneladas) e 0,5% maior que a estimativa de março (Figura 1). Para a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB)<sup>3</sup>, a produção nacional estimada de grãos é de 160 milhões de toneladas, 1,7% inferior à obtida na safra 2010/11. A maior redução é observada na soja (8,4

A Região Nordeste contribui com cerca de 9,4% da produção de grãos no Brasil, com a Bahia representando 4,5% dentro da produção brasileira. O Centro-Oeste se destaca com o maior peso (40,5%), seguido das regiões Sul (35,7%) e Sudeste (11,5%). Dentre os estados em destaque, Mato Grosso lidera com 23,0%, seguido do Paraná (19,3%) e Rio Grande do Sul (12,6%), sendo a Bahia o sétimo produtor nacional de grãos.

Na Bahia, o destaque na estimativa da produção de grãos fica a cargo da soja, com aproximadamente 3,5 milhões de toneladas, seguida do milho, com 2,3 milhões, e do algodão, com 1,6 milhões. A estimativa é de crescimento

<sup>2</sup> Dados da Estimativa da Produção Agrícola do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – LSPA quarta estimativa (abril 2012).

<sup>3</sup> Dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) – oitavo levantamento do acompanhamento da safra brasileira de grãos (maio 2012).

de 2,8% da produção de grãos em relação a 2011. Apesar do clima de pessimismo com a seca, a previsão de abril do LSPA ainda aponta crescimento expressivo na produção de feijão e milho, com variação em relação a 2011 de 20,2% e 13,3%, respectivamente. Mesmo indicando bom crescimento, as previsões da produção dos dois produtos caíram em relação ao LSPA de março, com queda de 13,6% para o feijão e 7,9% para o milho. Nas culturas tradicionais, o café é destaque, com previsão de crescimento de 8,9% na produção. A preocupação se mantém na cultura do cacau, que apresenta queda na previsão de 10,0% perante 2011, mantendo as estimativas do LSPA de março.

A área plantada de algodão no país sofreu redução de 0,6%, de 1.400,3 mil hectares para 1.391,4 mil hectares na safra 2011/2012. As previsões da Bahia são mais otimistas, apontando um incremento da área plantada de 5,1% em relação a 2011, na previsão de abril do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (2012), mantendo os números de março. Segundo o boletim de maio da Companhia Nacional de Abastecimento (2012), as estimativas iniciais para o Brasil indicavam um incremento de área, mas as alterações do cenário internacional (aumento da produção mundial da safra, com redução do consumo no mesmo período, e os aumentos dos estoques de passagem, que contribuíram para a forte queda nos preços internos e externos) reverteram o cenário de

expansão de até então. O plantio de algodão está concluído nas principais regiões produtoras do Brasil. Na região do oeste da Bahia, as lavouras de algodão sofreram com a escassez hídrica verificada nos meses de janeiro e fevereiro. A partir da segunda quinzena de março, os volumes de chuva voltaram a ocorrer, porém de forma tímida, justificando a expectativa de redução da produtividade em 3,3% para a cultura. Apesar da redução, a produção algodoeira baiana é a principal do Nordeste e a segunda maior do Brasil, ficando atrás apenas de Mato Grosso.

A expectativa da produção de feijão se mantém otimista, apesar do cenário de seca no estado, combinando um crescimento da produção física (20,2%) e da produtividade (7,5%). Em relação à previsão de março, que indicava crescimento da produção de 33,8% e da produtividade de 10,5%, ocorreu redução significativa. A diminuição de área plantada também decorreu do atraso e irregularidades pluviométricas, passando de -7,2% para - 8% de área.

No Brasil, a primeira safra de feijão já teve a maior parte da área colhida e registrou produção de 1.425.023 toneladas, que é 16,6% menor que a do terceiro levantamento. Este grão registrou recuo da safra em quase todos os estados produtores. Na Bahia, a expectativa de abril era 30,8% menor que a de março para a primeira safra. No total da cultura, somando-se as safras, a estimativa é de

**Tabela 1**  
**Estimativa de produção física, áreas plantada e colhida e rendimento dos principais produtos agrícolas**  
**Bahia – 2011/2012**

| Produtos/safras | Produção física (mil t) |          |          | Área plantada (mil ha) |              |             | Área colhida (mil ha) |              |            | Rendimento (kg/ha) |          |          |
|-----------------|-------------------------|----------|----------|------------------------|--------------|-------------|-----------------------|--------------|------------|--------------------|----------|----------|
|                 | 2011 (1)                | 2012 (2) | Var. (%) | 2011 (1)               | 2012 (2)     | Var. (%)    | 2011 (1)              | 2012 (2)     | Var. (%)   | 2011 (3)           | 2012 (3) | Var. (%) |
| Mandioca        | 2.977                   | 3.069    | 3,1      | 506                    | 311          | -38,5       | 253                   | 253          | 0,2        | 11.778             | 12.120   | 2,9      |
| Cana-de-açúcar  | 6.981                   | 6.913    | -1,0     | 122                    | 117          | -4,0        | 116                   | 115          | -1,1       | 60.252             | 60.332   | 0,1      |
| Cacau           | 156                     | 141      | -10,0    | 547                    | 543          | -0,8        | 533                   | 525          | -1,6       | 293                | 268      | -8,5     |
| Café            | 152                     | 165      | 8,9      | 163                    | 167          | 2,6         | 154                   | 155          | 0,6        | 987                | 1.068    | 8,2      |
| Grãos           | 7.526                   | 7.738    | 2,8      | 2.922                  | 2.922        | 0,0         | 2.594                 | 2.757        | 6,3        | 2.901              | 2.807    | -3,3     |
| Algodão         | 1.575                   | 1.601    | 1,6      | 416                    | 437          | 5,1         | 416                   | 437          | 5,1        | 3.788              | 3.663    | -3,3     |
| Feijão          | 223                     | 268      | 20,2     | 551                    | 507          | -8,0        | 398                   | 445          | 11,8       | 561                | 603      | 7,5      |
| Milho           | 2.052                   | 2.326    | 13,3     | 799                    | 773          | -3,3        | 625                   | 673          | 7,6        | 3.282              | 3.456    | 5,3      |
| Soja            | 3.513                   | 3.447    | -1,9     | 1.045                  | 1.114        | 6,5         | 1.045                 | 1.114        | 6,5        | 3.361              | 3.095    | -7,9     |
| Sorgo           | 163                     | 96       | -41,1    | 110                    | 91           | -17,5       | 110                   | 89           | -19,2      | 1.485              | 1.083    | -27,1    |
| <b>Total</b>    | -                       | -        | -        | <b>4.259</b>           | <b>4.059</b> | <b>-4,7</b> | <b>3.650</b>          | <b>3.805</b> | <b>4,2</b> | -                  | -        | -        |

Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (2012).

Elaboração: SEI/CAC.

(1) IBGE–LSPA 2011.

(2) IBGE–LSPA previsão de safra 2012 (abril/12).

(3) Rendimento = produção física/área colhida.

queda de 31,6% na produção em relação a 2011, segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (2012).

De acordo com o IBGE, para a primeira safra do milho, que já está em fase de fechamento, a previsão de produção é de 34.314.297 toneladas, sendo que este valor é 1,7% inferior à estimativa anterior. A Região Nordeste, que representa 11,9% da safra nacional, foi a que mais influenciou nesse resultado, reduzindo sua produção em 20,1%, a área plantada em 7,5%, a área colhida em 12,3% e o rendimento em 8,9%, o que pode ser explicado pela prolongada e intensa estiagem que vem assolando alguns estados da região. A Bahia, nesta avaliação de abril, diminuiu a estimativa de produção em 8,2%.

Confirmadas as previsões para a primeira e a segunda safra de milho, o cultivo nacional do cereal será recorde, tanto em área como em produção. Apesar da quebra do milho primeira safra registrada no sul do país, principalmente no Rio Grande do Sul, e da seca que afeta a Bahia, a Conab aponta otimismo na produção nacional, devido a vários fatores. Entre eles, aumento de área semeada, uso de tecnologia, condições climáticas favoráveis em outros estados produtores, agricultura de precisão e uso de sementes produzidas com alta tecnologia.

A previsão de soja para o Brasil é de 66,4 milhões de toneladas, produção 11,4% menor que a do ano passado (LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA, 2012). O longo período de estiagem causou perdas significativas nos estados da Região Sul, com Mato Grosso, Minas Gerais e Bahia sofrendo também com as adversidades climáticas.

**O longo período de estiagem causou perdas significativas nos estados da Região Sul, com Mato Grosso, Minas Gerais e Bahia sofrendo também com as adversidades climáticas**

**Nos dados históricos para o Brasil, o café está em um ano de alta, com previsão de rendimento médio 1,2% maior que o do ano passado**

O estado da Bahia é o principal produtor do Nordeste e o sexto nacional, com praticamente 5,2% de participação. A produção é concentrada no Centro-Oeste e no Sul. Para o estado da Bahia, a previsão de abril do LSPA aponta redução de 1,9% na produção, ante a previsão de redução de 0,3% em março. Esse ajuste para baixo foi motivado principalmente pelos problemas da seca no estado.

A produtividade do cacau caiu 8,5% na previsão de 2012, mesmo valor apontado no levantamento de março. A diminuição da área plantada e da área colhida em relação a 2011 é reflexo dos baixos preços internacionais, que caíram 30,0% em 12 meses, refletindo na cotação nacional, que hoje é de R\$ 66 a arroba. Para efeito de comparação, no ano passado, a arroba era negociada por R\$ 88.

Nos dados históricos para o Brasil, o café está em um ano de alta, com previsão de rendimento médio 1,2% maior que o do ano passado. Apesar da seca no estado, com grande parte da produção localizada nas áreas atingidas, as previsões estão mantidas em relação ao LSPA de março, com destaque para a estimativa de aumento de 8,9% na produção, acompanhado de 8,2% de acréscimo na produtividade.

As culturas da mandioca e da cana-de-açúcar possuem previsões distintas, mas seguindo a mesma linha do LSPA de março. Enquanto a mandioca deve crescer na produção física e na produtividade em relação a 2011 (3,1% e 2,9%, respectivamente), a cultura de cana-de-açúcar aparece com pequena queda de 1,0% na produção e estável em 0,1% na produtividade. A cana-de-açúcar está num momento de inflexão, com um superávit atual de oferta no mercado internacional, porém há uma tendência altista

**Tabela 2**  
**Principais culturas nos municípios atingidos (R\$)**

|                                    | Batata-inglesa | Cebola         | Feijão (em grão) | Milho (em grão) | Sorgo (em grão) | Café (beneficiado) | Sisal ou agave (fibra) | Uva            |
|------------------------------------|----------------|----------------|------------------|-----------------|-----------------|--------------------|------------------------|----------------|
| %VP emergência no total do estado  | 2,11%          | 2,16%          | 4,05%            | 3,34%           | 0,22%           | 3,20%              | 1,57%                  | 1,87%          |
| %VP emergência no total da cultura | 100,00%        | 91,88%         | 74,35%           | 45,33%          | 80,12%          | 60,57%             | 78,44%                 | 93,56%         |
| <b>VP total estado</b>             | <b>223.245</b> | <b>249.573</b> | <b>576.621</b>   | <b>779.382</b>  | <b>29.419</b>   | <b>560.106</b>     | <b>212.546</b>         | <b>211.579</b> |
| <b>VP total emergência</b>         | <b>223.245</b> | <b>229.299</b> | <b>428.701</b>   | <b>353.327</b>  | <b>23.571</b>   | <b>339.281</b>     | <b>166.721</b>         | <b>197.960</b> |

41,68% Participação municípios em emergência no VP estado

10.593.287 VP estado

4.415.425 VP emergência

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (2009).

Elaboração: SEI/CAC.

nacional pela quebra da safra no centro-sul do Brasil. Existem, portanto dois cenários que podem se concretizar, mas que não trarão muita volatilidade no futuro próximo.

A seca na Bahia atinge hoje 239<sup>4</sup> municípios (57,0% dos municípios do estado), somando 62,0% do total do território. A população afetada, conforme a Coordenação de Defesa Civil (Cordec), chega a 2,7 milhões de pessoas (20,0%), representando um peso de 44,0%<sup>5</sup> no PIB agrícola do estado.

As principais culturas nesses municípios registraram queda nas previsões de produção, segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (2012). No entanto, acredita-se que ocorrerá uma redução mais significativa ainda em alguns produtos. A Tabela 2 apresenta os principais produtos e seus respectivos pesos nos municípios em emergência.

As culturas que podem ser mais afetadas pela seca são feijão e milho, por possuírem 72,45% e 44,88 % da produção nos municípios decretados em emergência. A uva, que tem 92,72% de sua produção nos municípios em emergência, pode não sofrer tantos danos devido à sua característica de ser uma cultura irrigada.

Contudo, as expectativas para a produção agrícola são otimistas, com café, milho e feijão despontando com os maiores crescimentos. A soja deve manter seu peso no valor

agregado de aproximadamente 16,0% do total da produção, seguida do algodão, com 9,0%. Ambas as culturas estão concentradas na região oeste do estado, mostrando, mais uma vez, a dinâmica produtiva da mesorregião.

## RECUPERAÇÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL E QUEDA NAS EXPORTAÇÕES

A produção física industrial no país, com base nos dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) (2012), acumulou taxa negativa de 3,0% no primeiro trimestre de 2012, comparada ao mesmo período de 2011. Considerando-se as categorias de uso, destacaram-se os setores de *Bens de consumo duráveis* e *Bens de capital*, que apresentaram variação percentual negativa, com taxas de 11,6% e 11,4%, respectivamente. A categoria *Bens intermediários* também registrou taxa negativa, de 1,3%. A produção de *Bens de consumo semi e não duráveis*, única categoria a apresentar acréscimo, registrou taxa de 0,9% (PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL, 2012).

Nesse contexto, o indicador de faturamento da indústria cresceu 1,5% no primeiro trimestre (PESQUISA INDICADORES INDUSTRIAIS, 2012), sugerindo moderação na atividade industrial. No entanto, na série ajustada sazonalmente, o faturamento recuou 1,1% no primeiro trimestre de 2012 frente ao trimestre anterior. O nível de utilização da capacidade instalada se manteve praticamente estável, pois atingiu 81,5% em março, apenas 0,5 p.p. abaixo da taxa observada em fevereiro, na série com

4 Segundo dados da Coordenação de Defesa Civil do Estado da Bahia (Cordec) em 16 de maio de 2012.

5 Dados referentes à Pesquisa Agrícola Municipal (2009).

ajuste sazonal. É um número que estimula o investimento em atividades produtivas. Entretanto, os desembolsos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) atingiram R\$ 24,49 bilhões no primeiro trimestre de 2012, com queda de 1,5% na comparação com o mesmo período do ano passado (BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 2012).

A desaceleração da indústria nacional no primeiro trimestre foi basicamente marcada pela queda de confiança dos agentes econômicos, em razão da crise econômica global, mas fatores pontuais, como as férias coletivas no setor de veículos automotores e a paralisação no segmento extrativo mineral, também influenciaram o desempenho no trimestre.

Na Bahia, segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal (2012) do IBGE, a produção física da indústria (transformação e extrativa mineral) no primeiro trimestre de 2012 apresentou acréscimo de 8,0%, comparada com o mesmo período de 2011.

No primeiro trimestre de 2012, a performance da produção industrial baiana foi influenciada pelos resultados positivos apresentados pelo segmento de *Produtos químicos* (39,1%), seguido por *Alimentos e bebidas* (8,7%) e *Borracha e plástico* (6,6%). Dentre os segmentos que influenciaram negativamente esse indicador, destacaram-se *Refino de petróleo e produção de álcool* (-6,5%) e *Celulose, papel e produtos de papel* (-9,4%).

É interessante ressaltar que o crescimento do setor industrial no primeiro trimestre foi, em parte, decorrente

da “base deprimida” observada no mesmo período de 2011, devido ao “apagão” de energia elétrica na Região Nordeste no mês de fevereiro. Isso resultou em parada na produção de importantes empresas do setor químico, impactando toda a cadeia produtiva.

Mesmo com a expansão verificada na produção física da indústria baiana, o nível de emprego registrou decréscimo na indústria geral de 2,2% no período, comparando-se com o mesmo período de 2011, segundo a Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (PIMES) (2012) do IBGE.

Dentre os segmentos que influenciaram negativamente o resultado do indicador do emprego industrial no primeiro trimestre de 2012, destacaram-se *Calçados e couro* (-12,1%) e *Fabricação de outros produtos da indústria de transformação* (-24,2%). Em contrapartida, os principais segmentos que impactaram positivamente no número de pessoas ocupadas nesse período foram *Máquinas e equipamentos* (17,1%), *Borracha e plástico* (6,8%) e *Produtos químicos* (6,7%).

No *front* externo, as empresas brasileiras apresentaram bom desempenho, pois exportaram US\$ 55 bilhões no primeiro trimestre de 2012, representando aumento de 7,5% em relação ao ano anterior. Já as importações, com volume de US\$ 53 bilhões, registraram acréscimo de 9,5%. O maior incremento no percentual das importações, comparativamente às exportações, resultou num recuo no superávit da balança comercial para US\$ 2.437 milhões, contra US\$ 3.145 milhões no mesmo período de 2011. Nesse período, o comércio exterior brasileiro registrou corrente de comércio de US\$ 108 bilhões, com ampliação de 8,5% sobre 2011, quando atingiu US\$ 99 bilhões (BRASIL, 2012a).

Localmente, as exportações baianas, no primeiro trimestre de 2012, atingiram US\$ 2,556 bilhões, com acréscimo de 25,2% comparado ao mesmo período de 2011. O desempenho das exportações no primeiro trimestre decorreu principalmente do crescimento nas vendas dos segmentos *Petróleo e derivados* (79,3%), *Químicos e petroquímicos* (23,6%) e *Metalúrgicos* (9,3%). Juntos, esses setores foram responsáveis por 50,3% das receitas de exportação no período. Do mesmo modo, as importações registraram acréscimo de 34,0%, com

**A desaceleração da indústria nacional no primeiro trimestre foi basicamente marcada pela queda de confiança dos agentes econômicos, em razão da crise econômica global**

valores de US\$ 1,972 bilhão, e a corrente de comércio (exportações mais importações) registrou expansão de 28,9% no período considerado. Na pauta dos importados, destacam-se as categorias de uso *Bens intermediários* (1,0%), com participação de 41,9%, e *Combustíveis e lubrificantes* (133,2%), com participação de 24,0%.

A balança comercial da Bahia apresentou superávit de US\$ 584 milhões no primeiro trimestre de 2012, ante o superávit de US\$ 569 milhões no ano anterior, de acordo com as estatísticas do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), divulgadas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) (BOLETIM DE COMÉRCIO EXTERIOR DA BAHIA, 2012).

Na comparação com 2011, as vendas de produtos básicos na Bahia cresceram 52,5%, os manufaturados ampliaram-se em 42,3%, e os semimanufaturados apresentaram recuo de 6,4%. O grupo de produtos industrializados respondeu por 85,3% do total exportado pela Bahia no ano de 2011.

Por mercados de destino, destacam-se as vendas para a União Europeia (22,2%) e Ásia (18,0%). Para a União Europeia as vendas aumentaram 3,5%, garantindo à região a primeira posição de mercado comprador de produtos baianos em 2012, superando a Ásia e o Nafta, que também registraram aumento expressivo de, respectivamente, 14,3% e 18,3%. Dentre os produtos vendidos ao bloco destacam-se celulose, óleos combustíveis e derivados de soja.

**Na pauta dos importados, destacam-se as categorias de uso Bens intermediários (1,0%), com participação de 41,9%, e Combustíveis e lubrificantes (133,2%), com participação de 24,0%**

**Para a União Europeia as vendas aumentaram 3,5%, garantindo à região a primeira posição de mercado comprador de produtos baianos em 2012, superando a Ásia e o Nafta**

Mesmo com o crescimento do consumo interno, a demanda por manufaturados tem sido suprida principalmente com as importações, uma vez que os produtos externos são mais baratos e, muitas vezes, de melhor qualidade. De fato, o desempenho da indústria na margem tem sido muito aquém do esperado (-0,2%, em abril), uma vez que o aumento das importações de manufaturados ante a produção tem sido maior, fato atribuído ao recuo da demanda dos produtos nacionais por parte daquelas economias que estão em crise.

Assim, as perspectivas para a indústria nacional de transformação em 2012 não são satisfatórias. A aceleração do crescimento do mercado interno deve contribuir para um desempenho melhor que o observado em 2011. No entanto, as exportações tendem a se desacelerar, enquanto as importações devem avançar a um ritmo mais forte.

## **VAREJO E MERCADO DE TRABALHO EM RITMO AQUECIDO**

### **Varejo**

As vendas do comércio varejista no Brasil seguem em ritmo de crescimento. Em março de 2012, pelo terceiro mês consecutivo, as taxas apresentadas por esse setor foram positivas. De acordo com a Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) (2012), o volume de negócios no mês de março registrou acréscimo de 12,5% sobre igual mês do ano passado (4,0%). No trimestre, a variação alcançou a taxa de 10,3%.

**De acordo com a Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) (2012), o volume de negócios no mês de março registrou acréscimo de 12,5% sobre igual mês do ano passado (4,0%)**

No primeiro trimestre, constatou-se que todas as atividades que compõem o setor do comércio apresentaram comportamento positivo. Em ordem de contribuição, verificam-se os seguintes resultados: *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* (11,3%); *Móveis e eletrodomésticos* (15,9%); *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos* (10,8%); *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação* (32,2%); *Outros artigos de uso pessoal e doméstico* (9,4%); *Combustíveis e lubrificantes* (2,8%); *Tecidos, vestuário e calçados* (0,9%); e *Livros, jornais, revistas e papelaria* (5,0%). O subgrupo *Hipermercados e supermercados* também registrou variação positiva de 8,7%. Quanto aos segmentos de *Veículos, motocicletas, partes e peças* e *Material de construção*, nos primeiros três meses do ano, a variação foi de 1,0% e 13,1%, respectivamente, mas esses não compõem o cálculo do Indicador de Comércio Varejista.

Segundo o "recorte" analisado pela LCA Consultores, baseado nos resultados da PMC do IBGE, "as vendas dos 'setores renda' cresceram 5,7% em relação ao trimestre anterior, feito o ajuste sazonal, enquanto as dos 'setores crédito' tiveram alta de 1,6%" (VAREJO..., 2012). Entre os segmentos dependentes da renda, o destaque foi *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo*, enquanto pelo lado do crédito o resultado do setor foi determinado pelo desempenho arrefecido do segmento de *Veículos, motocicletas, partes e peças*. No trimestre, numa análise geral, observa-se que o grupo formado por *Móveis e eletrodomésticos* e *Veículos,*

*motocicletas, partes e peças*, diretamente influenciados pelo crédito, apresentaram desempenho inferior<sup>6</sup> ao dos dependentes da renda.

Neste contexto, os setores dependentes da renda foram impulsionados pelo aumento do salário mínimo, baixo desemprego e queda da inflação acumulada em 12 meses, que variou de 6,50% em dezembro de 2011 para 5,10% em abril de 2012. Já a explicação para o desaquecimento nas vendas do grupo influenciado pelo crédito foi o endividamento das famílias, atrelado à inadimplência em alta, por conta de as pessoas não honrarem as dívidas contraídas com o financiamento de veículos. No acumulado do ano, tanto a oferta de crédito quanto a demanda para aquisição desses bens ficaram comprometidas.

No âmbito regional, na Bahia, a variação de 13,4% no mês de março de 2012, em relação a igual mês do ano anterior (2,7%), resultou num aquecimento nas vendas de 10,0% no trimestre, comparado a igual período de 2011. Por atividade, os segmentos apresentaram as seguintes variações no período: *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo*, 10,8%; *Móveis e eletrodomésticos*, 16,1%; *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos*, 3,4%; *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação*, 3,1%; *Outros artigos de uso pessoal e doméstico*, 13,9%; *Combustíveis e lubrificantes*, 11,1%; *Tecidos, vestuário e calçados*, 7,8%; e *Livros, jornais, revistas e papelaria*, -20,3%.

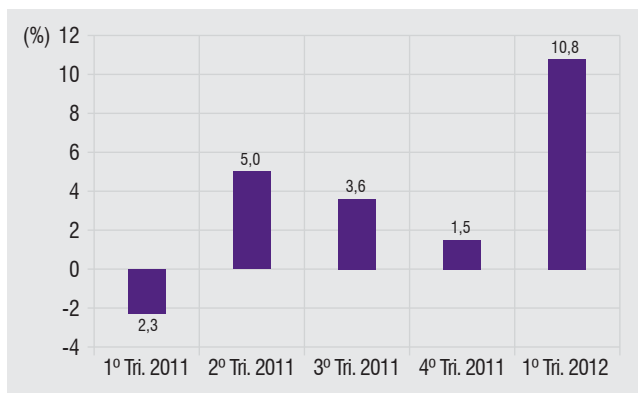
A análise do comércio varejista até o mês de março de 2012 revela que o desempenho da atividade de *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* foi determinante para a performance positiva do setor no trimestre, embora na Bahia o aquecimento desse segmento não tenha se dado na mesma intensidade do ocorrido no cenário nacional. A explicação para esse comportamento está na queda verificada no rendimento médio dos baianos. É provável que esse decréscimo esteja relacionado ao fato de que a geração de emprego no estado se verificou no grupo de menor remuneração.

6 A análise apresentada diz respeito ao grupo dependente do crédito e não especificamente ao desempenho do segmento de móveis e eletrodomésticos.

Nesse aspecto, o aquecimento da demanda pelos produtos do segmento no trimestre é atribuído às variáveis preços dos bens não duráveis, como alimentos, bebidas e artigos de limpeza; estabilidade na taxa de desemprego; incremento da ocupação; aumento do poder de compra da população, dado o reajuste do salário mínimo (14,0%); e controle da inflação. Esse comportamento determinou um crescimento nas vendas do segmento na ordem de 10,8% (Gráfico 2).

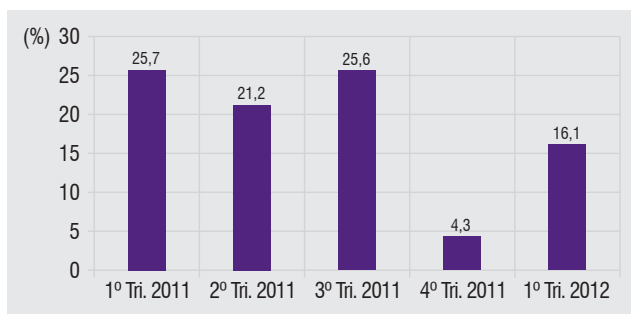
Quanto ao segmento *Móveis e eletrodomésticos*, observa-se que a manutenção dos níveis de emprego e de crédito tem contribuído para que esse grupo mantenha um desempenho positivo. Outro aspecto a ressaltar é a ação do governo em incentivar o consumo, através da redução de alíquotas de IPI para a linha branca, assim como a queda dos preços dos aparelhos eletrônicos nos últimos 12 meses (Gráfico 3). Segundo dados de março do IPCA do IBGE, a variação nos preços foi de 5,2% nos últimos 12 meses, contra 5,8% no mês imediatamente anterior, na mesma comparação.

O vigor dos segmentos de maior peso para o comércio varejista nos primeiros três meses de 2012 intensifica a expectativa de que, no próximo trimestre, o setor manterá taxas de crescimento positivas, ainda que decrescentes. Essa percepção é captada pelo Índice de Confiança do Comércio (Icom), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em parceria com o Banco Central, que registrou queda de 2,1% no mês de abril, em relação ao mesmo mês do ano anterior. Outro indicador, os níveis de inadimplência nas operações



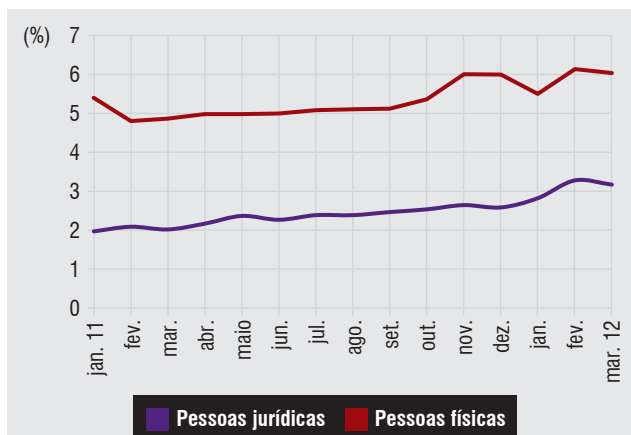
**Gráfico 2**  
**Volume de vendas do setor hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo – Bahia – 2011/2012**

Fonte: IBGE.  
Elaboração: SEI/CAC.



**Gráfico 3**  
**Volume de vendas do setor Móveis e eletrodomésticos – Bahia – 2011/2012**

Fonte: IBGE.  
Elaboração: SEI/CAC.



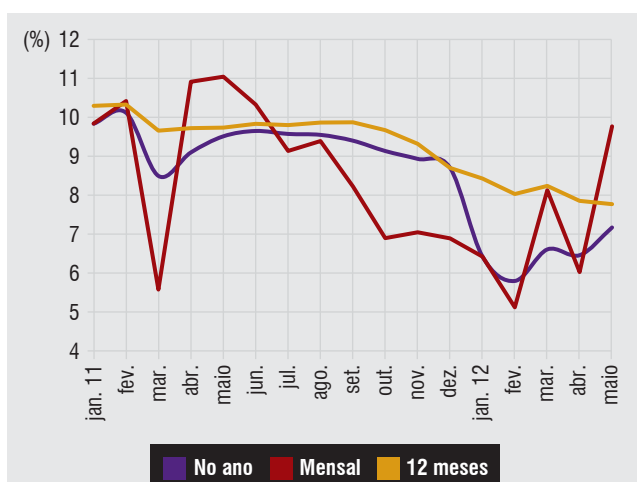
**Gráfico 4**  
**Inadimplência das operações de crédito (1) Bahia – jan. 2011-mar. 2012**

Fonte: Banco Central.  
Elaboração: SEI/CAC.  
(1) Operações com saldo superior a R\$ 1 mil.

de crédito, com tendência de queda, embora suave, sinaliza continuidade no nível de vendas do varejo (Gráfico 4).

Em linhas gerais, a expectativa é de manutenção das vendas, dado o comportamento dos setores de bens duráveis e semiduráveis, mais sensíveis às condições de crédito; dos bens não duráveis, impulsionados pela melhoria no mercado de trabalho; e dos preços em queda, que ainda estimulam a demanda do consumidor.

Nacionalmente, a observação do Índice de Atividade do Comércio permite identificar que as variáveis refletidas no consumo das famílias sugerem para o segundo trimestre de 2012 a sustentação do crescimento das vendas



**Gráfico 5**  
**Índice de Atividade do Comércio (1)**  
**Brasil – jan. 2011-maio 2012**

Fonte: Serasa.  
Elaboração: SEI/CAC.

(Gráfico 5). Entretanto, esse cenário está atrelado à condição de que a confiança do consumidor não seja abalada pelo aumento da inadimplência, ou pela instabilidade no cenário internacional, ou ainda por uma desaceleração do mercado de trabalho, dada a sinalização para um ritmo lento de expansão da oferta de mão de obra.

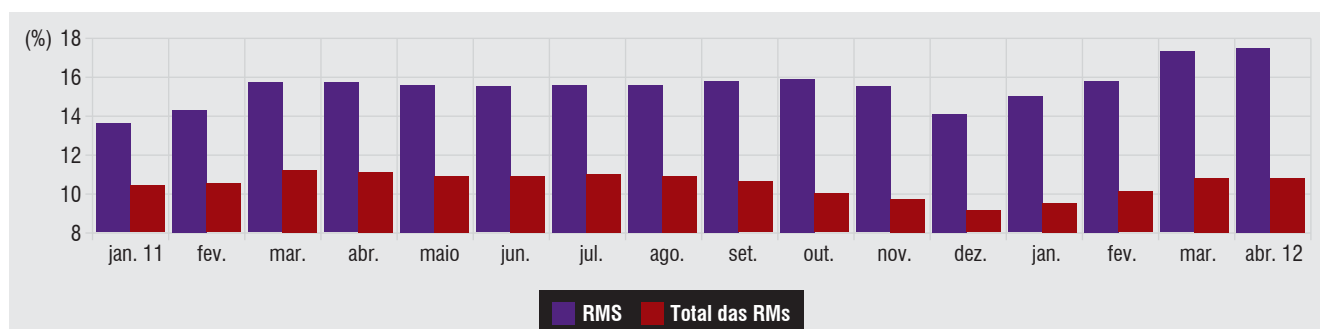
## Emprego

De acordo com a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) (2012), a taxa de desemprego em abril de 2012,

para o conjunto das seis regiões metropolitanas, foi de 10,8%. Comparada ao mês imediatamente anterior (10,8%), nota-se estabilidade. Já em relação a abril de 2011, quando a taxa foi de 11,1%, observa-se decréscimo de 0,3 p. p., gerando uma taxa média de 10,3% no primeiro quadrimestre de 2012. Como consequência, a massa salarial real, considerando o rendimento médio real efetivamente recebido pelos trabalhadores das seis regiões metropolitanas, em março, expandiu 2,4% em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Em abril de 2012, a taxa de desemprego da Região Metropolitana de Salvador (RMS) foi de 17,5%. Seguindo o mesmo ritmo, esse dado cresceu 0,2 p.p. em relação ao mês imediatamente anterior (17,3%). Na comparação com o mesmo mês de 2011 (15,7%), verifica-se elevação de 1,8 p.p.. Esse comportamento expansivo no primeiro quadrimestre justifica-se pela sazonalidade no período, como pode ser visualizado no Gráfico 6.

Com estimativa de 1.619 mil pessoas ocupadas, verificou-se que em abril, em relação ao mês imediatamente anterior, segundo os principais setores de atividade, apenas a *Indústria* e a *Construção Civil* elevaram o número de ocupados, em 1,7% e 1,3%, respectivamente. Considerando a posição na ocupação, observa-se que houve um acréscimo de apenas 0,5% no número de pessoas assalariadas em relação ao mês de março. Esse comportamento é reflexo do crescimento de 1,7% no setor privado, fruto da expansão dos trabalhadores com carteira assinada (2,3%).



**Gráfico 6**  
**Taxa de desemprego**  
**Total das RMs/RMS – jan. 2011-abr. 2012**

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).  
Elaboração: SEI/CAC.  
Nota: Sem ajuste.

**Conforme os dados apresentados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), o Brasil, acumulou, no primeiro quadrimestre de 2012, saldo positivo de 702.059 postos de trabalho**

Conforme os dados apresentados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), o Brasil, acumulou, no primeiro quadrimestre de 2012, saldo positivo de 702.059 postos de trabalho. Este resultado representa variação relativa de 1,8% no estoque de emprego. Os setores que mais contribuíram na geração de postos de trabalho no Brasil foram *Serviços* (362.222) e *Construção Civil* (170.544). Cabe salientar que esses setores apontaram expansão, no mesmo período, de 2,5% e 5,9%, respectivamente.

O bom comportamento do setor *Serviços* no período foi derivado do crescimento do emprego em alguns segmentos, com destaque para *Serviços de alojamento e alimentação*, *Serviços de transportes e comunicações*, *Serviços de comércio e administração de imóveis*, *Ensino*, *Serviços médicos e odontológicos* e *Instituições financeiras*. Como relação à *Construção Civil*, o setor foi impulsionado pela manutenção do crédito para financiamento imobiliário, redução da taxa de juros e ampliação do prazo para pagamento do financiamento. “Em suma, o conjunto de dados disponíveis indica que, embora o mercado de trabalho continue robusto, há sinais de moderação na margem” (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2012a).

Seguindo a mesma tendência de expansão apresentada pelo indicador nacional, o emprego formal na Bahia contabilizou, no primeiro quadrimestre, saldo positivo de 22.609 postos de trabalho (BAHIA ..., 2012). Com esse resultado, a variação relativa do estoque de emprego foi de 1,4%, abaixo da taxa apresentada para o Brasil (1,85%)

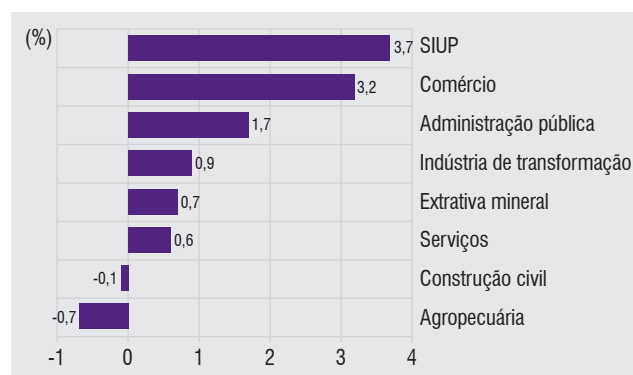
e acima da registrada pela Região Nordeste (-0,3%). Os setores que mais contribuíram na geração de postos de trabalho na Bahia, em termos absolutos, foram *Serviços* (11.915) e *Construção Civil* (5.352). Cabe salientar que esses setores apontaram expansão no mesmo período de 1,7% e 3,2%, respectivamente.

Em termos relativos, entre as atividades econômicas pesquisadas, apenas duas apresentaram redução na geração de emprego formal no primeiro quadrimestre de 2012: *Serviços industriais de utilidade pública* (SIUP) (-0,7%) e *Comércio* (-0,1). Dentre as atividades que apresentaram expansão, tem-se como destaque a atividade *Agropecuária*, que apurou taxa de 3,7% (Gráfico 7).

A elevação do emprego na *Agricultura* originou-se da reunião entre oscilações positivas e negativas na produção. Com desempenhos positivos destacam-se café, feijão e milho, comportamentos determinados, particularmente, pelas safras do calendário agrícola.

Vale salientar que, no acumulado do ano de 2012, o interior do estado contabilizou 13.446 postos. Este resultado corresponde a uma participação de 59,5% de todas as vagas abertas no estado, ao passo que a RMS gerou 9.163 empregos com carteira assinada, o equivalente a 40,5% das vagas celetistas.

Ao observar esses dados, nota-se que Salvador teve o maior saldo, com 8.242 empregos gerados, impulsionado



**Gráfico 7**  
**Variação do saldo do emprego formal, por atividade econômica – Bahia – jan. 2012-abr. 2012**

Fonte: MTE-Caged.  
Elaboração: SEI/CAC.  
Nota: Sem ajuste.

pelo setor de *Serviços* (6.546). Em seguida, Feira de Santana (3.185), onde o resultado foi também influenciado pelo setor de *Serviços* (2.030). Vitória da Conquista, o terceiro colocado na abertura de novas oportunidades de trabalho na Bahia (1.584), foi dinamizado pela *Construção Civil*, que gerou saldo da ordem de 926 postos de trabalho.

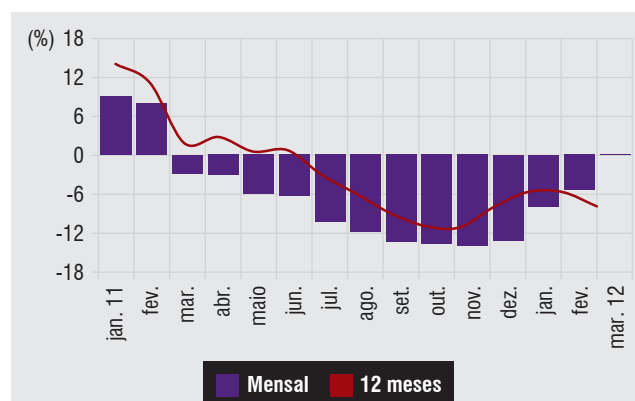
Na estimativa dos ocupados por posição na ocupação, verificou-se para a RMS que, no mês de abril de 2012, o rendimento médio real decresceu em 1,2%, tanto para os ocupados quanto para os assalariados, segundo a PED. Em comparação com igual mês do ano passado, o rendimento recuou em 5,3% e 4,8%, para os dois grupos, respectivamente. Nessa mesma base de comparação, a massa salarial real dos ocupados da RMS, definida como o produto do número de pessoas ocupadas pelo rendimento médio real habitual do trabalhador, registrou redução de 2,6% e 1,0%, respectivamente.

A observação do comportamento em 12 meses permite inferir que o recuo na massa de rendimento real aumentou de intensidade no terceiro mês do ano, registrando passagem de -5,8 para -8,0% em março de 2012 (Gráfico 8). Nessa perspectiva, em função do aumento do salário mínimo no primeiro mês do ano, espera-se que haja uma melhora no comportamento dos rendimentos médios do trabalho nos próximos meses.

As informações mais atuais sobre o mercado de trabalho têm reforçado a percepção de que a atividade econômica, tanto no Brasil como na Bahia, apresentou comportamento abaixo do esperado no primeiro trimestre de 2012. É notório que a política econômica, principalmente a monetária, atua com defasagens. Com isso, vale ressaltar que alguns dos diversos estímulos que começaram a ser aplicados a partir do segundo semestre de 2011 surtirão mais efeitos nos meses vindouros.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O baixo dinamismo da atividade econômica em 2011, a crise mundial e a apreciação do real em relação ao dólar levaram as autoridades monetárias, em especial o Banco Central, a intensificar a redução dos juros para



**Gráfico 8**  
**Massa de rendimentos real dos ocupados**  
**RMS – jan. 2011-mar. 2012**

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE-FAT).  
Elaboração: SEI/CAC.

estimular a economia brasileira. Entre a última reunião do órgão ocorrida em 2011 e a que aconteceu em maio de 2012, houve uma redução de 12,5 p.p. na taxa básica de juros, que caiu para 8,5% (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2012a).

Na análise de mercado de trabalho, é possível afirmar, com base nos indicadores disponíveis, que, apesar de uma demonstração de robustez dos dados, há sinais de moderação na margem. Ocorreu aumento do emprego formal, mas em ritmo menor do que o evidenciado em 2011. O desemprego tem se mantido estável em relação ao apurado desde o início do ano. Os salários apresentaram aumentos nos últimos meses. O reajuste de 14,0% do salário mínimo elevou consideravelmente a renda dos ocupados. E as empresas concederam aumentos reais de 4,0% em média, patamar superior ao observado em anos anteriores.

Considerando-se o comportamento da inflação, observa-se que o movimento de desaceleração do nível de preços reflete, em parte, a desoneração tributária de bens duráveis. Contudo, o aumento nos salários tende a pressionar a inflação de serviços, que deve seguir em níveis elevados. Mas o conjunto de informações disponíveis sugere tendência declinante da inflação acumulada em 12 meses em direção à meta de inflação.

O contágio da crise global para a economia brasileira pode ocorrer através do recuo na corrente de

comércio e do fluxo de investimento e da ampliação das restrições de crédito. No entanto, a economia brasileira encontra-se favorecida pelas transferências públicas e pelo vigor do mercado de trabalho. Ademais, a atividade econômica deve manter-se positiva frente aos estímulos derivados das medidas econômicas via expansão fiscal, monetária e do crédito público, que dinamizam o consumo das famílias, o aumento da renda e a expansão do crédito. No entanto, as taxas de crescimento devem ser mais moderadas do que as esperadas anteriormente.

Nesse sentido, diante de um cenário de crescimento mais baixo, o governo tem utilizado mais intensamente um amplo conjunto de medidas para impulsionar a atividade econômica, além de taxas de juros mais baixas e superávit menor do que o projetado. São esperadas também reduções de impostos sobre investimento e desoneração da folha de pagamento de outros setores que ainda não foram contemplados. Do lado do crédito, o governo criou novas linhas de financiamento, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para estimular setores que vêm perdendo competitividade em razão da crise externa e do avanço da China.

Localmente, o primeiro trimestre de 2012 registrou expansão do crescimento da economia baiana, evidenciado tanto pelo resultado do PIB – com elevação de 4,8% comparativamente ao mesmo período do ano anterior – como pelos indicadores econômicos, que mostraram expansão da indústria (8,0%), ampliação nas vendas do comércio varejista (10,3%), manutenção do crescimento do saldo das exportações (25,2%) e criação de empregos (22.609 postos no quadrimestre). É importante ressaltar, entretanto, que o crescimento do produto baiano no período foi garantido pela baixa base de comparação no primeiro trimestre de 2011, quando ocorreu o “apagão” no Nordeste, que impactou fortemente a indústria química do estado. Com isso, foram registradas elevadas taxas de crescimento da indústria baiana e do volume de exportações no primeiro trimestre deste ano. Neste sentido, retirando-se esse efeito, as perspectivas para o segundo trimestre são incertas, principalmente diante do baixo dinamismo da economia brasileira, do cenário agrícola baiano e do ambiente externo com expectativas desfavoráveis para curto e médio prazo.

## REFERÊNCIAS

BAHIA gera quase 8 mil vagas de empregos formais em abril 2012. *Boletim Mensal do Caged*, Salvador, abr. 2012. Disponível em: < [http://www.sei.ba.gov.br/images/releases\\_mensais/pdf/caged/rel\\_CAGED\\_abr12.pdf](http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/caged/rel_CAGED_abr12.pdf) >. Acesso em: 26 maio 2012.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Ata do Copom 17 e 18 abril 2012*. Brasília: BACEN, 2012a. Disponível em: <<http://www.bacen.gov.br>>. Acesso em: 20 maio 2012.

\_\_\_\_\_. *Boletim Focus: relatório de mercado*. Brasília: BACEN, 30 maio. 2012b. Disponível em: <<http://www.bacen.gov.br>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

\_\_\_\_\_. *Relatório de inflação*. Brasília: BACEN, mar. 2012c. Disponível em: <<http://www.bacen.gov.br>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

\_\_\_\_\_. *Séries temporais*. Operações de crédito. abr. 2012d. Disponível em: <<http://www.bacen.gov.br>>. Acesso em: 30 maio. 2012.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *Desempenho: evolução do desembolso*. Brasília: BNDES, mar. 2012. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 12 jun. 2012.

BOLETIM DE COMÉRCIO EXTERIOR DA BAHIA. Salvador: SEI, mar. 2012. Disponível em: <[http://www.sei.ba.gov.br/images/releases\\_mensais/pdf/bce/bce\\_mar\\_2012.pdf](http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/bce/bce_mar_2012.pdf)>. Acesso em: 22 maio 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. *Indicadores e estatísticas*. Brasília: MDIC, mar. 2012a. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br>>. Acesso em: 23 maio 2012.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Cadastro geral de empregados e desempregados*. Brasília: MTE, abr. 2012b. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em: 30 maio 2012.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. *Oitavo levantamento da safra brasileira de grãos*. Brasília: CONAB, maio. 2012. Disponível em: < <http://www.conab.gov.br> >. Acesso em: 03 jun. 2012.

CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS. *A economia brasileira no 1º trimestre de 2012: visão geral*. Rio de Janeiro: IBGE, jan./mar. 2012. 38 p. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 03 jun. 2012.

ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR. Salvador: SEI, mar. 2011. Disponível em: < [http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=46&Itemid=71](http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=46&Itemid=71) >. Acesso em: 21 maio 2012.

ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO. Rio de Janeiro: IBGE, mar. 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 21 maio 2012.

LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Rio de Janeiro: IBGE, abr. 2012a. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 23 maio 2012.

PESQUISA AGRÍCOLA MUNICIPAL. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

PESQUISA INDICADORES INDUSTRIAIS. Brasília: CNI, mar. 2012. Disponível em: <<http://www.cni.org.br/>>. Acesso em: 22 maio 2012.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL DE EMPREGO E SALÁRIO. Rio de Janeiro: IBGE, mar. 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/industria/pimes/>>. Acesso em: 23 maio 2012.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL. Rio de Janeiro: IBGE, mar. 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 23 maio 2012.

PESQUISA MENSAL DE COMÉRCIO. Rio de Janeiro: IBGE, mar. 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 maio 2012.

PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO. Taxa de desemprego aumenta na RMS, pelo quarto mês consecutivo. Salvador: SEI, abr. 2012. Disponível em: <[http://www.sei.ba.gov.br/images/releases\\_mensais/pdf/ped/rel\\_PED\\_abr12.pdf](http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/ped/rel_PED_abr12.pdf)>. Acesso em: 26 maio 2012.

SERASA EXPERIAN. *Indicador Serasa Experian de atividade do comércio*. Maio 2012. Disponível em: <[http://www.serasaexperian.com.br/release/indicadores/atividade\\_comercio.htm](http://www.serasaexperian.com.br/release/indicadores/atividade_comercio.htm)>. Acesso em: 10 jun. 2012.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Atividade econômica baiana registra expansão de 4,8% no primeiro trimestre de 2012*. Salvador: SEI, 1º tri/2012. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

VAREJO dependente de crédito cresce menos. *Valor econômico*. 28 maio 2012.

WORLD ECONOMIC OUTLOOK UPDATE. *Global recovery stalls, downside risks intensify*. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2012/update/01/>>. Acesso em: 30 maio 2012.



José Sergio Gabrielli

## Por um constante dinamismo econômico na Bahia

Presidente da Petrobras por seis anos e meio, José Sergio Gabrielli assumiu a Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia em março de 2012, com a proposta de integração entre as secretarias, acompanhamento da economia baiana de curto prazo, ampliação da captação de recursos e atração de novos investimentos. Nesta entrevista, Gabrielli afirma que a Bahia vive um momento de descentralização espacial que vai transformar a dinâmica econômica do estado, ressaltando a importância da Ferrovia Oeste-Leste neste processo, além de atribuir grande parte dessa descentralização aos investimentos do governo do estado em mineração e energia em áreas fora da Região Metropolitana de Salvador. O secretário destaca o crescimento de setores como a construção civil, comércio e serviços como determinante para a minimização dos efeitos da crise internacional, elogia o PAC e comenta os impactos do programa no estado. Gabrielli também pontua o papel do governo na transformação das relações entre os 17 municípios do entorno da Baía de Todos-os-Santos, sinalizando a relevância de ações como o pacote de investimentos que inclui a ponte Salvador-Itaparica e o Estaleiro Paraguaçu.

**C&P – Qual o conceito de planejamento que será implementado pelo senhor?**

José Sergio Gabrielli – O sistema de planejamento do estado tem que combinar três grandes funções. Ele tem, primeiro, que viabilizar a execução dos planos já definidos, e isso se dá essencialmente através do orçamento; precisa trabalhar com a antecipação do futuro, ou seja, definir como fazer com que os recursos futuros previstos possam ser alocados nas prioridades que estão definidas hoje; e também precisa aumentar a capacidade de execução do estado, o que envolve uma ação do planejamento na captação de recursos e na articulação executiva da ação das diversas secretarias setoriais. Então, são essas as três dimensões do planejamento: orçamento, planejamento e articulação das ações setoriais. E isso é o que tem que ser feito. Dentro da Secretaria do Planejamento, temos que dividir as tarefas entre as que são de acompanhamento do orçamento e de gestão e monitoramento das ações orçamentárias. Também é preciso incluir os elementos de planejamento, de identificação de dinâmica, que envolvem estudos, levantamento de dados, cartografia e prospecção estratégica, e realizar uma ação de

**São essas as três dimensões do planejamento: orçamento, planejamento e articulação das ações setoriais. E isso é o que tem que ser feito**

articulação setorial com os diversos segmentos da ação do governo, de tal maneira que você maximize os recursos públicos.

**C&P – O governo federal disponibilizou alguns recursos provenientes do BNDES para investimentos que minimizassem a crise na Bahia. O estado já tem projetos para esses recursos?**

JSG – Vamos analisar um pouco mais macro. Do ponto de vista estratégico, temos um orçamento do estado, que é hoje em torno de R\$ 29 bilhões, e uma dívida do estado, em torno de R\$ 11 bilhões. O orçamento é para executar uma série de ações que estão definidas no PPA (Plano Plurianual) e na própria Lei Orçamentária Anual (LOA). O PPA envolve 47 programas apenas do executivo, cujas fontes de recursos são as mais diversas: arrecadações tributárias, a receita própria e os contratos e convênios que ele o Estado da Bahia faz com entidades externas, a exemplo de recursos do governo federal, do sistema bancário brasileiro e internacional. Então, temos as operações de crédito externas e internas, que são fundamentais para financiar o investimento, as operações do orçamento geral da União, que são fundamentais para implementar políticas nacionais no seu reatamento estadual, e ações que são decorrentes da capacidade do estado de levantar recursos próprios via impostos e contribuições estaduais, que dependem de seu dinamismo econômico e das alocações previamente determinadas, da aplicação objetiva. Por exemplo, 25% do orçamento é destinado à Educação; 12%, à Saúde; 1%, à Pesquisa e Desenvolvimento. Existe uma série de restrições na distribuição desses recursos. O que tem acontecido

**Estamos finalizando a lista de projetos prioritários para o Proinvest, e vamos, em um processo negocial com o BNDES, fechar o contrato, espero ainda neste ano**

recentemente é que o governo federal, em função da conjuntura nacional e internacional, e particularmente da área industrial, tem adotado uma série de políticas para estimular e desonerar a atividade econômica, e um dos componentes dessa desoneração é a tributação federal. Quando se reduz a tributação federal sobre alguns componentes, como, por exemplo, a indústria automobilística, a indústria da linha branca etc., reduz-se a arrecadação do governo federal em PIS/Cofins, principalmente, e até em outros elementos. Já está havendo uma queda da receita desses setores, porque o imposto de renda incide sobre o lucro e, como o lucro está caindo, o imposto de renda é menor. Isso significa, portanto, que as transferências do governo federal para o estado diminuem, e, como temos nossas despesas incompressíveis, isso significa que nós temos que buscar mais recursos. Aí o governo federal criou alguns mecanismos de novas fontes de financiamento para viabilizar que se compense esse tipo de recurso para o orçamento estadual. Portanto, no que se refere particularmente ao Proinvest, que é o recurso disponível para o estado da Bahia, em torno de R\$ 1,5 bilhão, nós estamos finalizando a lista de projetos prioritários, e

vamos, em um processo negocial com o BNDES, fechar o contrato, espero ainda neste ano.

**C&P – No que diz respeito à crise, com a seca na Bahia e a influência da crise mundial no Brasil, como a economia na Bahia está sendo afetada?**

JSG – O primeiro elemento foi uma queda da produção agrícola, que teve um impacto razoável sobre o PIB agrícola. Como o PIB agrícola é 8% do PIB total, o impacto total sobre o PIB é relativamente pequeno. Mas o que é relevante e chama a atenção é que o crescimento da construção, do comércio e do serviço no estado é muitas vezes superior ao crescimento do PIB brasileiro. A construção civil cresceu no primeiro trimestre 10,3%, e a área de comércio cresceu 8,3%, enquanto o PIB brasileiro cresceu 0,2%. Então, a taxa de crescimento é, nas áreas de construção civil, comércio e serviço, muito maior do que o crescimento da área industrial. Sem dúvida nenhuma, a área industrial está sofrendo os impactos da retração mundial e da retração dos investimentos na área industrial. Mas no que se refere a comércio, construção civil e serviço, nós ainda

estamos crescendo. Por que isso? Porque o elemento-chave que leva a esse crescimento é o consumo, e é bom lembrar que no ano de 2012 o consumo no estado foi de R\$ 132 bilhões, o que mostra, também do ponto de vista da demanda, que há uma enorme dinâmica do mercado interno que sustenta o crescimento do PIB baiano. Então, enquanto essa dinâmica do mercado interno continuar viabilizando a expansão da renda, vai permitir a continuidade da atividade econômica. Acredito que a política nacional vai ter efeito sobre a indústria, vai viabilizar a retomada de alguns setores industriais importantes, e isso vai ter impactos positivos para a economia baiana e a indústria. Ao mesmo tempo, os segmentos internacionais que são diretamente relacionados com as exportações brasileiras e baianas, que são basicamente a China, Índia e os países emergentes, vão se manter, a níveis um pouco menores do que hoje, mas com taxas de crescimento absolutas muito altas, na faixa de 6% a 8%.

**C&P – O senhor estava falando da questão de consumo dentro da Bahia. Aqui no estado, as formas de consumo estão mudando? O consumo ancorado nas famílias está se exaurindo?**

JSG – Não acredito que esteja se exaurindo o consumo relacionado às famílias. Eu acho que o nível de endividamento das famílias no estado é baixo em termos internacionais. Ele está crescendo. A inadimplência no estado está em torno de 6%, 6,5%, referente às pessoas que estão sem pagar suas dívidas por mais de 90 dias. Isso tem aumentado em relação

## O nível de endividamento das famílias no estado é baixo em termos internacionais. A inadimplência na Bahia está em torno de 6%, 6,5%

aos últimos anos. Por outro lado, a renda familiar está crescendo, porque os níveis de emprego estão mantidos nas áreas metropolitanas, urbanas, e as atividades rurais não tiveram queda da ocupação — como seria, digamos, o imediatamente imaginado em função da seca — por causa dos programas de transferência de renda e por causa dos programas de sustentação da renda de baixa renda no país e no estado. Consequentemente, eu não vejo que nós estejamos atingindo o limite na capacidade de consumo das famílias baianas. Nós conseguimos identificar alguns problemas localizados. Por exemplo, na região mais atingida pela seca, estamos vivendo um fenômeno bem diferente do que foi nas últimas grandes secas. Nas últimas grandes secas, nós tínhamos um problema de fome generalizada, de falta de condições de sobrevivência das pessoas. Com essa seca, que é mais grave do que foi a de 82, por exemplo, o problema que nós temos é de alimentação de animais, porque não há fome humana. Então, alimentação de animais é um fenômeno de destruição do capital das famílias na área rural. Esse processo de destruição do capital está envolvendo um pouco

**O crescimento da construção, do comércio e do serviço na Bahia é muitas vezes superior ao crescimento do PIB brasileiro**

a despoupança das famílias. Essas famílias em áreas atingidas pela seca estão tirando recursos da poupança para aplicar na viabilização de sustentação de seus animais, porque isso é o capital da família para sobreviver em médio prazo. Isso significa que as famílias nessas áreas estão tendo certos limites para a expansão do consumo.

**C&P – Com relação ao PAC lançado em 2007, como o senhor avalia o andamento do programa na Bahia?**

JSG – O Programa de Aceleração do Crescimento é extremamente importante, porque ele é uma forma de articular e juntar os grandes programas de investimento em infraestrutura do governo federal nas regiões e no país. Esse programa tem uma característica importante: criou um sistema para acelerar a implementação dos projetos. O governo federal tem um conjunto de ações que são diretas do governo federal. Por exemplo, a FIOLE (Ferrovia Oeste-Leste) é uma operação da Valec, e é extremamente importante na relação da integração do sudoeste da Bahia com o oeste e com a costa atlântica da Bahia. É um empreendimento da Valec, que é um órgão do governo federal relacionado com ferrovias. O governo estadual acompanha o que está acontecendo com a Valec, acompanha a implementação da construção. O que o PAC faz? O PAC dá um foco no acompanhamento por parte do planejamento do governo, do sistema de planejamento do governo central, incluindo Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda e os ministérios setoriais, e na articulação dessa

ação. Procura acelerar e eliminar gargalos. O governo do estado tem um papel complementar a isso, que é identificar aqueles impactos sobre o estado e trabalhar para alertar as implicações disso para o estado. Acho que o PAC no estado tem uma série de projetos importantes, tanto na área de logística quanto na área de questões sociais. A mobilidade urbana está dentro do PAC, e isso envolve a discussão sobre o metrô de Salvador, que é um elemento extremamente importante para a cidade de Salvador. Agora nós temos o PAC de mobilidade de cidades médias, que envolve Vitória da Conquista e Feira de Santana, com programas de mobilidade para as cidades, com recursos do governo federal. Nós temos o Minha Casa, Minha Vida, que é um programa do PAC e que é fundamental para o programa habitacional no estado. Temos todo o programa de saneamento que está dentro do PAC e também a expansão da área de educação. Temos também o programa Brasil Sem Miséria, que está dentro do PAC. Então, é um conjunto de ações do governo federal que tem enormes impactos no estado.

**C&P – Sobre a Ferrovia Oeste-Leste, o senhor acha que ela irá mudar a concentração econômica?**

JSG – Eu não diria só a ferrovia. Eu diria o seguinte: o estado da Bahia está vivendo um boom de investimentos. Se lembrarmos os cinco primeiros anos do polo petroquímico, o investimento foi em torno de US\$ 7 bilhões. Nós temos, nos próximos cinco anos, uma previsão de investimentos de R\$ 73 bilhões, que dá US\$ 42 bilhões a US\$ 43 bilhões. Portanto,

## A FIOLE reflete o novo vetor de crescimento e une a agricultura e os grãos do Oeste, mineração na região de Brumado e Caetité, chegando até o Porto Sul

é de cinco a seis vezes mais do que o polo petroquímico. Esse investimento está em andamento agora. Desse investimento, 50% estão em energia e em mineração, investimentos fora da região metropolitana. Energia é fortemente em parques eólicos na região do sudoeste da Bahia e no semiárido até Sobradinho. E a mineração é fortemente concentrada no sudoeste da Bahia. Esses dois segmentos levam quase 50% desse pacote de investimentos. Os outros 50% ficam uma parte localizada tradicionalmente na região metropolitana, no Recôncavo e no baixo sul, mas tem um enorme investimento também já no extremo sul da Bahia, a Bahia Celulose e toda a parte de celulose que vai para o extremo sul da Bahia. Então, nós estamos vivendo não somente um enorme contingente de investimentos, como também, em termos setoriais, uma descentralização espacial em relação à região metropolitana, o que vai transformar a dinâmica econômica do estado. A FIOLE, neste contexto, reflete esse novo vetor de crescimento e une a agricultura do oeste, os grãos do oeste, passando pela mineração na região de Brumado, Caetité, chegando até o Porto Sul, que é o porto que conecta a

ferrovia ao mundo, através de um novo porto perto de Ilhéus. Essa ferrovia, no entanto, não deve terminar no oeste. Ela tem que se conectar com a FICO, a Ferrovia do Centro-Oeste, para que ela possa também significar uma integração nos vetores norte-sul. Então, essa ferrovia é fundamental na nova lógica de movimentação de cargas e de movimentos econômicos com esse novo conjunto de investimentos. Se nós associarmos a essa ferrovia a recuperação da Hidrovia São Francisco a partir de Ibotirama, de Ibotirama a Xique-Xique, nós vamos ter aí um novo vetor de transporte tanto para os grãos do oeste quanto à margem direita do Rio São Francisco, como um novo canal de transporte até o Lago de Sobradinho. Chegando a Sobradinho, nós vamos ter que reforçar a atual FCA, que pode ser uma outra ferrovia, que liga o Lago de Sobradinho até o Porto de Aratu, aqui na região metropolitana.

**C&P – Como o senhor avalia o desempenho da Bahia nos últimos dez anos?**

JSG – Até um certo tempo atrás, a dinâmica econômica da Bahia era

**Nos últimos dez anos, um fenômeno de ampliação da base econômica no consumo promoveu um enorme volume de transferência de renda direto às famílias, sem passar pelos estados**

fortemente baseada em espasmos de grandes projetos. Grandes projetos entravam, havia um choque, crescia a economia e, como não tinha grande interação com o conjunto, não se conseguia continuar aquele crescimento. Nos últimos 10 anos tem acontecido um fenômeno de ampliação da base econômica no consumo. E tem havido um volume gigantesco de transferência de renda direto às famílias, sem passar pelos estados. Então, as famílias baianas recebem hoje quase R\$ 3 bilhões por ano, diretamente no bolso das famílias, através do Programa Bolsa Família, através da aposentadoria rural, através do crédito direto à agricultura familiar, através do aumento do salário mínimo. Esse volume de transferências direto às famílias, as famílias gastam onde? Na vizinhança. Então, se olharmos as cidades pequenas e médias, elas crescem mais do que as grandes cidades. O dinamismo dessa economia é crescente. Nos últimos 10 anos, é isso que tem puxado a economia baiana.

**C&P – E as Parcerias Público-Privadas (PPPs)? Elas podem contribuir para acelerar projetos de infraestrutura?**

JSG – Sim, mas a PPP é limitada. Ela é limitada a 3% da receita líquida, podendo chegar a 5%. A PPP é um modelo importante. Aqui já existem algumas experiências. A BA-093 recuperada foi uma PPP. O Hospital do Subúrbio foi uma PPP. A Arena Fonte Nova é uma PPP.

**C&P – Quais os impactos econômicos e urbanos da ponte Salvador-Itaparica?**

**Temos hoje um pacote de investimentos para a Baía de Todos-os-Santos (BTS) no valor de R\$ 15 bilhões para os próximos cinco anos. Esse pacote vai transformar as relações dos municípios entorno da BTS**

JSG – Bom, nós temos que imaginar que na Baía de Todos-os-Santos (BTS) nós temos hoje um pacote de investimentos no valor de R\$ 15 bilhões para os próximos cinco anos, que envolve a ponte, envolve o Estaleiro Paraguaçu, o terminal de regaseificação de gás natural, a indústria náutica de lazer, novos terminais e piers de turismo. Esse pacote de investimentos vai transformar as relações dos 17 municípios que estão no entorno da BTS. Então, só isso já colocará a necessidade de nós termos alguma governança para a BTS e uma visão de plano diretor. Segundo problema: quando se olha para Salvador dentro da Baía de Todos-os-Santos e a cidade de Salvador, a cidade tem hoje dois vetores de expansão, que vão em direção a Lauro de Freitas e em direção a Camaçari. Portanto, Salvador cresce na direção do nordeste. Esse crescimento encontra o de Lauro de Freitas e Camaçari, em direção ao sudeste. Portanto,

## A ponte (Salvador-Itaparica) não pode ser somente para viabilizar a ocupação de lazer da ilha. Tem que ser vista como um vetor de expansão da cidade em direção ao oeste

a capacidade de continuidade a longo prazo do crescimento nessa direção é limitada. Onde é que se tem um vetor de expansão possível da cidade? Para o oeste, que encontra a Baía de Todos-os-Santos na frente. É possível passar a Baía de Todos-os-Santos com a ponte. Então, a ponte não pode ser somente para viabilizar a ocupação de lazer da ilha. Tem que ser vista como um vetor de expansão da cidade em direção ao oeste. Isso significa que você vai ter um deslocamento da expansão urbana da cidade para o município de Itaparica e para o município de Vera Cruz. O impacto que isso tem sobre esses dois municípios é enorme. Então, esses municípios têm que se antecipar e se preparar em termos de planejamento, de plano diretor urbano e de lei de ocupação e uso do solo adequados para enfrentar esse movimento gigantesco que vai ocorrer.

### **C&P – Quais os desdobramentos do zoneamento econômico ecológico em execução para o estado da Bahia e para o desenvolvimento sustentável?**

JSG – Acredito que nós temos hoje uma necessidade gigantesca

de pensar a dimensão territorial do desenvolvimento do estado. Temos hoje, em termos de unidades de planejamento, 27 territórios de identidade no estado, que são territórios constituídos fortemente com base na identidade do pertencimento das comunidades desses territórios. Além disso, nós temos outras divisões geográficas que atendem diferentes objetivos na ação do estado. As ações de saúde, segurança pública, educação, as ações setoriais da atividade industrial, setoriais da atividade de comércio não necessariamente seguem as mesmas fronteiras dos territórios de identidade. As logísticas não necessariamente seguem as fronteiras dos territórios de identidade. Mas os territórios de identidade são unidades de planejamento. Então, precisamos desenvolver no estado a capacidade de identificar a efetiva ação que o estado está tendo em cada um desses territórios, unificando a ação na saúde, unificando a ação na educação, a ação do desenvolvimento econômico, a ação que o movimento do capital privado está tendo e tentando ter uma visão de qual é a dinâmica econômica de cada território e como essas dinâmicas se articulam. O ZEE vai ser um instrumento importante para esse mapeamento e essa identificação. Então, ele não é em si um planejamento; ele é um instrumento para a identificação de dinâmicas que estejam ocorrendo. E está em andamento.

### **C&P – O senhor poderia falar um pouco sobre essa política de articulação dos estados nordestinos para buscar integrar o**

### **desenvolvimento interno e entre o Nordeste e outras regiões do Brasil, iniciativa do Conseplan?**

JSG – Olha, eu acho que, na verdade, nós temos uma oportunidade e um desafio. Quer dizer, o Brasil, nos últimos cinco ou seis anos, cresce mais no Centro-Oeste, Norte e Nordeste do que no Sul e no Sudeste. Esse dinamismo das regiões tem muito a ver com aquele dinamismo que eu mencionei daqui da Bahia, o papel do mercado interno, das transferências de renda, do crescimento da infraestrutura recente. Mas esse dinamismo rapidamente encontra e revela a insuficiência da infraestrutura. E um dos elementos-chave dessa insuficiência de infraestrutura é a capacidade de movimentação de cargas e pessoas no espaço. E a movimentação de cargas e pessoas — e eu acho que na indústria moderna, no mundo moderno, de dados no espaço — exige uma nova logística, uma nova matriz de relação das redes logísticas dentro do espaço. Essa matriz logística pode ter um componente local muito grande, mas deve ser vista em sua visão macro, como um instrumento vital e fundamental para a continuidade e integração da economia brasileira. Isso significa, portanto, que o pacote de

## Precisamos desenvolver a capacidade de identificar a efetiva ação que o estado está tendo em cada um dos territórios de identidade

investimentos logísticos tem que levar em conta essa integração regional, macrorregional. Então, os secretários de Planejamento do Nordeste finalizaram, agora em agosto, uma visão integrada da região como um todo, escolhendo grandes troncais logísticos que permitam acelerar o desenvolvimento logístico da região, porque é quase impossível exigir que

a atividade econômica do Nordeste atinja condições de competitividade por si só com a logística que tem, porque o custo logístico é muito grande. Eu acredito nessa iniciativa do Conseplan, do Conselho de Secretários de Planejamento, no qual a Seplan Bahia teve um papel extremamente importante na articulação dos diferentes secretários e

secretarias. Acho muito importante para ser um guia dentro do qual a gente vai aprofundar e detalhar a rede logística dentro do estado da Bahia, de Pernambuco, do Maranhão, do Rio Grande do Norte, Paraíba etc. e, portanto, otimizar o efeito dos programas do PAC, dos programas do plano nacional de logística e de transporte para a região.

Entrevista concedida à jornalista Aline Cruz.



# Evolução da política cambial e seus impactos sobre a economia brasileira<sup>1</sup>

Carla Janira Souza do Nascimento\*

Gabriel Duran Brito\*\*

Rafael Augusto Fagundes Guimarães\*\*\*

**A proposta deste trabalho é descrever a política cambial brasileira desde a década de 1960. A exploração do assunto não é feita de maneira exaustiva<sup>2</sup>, mas apresenta algumas das principais experiências nesse campo que transcorreram em diferentes momentos econômicos, finalizando no período recente, em que a taxa de câmbio domina o cenário econômico. Assim, além dessa introdução, o trabalho está organizado em outras quatro seções. A primeira apresenta uma breve explanação do longo período de 1961 até 1998, quando ocorreram inúmeras mudanças no regime cambial – maxidesvalorizações, minidesvalorizações e o sistema de bandas cambiais, fase de diversas crises que limitaram a liquidez.**

\* Mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); economista pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). carlaianira@sei.ba.gov.br

\*\* Graduando em Ciências Econômicas. Estagiário da SEI. gabrieldbrito@hotmail.com

\*\*\* Graduando em Ciências Econômicas. Estagiário da SEI. rafaelguimaraes01@yahoo.com.br

1 Os autores agradecem os comentários de Elissandra Britto, Jorge Caffé e Luiz Mário Vieira. Os erros e opiniões são de integral responsabilidade dos autores.

2 Existe uma vasta literatura econômica que discute o tema de forma abrangente.

A segunda seção compreende o período a partir de 1999 até 2003, em que ocorreu um novo processo de formação teórica da taxa de câmbio, com o advento do mercado de taxas flutuantes, em substituição ao sistema de bandas cambiais, em razão da crise cambial que o país enfrentava na oportunidade. A terceira apresenta a política cambial conduzida pelo Banco Central, com a adoção do regime de câmbio flutuante, com o intuito de ampliar as reservas cambiais para reduzir a sensibilidade da economia brasileira aos choques externos. E, finalmente, a quarta seção é reservada às considerações finais, em que se apresentam diferentes pontos de vista com relação à valorização do real.

## **ANOS 1961-1998 – MAXIDESVALORIZAÇÃO E MINIDESVALORIZAÇÃO CAMBIAIS, FLUTUAÇÃO SUJA E CÂMBIO FLEXÍVEL**

Nos anos que compreendem o período entre 1961 e 1998, o Brasil teve quatro distintos sistemas de fixação da taxa de câmbio e diferentes políticas cambiais. Foram eles: o sistema de taxa de câmbio nominal fixa com maxidesvalorizações cambiais esporádicas, vigente de 1961 até meados de 1968; o sistema de minidesvalorizações cambiais, que prevaleceu do ano de 1968 ao início dos anos 1990; o sistema de taxa de câmbio com flutuação suja, que vigorou de 1990 até 1994; e, por fim, o sistema de taxa de câmbio limitadamente flexível, que prevaleceu até 1999.

Em março de 1961, ocorreu uma reforma cambial no Brasil, que, segundo Almeida e Bacha (1999), foi utilizada para substituição do sistema de taxas múltiplas de câmbio, criando-se, assim, um sistema cambial mais unificado. Neste sistema, foram definidas duas taxas de câmbio, ocorrendo desvalorização de 100% do cruzeiro: uma para as exportações de café e cacau e outra para as demais exportações e para as importações. Dentre os motivos para que tal reforma fosse feita, destacaram-se a dificuldade de controle do balanço de pagamentos e a preocupações com a inflação.

No governo do presidente João Goulart, buscou-se a estabilização econômica através de medidas de emergência e reformas institucionais. No que tange às políticas cambiais, segundo Abreu (1990, p. 201), “o programa de

**No período de março de 1961 a julho de 1968, a moeda nacional foi desvalorizada em grandes proporções, em longos intervalos de tempo, caracterizando a política de maxidesvalorizações cambiais**

Goulart propunha a adoção de uma taxa de câmbio única fixada em um nível realista [...]. Por outro lado, enfatizava, ao mesmo tempo, a necessidade de manter o controle quantitativo de importações não-essenciais”.

Em 1964, observou-se o fim do processo de unificação do câmbio, definindo-se uma única taxa fixada oficialmente. Após alcançar a variação de 204,0%, a taxa de câmbio foi alterada, até janeiro de 1968, em apenas três momentos. No período de março de 1961 a julho de 1968, a moeda nacional foi desvalorizada em grandes proporções, em longos intervalos de tempo, caracterizando a política de maxidesvalorizações cambiais (ALMEIDA; BACHA, 1999, p. 9).

Essa medida objetivava incentivar as exportações, direcionando o saldo da balança comercial para o setor industrial, e conter os avanços da inflação, acelerando o crescimento econômico. Entretanto, a sua adoção trouxe vários problemas para a economia brasileira, como especulação da moeda doméstica, aumentos exorbitantes dos insumos e incertezas quanto ao valor das receitas oriundas das exportações.

De 1968 a 1990, passou-se a adotar a política de minidesvalorização. Era uma prática em que a taxa de câmbio nominal sofria pequenas desvalorizações, com periodicidade curta, visando preservar o valor real da taxa de câmbio e diminuir a sua volatilidade. Os elevados déficits na conta de transações correntes eram financiados através da entrada de capitais, levando ao acúmulo da dívida externa do país.

Nos anos 1970, o regime cambial foi caracterizado pela consolidação das minidesvalorizações, que consistiam em desvalorizações frequentes e de pequena magnitude na taxa nominal de câmbio, utilizando as diferenças entre as taxas de inflação doméstica e internacional, esta última medida pela inflação dos Estados Unidos. Embora as autoridades governamentais se mantivessem na incerteza quanto às possíveis consequências inflacionárias decorrentes dessa política, sua implementação objetivava, essencialmente, amenizar eventuais posições especulativas contra a moeda doméstica. No final de 1973, a partir da crise do petróleo, o governo brasileiro renunciou ao ajuste na taxa nominal de câmbio e, em contrapartida, passou a conceder subsídios aos exportadores e a cobrar tarifas adicionais dos importadores. Ao término de 1978, com a segunda crise do petróleo, deterioraram-se novamente os termos de troca internacionais, mas, desta vez, em um ambiente de escassez de crédito no mercado externo, decorrente de uma política monetária restritiva do Banco Central dos Estados Unidos (FED).

Em 1979 houve uma forte elevação dos custos dos empréstimos, em virtude principalmente da elevação das taxas de juros promovida pelo FED. Nesse período, em que se verificou o segundo choque do petróleo, a atração de investimentos internacionais foi comprometida. Esse processo culminou em uma rápida perda de reservas por parte dos EUA e em desequilíbrio do balanço de pagamentos brasileiro, que passou de superavitário em US\$ 4,3 bilhões para deficitário em US\$ 3,2 bilhões (PEDRAS, 2009, p. 71).

**Nos anos 1970, o regime cambial foi caracterizado pela consolidação das minidesvalorizações, que consistiam em desvalorizações frequentes e de pequena magnitude na taxa nominal de câmbio**

A política de minidesvalorização foi mantida até dezembro de 1979, quando se realizou uma maxidesvalorização cambial de curto efeito. De acordo com Pedras (2009), apesar do pequeno superávit obtido no balanço de pagamentos em 1981, a situação das contas do país tornou-se crítica em 1982, quando o México decretou moratória de sua dívida externa, contribuindo para o agravamento da crise no Brasil.

Nesse ano, o déficit no balanço de pagamentos chegaria a US\$ 8,8 bilhões. Diante disso, o Brasil buscou cooperações internacionais com o FMI, a fim de obter empréstimos no valor aproximado de US\$ 3 bilhões. Até o final de 1982, as vertentes que pressionavam o balanço de pagamentos da economia brasileira haviam esmaecido, por conta de uma maior oferta de petróleo (exploração de novos campos), forçando um ajuste para baixo de seus preços negociados nos diversos mercados mundiais. Ademais, menores pressões inflacionárias na economia americana permitiram suavizar sua política monetária, com a consequente redução das taxas nominais e reais de juros.

Mas a moratória da dívida externa mexicana, decretada em setembro de 1982, potencializou, no curto prazo, a já escassa oferta de crédito internacional, reduzindo, substancialmente, o financiamento dos países em desenvolvimento pelos agentes privados. Para aumentar o saldo da balança comercial restou às autoridades governamentais brasileiras aplicar, em fevereiro de 1983, uma nova maxidesvalorização de 30% na taxa nominal de câmbio. Contudo, essa maxidesvalorização, a incapacidade do governo de mudar a lei de indexação salarial e a política de câmbio ainda baseada na diferença entre as inflações interna e externa culminaram em elevadas taxas de inflação. Para controlar o processo inflacionário, o governo lançou mão de planos heterodoxos de estabilização (Cruzado, Bresser, Verão). Ainda nesse ano, as autoridades, após a utilização dessa ferramenta, voltaram a praticar a minidesvalorização, com o objetivo de evitar a especulação contra a moeda doméstica e proteger a receita das exportações de uma possível deterioração.

Entre 1983 e 1985, a política cambial adotada pelo Brasil foi principalmente caracterizada pelas minidesvalorizações, que ocorriam inicialmente em períodos de três a dez

## **Em 1985, diante do cenário recessivo devido à crise do endividamento externo, o governo do então presidente José Sarney optou pelo congelamento total dos preços e do câmbio**

dias, sendo, posteriormente, substituídas por desvalorizações diárias. Essa política tinha como objetivo garantir a obtenção de superávits da balança de pagamento, que se encontrava deficitária.

Em 1985, diante do cenário recessivo devido à crise do endividamento externo, o governo do então presidente José Sarney optou pelo congelamento total dos preços e do câmbio. Essa medida levou à fuga de capital do país. Em 1987, o governo retomou a política de desvalorizações cambiais diárias, e as exportações voltaram a crescer. No ano de 1989, o ministro Maílson da Nóbrega estabeleceu um plano de estabilização da economia chamado de Plano Verão. Esse consistiu em um novo congelamento dos juros, salários e preços e uma desvalorização cambial. Porém, essa política de desvalorizações não conseguiu evitar a queda das exportações.

Na década de 1990, a expansão do capitalismo levou a uma reestruturação financeira mundial. A abertura do capital gerou pressões nas taxas cambiais, forçando o governo brasileiro a alterar as regras deste setor. Nesse ano, o Banco Central voltou a intervir no mercado cambial, com o objetivo de reverter a tendência de queda nas exportações.

A partir de 1991, a elevada liquidez no mercado internacional e as altas taxas de juros praticadas no Brasil estimularam a entrada de capitais no país. A política cambial caracterizou-se por medidas que visavam restringir esse afluxo de capitais, fazendo com que o Banco Central

voltasse a intervir no mercado cambial de forma mais agressiva, tendo permitido uma desvalorização cambial de 14% em um único dia. Nesse período, frente às constantes às crises inflacionárias, o Banco Central interveio de forma mais incisiva no mercado cambial. Ao demandar divisas, promoveu um aumento de volume de reservas cambiais acumuladas (ALMEIDA; BACHA, 1999, p. 12).

Em 1994, com a introdução do Plano Real, o câmbio funcionou de acordo com uma política de livre flutuação. Porém, a valorização cambial neste ano levou a novas intervenções do Banco Central. A política de flutuação cuja foi mantida até junho, quando então os preços da economia brasileira e a taxa de câmbio vigente foram corrigidos pela variação da Unidade Real de Valor (URV).

A política cambial que vigorou após esse período foi a do câmbio fixo ajustado, pois dessa forma podiam ocorrer variações entre padrões. O preço máximo de venda de cada dólar norte-americano, que passou a ser igual a uma URV, era estabelecido pelo Banco Central. Ou seja, nesse período, o Banco Central fixou a paridade cambial de US\$ 1 = 1 URV. Em julho de 1994, quando a população já estava acostumada com os novos valores, o real começou a circular.

Com a implantação da URV, houve uma forte valorização do câmbio, diante da entrada de capitais encorajados em grande parte pelos processos de privatizações no governo FHC. Na tentativa de reverter a tendência de valorização

**Frente às constantes às crises inflacionárias, o Banco Central interveio de forma mais incisiva no mercado cambial. Ao demandar divisas, promoveu um aumento de volume de reservas cambiais acumuladas**

real do câmbio, com base nos próprios mecanismos de mercado, o Banco Central lançou diversas medidas, nos meses de agosto e setembro de 1994, com vistas a estimular a demanda por divisas, para assegurar certa estabilidade à taxa de câmbio real.

Em 1995, a crise cambial mexicana induzia a saída de capitais de curto prazo do Brasil, o que obrigou o governo a vender suas divisas para manter a economia estável. Instalava-se aí o sistema de bandas cambiais largas e ainda o sistema de intrabandas (ou minibandas), com a finalidade de manter a taxa de câmbio dentro dos limites desejados.

A fim de evitar uma maior desvalorização da moeda nacional, o Banco Central elevou as taxas de juros, passando a adotar, explicitamente, o sistema de bandas cambiais<sup>3</sup>, em que era permitido que o câmbio variasse dentro de certos limites fixados pela autoridade monetária. Esse sistema foi mantido até janeiro de 1999, apesar das crises cambiais na Ásia, em 1997, e na Rússia, em 1998.

Segundo Almeida e Bacha (1999), os mecanismos de intervenção do Banco Central, na forma da política de bandas cambiais, visavam à lenta e equilibrada desvalorização do câmbio, sem anunciar periodicidade nem intensidade dessas desvalorizações. Dessa forma, seria possível evitar ataques especulativos, que poderiam gerar deterioração da receita das exportações e o ressurgimento da indexação dos preços dos produtos diretamente atrelados ao câmbio.

A consolidação da política de minidesvalorização administrada pelo Banco Central, em sintonia com o comportamento da inflação interna, não evitava que o governo ainda mantivesse grande preocupação com as questões cambiais. O objetivo era alcançar um nível ideal que

**Em 1997, após ataques especulativos contra diversas moedas do sudeste asiático, a política cambial se mostrou consistente, não cedendo a qualquer tipo de especulação contra o real**

estimulasse o setor exportador e que conseguisse atrair capital estrangeiro na forma de investimentos. O ano de 1996 iniciou-se com grandes pressões, principalmente por parte do setor exportador, no sentido de uma desvalorização da taxa de câmbio.

Em 1997, após ataques especulativos contra diversas moedas do sudeste asiático, a política cambial se mostrou consistente, não cedendo a qualquer tipo de especulação contra o real.

Em 1998, a conjuntura internacional encontrava-se novamente abalada, devido à moratória decretada pela Rússia, que gerou grande instabilidade na economia mundial. Neste ano, a política cambial brasileira ainda se mantinha controlada através dos sistemas de bandas. Porém, foram realizadas novas elevações na taxa Selic, o que repercutiu em um ambiente desfavorável aos investimentos e favorável à especulação.

## ANOS 1999-2003 – CÂMBIO FLUTUANTE

O ano de 1999 foi marcado por uma significativa mudança na política cambial brasileira, com a adoção do câmbio flutuante. Nesse sistema, o mercado de divisas define a relação entre a moeda interna e o dólar. A adoção do regime de metas de inflação, posteriormente à liberação do câmbio, conseguiu manter a inflação num patamar aceitável até o início de 2001, quando as crises interna e externa voltaram a pressionar os preços. O

3 Bandas cambiais é um sistema econômico que foi utilizado pelo Banco Central do Brasil no Plano Real. Ele estabelece uma faixa ou banda em que o câmbio flutua livremente. As bandas cambiais são sistemas cambiais intermediários aos fixos e flexíveis, que permitem relativa flexibilidade da taxa de câmbio nominal em resposta às mudanças nas condições externas e internas do país. Aliado a isso, este sistema mantém o mercado informado do valor da paridade da moeda, estabilizando as expectativas dos agentes, que podem planejar suas operações dentro da margem de flutuação da moeda.

câmbio brasileiro passou a sofrer um processo de desvalorização, que foi acentuado no ano seguinte, com as desconfianças dos especuladores a respeito dos rumos da política e da economia brasileira.

Em 2002, com as expectativas negativas geradas pelo mercado quanto à eleição e à posse de nova administração, a taxa de câmbio apresentou significativa desvalorização, atingindo o patamar de R\$ 3,89/US\$ no final do mês de setembro e fechando o período com a taxa em torno de R\$ 3,53/US\$.

A partir de janeiro o Banco Central passa a adotar uma política de desconcentração parcial dos títulos cambiais em 2002. Todavia, o mercado ainda se mostrava inseguro para aceitar títulos do governo, como mostram as altas taxas de remuneração exigidas para estes títulos, e a tendência do dólar era ainda de alta. Em 23 de outubro de 2003, na semana que antecedeu o segundo turno das eleições presidenciais, o dólar atingiu a cotação máxima do Plano Real: R\$ 3,95 (BOLETIM DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2002).

A retração das fontes autônomas externas de financiamento impactou de forma significativa o balanço de pagamentos, que registrou acentuada redução no déficit das transações correntes. O resultado positivo da balança comercial, sofrendo os impactos da depreciação cambial conjuntamente a uma recuperação internacional, compensou a redução dos investimentos estrangeiros diretos (BOLETIM DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2002).

**O resultado positivo da balança comercial, sofrendo os impactos da depreciação cambial conjuntamente a uma recuperação internacional, compensou a redução dos investimentos estrangeiros diretos**

Passadas as dúvidas referentes ao futuro da economia e da política brasileira no novo governo, a demanda de ativos brasileiros voltou a aumentar, atraindo a atenção do capital especulativo, devido ao diferencial da taxa de juros interna/externa.

A partir de 2003 desencadeou-se um processo de valorização da taxa de câmbio, com a melhora das relações com o exterior. O balanço de pagamentos sofreu os impactos positivos de um aumento da liquidez internacional, que acarretou uma valorização das bolsas de valores em países emergentes, impulsionada pelo patamar deprimido das taxas de juros americanas. Somaram-se a isso as perspectivas de crescimento mundial, que apresentaram significativa melhora, e a relativa estabilidade da taxa de câmbio, sob a qual uma recuperação dos termos de troca do Brasil pôde ser identificada (BOLETIM DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2003).

Esta sensível melhora do cenário internacional levou também a uma expansão da demanda, principalmente por produtos básicos – *commodities* –, que também passaram a apresentar uma constante elevação de seu preço médio a partir deste período. Isso contribuiu para um aumento nas receitas dos produtos exportados, sobretudo a partir de agosto, quando foram observados recordes históricos nas exportações mensais e um maior fluxo de moeda estrangeira, acarretando uma apreciação na taxa de câmbio.

Neste novo cenário de economia estável e taxa de câmbio com menor volatilidade, o Tesouro Nacional passa a atuar mais efetivamente no mercado de câmbio, com o Banco Central aprovando uma mudança que ampliou de 90 dias para 180 dias o prazo máximo de liquidação das contratações do Tesouro, que com isso ganha uma maior flexibilidade para efetuar compras no mercado de câmbio para fazer frente ao pagamento do compromisso da dívida externa (BOLETIM DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2003).

A ação do governo permitiu, em 2003, uma trajetória de valorização da taxa de câmbio, que foi mantida no ano posterior, período em que o Banco Central adquiriu divisas, entre outros instrumentos, para a recomposição das reservas internacionais.

## 2004-2011 – ACUMULAÇÃO DE RESERVAS INTERNACIONAIS, APRECIAÇÃO CAMBIAL E VULNERABILIDADE EXTERNA

No período abrangido nesta seção, 2004-2011<sup>4</sup>, o objetivo da política cambial foi o acúmulo de reservas internacionais sem a intenção de interferir na volatilidade e no nível da taxa de câmbio, para apenas manter a estabilização da economia.

Entre 2004 e 2006, a economia brasileira apresentou condições favoráveis ao crescimento, com o controle da inflação e a ampliação dos empregos formais e dos rendimentos reais. Em 2004, houve um expressivo crescimento de 5,7% na economia, sendo a taxa mais elevada desde 1994. Ainda neste triênio, a melhora das condições de financiamento externo dos países emergentes, aliada à solidez das contas externas e à gestão atenta da política econômica brasileira, favoreceu o fluxo de recursos para o país, criando condições para a apreciação da taxa de câmbio e para a redução do risco-Brasil.

Nesse sentido, as condições favoráveis vigentes nos mercados financeiros globais, bem como a evolução adequada da balança comercial brasileira, possibilitaram ao Banco Central perseguir a estratégia de acúmulo de reservas, associada não somente à minimização de riscos de instabilidade financeira, mas também à chamada “demanda precaucional” (PRATES, 2010, p. 11). Essa estratégia foi ao encontro do regime de metas de inflação, pois contribuiu para a redução da vulnerabilidade externa e também favoreceu a avaliação do risco de crédito do país pelas agências de classificação de risco.

Segundo relatório do Banco Central (RELATÓRIO DE ESTABILIDADE FINANCEIRA, abr. 2004), em janeiro 2004, foi anunciado um programa de recomposição de reservas internacionais, pautado pelas condições de liquidez existentes a cada momento, objetivando atuar de forma neutra sobre a volatilidade do mercado cambial e sobre a flutuação da taxa de câmbio.

**Entre 2004 e 2006, a economia brasileira apresentou condições favoráveis ao crescimento, com o controle da inflação e a ampliação dos empregos formais e dos rendimentos reais**

A partir de julho de 2004, a taxa cambial iniciou um prolongado processo de apreciação, e as atuações das autoridades nesse mercado mantiveram-se intermitentes, dado o objetivo implícito de usufruir desse processo para atingir as metas de inflação.

Apesar de o quadro de diminuição da liquidez internacional e de aumento da aversão a risco ter desestimulado o fluxo de capitais para os países emergentes no segundo trimestre, a continuidade do forte desempenho do setor exportador e a melhora no panorama externo permitiram que a taxa de câmbio retornasse, já a partir de agosto, ao patamar do início do ano.

Em 2005, a política cambial teve por objetivo a manutenção das estratégias de redução da exposição cambial do setor público, em curso desde o início de 2003, e de recomposição das reservas. Isso se deu pela aquisição de divisas pelo Banco Central no mercado à vista e pelas contratações do Tesouro Nacional para liquidação da dívida de sua responsabilidade.

Internamente, o elevado crescimento do saldo comercial foi o principal fator determinante do superávit em transações correntes, terceiro resultado anual positivo consecutivo, o que contribuiu para a continuidade do processo de ajuste estrutural do balanço de pagamentos. Esses fatores, externos e internos, levaram à redução dos níveis de risco-Brasil a pisos históricos, o que possibilitou a intensificação da estratégia de recomposição de reservas e de redução da dívida cambial.

<sup>4</sup> A discussão da evolução da política cambial brasileira no período de janeiro de 2004 a julho de 2011 foi baseada no Boletim do Banco Central do Brasil (2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010) e no Relatório de Estabilidade Financeira (abr. 2011, set. 2011).

**O período entre 2007 e 2009 caracterizou-se por forte retração da produção mundial, que teve origem no colapso do mercado imobiliário dos EUA, em agosto de 2007**

A consolidação das estratégias tanto de redução da exposição cambial do setor público quanto de acumulação das reservas constituiu-se no elemento central da política cambial brasileira de 2006. Destaca-se também a atuação do Banco Central, que flexibilizou e simplificou procedimentos operacionais e de registros cambiais, como a exigência de cobertura cambial nas exportações, tendo em vista as condições favoráveis determinadas pela solidez do balanço de pagamentos.

O período entre 2007 e 2009 caracterizou-se por forte retração da produção mundial, que teve origem no colapso do mercado imobiliário dos EUA, em agosto de 2007. Nesse período, verificou-se que a estratégia de redução da exposição cambial do setor público e de recomposição das reservas, adotada desde 2003, contribuiu para aumentar a liquidez em moeda estrangeira e reduzir a volatilidade cambial diante do ambiente de turbulências nos mercados internacionais de crédito observado após a eclosão da crise no mercado de *subprime* dos EUA, em 2007.

No primeiro semestre de 2007, a economia brasileira encontrava-se em um contexto de continuidade da política de redução da taxa de juros básica. Tinha-se a expectativa de melhora da classificação do risco de crédito externo do país, mas, sobretudo, de obtenção do “grau de investimento”, que estimulou as aplicações tanto em ações quanto em renda fixa. Pelo quinto ano consecutivo, o dólar se depreciou em relação ao real e fechou cotado a R\$ 1,771/US\$.

Com o aprofundamento da crise financeira e sua transmissão ao mercado de câmbio doméstico, o Banco

Central passou a atuar como fornecedor de liquidez em moeda estrangeira. Em 18 de setembro, foi anunciado que a autoridade monetária passaria a vender dólares no mercado à vista, em leilão com *dealers*, com compromisso de recomprá-los em data predefinida. A partir de setembro de 2008, em um ambiente de perdas generalizadas nos mercados financeiros, intensificação da aversão ao risco por parte de investidores e necessidade de recomposição de perdas das matrizes no exterior, observou-se expressiva saída líquida de divisas no mercado cambial doméstico, resultando no primeiro déficit global nesse mercado desde 2002.

Além do forte déficit no mercado cambial, as operações com derivativos vinculadas às taxas de câmbio determinaram a depreciação do real, o que resultou em elevados prejuízos para empresas nacionais como a Sadia e a Aracruz (PRATES, 2010, p. 43). Somente em outubro, o Banco Central retomou as vendas convencionais de divisas, que não atingiram volumes expressivos, e também passou a realizar empréstimos em moeda estrangeira a partir das reservas internacionais destinadas ao financiamento do comércio exterior (PRATES, 2010, p. 44).

Em 2009, o regime cambial brasileiro baseado no câmbio flutuante com livre movimentação de capitais não sofreu qualquer alteração, mesmo com a deflagração da crise internacional. Os impactos iniciais da forte depreciação cambial ocorrida entre setembro e dezembro de 2008, que poderiam resultar em um estímulo mais pujante pelo lado do setor externo, foram rapidamente compensados com

**Em 2009, o regime cambial brasileiro baseado no câmbio flutuante com livre movimentação de capitais não sofreu qualquer alteração, mesmo com a deflagração da crise internacional**

o posterior movimento de reapreciação cambial ocorrido a partir de março de 2009. Deste modo, a retomada da demanda externa como fator responsável por parte da recuperação econômica brasileira está associada aos ganhos dos termos de troca advindos da alta dos preços das *commodities*.

A condução da política cambial objetivou, no início de 2009, a manutenção e o aperfeiçoamento das medidas implementadas no último trimestre do ano anterior, orientadas para garantir a liquidez em moeda estrangeira e suprir a escassez de oferta de linhas internacionais. Como instrumentos foram utilizados as intervenções de venda no mercado à vista; os leilões de venda conjugados com leilões de compra de moeda estrangeira no mercado interbancário de câmbio (linhas com recompra); a concessão de empréstimos em moeda estrangeira pelo Banco Central do Brasil; a prorrogação do acordo de *swap* de moedas com o FED; e as operações de *swap* cambial.

Ao longo do segundo semestre de 2009, a melhora na evolução da economia mundial refletiu-se em menor aversão a risco nos mercados internacionais, o que favoreceu o ingresso de recursos no Brasil e contribuiu para a apreciação do real e para o bom desempenho dos mercados de capitais. Todavia, concomitantemente às revisões de alta do crescimento das principais economias, e diante dos elevados déficits fiscais gerados pelas medidas anticrise, avolumaram-se incertezas quanto à sustentabilidade das previsões otimistas, com reflexos sobre o mercado de juros no Brasil.

As medidas de estímulo adotadas pelo governo para fazer frente à crise começaram a ser gradativamente revertidas em função da expansão da demanda interna e da melhora no desempenho econômico no fim do segundo semestre. Isso se deu mesmo com a condução da política cambial que visou evitar que a liquidez em moeda estrangeira resultasse em excessiva volatilidade e desequilíbrios no mercado de câmbio.

As pressões inflacionárias no início de 2010 levaram o Comitê de Política Monetária (Copom) a iniciar um ciclo restritivo de política monetária a partir de abril. Em junho, os preços ao consumidor mantiveram-se estáveis e, em meados de julho, já se observava uma perda expressiva

de inclinação na curva de juros. Esse ambiente de continuidade do crescimento econômico e a robustez dos fundamentos macroeconômicos permitiram que a taxa de câmbio não sofresse alterações significativas, apesar do aumento da volatilidade em decorrência das incertezas advindas do cenário externo.

Ao longo do primeiro semestre de 2010, observaram-se apreciação do real e melhora dos indicadores do risco-país, em queda no período, em contraposição à alta verificada para indicadores consolidados de países emergentes. As principais agências internacionais de classificação de risco elevaram a nota atribuída aos títulos soberanos emitidos pelo Brasil, contrastando com a piora na classificação de risco de diversas economias maduras.

O agravamento da situação fiscal na Europa e o aumento das incertezas sobre o processo de recuperação global induziram o aumento da aversão ao risco e da demanda por ativos líquidos e de baixo risco, como os títulos do tesouro americano, determinando a valorização do dólar em relação ao real, ao euro e a diversas outras moedas. O real valorizou-se e encerrou o ano em R\$ 1,69/US\$. Em 2010, a economia brasileira cresceu significativamente, atingindo taxa de 7,5%.

Em 2011, o ambiente econômico externo apresentou, ao longo dos sete primeiros meses, aumento dos riscos para a estabilidade financeira mundial, devido, em primeiro lugar, ao agravamento dos problemas fiscais nas economias europeia e americana, em segundo, ao aumento do

**O agravamento da situação fiscal na Europa e o aumento das incertezas sobre o processo de recuperação global induziram o aumento da aversão ao risco e da demanda por ativos líquidos e de baixo risco**

risco inflacionário em economias emergentes e, por fim, à incerteza quanto à recuperação da economia mundial. Esses fatores contribuíram para o aumento da volatilidade e o recuo nos preços dos ativos nos mercados financeiros, principalmente a partir do início de agosto. Nesse período ocorreu o impasse sobre a definição do novo teto da dívida pública nos EUA, que culminou no rebaixamento da nota de risco norte-americano pela agência Standard & Poor's (S&P).

Internamente, as condições permaneceram moderadamente favoráveis para o desempenho da economia brasileira. Isso ocorreu, por um lado, devido ao cenário de incerteza e pessimismo frente à situação mundial, e, por outro, por conta da política monetária contracionista focada em juros elevados e da contenção das despesas por parte da União. Contudo, as dificuldades fiscais na Europa e a instabilidade financeira americana conduziram os mercados acionários a expressivos recuos em agosto.

Mesmo dentro desse cenário conturbado, o país permaneceu recebendo expressivo influxo líquido de capitais externos, levando o Banco Central (RELATÓRIO DE ESTABILIDADE FINANCEIRA, abr. 2011), por meio da Circular nº 3.528, de 23 de março de 2011, a introduzir ajustes técnicos nos compulsórios sobre depósitos a prazo, na posição vendida de câmbio e na exigibilidade adicional. Mas o ambiente de elevada liquidez internacional, o crescimento da atividade econômica (ainda que moderado) e as perspectivas econômicas favoráveis intensificaram o influxo de recursos de investidores estrangeiros para o país, conduzindo para uma maior apreciação do real e uma melhora dos indicadores de risco do país, contrariamente ao ocorrido nas economias mais desenvolvidas.

## CONCLUSÕES

O objetivo proposto pelo presente artigo foi descrever a política cambial e os nexos mantidos com a política econômica brasileira, observando-se o contexto histórico e econômico em cada período analisado. O controle da taxa de câmbio foi utilizado diversas vezes no Brasil e em outras economias, culminando, em geral, com crises cambiais.

Neste escopo, ressaltam-se duas questões amplamente debatidas sobre o câmbio no período mais recente. Uma primeira questão refere-se ao papel do Banco Central na condução da política cambial. Ao longo da análise, verificou-se a atuação direta do Banco Central e, mais recentemente, indireta de demais autoridades monetárias na condução da taxa de câmbio nacional, independentemente do tipo de regime cambial atuante.

A outra questão diz respeito ao papel do câmbio como inibidor do crescimento industrial. Há uma linha de pensamento "e de interesses" que ressalta "a importância do câmbio como ferramenta para a promoção do desenvolvimento" (GALA, 2006).

Um câmbio competitivo seria importante para o desenvolvimento econômico, pois estimularia a indústria de exportações de bens não tradicionais, especialmente as manufaturas. Ao tornar rentável a produção de bens não "*commodities*" para o mercado mundial, um câmbio competitivo seria capaz de desencadear dinâmicas de desenvolvimento evitando o conhecido problema da 'Dutch Disease' (GALA, 2006).

Defensores desta linha acreditam que, ao se apreciar a taxa de câmbio, estimulam-se não apenas importações de bens de capital, mas também e principalmente todas as categorias de bens de consumo, substituindo a produção local. Recentemente, esta vertente vem sendo seguida pelas autoridades monetárias, com o intuito de conter a valorização do real, dadas suas implicações no processo de desenvolvimento econômico brasileiro. No entanto, deve-se estar atento que o principal obstáculo ao crescimento das exportações de manufaturados reside no precário desempenho inovador da indústria brasileira.

Outra linha defende que a saída para a indústria é se adaptar a um ambiente de câmbio valorizado, investindo em modernização e ganhando competitividade por intermédio de redução de custos. Assim, fatores como a infraestrutura limitada, carga tributária elevada e baixa qualificação da mão de obra prejudicam muito mais a capacidade produtiva e competitiva do que o real apreciado.

Enfim, cabe um debate mais profundo sobre os caminhos e os riscos da opção a ser feita pelo Brasil para encontrar a taxa cambial de equilíbrio.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Marcelo de Paiva. Inflação, estagnação e ruptura: 1961-1964. In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). *A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990, 445p. cap. 8.

ALMEIDA, Clovis O.; BACHA, Carlos José Caetano. Evolução da política cambial e da taxa de câmbio no Brasil, 1961-97. *Revista Pesquisa & Debate*, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 5-29, 1999.

BOLETIM DO BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Relatório anual*. Brasília: BCB, v. 38, 2002. 298p.

\_\_\_\_\_. *Relatório anual*. Brasília: BCB, v. 39, 2003. 247p.

\_\_\_\_\_. *Relatório anual*. Brasília: BCB, v. 40, 2004. 229p.

\_\_\_\_\_. *Relatório anual*. Brasília: BCB v. 41, 2005. 225 p.

\_\_\_\_\_. *Relatório anual*. Brasília: BCB v. 42, 2006. 251 p.

\_\_\_\_\_. *Relatório anual*. Brasília: BCB v. 43, 2007. 248 p.

\_\_\_\_\_. *Relatório anual*. Brasília: BCB v. 44, 2008. 253 p.

\_\_\_\_\_. *Relatório anual*. Brasília: BCB v. 45, 2009. 237 p.

BOLETIM DO BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Relatório anual*. Brasília: BCB v. 46, 2010. 239 p.

GALA, Paulo Sérgio de Oliveira Simões. *Política cambial e macroeconomia do desenvolvimento*. 2006. 165 f. Tese (Doutorado em Economia de Empresas) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2006.

LACERDA, Antônio Corrêa de; OLIVEIRA, Alexandre da Silva de. *Política cambial: uma análise teórica e do debate contemporâneo no Brasil*. Disponível em: <<http://www.ppge.ufrgs.br/akb/encontros/2010/38.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2011.

PEDRAS, Guilherme Binato Villela. História da dívida pública no Brasil: de 1964 até os dias atuais. In: SILVA, Anderson Caputo; CARVALHO, Lena Oliveira de; MEDEIROS, Otávio Ladeira de. *Dívida pública: a experiência brasileira*. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional: Banco Mundial, 2009. 502 p.

PRATES, Daniela Magalhães. *O regime cambial brasileiro de 1999 a 2008*. Brasília, DF: CEPAL. Escritório no Brasil/IPEA, 2010. (Texto para Discussão CEPAL-IPEA, 12).

RELATÓRIO DE ESTABILIDADE FINANCEIRA. Brasília: BCB, v. 3, n. 4, nov. 2004. 186 p.

\_\_\_\_\_. Brasília: BCB, v. 9, n. 1, abr. 2010. 90 p.

\_\_\_\_\_. Brasília: BCB, v. 10, n. 1, abr. 2011. 49 p.

\_\_\_\_\_. Brasília: BCB, v. 10, n. 2, set. 2011. 60 p.

# Equação de rendimentos para a Região Nordeste: um estudo baseado na PNAD 2009

Leonardo Bispo de Jesus Júnior\*  
Urandi Roberto Paiva Freitas\*\*

**A Região Nordeste é composta pelos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco (incluindo o Distrito Estadual de Fernando de Noronha), Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, ocupando uma área de 1.558.196 km<sup>2</sup>. Esta região limita-se a leste e ao norte com o Oceano Atlântico, a oeste e sudoeste com os estados do Pará, Tocantins e Goiás, e ao sul com os estados de Minas Gerais e Espírito Santo.**

**Sua população residente em 2009, segundo dados do IBGE daquele ano, era de 53.591.197 habitantes, com densidade demográfica de 32,00 hab./km<sup>2</sup>. Seu PIB, ainda segundo dados do IBGE de 2009, era de R\$ 437.720.000.000,00, com PIB per capita de R\$ 8.167,00. Atualmente, é a terceira maior economia do país entre as grandes regiões, ficando atrás da Região Sul e à frente da Região Centro-Oeste.**

\* Doutorando em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e pesquisador da Unidade de Estudos Setoriais (Unes) da FCE-UFBA.

\*\* Mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Coordenador de Estatística da SEI; professor de Estatística e Econometria da Unifacs. urandifreitas@sei.ba.gov.br



Além dos problemas históricos – agricultura atrasada e pouco diversificada, grandes latifúndios, concentração de renda e uma indústria pouco diversificada e de baixa produtividade –, esta região tem, ainda, os mais baixos indicadores socioeconômicos do país (o IDH, por exemplo), apesar de ter alcançado grande melhora nos últimos anos no que se refere à qualidade de vida de sua população.

A despeito das considerações introdutórias acima, o objetivo deste trabalho é identificar os determinantes dos rendimentos das pessoas ocupadas na Região Nordeste. Para tanto, serão utilizados os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) referente ao ano de 2009. As regressões serão estimadas com a utilização do Statistical Analysis System (SAS 9.2).

Este trabalho está dividido em mais cinco seções, além desta introdução. Na segunda seção descrevem-se os aspectos metodológicos da regressão e os modelos utilizados. Na terceira, é referendada a equação minceriana, base teórica de estudos dessa natureza. Na quarta, são apresentadas as saídas do programa para as regressões estimadas. Na quinta seção apresentam-se os resultados encontrados, para, finalmente, na sexta seção, fazer-se as considerações finais.

## A EQUAÇÃO MINCERIANA

A equação minceriana de determinação de salários é a base de uma enorme literatura em economia empírica. O modelo salarial de Jacob Mincer (1974) é o arcabouço utilizado para estimar retornos à educação, à qualidade da educação, à experiência, entre outros. Mincer concebeu uma equação para rendimentos que seria dependente de fatores explicativos associados à escolaridade e à experiência, além de possivelmente a outros atributos, como sexo e cor, por exemplo.

Desta maneira, a equação salário é a base da economia da educação em países em desenvolvimento, e sua estimação já motivou centenas de estudos, que tentam incorporar diferentes custos educacionais. Entre eles estão impostos, mensalidades, custos de oportunidades, material didático, assim como a incerteza e a expectativa

dos agentes presentes nas decisões, o progresso tecnológico, não linearidades na escolaridade etc. A equação também é usada para analisar a relação entre crescimento e nível de escolaridade de uma sociedade, além de efeitos sobre a desigualdade. Uma de suas grandes virtudes é incorporar um uma só equação dois conceitos econômicos distintos:

- a. uma equação de preço, revelando quanto o mercado de trabalho está disposto a pagar por atributos produtivos como educação e experiência;
- b. a taxa de retorno da educação, que deve ser comparada com a taxa de juros de

mercado para determinar a quantidade ótima de investimento em capital humano.

A característica básica da equação salário é relacionar o logaritmo natural do salário com variáveis de investimento em capital humano, como anos de estudo e anos de experiência pós-escola, dentre outras. A função salário capital humano possui algumas características importantes, conforme Freitas e Freitas (2007): os parâmetros da equação têm interpretações econômicas; o logaritmo natural como variável dependente permite a obtenção de variância residual da função salário capital humano com uma menor heterocedasticidade, sendo que a distribuição do resíduo se situa próxima da normalidade; e a função salário capital humano é flexível, ou seja, permite a incorporação de variáveis adicionais.

**A característica básica da equação salário é relacionar o logaritmo natural do salário com variáveis de investimento em capital humano, como anos de estudo e anos de experiência pós-escola**

## ASPECTOS METODOLÓGICOS

Conforme já comentado, a equação de rendimento aqui analisada trabalhará com os dados da PNAD (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010), cuja amostra da população ocupada na Região Nordeste é 43.030 pessoas.

A equação de rendimentos para as pessoas ocupadas na Região Nordeste é ajustada através do método de mínimos quadrados ponderados (MQP), em que o fator de ponderação é o fator de expansão associado a cada pessoa na amostra. A diferença de renda é explicada a partir de uma regressão, cuja variável explicada ( $Y$ ) é o logaritmo neperiano do rendimento de todos os trabalhos na região, que se justifica pela distribuição aproximadamente log-normal da variável rendimento, contra uma série de variáveis explicativas.

O modelo geral da regressão é:

$$Y_j = \alpha + \sum_i \beta_i X_{ij} + u_j,$$

em que  $\alpha$  e  $\beta_i$  são parâmetros, enquanto  $u_j$  são erros aleatórios heterocedásticos com as propriedades usuais. Os índices  $i$  e  $j$  indicam, respectivamente, as diferentes variáveis explanatórias e a observação (pessoa da amostra).

As variáveis explicativas são, em sua maioria, binárias, assumindo valores 0 ou 1, a depender da característica determinada, a saber:

- i. sexo (masculino e feminino, em que o primeiro é a variável que serve como base);
- ii. idade (medida em dezenas de anos). Dado que a renda não mantém uma relação linear com a idade, o quadrado desta variável é também incorporado neste modelo. Com relação a esta variável, acrescentam Hoffmann e Simão (2005, p. 47):  
A idade é medida em dezenas de anos apenas para evitar que os coeficientes sejam muito pequenos. Se os parâmetros para a idade e idade ao quadrado forem indicados por  $\beta_1$  e  $\beta_2$ , respectivamente, deve-se ter  $\beta_1 > 0$  e  $\beta_2 < 0$  e então o valor esperado de  $y$  será máximo quando a idade da pessoa for igual a  $-\beta_1/2(\beta_2)$ ;
- iii. logaritmo neperiano do número de horas semanais trabalhadas, cujo coeficiente representa a elasticidade do rendimento em relação ao tempo semanal de trabalho;
- iv. posição na ocupação (empregado, funcionário público ou militar, conta própria, doméstico e empregador, em que o primeiro é a variável base);
- v. cor da pele (branca, preta, indígena, parda, amarela, sendo a primeira utilizada como base);
- vi. localização do domicílio (urbana e rural, sendo a primeira utilizada como base);
- vii. condição na família (responsável (igual a 1) e não responsável (igual a 0));
- viii. setores de atividade (agricultura, indústria e serviços, sendo o setor agrícola tomado como base);
- ix. escolaridade, que variará de 0 – categoria relacionada a nenhuma instrução ou com menos de um ano de estudo – até 14 – pessoa com 14 anos de estudo –, assumindo valor 17 para as pessoas com 15 anos ou mais de estudo. Sobre esta variável, Hoffmann e Ney (2004, p. 65-66) explicam:

Como o efeito da educação na renda se torna mais intenso depois do nono ano de estudo, utilizamos uma variável binária ( $Z1$ ) para captar essa mudança da influência da educação no rendimento. A variável binária assume valor 0 para quem tem escolaridade menor ou igual a 9 anos e valor 1 para quem tem escolaridade maior do que 9 anos. Além da própria escolaridade ( $Esc$ ), inclui-se, na equação de regressão, a variável  $Z1(Esc - 9)$ . Se os coeficientes dessas duas variáveis forem  $\beta_1$  e  $\beta_2$ , respectivamente, então  $\beta_1$  é o efeito de cada ano adicional de escolaridade até os 9 anos de escolaridade e, a

**A equação de rendimentos para as pessoas ocupadas na Região Nordeste é ajustada através do método de mínimos quadrados ponderados (MQP), em que o fator de ponderação é o fator de expansão**

partir desse ponto, esse efeito passa a ser  $\beta_1 + \beta_2$ . O modelo corresponde a pressupor que a relação entre Y e Esc tem a forma de uma poligonal com vértice no ponto de abscissa Esc = 91.

Objetivando avaliar qual método tem o maior poder de explicação e a maior praticidade no que se refere à equação de rendimentos, serão analisados diferentes modelos. No primeiro será excluída a variável posição na ocupação e considerar-se-á efeito linear da variável escolaridade. No segundo, a variável posição na ocupação será incluída, porém, considerar-se-á, ainda, o efeito linear sobre os anos de escolaridade no rendimento. No terceiro será incluída uma variável binária para cada ano de escolaridade, totalizando 15 variáveis binárias, visando captar o impacto nos anos de escolaridade na renda. Por fim, o último modelo inclui uma variável binária para após 10 anos de escolaridade. Isto se justifica pela verificação, no modelo anterior, de uma quebra estrutural referente à relação rendimento x escolaridade a partir do décimo ano de escolaridade, como comentado anteriormente.

## ESTIMAÇÃO DOS MODELOS

### Modelos I e II

Com o objetivo de analisar o grau de relevância da variável posição da ocupação, serão apresentados, na Tabela 1, os coeficientes da equação estimada. Também será mostrado, para o caso das variáveis binárias, o valor da diferença percentual entre o rendimento esperado de uma dada categoria e o rendimento esperado da categoria base, depois de descontados os efeitos das demais variáveis explicativas incluídas na regressão<sup>2</sup>.

Conforme se verifica, os testes F dos dois modelos são significativos, denotando que se pode rejeitar a

hipótese nula de que todos os parâmetros da regressão são iguais a zero. Porém, quando analisados individualmente, os coeficientes de cor da pele, para indígenas e amarelos, revelam-se não significativos ao nível de significância de 1%. Isto pode ser justificado pelo baixo número de pessoas pertencentes a estas raças que foram entrevistadas – 81 e 66, respectivamente. Outra importante constatação é que o  $R^2$  do modelo II é maior que o do modelo I, confirmando a importância da variável posição na ocupação na explicação da variação da renda.

**Tabela 1**  
**Estimativa da equação de rendimentos para**  
**renda domiciliar per capita na Região NE em 2009**  
**(Modelos III e IV)**

| Variáveis                       | Modelo III | Diferença (%) | Modelo IV | Diferença (%) |
|---------------------------------|------------|---------------|-----------|---------------|
| Constante                       | 1,809      | -             | 1,812     | -             |
| Sexo feminino                   | -0,314     | -26,959       | -0,313    | -26,860       |
| Idade/10                        | 0,574      | -             | 0,577     | -             |
| (Idade/10) <sup>2</sup>         | -0,055     | -             | -0,055    | -             |
| Escolaridade (E)                | 1          | -             | 0,054     | 5,525         |
| $E^* = Z(E-10)$                 | -          | -             | 0,092     | 15,6652       |
| Log nº horas trab./ semana      | 0,655      | -             | 0,653     | -             |
| Cor                             |            |               |           |               |
| Indígena                        | -0,009     | -0,941        | -0,007    | -0,704        |
| Preta                           | -0,076     | -7,296        | -0,076    | -7,287        |
| Amarela                         | 0,017      | 1,666         | 0,016     | 1,576         |
| Parda                           | -0,081     | -7,798        | -0,081    | -7,809        |
| Condição na família:            | 0,116      | 12,309        | 0,115     | 12,187        |
| Localização do domicílio: rural | -0,115     | -10,877       | -0,114    | -10,812       |
| Setor de ocupação               |            |               |           |               |
| Indústria                       | 0,364      | 43,956        | 0,364     | 43,854        |
| Serviço                         | 0,408      | 50,443        | 0,410     | 50,730        |
| Posição na ocupação             |            |               |           |               |
| Funcionário público ou militar  | 0,296      | 34,397        | 0,295     | 34,289        |
| Trabalhador doméstico           | -0,418     | -34,145       | -0,424    | -34,561       |
| Conta própria                   | -0,320     | -27,378       | -0,322    | -27,504       |
| Empregador                      | 0,626      | 86,974        | 0,627     | 87,110        |
| $R^2$ (em %)                    | 0,529      |               | 0,528     |               |
| Teste F                         | 1555,140   |               | 2670,180  |               |

Fonte: PNAD – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010). Elaboração própria.

1 Como acrescentam Hoffmann e Ney (2004), foram ajustadas, também, equações cujo vértice da poligonal tinha abscissa Esc = 10, obtendo-se resultados muito semelhantes. Em função desta constatação, utilizar-se-á, neste trabalho, vértice da poligonal com abscissa Esc = 10.

2 Segundo Hoffmann e Ney (2004), a diferença percentual entre os rendimentos estimados da categoria considerada e da categoria tomada como base, sendo b o coeficiente, é  $100[\exp(b) - 1]\%$ .

### Modelos III e IV

Objetivando estabelecer um parâmetro de comparação com os modelos I e II, apresentam-se, na Tabela 2, os modelos III e IV.

Conforme se observa, os testes F dos dois modelos são significativos, denotando-se, assim como nos modelos anteriores, que se pode rejeitar a hipótese nula de que todos os parâmetros da regressão são iguais a zero. Como nos modelos I e II, quando analisados individualmente os coeficientes de cor da pele para indígenas e amarelos, estes se revelam não significativos ao nível de significância de 1%. Os  $R^2$  dos modelos III e IV ficaram acima dos dos modelos I e II, indicando um melhor ajuste destes para explicação nas alterações de renda. Como revelam Hoffmann e Ney (2004), estes  $R^2$  podem ser considerados satisfatórios, uma vez que a determinação dos rendimentos de uma pessoa envolve fatores difíceis de serem apreendidos, como as qualidades individuais de cada um.

Com a análise do modelo III, pela saída do SAS 9.2, é possível perceber que a partir do décimo ano de escolaridade, como já comentado, a taxa de crescimento da renda para um ano a mais de escolaridade aumenta consideravelmente, indicando uma quebra estrutural. Logo, conclui-se o equívoco em se considerar um efeito linear da escolaridade sobre a renda, como nos modelos I e II, e se justifica a criação, como no modelo IV, de uma variável binária que capte esta quebra estrutural a partir do décimo ano de escolaridade.

**A partir do décimo ano de escolaridade, [...] a taxa de crescimento da renda para um ano a mais de escolaridade aumenta consideravelmente, indicando uma quebra estrutural**

Sendo assim, com as constatações acima referidas e percebendo a proximidade dos  $R^2$  dos modelos III e IV, utilizar-se-á este último para a análise dos resultados.

### RESULTADOS ENCONTRADOS

Com a análise dos resultados, conclui-se:

- depois de descontados os efeitos das demais variáveis explanatórias, a mulher ganha em média 26,860% a menos que o homem;
- no que se refere à escolaridade, até os 10 anos, um ano adicional representa um aumento de 5,525% no rendimento. Após os 10 anos, um ano a mais representa um adicional de 15,665%;
- a elasticidade do rendimento mensal em relação à hora semanal trabalhada é de 0,653, dado que esta é inferior a 1, ou existe uma relativa queda na produtividade quando a jornada de trabalho é ampliada, ou os trabalhos secundários são pior remunerados, ou ambos;
- o empregador recebe, em média, 87,110% a mais que o empregado;
- o indígena ganha, em média, 0,704% a menos que o branco; o negro ganha 7,287% a menos; e o pardo, 7,809% a menos. Já o amarelo ganha 1,576% a mais. Porém, como já comentado, os coeficientes de cor da pele, para indígenas e amarelos, quando analisados separadamente, revelaram-se não significativos ao nível de significância de 1%;
- o responsável da família ganha 12,187 % a mais que o restante dos familiares com os quais ele mora;
- no que se refere à relação entre idade e rendimentos, a idade em que se espera o rendimento máximo é 52,2 anos, na Região Nordeste do Brasil;
- por fim, as pessoas que vivem na zona rural ganham, em relação às pessoas ocupadas que vivem na zona urbana, 10,812% a menos. Um ponto importante sobre esta constatação, conforme revela Hoffmann e Simão (2005), é o fato de que a PNAD não considera como rendimento a produção para consumo próprio, abrindo a possibilidade de subestimação da renda dos domicílios rurais.

**Tabela 2**  
**Estimativa da equação de rendimentos para**  
**renda domiciliar per capita na Região NE em 2009**  
**(Modelos I e II)**

| Variáveis                       | Modelo I | Diferença (%) | Modelo II | Diferença (%) |
|---------------------------------|----------|---------------|-----------|---------------|
| Constante                       | 1,275    | -             | 1,664     | -             |
| Sexo feminino                   | -0,401   | -33,056       | -0,310    | -26,637       |
| Idade/10                        | 0,672    | -             | 0,621     | -             |
| (Idade/10) <sup>2</sup>         | -0,063   | -             | -0,058    | -             |
| Escolaridade (E)                | 0,102    | 10,701        | 0,080     | 8,330         |
| E* = Z (E-10)                   | -        | -             | -         | -             |
| Log nº horas trab./ semana      | 0,668    | -             | 0,643     | -             |
| Cor                             |          |               |           |               |
| Indígena                        | -0,029   | -2,876        | -0,003    | -0,308        |
| Preta                           | -0,123   | -11,541       | -0,096    | -9,192        |
| Amarela                         | 0,018    | 1,777         | 0,031     | 3,118         |
| Parda                           | -0,111   | -10,508       | -0,093    | -8,839        |
| Condição na família:            | 0,100    | 10,502        | 0,115     | 12,211        |
| Localização do domicílio: rural | -0,098   | -9,364        | -0,106    | -10,042       |
| Setor de ocupação               |          |               |           |               |
| Indústria                       | 0,317    | 37,277        | 0,315     | 36,998        |
| Serviço                         | 0,367    | 44,307        | 0,362     | 43,673        |
| Posição na ocupação             |          |               |           |               |
| Funcionário público ou militar  | -        | -             | 0,368     | 44,546        |
| Trabalhador doméstico           | -        | -             | -0,429    | -34,912       |
| Conta própria                   | -        | -             | -0,332    | -28,218       |
| Empregador                      | -        | -             | 0,628     | 87,312        |
| R <sup>2</sup> (em %)           | 0,456    |               | 0,516     |               |
| Teste F                         | 2777,030 |               | 2698,690  |               |

Fonte: PNAD – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010). Elaboração própria.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados da PNAD (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010), este trabalho objetivou mostrar o efeito das diversas variáveis explicativas sobre a renda na Região Nordeste. Como resultado importante, pode-se citar o equívoco em se considerar

um efeito linear da escolaridade sobre a renda, dado o evidente aumento da taxa de retorno da escolaridade a partir de 10 anos de estudos, evidenciando a existência de uma quebra estrutural. Estima-se que, para a Região Nordeste, a taxa de retorno é 5,525% até o limiar de 10 anos de escolaridade, passando a ser 15,665% por ano acima desse limiar. Sendo assim, concluiu-se que o modelo IV é o que proporciona o melhor ajuste.

O maior efeito sobre a renda se deve à posição na ocupação – o empregador ganha 87,110% a mais do que os empregados. Os pretos e pardos, como já revelavam censos anteriores, tendem a receber menos do que brancos. A variável escolaridade (até os 10 anos) tem efeito menor sobre a renda do que a variável cor – preta e parda. E a variável sexo, por sua vez, tem efeito negativo sobre a renda superior ao da variável cor.

## REFERÊNCIAS

FREITAS, R. P. Urandi; FREITAS, Lúcio. Determinantes dos rendimentos na Região Metropolitana de Salvador: uma avaliação empírica à luz da teoria do capital humano. III ENCONTRO DE ECONOMIA BAIANA, 3., 2007, Salvador. Anais.... Salvador-Bahia 2007.

HOFFMANN, R. *Análise de regressão: uma introdução à econometria*. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 2006. 378 p. v. 1.

HOFFMANN, R.; SIMÃO, R. C. S. Determinantes do rendimento das pessoas ocupadas em Minas Gerais em 2000: o limiar no efeito da escolaridade e as diferenças entre mesor-regiões. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p. 35-60, maio/ago. 2005.

HOFFMANN, R.; NEY, M. G. Desigualdade, escolaridade e rendimentos na agricultura, indústria e serviços, de 1992 a 2002. *Economia e Sociedade*, Campinas, SP, v. 13, n. 2, p. 51-79, jul./dez. 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios*: 2009. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

MINCER, J. *Schooling. Experience and earnings*. New York: Columbia University Press, 1974.

# Capitalismo, informação e valor

João Paulo Caetano Santos\*

O capitalismo tem passado, ao longo de seu processo evolutivo, por diversas modificações na sua estrutura produtiva. Tais mudanças refletem tanto as ideias derivadas dos estudos teóricos relativos ao mundo capitalista (economia, administração, sociologia etc.) quanto os acontecimentos reais que, de certa forma, têm impacto ou são impactados pela atividade capitalista. Assim, é possível mencionar questões relativas ao meio ambiente, às relações entre capitalistas e trabalhadores, às disputas de mercados entre capitalistas.

Toda a dinâmica mencionada acima é permeada, conforme explicitado, por uma série de fatores ora intrínsecos ora extrínsecos à atividade capitalista que são analisados continuamente por estudiosos. Além dos elementos citados anteriormente, existe um que tem sido alvo de estudos mais atuais por exercer grande influência sobre as mudanças que ocorrem no mundo capitalista. Trata-se da informação, que permeia grande parte das atividades relacionadas à dinâmica capitalista e é um dos fatores determinantes no processo de reprodução do capital, sobretudo na atual fase do capitalismo.



\* Mestrando e graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Coordenador de Contas Regionais e Finanças Públicas da SEL. joaopaulo@sei.ba.gov.br



A influência da informação sobre o processo de reprodução e valorização do capital decorre da sua relação direta tanto com o processo produtivo, isto é, com a criação de valor – e, neste caso, questiona-se em que momento a informação cria valor –, quanto com o processo de circulação do capital como mercadoria. Sobre a segunda vertente, parece haver um consenso de que a informação corresponde a um dos elementos que criam valor. Uma possível indefinição reside no fato de qualificar a informação como um bem público e de acesso livre – fato este que conduz a economia ao equilíbrio de mercado –, ou como um bem privado com acesso restrito – e essa característica conduz o mercado a uma situação de equilíbrio apenas no longo prazo, ou mesmo a uma situação de desequilíbrio.

O presente trabalho objetiva estudar as características e os impactos da informação dentro da atividade capitalista. Para tanto, analisa-se a informação como geradora de valor no processo produtivo e na circulação, tendo como referência o modelo fordista e o pós-fordista.

## A INFORMAÇÃO NA TEORIA ECONÔMICA

As teorias econômicas têm discutido, ao longo dos seus mais de 200 anos, sobre diversos aspectos relacionados à produção e à distribuição da riqueza entre as classes que estão inseridas no processo produtivo. Dentre essas discussões, vários aspectos são analisados, tais como a renda, a produtividade, os meios de produção. Nessa perspectiva, convém destacar um elemento que, se não é considerado o mais importante como objeto de estudo teórico, é um dos mais relevantes: a questão da informação. Quando se discute a informação como elemento teórico da ciência econômica se está interessado em analisar qual o papel que a informação tem sobre a dinâmica econômica, isto é, qual é o seu impacto sobre essa dinâmica. Nesse sentido, Lopes (2006) destaca que

[...] coube aos economistas neoclássicos a primazia do reconhecimento econômico da informação. Tomada como uma espécie de bem público, gratuito e igualmente disponível à totalidade dos agentes envolvidos neste processo, ela se constitui, através dos preços, em importante instrumento para a coordenação e equilíbrio do sistema econômico (LOPES, 2006, p. 79).

Sobre essa perspectiva, Herscovici (2000) destaca em seu trabalho as principais características da informação nas diversas teorias econômicas, analisando desde a vertente neoclássica até as variações mais contemporâneas.

Na sua exposição, ele enfatiza o processo informacional em meio à dinâmica de circulação do capital, isto é, como e de que forma a informação atua e determina a eficiência no processo de valorização do capital, o qual se encontra, “a la Marx”, na forma de mercadoria. Então, a análise da informação como fornecedora de vetores direcionais no sistema de ajuste de mercado (preços, salários reais etc.) refere-se ao processo de informação na esfera da circulação, isto é, ao processo de realização do capital. Na perspectiva neoclássica, a busca seria, então, a de atingir um ponto de equilíbrio determinado pela interação das forças de mercado. Essa interação é dada, portanto, pela eficiência no processo de informação. Nesse sentido, a informação é simétrica, dado o seu caráter de plena igualdade e assimilação pelos agentes econômicos.

**A análise da informação como fornecedora de vetores direcionais no sistema de ajuste de mercado [...] refere-se ao processo de informação na esfera da circulação, isto é, ao processo de realização do capital**

**A informação torna-se imperfeita na medida em que não comporta o sistema econômico clássico, isto é, não transmite a informação de mudanças nos preços**

Conforme Herscovici (2000, p. 5) “[...] a informação é um bem livre que o mercado fornece através do sinal dado pelos preços; o mercado é ‘informacionalmente econômico’”.

O mesmo autor cita ainda o exemplo da escola novo-keynesiana, na qual a informação é caracterizada como imperfeita, dado que “[...] os agentes econômicos confundem o aumento geral de preços com o aumento dos serviços e produtos que eles produzem” (HERSCOVICI, 2000, p. 6). Além disso, a informação torna-se imperfeita na medida em que não comporta o sistema econômico clássico, isto é, não transmite a informação de mudanças nos preços e, por isso, não direciona o mercado para o ajuste de equilíbrio. Nesse sentido, tem-se um processo de desequilíbrio estrutural causado pela assimetria da informação.

Diferentemente da teoria neoclássica, as demais teorias econômicas veem a informação como um processo assimétrico, isto é, um elemento que não está disseminado de forma igualitária para os agentes de mercado. Dada a imperfeição da informação, tem-se uma situação de, por exemplo, “[...] os assalariados terem uma informação imperfeita e não perceberem, instantaneamente, a queda de seus salários reais” (HERSCOVICI, 2000, p. 7). Isso conduz o mercado a uma situação de equilíbrio instável de curto prazo, ou ainda, a uma situação de desequilíbrio.

Diversamente do mercado neoclássico, no qual se tem um sistema de *market-clearing*, isto é, de mercado livre, em que todos os agentes têm pleno acesso, nesta nova perspectiva,

a informação imperfeita caracteriza o mercado como *non market-clearing*. Como consequência da imperfeição da informação, tem-se uma situação que seria denominada por Keynes – ainda que a sua definição nada tivesse a ver com a questão da informação – de incerteza. Essa incerteza nasce do não conhecimento do mercado, do fato de os agentes não terem informação completa sobre o presente. Dessa forma, eles não têm condições de avaliar com maior clareza o futuro e, assim, as expectativas de longo prazo formuladas pelos empresários são pautadas sob fatores incertos. Nesse sentido, questões relacionadas à demanda, aos preços futuros, à taxa de juros, aos salários etc. não são consideradas a partir de fatos conhecidos.

Da presente perspectiva, emerge uma possível classificação da informação na teoria econômica sob o prisma da simetria e da assimetria. A informação simétrica pode ser visualizada, sobretudo, na teoria neoclássica, na medida em que postula o pleno ajustamento do mercado em relação aos preços e à demanda. Isto é, tem-se, constantemente, um ajuste das forças de mercado determinado pelo pleno conhecimento do seu funcionamento. Assim, a informação é fornecida de forma igual para todos os agentes de mercado, ou seja, ela é simétrica (HERSCOVICI, 2000).

### Os modelos de crescimento endógeno

Recentemente, os novos modelos teóricos da economia têm se voltado para o estudo dos fatores que determinam o crescimento econômico de uma nação. Essas

explicações fundamentam-se, em grande parte, na teoria do capital humano. Tal teoria sustenta que o crescimento econômico, diferentemente do que era propagado anteriormente, se dá de forma endógena, isto é, é determinado por um conjunto de fatores intrínsecos ao ambiente econômico. Esses modelos se caracterizam por visualizar de forma decisiva a questão do conhecimento para o crescimento econômico. Corsani (2004) exhibe claramente a visão que se tem atualmente sobre os modelos de crescimento endógeno. Nas suas palavras,

*[...] desarrolladas a partir del primer modelo presentado por Romer en 1986. Ahora bien, ¿cuáles son los fundamentos teóricos del capital humano? ¿Debemos buscarlos en el concepto de trabajo vivo? En realidad, el concepto de capital humano, la definición corriente en la mainstream —ortodoxia—, es un concepto enormemente reductivo: es el valor actualizado de los recursos futuros en función de una inversión inicial en educación (CORSANI, 2004, p. 94).*

Na perspectiva exposta por Corsani, o capital humano<sup>1</sup> surge como grande diferencial para o crescimento das economias e nasce das inversões em educação. Assim, sendo o crescimento econômico derivado do aumento da produtividade, então a questão primordial é buscar explicações sobre quais os fatores que contribuem para o aumento da produtividade. Ainda segundo a mesma autora,

*[...] los modelos de crecimiento endógeno integran los conceptos de externalidad, de aprendizaje y de capital humano, para concebir la posibilidad de un progreso técnico endógeno. Dicho de otra manera, las fuentes del progreso técnico que permiten el crecimiento de la riqueza deben ser buscadas en la producción —más allá*

**Os novos modelos teóricos da economia têm se voltado para o estudo dos fatores que determinam o crescimento econômico de uma nação. Essas explicações fundamentam-se [...] na teoria do capital humano**

<sup>1</sup> Precisamente, uno de los problemas teóricos fundamentales está constituido por la definición del concepto de capital humano, que se encuentra ya en todos los modelos de crecimiento, pero también en las nuevas teorías del salario. Se trata de una categoría de la práctica económica antes que de un concepto científico. De hecho, el capital humano designa una interpretación comúnmente compartida de la relación del individuo con su trabajo y su remuneración, que en el operismo italiano fue designada como autovalorización. El concepto de capital humano parece enriquecerse y hacerse más complejo con la noción de wetware que, directamente, designa el cerebro. El wetware resume y comprende al capital humano, pero también los conocimientos tácitos que especifican la singularidad de cada uno (IBID).

## A teoria do capital humano postula que o crescimento econômico é derivado do aumento da produtividade, que está diretamente associado ao conhecimento

*incluso Del capital y del trabajo— y fuera del mercado. Resolviendo hábilmente el problema de los rendimientos decrecientes que impone la hipótesis de la competencia pura y perfecta y la teoría de la redistribución basada en la productividad marginal de los factores, estos modelos permiten divisar un proceso de producción del capital humano por el capital humano (CORSANI, 2004, p. 94).*

Em suma, a teoria do capital humano postula que o crescimento econômico é derivado do aumento da produtividade, que está diretamente associado ao conhecimento. Portanto, tem-se a situação na qual o conhecimento passa a ser o determinante do crescimento econômico. E o conhecimento é associado ao fator informação por esta ser o elo de transmissão desse conhecimento através dos agentes de mercado. Ou seja, a informação tem a função de agente catalisador e transmissor dos diversos conhecimentos gerados na sociedade.

### A INFORMAÇÃO DA ECONOMIA: DO CAPITALISMO FORDISTA À PRODUÇÃO FLEXÍVEL

Conforme foi destacado na seção anterior, os economistas qualificam a informação como determinante para a dinâmica econômica, seja ela relativa ao equilíbrio, seja a que trata das questões relacionadas ao desequilíbrio. Do ponto de vista temporal da atividade capitalista, pode-se analisar a informação em dois momentos. No primeiro, considera-se a informação e seu papel no período fordista, e no segundo, de forma generalizada, no período pós-fordista.

Sobre a importância da informação no sistema produtivo capitalista, Sirihal e Lourenço (1996, p. 5) expõem que “[...] é impossível falar-se em informação sem contemplar o termo Conhecimento”. Tomando a perspectiva proposta pelos autores e analisando a informação dentro do processo produtivo, isto é, como criadora de valor, e ainda considerando-se a relevância do conhecimento para o processo produtivo, evidencia-se que há uma distinção bem delineada entre a importância da informação no fordismo e no pós-fordismo. O modelo fordista se caracterizou pela produção em escala e consumo em massa, pelo processo de especialização do trabalhador e pela “[...] gestão ‘administrada’ da economia pelos oligopólios privados e públicos, pela intervenção do Estado na economia e na gestão da relação salarial” (HERSCOVICI, 2000, p. 14), tendo seu apogeu após a Segunda Guerra Mundial.

Há de se destacar que a necessidade de especialização do trabalhador era ainda mais evidente na medida em que o processo produtivo era gerido basicamente em função das máquinas, isto é, todo o processo dependia do capital fixo (da força mecânica). Passos (1999) cita como principais fatores que determinaram a expansão desse modelo

[...] uma simultaneidade no tempo e a superposição com efeitos cruzados dos ciclos econômicos expansivos nacionais dos países industrializados; b) a descompressão da propensão a consumir, característica dos períodos pós-bélicos, fazendo com que a demanda por bens de consumo duráveis e não-duráveis crescesse fortemente;

**A necessidade de especialização do trabalhador era ainda mais evidente na medida em que o processo produtivo era gerido basicamente em função das máquinas**

c) a realização de novos investimentos com padrões tecnológicos mais avançados decorrentes da incorporação do progresso técnico acumulado durante a guerra; d) o notável aumento da produtividade do trabalho com crescimento simultâneo do salário real nos principais países industrializados do mundo (PASSOS, 1999, p. 61).

Mas se o fordismo teve seu apogeu em decorrência dos fatores citados anteriormente, a sua principal característica como modelo organizacional foi a associação ao processo de centralização da organização. No entanto, essa centralização foi de tal forma que a comunicação entre os diversos setores hierárquicos era mínima, no sentido de que o comando era bastante instável, conforme observa Batista (2006):

Não há disposição mais perigosa do que a dos chamados gênios organizadores [...] traçam todas as ramificações da autoridade [...] cada um tem um título e exerce funções estritamente limitadas [...] as fábricas Ford não possuem nem organização, nem atribuições específicas a cargos, nem ordem de sucessão ou hierarquia determinada [...] a maioria dos homens é capaz de manter-se à altura da sua função, mas não resiste ao desvairamento de um título (FORD, 1967 apud BATISTA, 2006, p. 3).

Se o fator organizacional foi um dos pontos fracos do fordismo – e, nesse sentido, havia falhas na fluidez da informação –, também no que se refere ao processo produtivo, *in fact*, ocorreu uma baixa utilização da informação no sentido exposto por Sirihal e Lourenço (1996). Na verdade, essa afirmação pode ser feita na medida em que se compara o modo de produção fordista e o pós-fordista, ou seja, quando se compreende que a informação está diretamente associada ao conhecimento e que este último é uma das forças motrizes do atual modelo de produção.

Dessa forma, quando se fala em fordismo, há a associação direta com um processo em que a produção contém baixa capacitação tecnológica. Ou seja, o modelo baseava-se quase que exclusivamente no processo repetitivo para a produção em escala. Não havia a busca de grandes avanços na modernização e diferenciação, e, assim, a informação residia basicamente no consumo em massa. No entanto, isso não significa dizer que o conhecimento

**Fordismo [...] baseava-se quase que exclusivamente no processo repetitivo para a produção em escala. Não havia a busca de grandes avanços na modernização e diferenciação**

não estava presente no processo de produção fordista, pois, como bem observa Dantas (2006), “[...] o conhecimento é produto da informação, logo produto do trabalho. É trabalho passado, não deixando de ser, por isto, redundância que a informação processa, enriquece, vivifica em conhecimento novo” (DANTAS, 2006, p. 49).

Assim, “[...] a informação reside, portanto, na interação entre um sujeito e um objeto, ou sujeito a sujeito, não sendo nem atributo do objeto, nem do agente, mas ‘sempre uma relação entre ambos’” (LOPES, 2006, p. 86). Ou seja, no processo de produção fordista, havia sim um fluxo informacional, caracterizado pela presença do conhecimento nas máquinas, por exemplo. Havia, em cada equipamento feito e utilizado no processo produtivo, uma quantidade de trabalho material morto. No entanto, o método se dava de tal forma que, na medida em que se tinha vetor produtivo caracterizado pela especialização e subordinação do trabalhador às máquinas, necessariamente a condição de conhecimento do trabalho estava quase que completamente dissociada do processo de materialização do trabalho. Na verdade, o conhecimento humano estava todo materializado na máquina – como trabalho morto no sentido marxista –, e, dessa forma, ele era transmitido de forma indireta para o valor final. Na medida em que não se tem a produção de valor a partir do conhecimento tácito, do intelecto do trabalhador, a geração de valor é dada quase que exclusivamente pelas condições iniciais da capacidade instalada.

Portanto, a era fordista estava condicionada pelo movimento no qual a informação se processava da máquina para o trabalhador, e, assim, minimizava o conhecimento

humano como participante direto do método produtivo. Não há um processo de pontencialização do conhecimento por conhecimento. O conhecimento está presente apenas na etapa que antecede a criação de valor a partir das mercadorias, isto é, ele está materializado nos bens de capital.

O modelo fordista caracteriza-se, portanto, por um método no qual a produção é determinada não pelo conhecimento intelectual, mas sim pela rigidez produtiva, centrada na relação máquina-homem. Assim, a informação, no sentido em que se conhece, como parte do processo produtivo, atua apenas para transportar trabalho passado para a geração de valor, eliminando a possibilidade de se ter formação de valor a partir da capacidade intelectual do trabalhador.

### O capitalismo informacional e as novas tecnologias

A partir do final dos anos 1970, o capitalismo passou por profundas mudanças, sobretudo na sua estrutura de produção. No bojo dessas mudanças, aspectos como globalização, diferenciação, tecnologias de informação e comunicação se tornaram parte integrante e essencial dos processos produtivos.

O período pós-fordista é caracterizado por incremento substancial no processo de privatização, ampliação das relações entre nações e, sobretudo, intraempresas multinacionais com segmentação de mercado e, finalmente, pela redução do papel do Estado na economia (HERSCOVICI, 1999).

Essa nova fase é denominada por alguns autores como capitalismo cognitivo. Sobre essa denominação, Rodríguez e Sánchez (2004, p. 19) enfatizam que “[...] *capitalismo cognitivo se mide en los tiempos de la globalización; convive en el mismo tejido — desterritorializado, con respecto al viejo Estado-nación — con los circuitos financieros*”. Aqui se expõe a relação entre o capitalismo globalizado, o capitalismo das finanças e a valorização do trabalho informacional, no qual a informação é a base do processo produtivo. Essa informação flui no conhecimento e na capacitação técnica dos trabalhadores e, por sua vez, produz mais conhecimento, isto é, se perpetua

num processo de produção de conhecimento por conhecimento. Ou ainda, como expôs Izerrougene (2008),

[...] o sistema informacional é uma atividade viva que possui a capacidade de reter e recuperar negentropia, isto é, a capacidade de recuperar no ambiente a energia que possa garantir a continuidade no trabalho entrópico. A informação pode produzir negentropia que, por sua vez, produz informação (IZERROUGENE, 2008, p. 420).

A característica principal dessa nova fase do capitalismo, no que concerne ao processo produtivo, é que os trabalhadores, em muitos setores industriais, deixaram de ser apenas um apêndice da máquina e passaram a investir o seu conhecimento no desenvolvimento de produtos. As NTICs (Novas Tecnologias de Informação e Comunicação), por meio da informática, propiciam essa nova modalidade de inserção do trabalhador no processo produtivo.

A era do capitalismo informacional caracteriza-se, diferentemente do período anterior – o qual foi marcado pelo padrão máquina e pela produção em escala/massa –, pela valorização da capacitação intelectual, pela produção diferenciada, pela inovação e pela flexibilidade produtiva determinada pelas NTICs. Há de se levar em conta que essas características estão sob a égide, em grande parte, do capital financeiro, pelo intenso fluxo financeiro que se inicia nesse mesmo período. Nesse sentido, Castells (2003 apud LOPES 2006, p. 121) enfatiza que existe “[...]

**As NTICs (Novas Tecnologias de Informação e Comunicação), por meio da informática, propiciam essa nova modalidade de inserção do trabalhador no processo produtivo**

uma rede de fluxos financeiros, funcionando como uma unidade em tempo real". Essa rede de fluxos financeiros é que vai financiar e propiciar o desenvolvimento das novas tecnologias, bem como a capacitação intelectual necessária para reger o novo modelo de produção. Ou seja, o processo produtivo tem sua propriedade transferida do capital industrial para o capital financeiro.

A inserção e o domínio do capital financeiro nesta nova fase do capitalismo determina a necessidade de rápida valorização do capital investido. Essa aceleração da valorização do capital é obtida em dois sentidos: o primeiro refere-se à inovação tecnológica e contínua utilização do conhecimento como mecanismo de dinamização da produção. O segundo diz respeito às tecnologias de informação, que estão diretamente associadas tanto ao processo produtivo quanto ao conhecimento intelectual. Ou seja, tem-se um contínuo crescimento do papel do conhecimento e da informação no circuito de produção e valorização do capital e, nesse sentido, ocorre um fluxo contínuo de informação.

A inovação tecnológica está intrinsecamente ligada à questão do capital financeiro, visto que tanto a sua geração quanto a sua implantação dependem de grandes quantidades de capital. Lopes afirma que

[...] como nenhum processo de inovação se faz sem os investimentos financeiros necessários, caberá ao mercado de valores e de capital de risco, avaliar corretamente os fatores anteriores para garantir o financiamento essencial ao florescimento da nova economia (LOPES, 2006, p. 121).

Sem dúvida, a inovação tecnológica tem sido a mola propulsora que atua no sentido de acelerar o processo de valorização do capital, na medida em que tende a reduzir o tempo de vida dos produtos lançados no mercado. Lastres e Ferraz (1999, p. 31) definem as inovações tecnológicas como "[...] utilização do conhecimento sobre novas formas de produzir e comercializar bens e serviços".

A inovação tecnológica implica mudanças tanto no processo produtivo – como a flexibilização dos processos a partir da implementação de máquinas capacitadas para a produção flexível – como no processo de comercialização da produção a partir da redução das distâncias entre o consumidor e o

### **A inovação tecnológica implica mudanças tanto no processo produtivo – como a flexibilização dos processos a partir da implementação de máquinas capacitadas para a produção flexível**

produtor. O consumidor tem mais rapidez tanto na compra quanto no recebimento das mercadorias. A inovação, nesse sentido, permite que o processo de reprodução do capital ocorra de forma muito mais rápida do que no período fordista.

Nessa perspectiva, convém analisar a informação como geradora de valor no processo produtivo e de circulação. Assim, inovação corresponde à informação no processo produtivo em dois sentidos. O primeiro equivale à necessidade de inovar para obter novos mercados (consumidores), sendo determinado pelo fator concorrencial. Nesse sentido, a informação está inserida no processo de circulação do capital e representa um sinal dado pelos agentes de mercado que concorrem entre si. O segundo corresponde à implementação de outras formas de gerenciamento administrativo e da produção, com a inserção de novos equipamentos. Neste caso, a informação reside no processo de geração de valor na esfera produtiva, conforme exposto no parágrafo anterior.

Dessa forma, vale destacar a visão de Dantas (2006) sobre a questão da informação na produção e na circulação.

No ciclo da comunicação produtiva, a circulação não será, necessariamente, "interrompida" durante a produção. O retorno do dinheiro acrescido pode se dar sem que sequer haja produção material como, por exemplo, no licenciamento de patentes ou marcas. Cada vez mais, através de débito bancário automático ou compras via Internet, o consumidor primeiro transfere dinheiro da sua conta para a do vendedor, depois recebe a mercadoria. Na Internet, depois de pagar, o consumidor

## O capitalismo informacional caracteriza-se [...] num novo paradigma no qual a reprodução do capital dissocia-se, em parte, do processo de conversão do capital dinheiro em capital mercadoria

pode esperar desde meia-hora ou mais para receber produtos que lhe possam ser entregues via teletransporte; até alguns dias, se o produto chegar através dos tradicionais correios. Ou seja, o capital adiantado pode retornar ao investidor, antes mesmo de se completar o "tempo de ida" da mercadoria (DANTAS, 2006, p. 64).

O capitalismo informacional caracteriza-se, sob esta visão, num novo paradigma no qual a reprodução do capital dissocia-se, em parte, do processo de conversão do capital dinheiro em capital mercadoria. A sua reprodução se baseia, nessa situação, no capital intelectual, isto é, aquela extração de mais-valia que era obtida no processo produtivo com a geração de valor a partir da mercadoria é agora direcionada para um produto que não é material, mas que possui valor.

Em suma, tem-se a passagem de uma economia caracterizada pela centralização na energia – visto que a força motriz que movia o antigo sistema de reprodução do capital era a energia da maquinaria – para uma economia na qual o conhecimento, comandado pelo capital financeiro, conforme foi exposto anteriormente, é que determina o processo e a rapidez da reprodução do capital produtivo. Dessa forma, pode-se dizer também que o capitalismo atual, informacional, é também o capitalismo do conhecimento, no qual a primazia sobre o processo produtivo deixa de ser da energia mecânica e passa para a energia psíquica, isto é, privilegia-se a capacidade de inovação e o conhecimento humano.

Então, como é que se caracteriza o conhecimento dentro do sistema produtivo no capitalismo informacional? Obviamente, a resposta para esta pergunta é complexa, na medida em que se tem, cada vez mais, uma ampliação do conhecimento dentro do processo produtivo. Lopes (2006) explana que o conhecimento é

[...] *produto da informação, logo produto do trabalho*. É trabalho *passado*, não deixando de ser, por isto, redundância que a informação reprocessa, enriquece, vivifica em conhecimento *novo*. Sendo humano, o conhecimento incorpora necessariamente aspectos constitutivamente humanos, como os sonhos de futuro, as emoções e pulsões, as determinações da cultura. Se a informação, no geral, processa sinais, a informação humana, por que orientada pelo conhecimento, processará *signos*. E o trabalho informacional humano será, por natureza, *sígnico*, envolvendo toda uma incomensurável gama de possibilidades conotativas e pragmáticas (LOPES, 2006, p. 73).

A partir da definição dada por Sardinha, entende-se que o conhecimento possui um papel fundamental no capitalismo informacional, já que não apenas contribui de forma direta para o processo produtivo como também atua na transmissão, ao longo do tempo, das experiências constituídas em um determinado momento. Como um produto derivado do trabalho e da informação, o conhecimento consiste num condensador do método produtivo, isto é, ele

**O conhecimento possui um papel fundamental no capitalismo informacional, já que não apenas contribui de forma direta para o processo produtivo como também atua na transmissão, ao longo do tempo, das experiências constituídas em um determinado momento**

aglutina tanto a parte relativa ao trabalho material quanto a referente à transferência das habilidades e capacitações que são incorporadas no processo de trabalho. Além disso, o conhecimento tem uma conotação ainda mais profunda, pois é pessoal e intransferível, mas, ao mesmo tempo, livre a todos no sentido de que a sua adequação está acessível a qualquer ser humano.

No que concerne exclusivamente ao processo de produção, o conhecimento se destaca porque a sua reprodução tem um alto custo, além de demandar períodos relativamente grandes para a sua absorção e a sua codificação não ser diretamente apropriada pelo capital. Ou seja, o conhecimento possui características especiais que o diferenciam de todos os demais meios produtivos, e, por isso, a sua detenção é de vital importância tanto para o trabalhador quanto para a firma. Lopes (2006) ainda expõe uma característica relevante do conhecimento no processo produtivo:

Devido o fato do consumo do conhecimento, ao contrário das "mercadorias-coisas", não gerar rivalidades ou escassez (isto é, tanto a idéia em si como sua expressão podem ser utilizadas de forma repetida e concorrente por várias pessoas sem que com isso se esgotem) e ainda devido seu caráter cumulativo (um conhecimento existente é o fator principal da produção de novos conhecimentos) sua equiparação com os bens convencionais, notadamente os bens tangíveis, torna-se imprópria. Tais características aproximam-no, portanto, da noção de bem público (LOPES, 2006, p. 73).

Nessa vertente, o conhecimento consiste na retenção de práticas e de habilidades intrínsecas de cada trabalhador. Quando esse conhecimento é colocado a serviço do processo de valorização do capital, então se tem uma ação que utiliza a memória para a geração de valor. Vale notar que, diferentemente do que ocorre no processo produtivo tradicional (fordismo), no qual o valor se destrói com o tempo, no capitalismo informacional tem-se uma situação na qual "[...] o indivíduo, ao consumir informação, analisa, confronta e combina os diversos conteúdos e, portanto, produz novas informações que podem ser, por sua vez, utilizadas no próprio processo de produção" (IZERROUGENE, 2008, p. 417). A valorização do capital se dá então com a valorização do conhecimento por parte do capital e pelo fluxo de informação entre produção e consumo.

## As NTICs como fonte de potencialização do conhecimento

Conforme explicitado anteriormente, a partir da década de 1970, o capitalismo passou por uma série de mudanças nos processos de produção. Tais mudanças decorreram da maior flexibilidade no método produtivo com a instituição do sistema *just in time*, o qual favoreceu de forma gradativa a administração do processo produtivo ao reduzir as perdas, os estoques e o tempo de produção. A utilização das novas tecnologias no processo produtivo trouxe uma série de mudanças quantitativas e qualitativas para a reprodução do capital. Rodríguez e Sánchez (2004) explicitam a questão dizendo que

*[...] de hecho, durante la mayor parte de la década de 1990, hablar de nuevas tecnologías era sinónimo de startups y stock options, esto es, de rápido enriquecimiento de una generación de ingenieros y técnicos que podían poner SUS capacidades al servicio de proyectos espectaculares para El desarrollo de sofisticadas aplicaciones informáticas o de complejos dispositivos de comunicación y computación. El fenómeno de las dot. com que vehiculó una enorme afluencia de liquidez en el desarrollo de las nuevas tecnologías [...]* (RODRÍGUEZ; SÁNCHEZ, 2004, p. 19).

Essa nova categoria de trabalhadores modifica o processo produtivo na medida em que a sua atuação não se dá diretamente sobre a atividade, mas sim a partir da utilização de suas capacitações, de seu intelecto. Tem-se então uma situação na qual ações cognitivas, que estão

**A utilização das novas tecnologias no processo produtivo trouxe uma série de mudanças quantitativas e qualitativas para a reprodução do capital**

relacionadas à questão da improdutividade no conceito marxista de geração de valor, passam a gerar coisas produtivas, isto é, bens de consumo, tal qual exposto por Corsani (2004).

*Los trabajadores intelectuales son entonces denominados «indirectamente productivos», en El sentido en que participan en la creación de las condiciones de productividad. De esta suerte, los enseñantes son aprehendidos como elementos indispensables en el aumento de la productividad del trabajo y del capital. Manuel Castells afirma, por ejemplo, que «la creación, el tratamiento y la transmisión de la información se convierten en las principales fuentes de productividad y poder», en razón de las nuevas condiciones tecnológicas que aparecen en este periodo histórico (CORSANI, 2004, p. 91).*

As novas tecnologias têm função primordial dentro do capitalismo informacional, pois, dado o processo de produção flexível com a busca constante da diferenciação, o objeto de reprodução do capital deixa de ser a produção em escala – presente na era fordista –, voltando-se agora para o aumento da produtividade, a qual está alicerçada na inovação. Ou seja, as NTICs são o motor para o aumento da produtividade.

Para Izzerrougene (2008, p. 424), “as NTICs se constituem em poderosos suportes da informatização que se amplia graças à multiplicação da cooperação e à crescente interconexão das redes virtuais”. Ou seja, com a combinação das NTICs com o conhecimento, ocorre um processo de potencialização da capacidade intelectual

do trabalho, visto que o potencial de invenção e criação torna-se mais rápido e preciso, convergindo para um processo no qual conhecimento gera mais conhecimento. Então, a geração de conhecimento por conhecimento “[...] escapa do princípio da escassez, uma separação se opera entre a riqueza material e a riqueza imaterial” (Izzerrougene, 2008, p. 424).

Finalmente, é possível enumerar as potencialidades das NTICs no capitalismo informacional a partir da proposta de Herscovici (2000). Assim, as NTICs têm como principais características o poder de intensificar o processo de globalização e de ampliar os mercados, reintroduzir a relação consumo *versus* preço – a capacidade de consumo é determinada pelo poder do consumidor em dispor de meios de pagamento – e, finalmente, permitir “[...] não somente a manipulação e combinação das informações como também impõem de forma transversal normas de funcionamento, participando assim na diluição das fronteiras entre os tempos históricos do capitalismo: consumo/inovação” (IZERROUGENE, 2008, p. 418).

Portanto, com o advento das NTICs, o capitalismo passa por uma situação na qual se tem a eliminação das fronteiras físicas, o que favorece o processo de circulação do capital-mercadoria e, conseqüentemente, a valorização do capital. As NTICs, além de propiciarem ao capital redução das distâncias físicas e facilitarem o acesso e a aquisição das mercadorias, também permitem maior dinamização do processo produtivo, tornando a produção flexível. Também potencializam o conhecimento humano, fato este que se traduz numa nova visão sobre a geração de valor, agora também determinada pelo fator informacional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atual fase do capitalismo denominada de capitalismo informacional se distingue do período antecessor, o fordista, pelo processo de valorização do conhecimento. Esse conhecimento está diretamente relacionado à questão da informação, no sentido de que é transmitido ao longo do tempo, o que constitui um movimento informacional. Obviamente, conforme foi visto no decorrer do texto, também no período fordista observou-se o papel da informação, sobretudo no processo de

**Dado o processo de produção flexível com a busca constante da diferenciação, o objeto de reprodução do capital deixa de ser a produção em escala – presente na era fordista**

circulação. Quando se analisa a informação no processo de geração de valor, nota-se que essa relação tornou-se mais maleável. No fordismo, havia uma relação na qual o conhecimento desenvolvia um papel secundário na geração de valor e estava restrito à condição de trabalho morto presente na maquinaria. Nesse sentido, é possível afirmar que a informação, como geradora de valor, teve pouca influência no processo de produção fordista, observada basicamente na circulação e constituindo um vetor direcional da fábrica para o consumo de massa.

Já no período atual, a informação, através do conhecimento e da inovação tecnológica, influencia de forma significativa o processo de produção. Agora tem-se uma situação na qual informação gera valor, seja material ou imaterial, além de estar diretamente relacionada ao aumento da produtividade. A informação também atua na circulação ao determinar um novo padrão de consumo, caracterizado pela diferenciação.

## REFERÊNCIAS

- BATISTA, Érika. *Fordismo, taylorismo e toyotismo*: apontamentos sobre suas rupturas e continuidades. Londrina, 2006. Disponível em: <[http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/erika\\_batista.pdf](http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/erika_batista.pdf)>. Acesso em: 12 de maio de 2010
- CORSANI, Antonella. Hacia una renovación de la economía política: antiguas categorías e innovación tecnológica. In: BOUTANG, Yann Moulier et al. *Capitalismo cognitivo, propiedad intelectual y creación colectiva*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2004.
- DANTAS, Marcos. Informação como trabalho e como valor. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Rio de Janeiro, n. 19, p. 44-72, 2006.
- HERSCOVICI, Alain. A informação e a comunicação no capitalismo contemporâneo. *Revista Estudos de Sociologia*, Araraquara – SP, v. 5, n. 9, p. 01-19, 2000.
- IZERROUGENE, Bouzid. A economia política do cognitivo. *Revista Economia*, Brasília, v. 9, n. 2, p. 411- 432, maio./ago. 2008.
- LASTRES, Helena Maria Martins; FERRAZ, João Carlos. *Economia da informação, do conhecimento e do aprendizado*. Disponível em: <<http://www2.eptic.com.br/sgw/data/bib/recortes/f6832ad442cf746a49aca4709684b64a.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2010.
- LOPES, Ruy Sardinha. *Informação, conhecimento e valor*. 207p. Tese (Doutorado em Filosofia apresentada ao Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo)-. São Paulo, 2006.
- PASSOS, Carlos Arthur K. Novos modelos de gestão e as informações. In LASTRES, Helena M. M.; ALBAGLI, Sarita (Org.). *Informação e globalização na era do conhecimento*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- SIRIHAL, Adriana Bogliolo; LOURENÇO, Cíntia de Azevedo. Informação e conhecimento: aspectos filosóficos e informacionais. *Informação e Sociedade: Estudos*. João Pessoa, v. 12, n. 1, jan./jul. 2002. Disponível em: <<http://www.informacaoe-sociedade.ufpb.br/1210203.html>>. Acesso em: 30 jun. 2010.
- RODRÍGUEZ, Emmanuel; SÁNCHEZ, Raúl. Entre el capitalismo cognitivo. In: BOUTANG, Yann Moulier et al. *Capitalismo cognitivo, propiedad intelectual y creación colectiva*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2004.

# Azimute: uma nova ferramenta para o planejamento do estado da Bahia

Célia Regina Sganzerla\*  
Eva Borges\*\*

**Com as transformações do mundo contemporâneo, emergem também mudanças nas formas como a informação disponível é usada para responder a tais transformações. As novas tecnologias ajudam a sociedade nesse processo, não só ampliando e facilitando seu acesso à informação, mas tornando-o cada vez mais interativo e agradável, a exemplo das interfaces gráficas e das telas sensíveis ao toque e ao movimento dos olhos. Hoje a usabilidade (facilidade de uso) e a experiência do usuário (atenção a aspectos cognitivos e emocionais do indivíduo) são conceitos privilegiados pelos dispositivos móveis e o foco quando se pensa em interação entre as pessoas e os sistemas de informação.**

\* Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano; graduada em Arquitetura pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Gestora pública, atuando na SEI. [celiasganzerla@gmail.com](mailto:celiasganzerla@gmail.com)

\*\* Mestre em Economia e graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Coordenadora de Estudos Econômicos e Sociais da SEI. [evacristinaborges@gmail.com](mailto:evacristinaborges@gmail.com)



Neste ambiente em que as necessidades dos usuários definem as funcionalidades que as tecnologias devem abraçar, evoluem também continuamente os sistemas de informação geográfica, os chamados SIG (ou GIS, na sigla em inglês). Eles vão muito além de permitir armazenar, manipular e mostrar a informação referenciada geograficamente, isto é, os dados identificados de acordo com sua localização. Os SIG tornaram-se ferramentas de apoio a decisões, imprescindíveis para o planejamento, tanto no setor privado quanto no público, destacando a importância da consulta espacializada. Fazer uma consulta espacial, através de um SIG, é perguntar em quais lugares determinados fenômenos ocorrem ou buscar quais lugares apresentam objetos com determinados atributos, verificando a lógica geográfica associada ao resultado. É um procedimento simples, mas que possibilita uma interação extremamente dinâmica e poderosa entre usuário e base de dados, estimulando a criação de conhecimento e, conseqüentemente, melhorando o processo decisório em que gestores e empreendedores encontram-se envolvidos.

## HISTÓRICO

A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), como principal provedor de informações do estado, já produz informações geográficas de qualidade e ferramental de geração de mapas e cartogramas para seus 417 municípios. Entretanto, em 2007, buscando agregar valor aos serviços da SEI, a Diretoria de Estudos (Direst) deu início à criação de um aplicativo com informações georreferenciadas, relacionadas aos serviços essenciais na Bahia. A demanda foi definida pelas características da população presente em um determinado espaço, em um certo momento, e a oferta, pela

infraestrutura física e de recursos humanos existente nos estabelecimentos prestadores de serviços. Seguiu-se uma série de encontros entre técnicos e gestores que permitiu que a troca de ideias frutificasse e o projeto "oferta e demanda" fosse ganhando consistência.

Os serviços básicos, primordialmente a saúde e a educação, eram os temas mais sensíveis à primeira etapa do trabalho, tendo em vista sua estreita relação com a questão da pobreza, a qual, juntamente com a logística, constituem as duas principais linhas de trabalho da Direst. A ideia era cobrir toda a rede do estado – pública e privada –, e os dados quantitativos e qualitativos, disponíveis nas bases públicas, seriam extraídos e inseridos em um sistema dotado de relevância e propósito. Embora consciente das limitações intrínsecas aos bancos de dados, na medida em que encerram apenas uma visão aproximada da realidade, a equipe encarou o desafio de integrar e relacionar grandes conjuntos de informações localizadas no espaço em um meio digital interativo e amigável. O formato foi idealizado para permitir que outros temas, a exemplo da segurança pública, possam ser agregados no futuro, de modo a incrementar a visão

**Em 2007 [...] a Diretoria de Estudos (Direst) deu início à criação de um aplicativo com informações georreferenciadas, relacionadas aos serviços essenciais na Bahia**

integrada e espacializada das informações de oferta e demanda de serviços.

Esta fase foi estimulada pela criação de parcerias entre a Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC), a Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (Sesab) e a SEI, e os três anos seguintes – 2008, 2009 e 2010 – foram de intenso trabalho conjunto. Nesse período, importantes decisões foram tomadas, começando pela definição das variáveis que fariam parte do sistema e que deveriam compor um conjunto representativo da infraestrutura de serviços de educação e saúde, bem como das características fundamentais da população.

O nome Azimute, escolhido para identificar o sistema, pareceu fazer todo o sentido para a equipe, que tentava estabelecer um forte vínculo entre a ferramenta e o ambiente de planejamento do estado, além de fugir das tradicionais siglas. O conceito corresponde a uma medida angular utilizada para definir a posição de um ponto no espaço e guarda na sua origem etimológica uma ligação com “caminho” ou “direção”.

Além de tratar de questões acerca do significado das relações entre os estabelecimentos prestadores de serviços de saúde e educação e a base de dados com as informações socioeconômicas e demográficas, foi preciso lidar com o modelo conceitual, o modelo de dados, as funcionalidades, o layout, a operabilidade, as bases cartográficas digitais, o processo de geocodificação e as imagens aéreas. Isso só para citar alguns

**O nome Azimute [...] corresponde a uma medida angular utilizada para definir a posição de um ponto no espaço e guarda na sua origem etimológica uma ligação com “caminho” ou “direção”**

**No nível nacional, o Azimute chamou a atenção da equipe do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que resolveu incorporar o link para o sistema em seu “Mapa de Oportunidades”**

dos elementos envolvidos na complexidade do Projeto Azimute. No entanto, as dificuldades transformaram-se nos desafios que levaram a equipe a dar continuidade aos trabalhos e, em meados de 2011, implantou-se a primeira versão do aplicativo para testes em todos os órgãos do Governo do Estado da Bahia.

No nível nacional, o Azimute chamou a atenção da equipe do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que resolveu incorporar o link para o sistema em seu “Mapa de Oportunidades” – um guia de serviços públicos a ser disponibilizado para a população em extrema pobreza, visando à sua inclusão produtiva. Esse projeto, na verdade um esforço colaborativo em rede, que reúne ideias de todos os estados brasileiros, é coordenado pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) e faz parte das ações do Plano Brasil Sem Miséria. Equipes de outros estados, presentes nas oficinas realizadas em Brasília em novembro de 2011, passaram a procurar a equipe da Direst na SEI, a fim de conhecer melhor o Azimute, visando construir sistemas semelhantes.

## CARACTERÍSTICAS

O Azimute é um aplicativo criado para auxiliar a análise de informações georreferenciadas sobre a população e os estabelecimentos de educação e saúde no estado da Bahia. O conhecimento da localização e da distribuição

destes contribui para a elaboração de políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade dos serviços nestes segmentos.

Os estabelecimentos de saúde e educação dos municípios estão representados, no Azimute, por seus locais geográficos e aparecem como pontos sobre a base cartográfica do estado. O sistema relaciona os dados do ponto georreferenciado com as informações da área onde se localizam ou possuem alcance. As relações estabelecidas oferecem elementos para o estudo da oferta de equipamentos e serviços de saúde e educação e da demanda das populações situadas em sua área de influência.

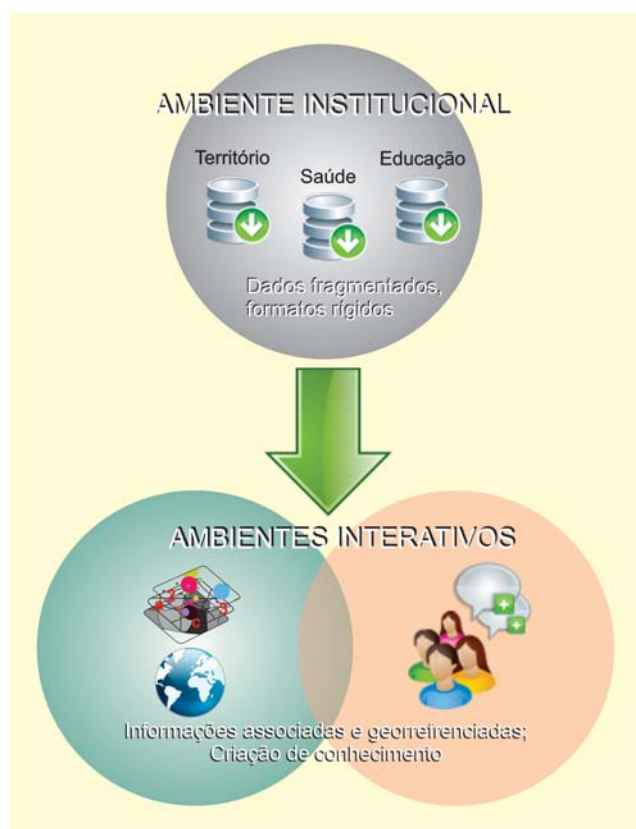
A principal fonte dos dados demográficos e socioeconômicos usados no Azimute é o Censo Demográfico do IBGE, utilizando-se também a Matriz Social do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) para as informações sobre as famílias pobres. Tais dados, no Azimute, compõem o grupo das informações territoriais e estão disponíveis tanto por município quanto por setor censitário – seu nível mais detalhado. O sistema oferece modos de agregação padronizados das informações territoriais, como a totalidade do estado e os territórios de identidade, mas é possível selecionar no mapa qualquer área de interesse dentro do estado da Bahia.

Já as informações setoriais estão agrupadas por estabelecimento. A fonte utilizada para a educação foi o

Censo Escolar do Inep, e para a Saúde, o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), do Datasus. O sistema foi desenvolvido por meio de um servidor de mapas digital e utiliza o Google e seus modos de visualização padrão e imagens de satélite. Com esse sistema foi possível reunir as informações que estavam dispersas e em formatos rígidos, criando um novo arranjo com relações que podem ser bem definidas pelo usuário, de acordo com seus objetivos (Figura 1).

Quanto ao modo de funcionamento, o Azimute é interativo e autoexplicativo. O acesso a seu banco de dados é feito por meio de duas modalidades de consulta: uma predeterminada e uma avançada. A primeira oferece ao público em geral pesquisas já estruturadas, bastando que o usuário selecione a área de interesse da informação para que seja exibido o resultado de uma pesquisa pronta. A segunda é dirigida a usuários cadastrados e permite a criação de uma pesquisa totalmente nova, utilizando

**A principal fonte dos dados demográficos e socioeconômicos usados no Azimute é o Censo Demográfico do IBGE, utilizando-se também a Matriz Social do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)**



**Infográfico 1**  
**Sistemas comuns x sistemas interativos**

o passo-a-passo disponível e o inter-relacionamento dos temas e variáveis. Os resultados das pesquisas são visualizados em tabelas e mapas que podem ser exportados para o computador do usuário.

## UTILIZAÇÃO

O Azimute, mesmo estando em sua primeira versão de teste, vem demonstrando múltiplas possibilidades e grande capacidade em gerar resultados positivos. Grupos especiais de colaboradores formaram-se na Secretaria da Educação do Estado da Bahia (SEC), na Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (Sesab) e na Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (Seplan) para receber treinamento no sistema e discutir com a SEI o uso, potencialidades e melhorias. Outros órgãos, como a Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração (SICM), a Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Bahia (Sedur), a Secretaria da Segurança Pública do Estado da Bahia (SSP) e a Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SJCDH), também demonstraram interesse pelo sistema, examinando com a equipe da SEI a possibilidade de inclusão de novos módulos com temas relativos aos seus projetos, programas e ações. Por outro lado, foram realizados treinamentos com alunos de universidades públicas e privadas para que pudessem utilizar informações do sistema em trabalhos acadêmicos, expandindo sua capacidade de gerar conhecimento sobre a realidade dos serviços essenciais na Bahia.

**O Azimute é um aplicativo voltado para o planejamento. Significa dizer que é uma ferramenta pronta para ser utilizada pelos gestores, técnicos e pesquisadores das secretarias e demais órgãos**

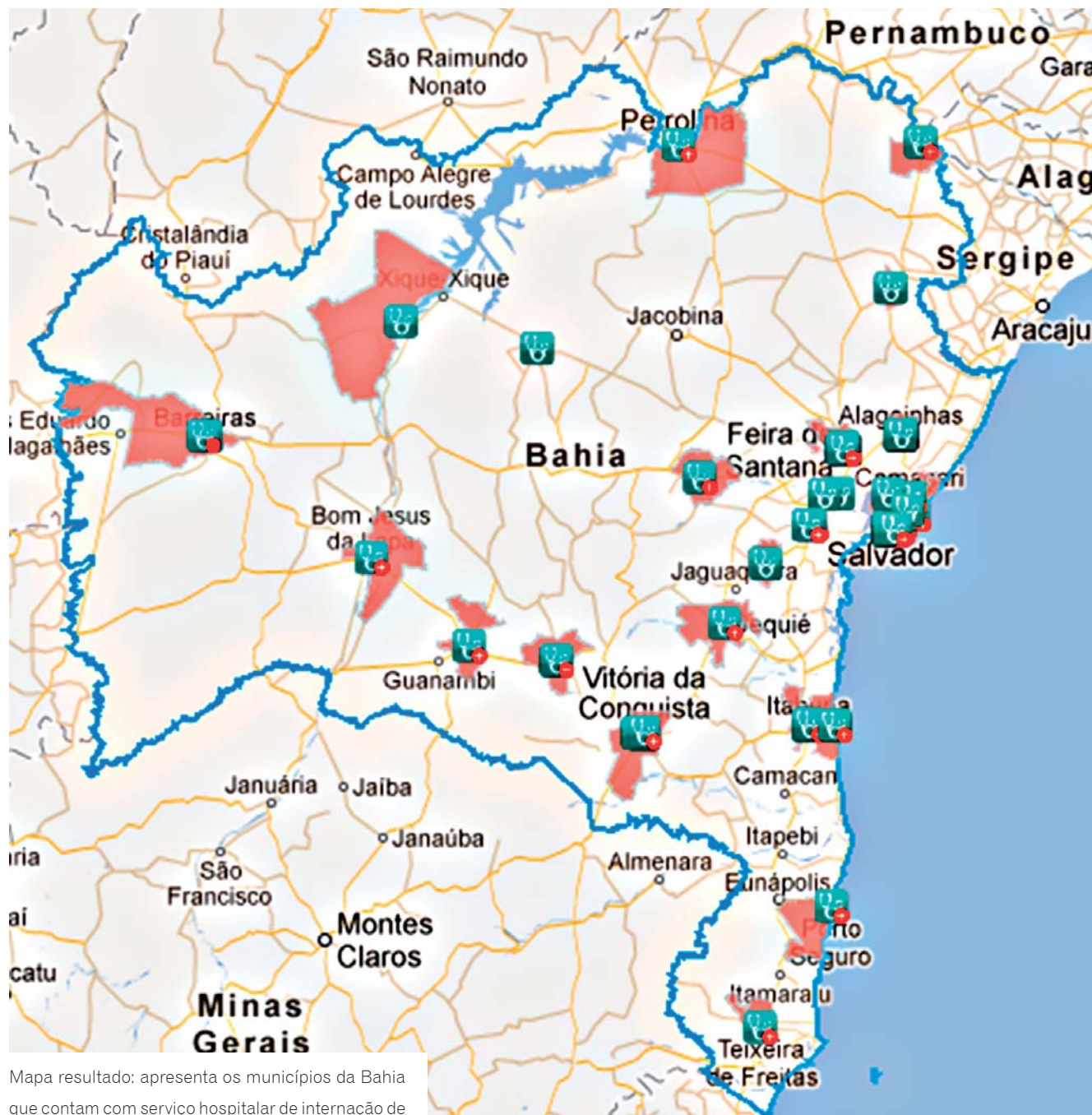
**A combinação das informações dos serviços com a geografia social [...] podem contribuir para revelar importantes tendências, processos e eventos em curso no estado**

O Azimute é um aplicativo voltado para o planejamento. Significa dizer que é uma ferramenta pronta para ser utilizada pelos gestores, técnicos e pesquisadores das secretarias e demais órgãos que tenham necessidade de conhecer a realidade do estado para fins de planejamento, avaliação e formulação de programas e ações voltadas ao desenvolvimento do estado.

O processo de planejamento contemporâneo exige agilidade e precisão na tomada de decisão e nem sempre há condições e tempo hábil para a realização de estudos extensos e detalhados. Esta é a tônica do Azimute, que permite que pesquisas realizadas no sistema sejam entendidas como “perguntas” feitas com base em critérios ou filtros estabelecidos pelo pesquisador. Novos critérios podem ser estabelecidos, na medida em que o pesquisador refina sua pesquisa, reforçando a interatividade do aplicativo. Os resultados ou produtos (tabelas e mapas) são as “respostas” obtidas pelo cruzamento dos dados que poderão compor diagnósticos ou relatórios pretendidos, bem como gerar novas perguntas, incrementando o processo. A combinação das informações dos serviços com a geografia social propicia uma comunicação clara, responsável e provocativa. São “mapas” que podem contribuir para revelar importantes tendências, processos e eventos em curso no estado. O Azimute pode ser acessado no endereço [www.azimute.sei.ba.gov.br](http://www.azimute.sei.ba.gov.br).

Veja alguns exemplos de pesquisas e seus resultados em forma de mapas e relatórios extraídos do Azimute.

1. O pesquisador deseja saber em quais municípios e territórios de identidade encontram-se os serviços de internação hospitalar de alta complexidade e o percentual de idosos nessas localidades. Como resultado de sua pesquisa, ele visualiza o mapa abaixo, bem como os relatórios correspondentes.



Mapa resultado: apresenta os municípios da Bahia que contam com serviço hospitalar de internação de alta complexidade (em destaque) e os hospitais em suas geolocalizações (ícones verdes).



| Território de Identidade       | Município              | População total | % Pop. de 60 a 79 anos | % Pop. de 80 anos ou mais |
|--------------------------------|------------------------|-----------------|------------------------|---------------------------|
| Irecê                          | Irecê                  | 66.181          | 7,20                   | 1,18                      |
| Velho Chico                    | Barra                  | 49.325          | 7,54                   | 1,36                      |
| Velho Chico                    | Bom Jesus da Lapa      | 63.480          | 7,55                   | 1,36                      |
| Litoral Sul                    | Ilhéus                 | 184.236         | 8,72                   | 1,60                      |
| Litoral Sul                    | Itabuna                | 204.667         | 9,29                   | 1,70                      |
| Extremo Sul                    | Teixeira de Freitas    | 138.341         | 7,48                   | 1,27                      |
| Vale do Jequiriçá              | Ubaíra                 | 19.750          | 10,19                  | 2,40                      |
| Sertão do São Francisco        | Juazeiro               | 197.965         | 6,80                   | 1,14                      |
| Bacia do Rio Grande            | Barreiras              | 137.427         | 5,48                   | 0,87                      |
| Sertão Produtivo               | Brumado                | 64.602          | 10,02                  | 2,02                      |
| Sertão Produtivo               | Caetité                | 47.515          | 9,77                   | 2,30                      |
| Piemonte do Paraguaçu          | Itaberaba              | 61.631          | 9,17                   | 2,12                      |
| Semiárido Nordeste II          | Ribeira do Pombal      | 47.518          | 10,21                  | 1,80                      |
| Litoral Norte e Agreste Baiano | Alagoinhas             | 141.949         | 8,61                   | 1,76                      |
| Portal do Sertão               | Feira de Santana       | 556.642         | 7,44                   | 1,25                      |
| Vitória da Conquista           | Vitória da Conquista   | 306.866         | 8,46                   | 1,51                      |
| Recôncavo                      | Cruz das Almas         | 58.606          | 8,35                   | 1,86                      |
| Recôncavo                      | Santo Antônio de Jesus | 90.985          | 7,43                   | 1,56                      |
| Recôncavo                      | São Félix              | 14.098          | 7,59                   | 1,91                      |
| Médio Rio de Contas            | Jequié                 | 151.895         | 9,22                   | 2,19                      |
| Itaparica (BA/PE)              | Paulo Afonso           | 108.396         | 9,01                   | 1,47                      |
| Metropolitano de Salvador      | Camaçari               | 242.970         | 5,17                   | 0,68                      |
| Metropolitano de Salvador      | Candeias               | 83.158          | 6,80                   | 0,89                      |
| Metropolitano de Salvador      | Lauro de Freitas       | 163.449         | 6,32                   | 0,83                      |
| Metropolitano de Salvador      | Salvador               | 2.675.656       | 7,93                   | 1,32                      |
| Costa do Descobrimento         | Porto Seguro           | 126.929         | 4,86                   | 0,62                      |

Fonte: IBGE - Censo Demográfico.

Relatório exemplo (a): além dos nomes dos municípios que dispõem de serviço hospitalar de internação de alta complexidade, pode-se incluir outras informações relacionadas como a população total e idosa e os territórios de identidade onde se localizam os municípios.



| Estabelecimento                                    | Atende pelo SUS | Total de Leitos |
|----------------------------------------------------|-----------------|-----------------|
| HOSPITAL MUNICIPAL DE TEIXEIRA DE FREITAS          | Sim             | 135             |
| HOSPITAL DA CIDADE                                 | Não             | 81              |
| HOSPITAL DE BASE LUIS EDUARDO MAGALHAES            | Sim             | 256             |
| HOSPITAL ALIANÇA                                   | Não             | 213             |
| HOSPITAL GERAL PRADO VALADARES                     | Sim             | 144             |
| HOSPITAL GERAL DE VITORIA DA CONQUISTA             | Sim             | 207             |
| SAMUR                                              | Sim             | 71              |
| HOSPITAL GERAL LUIZ VIANA FILHO                    | Sim             | 139             |
| ELCLIN                                             | Sim             | 2               |
| HOSPITAL REGIONAL DANTAS BIAO                      | Sim             | 112             |
| HOSPITAL SAO VICENTE DE PAULO                      | Sim             | 154             |
| HOSPITAL MANOEL VICTORINO                          | Sim             | 108             |
| HOSPITAL DO APARELHO LOCOMOTOR SARAHSALVADOR       | Sim             | 167             |
| SERVICO OFTALMOLOGICO DE ALAGOINHAS                | Sim             | 5               |
| HCA                                                | Não             | 25              |
| HOSPITAL NOSSA SENHORA DA POMPEIA                  | Sim             | 94              |
| APMIU                                              | Sim             | 71              |
| HOSPITAL MANOEL NOVAES                             | Sim             | 183             |
| HOSPITAL MUNICIPAL DE CRUZ DAS ALMAS               | Sim             | 69              |
| HOSPITAL REGIONAL E MATERNIDADE SANTANA DE CAETITE | Sim             | 105             |
| HOSPITAL DOM PEDRO DE ALCANTARA                    | Sim             | 165             |
| CLINICA SANTA MONICA                               | Não             | 14              |
| HOSPITAL ESPECIALIZADO LOPES RODRIGUES             | Sim             | 290             |
| SOMEPE                                             | Sim             | 40              |
| COCI                                               | Sim             | 76              |
| HOSPITAL CALIXTO MIDLEJ FILHO                      | Sim             | 198             |
| HOSPITAL GERAL CLERISTON ANDRADE                   | Sim             | 300             |
| HOSPITAL GERAL SANTA TEREZA                        | Sim             | 96              |
| HOSPITAL UNIMED VERA CRUZ                          | Não             | 21              |
| HOSPITAL GERAL MENANDRO DE FARIA                   | Sim             | 73              |
| HOSPITAL PROFESSOR JORGE VALENTE                   | Não             | 144             |

Fonte: CNES – Datasus – 2011

Relatório exemplo (b): listagem(parcial) dos hospitais com serviço de internação de alta complexidade, associada às informações sobre o atendimento pelo SUS e o total de leitos destes estabelecimentos.



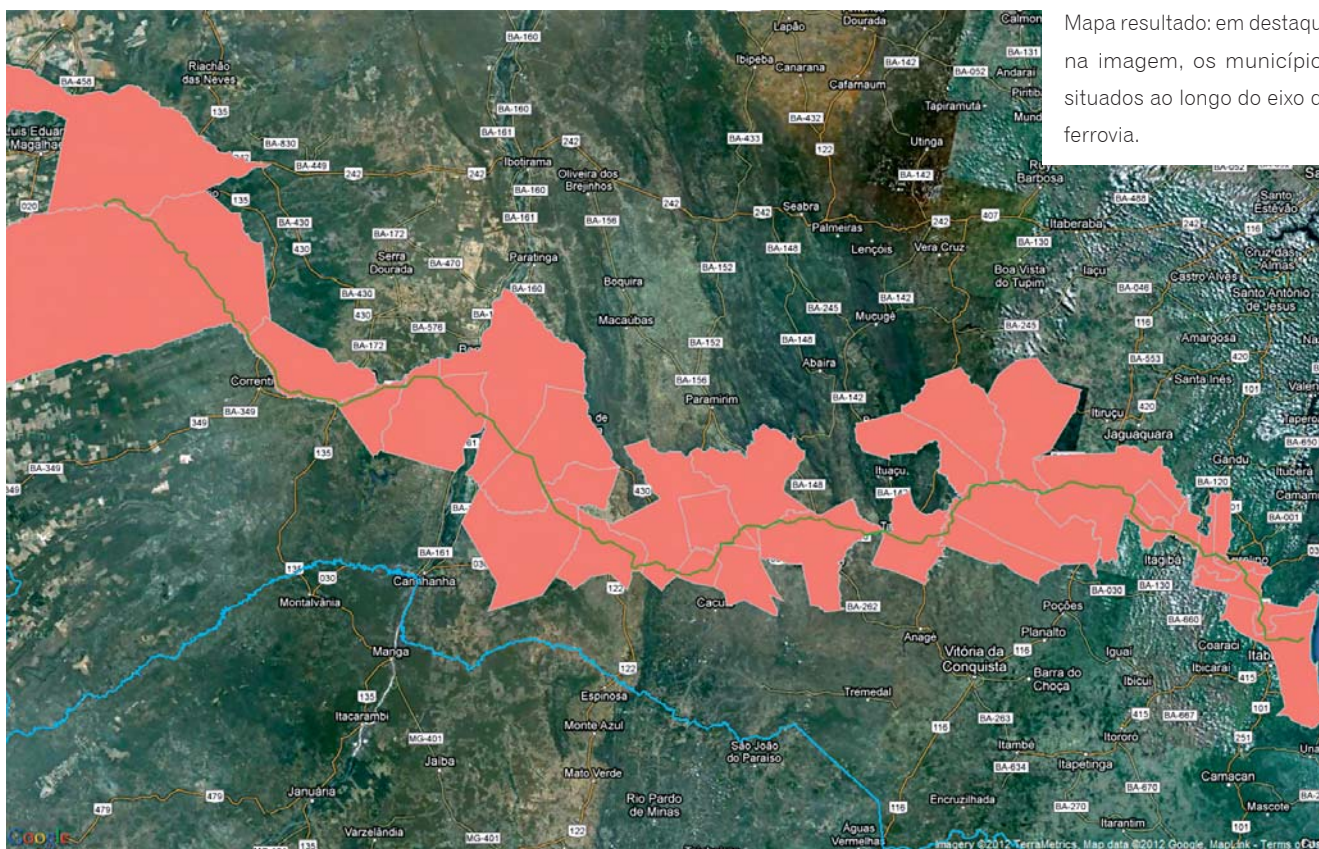


Relatório exemplo: listagem das escolas que atenderam à solicitação do pesquisador, associadas às informações sobre a presença de laboratório de informática e de ciências e biblioteca.

| Estabelecimento                                      | Laboratório de Informática | Laboratório de Ciências | Biblioteca / Salas de Leitura |
|------------------------------------------------------|----------------------------|-------------------------|-------------------------------|
| EE - COLEGIO ESTADUAL PROFESSOR ALEXANDRE LEAL COSTA | Sim                        | Sim                     | Não                           |
| ESCOLA MUNICIPAL DONA QUININHA MELO                  | Sim                        | Não                     | Não                           |
| ESCOLA MONTEIRO LOBATO SC LTDA                       | Sim                        | Sim                     | Sim                           |
| CENTRO MUN DE EDUC INF ANTONIA MATOS DE OLIVEIRA     | Não                        | Não                     | Não                           |
| ESCOLA MUNICIPAL DR JOSE DA COSTA BORGES             | Não                        | Não                     | Não                           |

Fonte: INEP – Censo Escolar.

- O pesquisador deseja estudar as populações localizadas no entorno de um eixo (no exemplo abaixo, o traçado hipotético da Ferrovia de Integração Oeste Leste (FIOL)).



Mapa resultado: em destaque na imagem, os municípios situados ao longo do eixo da ferrovia.



| Município                   | População total | % Jovens (18 a 24 anos) | % Adultos (25 a 59 anos) |
|-----------------------------|-----------------|-------------------------|--------------------------|
| Aiquara                     | 4.602           | 12,36                   | 42,37                    |
| Aurelino Leal               | 13.595          | 13,59                   | 40,00                    |
| Barra da Estiva             | 21.187          | 14,41                   | 42,45                    |
| Barra do Rocha              | 6.313           | 13,23                   | 42,74                    |
| Barreiras                   | 137.427         | 14,95                   | 45,87                    |
| Bom Jesus da Lapa           | 63.480          | 13,60                   | 41,67                    |
| Brumado                     | 64.602          | 12,68                   | 46,79                    |
| Caetité                     | 47.515          | 14,42                   | 43,31                    |
| Gongogi                     | 8.357           | 14,06                   | 41,52                    |
| Guanambi                    | 78.833          | 13,59                   | 46,63                    |
| Ibiassucê                   | 10.062          | 12,13                   | 46,22                    |
| Ilhéus                      | 184.236         | 12,35                   | 46,60                    |
| Ipiáú                       | 44.390          | 12,46                   | 45,13                    |
| Iramaia                     | 11.990          | 13,37                   | 40,12                    |
| Jequié                      | 151.895         | 12,93                   | 45,92                    |
| Jitaúna                     | 14.115          | 13,37                   | 40,55                    |
| Lagoa Real                  | 13.934          | 15,19                   | 40,50                    |
| Livramento de Nossa Senhora | 42.693          | 13,49                   | 44,77                    |
| Manoel Vitorino             | 14.387          | 12,82                   | 40,27                    |
| Maracás                     | 24.613          | 12,83                   | 42,47                    |
| Matina                      | 11.145          | 13,78                   | 40,52                    |
| Mirante                     | 10.507          | 12,80                   | 41,72                    |
| Palmas de Monte Alto        | 20.775          | 13,94                   | 43,66                    |
| Riacho de Santana           | 30.646          | 13,45                   | 42,36                    |
| Rio do Antônio              | 14.815          | 13,47                   | 42,47                    |
| Santa Maria da Vitória      | 40.309          | 12,97                   | 41,97                    |
| São Desidério               | 27.659          | 14,66                   | 40,77                    |
| São Félix do Coribe         | 13.048          | 13,16                   | 42,16                    |
| Serra do Ramalho            | 31.638          | 12,96                   | 37,70                    |
| Tanhaçu                     | 20.013          | 12,40                   | 44,69                    |
| Ubaitaba                    | 20.691          | 13,19                   | 41,55                    |
| Ubatã                       | 25.004          | 12,63                   | 41,86                    |
| Uruçuca                     | 19.837          | 13,11                   | 42,05                    |

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010.

Relatório exemplo: corresponde à listagem com os nomes dos municípios situados ao longo do eixo da ferrovia, sua população total e os percentuais de jovens e adultos.

Sempre que o pesquisador queira alterar a pesquisa no Azimute, ele pode facilmente realizar a mudança através da “edição da pesquisa” sem precisar, para isso, recomeçar o processo; este recurso permite manter ou alterar a área previamente selecionada, assim como os temas e ou as variáveis inicialmente indicadas, para novas consultas, mapas e relatórios.

## PERSPECTIVAS

O Azimute é uma ferramenta inovadora que busca facilitar os estudos e análises sobre a oferta e demanda dos serviços essenciais à sociedade baiana, de maneira que possam contribuir efetivamente para a elaboração de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do estado. Para evoluir constantemente, depende do engajamento e das contribuições dos próprios usuários. Através do “fale conosco”, a equipe administradora do

sistema está cadastrando os pesquisadores interessados, que, na medida em que produzem seus estudos, enviam observações e sugestões que vão enriquecendo o aplicativo. Ao mesmo tempo, a equipe administradora do Azimute tem trabalhado na divulgação do sistema, nos ajustes gerais do aplicativo e na atualização dos dados. Em breve futuro, espera-se que esse procedimento possa ser padronizado e realizado em rede, com os parceiros das secretarias envolvidas.

O Azimute está entre os projetos que foram selecionados para a Rede IPEA e que receberão apoio técnico e financeiro no ano de 2012. A equipe da Direst está trabalhando na montagem do edital para contratação de serviços especializados, por meio de licitação, para ampliação do número de variáveis e funcionalidades do Azimute. Mais quatro novos temas deverão ser incluídos nessa etapa de expansão do sistema, ampliando sua capacidade de relacionamento entre as informações dos serviços essenciais da Bahia.

# Atração de agroinvestimentos: resultados e perspectivas

Jairo Pinto Vaz

Engenheiro-agrônomo, pós-graduado em Engenharia de Irrigação e Extensão Rural pela Universidade de Jerusalém. Superintendente de Agronegócios e Atração de Investimentos da Seagri-BA. [jpvaz@seagri.ba.gov.br](mailto:jpvaz@seagri.ba.gov.br)



Peça fundamental para a descentralização, diversificação e modernização do parque industrial do estado, a atividade de atração de investimentos tem por finalidade modernizar os diversos setores da economia baiana, aumentar a competitividade de seus produtos e proporcionar o desenvolvimento com a geração de empregos e aumento de renda.

Para o agronegócio, a política de captação de investimentos vem se firmando ao longo dos anos como uma das mais fortes estratégias de fortalecimento e renovação do setor. A conquista de novos empreendimentos e a ampliação e modernização de outros já existentes favorecem o crescimento da produção e a produtividade, além de possibilitarem a incorporação de novas tecnologias, propiciando a transformação do perfil da atividade e a potencialização das cadeias produtivas da agropecuária.

Os resultados positivos alcançados pela política de atração de agroinvestimentos do atual governo no período compreendido entre 2007 e 2012 refletem a estratégia acertada do programa. Esta ação resultou na assinatura de mais de 230 protocolos de intenções formalizados entre empresas privadas ligadas ao segmento do agronegócio e o governo. Além da diversificação e da modernização do setor produtivo, essa política tem como objetivo a busca da descentralização da aplicação desses recursos, fazendo com que diferentes regiões sejam beneficiadas economicamente. Foram totalizados investimentos da ordem de R\$ 14,4 bilhões, com uma estimativa de geração

de cerca de 67 mil novos empregos para os baianos, em mais de 140 municípios.

Os projetos de maior porte concentram-se no segmento de bioenergia, tendo em vista os altos volumes de recursos para se montar uma usina de etanol e biodiesel. Esse setor, que conta com investimentos de R\$ 12 bilhões, tem chamado a atenção porque a Bahia não é autossuficiente na produção de combustíveis. O estado produz apenas 16% do que consome, nas seis unidades existentes, importando os outros 84%. Isso demonstra o potencial que o segmento tem para crescer.

Outro destaque fica por conta do setor de bebidas, com R\$ 326 milhões investidos pela iniciativa privada, seguido de perto pelo segmento de alimentos, com R\$ 317 milhões, com destaque para as indústrias de café, farinhas e misturas, biscoitos, salgadinhos e outras.

O restante, totalizando R\$ 1,6 bilhão, foi investido em diversas outras áreas, com atenção para a indústria de madeira e papel e celulose, confecções e tecidos, indústria frigorífica, laticínios, dentre outras.

Para assegurar o ritmo crescente de atração de agroinvestimentos, o estado tem lançado mão de estratégias e instrumentos dinâmicos. Dentre eles pode-se destacar a participação em eventos promocionais, a articulação de missões oficiais ao exterior, estímulos a incentivos fiscais e financiamentos, assim como a articulação

institucional e investimentos na melhoria da infraestrutura, tão importante na decisão de um negócio.

Todos esses instrumentos, que são destinados também à integração das cadeias produtivas da agropecuária, têm contribuído para o desenvolvimento do agronegócio baiano. Mas há muito trabalho ainda a ser feito. O estado tem uma das agriculturas mais diversificadas do Brasil, com tecnologia de ponta e ampla oferta local de matérias-primas e *commodities*, mas é preciso avançar na agregação de valor. Ou seja, a Bahia possui uma base primária que a credencia para progredir na agroindustrialização.

Há diversos exemplos. O estado é o maior produtor de guaraná do Brasil, mas ainda não tem uma fábrica para processar o produto e, com isso, agregar valor. O que ocorre é que os produtores vendem o guaraná, que segue para Salvador, onde é embarcado para Belém e depois para Manaus, chegando finalmente a Maués, onde existe planta industrial. O produto é processado, transformado em xarope e volta para a Bahia como se fosse feito no Amazonas. Outro exemplo é o algodão. O estado é o segundo maior produtor do Brasil, com fibras de qualidade e certificadas, reconhecidas em todo o mundo, mas sem uma indústria têxtil para processar essa produção. Pode-se citar ainda a fruticultura, setor em que a Bahia é o segundo maior produtor e exportador do Brasil, mas não tem uma indústria de sucos e preparações.

Mas também existem exemplos de sucesso, como o café baiano, premiado em concursos nacionais e internacionais, despertando o interesse de duas grandes empresas, que perceberam o grande nicho dos cafés especiais e já se instalaram no estado.

São muitas as situações que ilustram o talento e o profissionalismo no setor de produção, mas ainda há pouca agregação de valor. Por isso, o trabalho de atração de investimentos é uma ferramenta importante. De forma proativa, tem-se ido em busca do investidor, visitando empresas com potencial para expandir seus negócios e apresentando as oportunidades na Bahia. Os empresários são convidados a visitar as diversas regiões do estado, conhecendo in loco as possibilidades de investimentos.

Perspectivas – As perspectivas são positivas, mesmo diante da crise internacional e de seus desdobramentos. Acredita-se que o estado está “deslocado” dessa tendência de recessão e que vai crescer. Em termos de negócios propriamente ditos, há uma perspectiva muito boa no crescimento da agroindustrialização de modo geral. Existem grandes oportunidades nas áreas de geração de bioenergia (etanol e biodiesel); industrialização da produção de grãos do oeste; fruticultura – que hoje participa dos mercados externo e interno na sua forma *in natura*, mas reserva grande espaço para seu processamento –; e olerícolas – com oportunidade para produção de olerícolas congeladas, batata chip, palha e pré-frita, purês, tomate seco, extratos, cremes e vegetais congelados.

O algodão é um bom exemplo de como a verticalização de produção poderia criar uma sólida cadeia têxtil (fição, tecelagem e confecção), assim como as fibras naturais (sisal, coco e piaçava), para substituição de plásticos, espumas e fibras sintéticas. A vocação natural da Bahia para a produção de borracha guarda espaço para a autossuficiência de matéria-prima do parque industrial de pneumáticos.

Com relação às áreas da pecuária, aponta-se a indústria da carne (bovina, caprina/ovina e de aves e suínos), leite em pó, queijos, iogurte e ovos. A aquicultura e a pesca também reservam para a Bahia a oportunidade de implantação de um complexo industrial pesqueiro. Enfim, por ser diversificada e produtiva, a agropecuária oferece uma infinidade de oportunidades.

O setor está fincado em bases consistentes, cujos fundamentos priorizam a modernização tecnológica, a busca pela diversificação, o estímulo à organização das cadeias produtivas, atenção para atender as demandas do mercado, preservação do meio ambiente e apoio à qualificação da agricultura familiar.

O objetivo é tornar o estado autossuficiente em produtos consumidos largamente pelo mercado interno e externo, bem como transformá-lo em um exportador de produtos agropecuários industrializados e com alto valor agregado.

# Território do Sertão do São Francisco espera investimentos industriais de cerca de R\$ 9,5 bilhões até 2015

Fabiana Karine Santos de Andrade\*

Os investimentos industriais previstos para o estado da Bahia devem somar R\$ 48,6 bilhões até o ano de 2015. A previsão é que sejam implantadas e/ou ampliadas cerca de 378 empresas de diversos setores, que deverão gerar aproximadamente 69.746 empregos diretos até 2015.

No Território do Sertão do São Francisco, estão projetadas inversões de aproximadamente R\$ 9,5 bilhões, destinadas à instalação de parques eólicos para geração de energia elétrica. Vale ressaltar ainda o Território Metropolitano de Salvador, para o qual está estimado um volume de investimento de aproximadamente R\$ 10,9 bilhões, alocados em 163 projetos.

Por complexo de atividade, destaca-se o Químico-petroquímico, com um volume de R\$ 7,4 bilhões, o que envolve a intenção de implantação de 98 empreendimentos no estado até 2015. No complexo de atividade Mineral e beneficiamento, o volume previsto, também expressivo, chega a aproximadamente R\$ 5,4 bilhões, a partir de nove projetos de empresas com decisão de investimento.

No complexo Metal-mecânico, os investimentos devem alcançar um volume de R\$ 5,0 bilhões, com 48 projetos.

Neste complexo destaca-se a previsão de ampliação da produção de uma grande empresa do setor e a implantação do fabricante de veículos automotores Jac Motors, que irá investir cerca de R\$ 1,4 bilhão na construção de uma unidade industrial no município de Camaçari para produção de carros.

Vale destacar também o complexo Outros, com inversões estimadas de R\$ 27,7 bilhões, em 42 projetos de empresas com a intenção de se instalar no estado. Destacam-se investimentos para a área de energia, mais precisamente para a geração de energia eólica e a produção de gás natural. A pretensão é implantar vários parques eólicos e pequenas hidrelétricas espalhados por diversos municípios do estado.

O Governo do Estado da Bahia, através do Programa Desenvolve, vem implementando uma política de atração de investimentos industriais, via concessão de incentivos fiscais, que possibilita a vinda de empresas de diversos segmentos. Essa política traz uma nova dinâmica para o setor industrial baiano, com a diversificação da sua matriz industrial. Esse tipo de ação governamental vem ocorrendo desde 2002, com a implantação de programas de incentivos especiais.

---

\* Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Técnica da Superintendência de Indústria da Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração (SICM). fabianakarine.pacheco@gmail.com

**Tabela 1****Investimentos industriais previstos para a Bahia****Volume de investimento e número de empresas por território de identidade – Bahia – 2012-2015**

| Território                          | Volume (R\$ 1,00)     | Nº projetos | Volume (%) | Projeto (%) |
|-------------------------------------|-----------------------|-------------|------------|-------------|
| A definir                           | 1.656.546.000         | 11          | 3,4        | 2,9         |
| Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte | 2.145.200.000         | 11          | 4,4        | 2,9         |
| Bacia do Jacuípe                    | 1.000.000             | 1           | 0,0        | 0,3         |
| Bacia do Rio Corrente               | 6.000.000             | 1           | 0,0        | 0,3         |
| Baixo Sul                           | 460.000.000           | 1           | 0,9        | 0,3         |
| Chapada Diamantina                  | 3.420.000.000         | 3           | 7,0        | 0,8         |
| Extremo Sul                         | 1.298.055.000         | 18          | 2,7        | 4,8         |
| Irecê                               | 5.000.000             | 1           | 0,0        | 0,3         |
| Itaparica                           | 12.000.000            | 2           | 0,0        | 0,5         |
| Itapetinga                          | 16.500.000            | 2           | 0,0        | 0,5         |
| Litoral Norte e Agreste Baiano      | 310.000.000           | 2           | 0,6        | 0,5         |
| Litoral sul                         | 3.075.548.955         | 22          | 6,3        | 5,8         |
| Médio Rio das Contas                | 100.107.270           | 11          | 0,2        | 2,9         |
| Metropolitano de Salvador           | 10.902.989.475        | 163         | 22,4       | 43,1        |
| Oeste Baiano                        | 1.393.035.000         | 21          | 2,9        | 5,6         |
| Piemonte da Diamantina              | 870.000.000           | 1           | 1,8        | 0,3         |
| Piemonte do Paraguaçu               | 1.500.000             | 1           | 0,0        | 0,3         |
| Piemonte Norte do Itapicuru         | 2.000.000.000         | 1           | 4,1        | 0,3         |
| Portal do Sertão                    | 197.500.000           | 29          | 0,4        | 7,7         |
| Recôncavo                           | 1.913.360.000         | 23          | 3,9        | 6,1         |
| Semiárido Nordeste II               | 6.000.000             | 1           | 0,0        | 0,3         |
| Sertão do São Francisco             | 9.538.000.000         | 16          | 19,6       | 4,2         |
| Sertão Produtivo                    | 7.717.300.000         | 10          | 15,9       | 2,6         |
| Sisal                               | 334.740.000           | 5           | 0,7        | 1,3         |
| Vale do Jequiriçá                   | 273.800.000           | 4           | 0,6        | 1,1         |
| Velho Chico                         | 900.000.000           | 2           | 1,9        | 0,5         |
| Vitória da Conquista                | 56.250.000            | 15          | 0,1        | 4,0         |
| <b>Total</b>                        | <b>48.610.431.700</b> | <b>378</b>  | <b>100</b> | <b>100</b>  |

Fonte: SICM.

Elaboração: SICM/Coinc.

Nota: Dados preliminares sujeitos a alterações. Coletados até 31/05/2012.

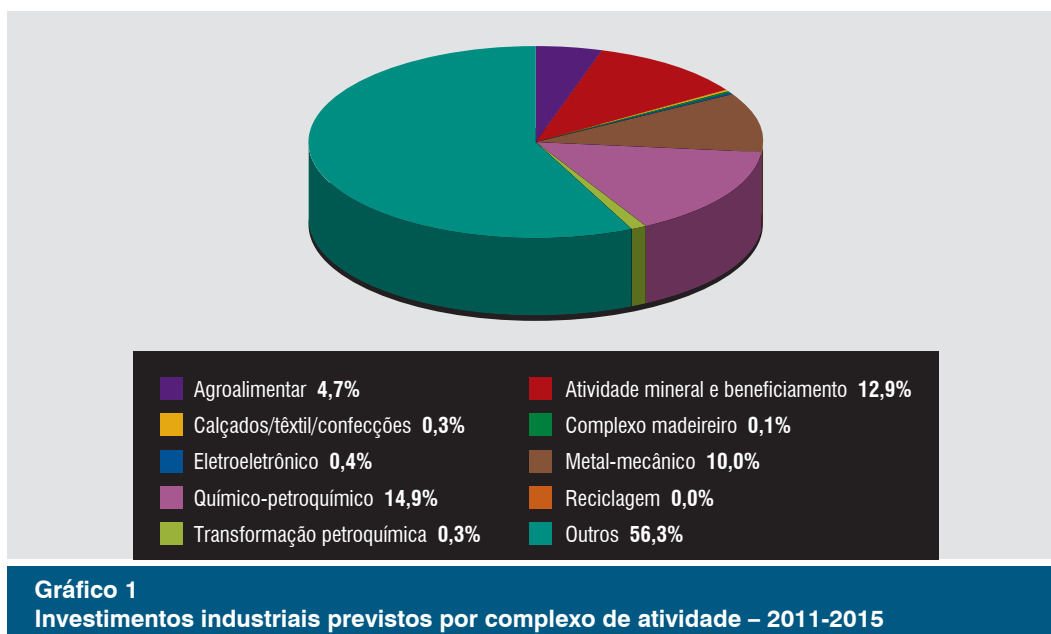
**Tabela 2****Investimentos industriais previstos para a Bahia****Volume de investimento e número de empresas por complexo de atividade – Bahia – 2012-2015**

| Complexo de atividade              | Volume (R\$ 1,00)     | Nº projetos | Volume (%)    | Projeto (%)   |
|------------------------------------|-----------------------|-------------|---------------|---------------|
| Agroalimentar                      | 2.348.847.049         | 82          | 4,8           | 21,7          |
| Atividade mineral e beneficiamento | 5.401.650.000         | 9           | 11,1          | 2,4           |
| Calçados/têxtil/confecções         | 140.361.896           | 36          | 0,3           | 9,5           |
| Complexo madeireiro                | 90.182.800            | 14          | 0,2           | 3,7           |
| Eletroeletrônico                   | 159.593.955           | 25          | 0,3           | 6,6           |
| Metal-mecânico                     | 4.948.810.000         | 48          | 10,2          | 12,7          |
| Químico-petroquímico               | 7.414.786.000         | 98          | 15,3          | 25,9          |
| Reciclagem                         | 7.800.000             | 2           | 0,0           | 0,5           |
| Transformação petroquímica         | 427.100.000           | 22          | 0,9           | 5,8           |
| Outros                             | 27.671.300.000        | 42          | 56,9          | 11,1          |
| <b>Total</b>                       | <b>48.610.431.700</b> | <b>378</b>  | <b>100,00</b> | <b>100,00</b> |

Fonte: SICM.

Elaboração: SICM/Coinc.

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 31/05/2012.



Fonte: SICM.

Elaboração: SICM/Coinc.

Nota: Dados preliminares sujeitos a alterações. Coletados até 30/05/2012.

## METODOLOGIA DA PESQUISA DE INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS PREVISTOS

A metodologia utilizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) para levantar as intenções de investimentos industriais previstos para os próximos quatro anos no estado da Bahia, desenvolvida inicialmente pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (Seplan), consiste em coletar diariamente as informações primárias dos prováveis investimentos a serem implantados no estado, divulgadas pelos principais meios de comunicação, e obter sua confirmação junto às respectivas empresas. Essas informações são coletadas nas seguintes publicações: *Gazeta Mercantil*, *Valor Econômico*, *A Tarde*, *Correio da Bahia* e *Diário Oficial do Estado da Bahia*. O levantamento desses dados também é obtido junto à Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia (SICM) através dos protocolos de intenção e projetos econômico-financeiros entregues à Secretaria para o requerimento de incentivos dos programas Probahia, Bahiaplast e do atual Desenvolve.

Após a verificação dos dados coletados e a confirmação das empresas a serem implantadas no estado, identifica-se a existência de dupla contagem dos dados. Depois de consistidos, os dados serão apresentados sob a forma de tabelas e gráficos contendo o volume e participação dos investimentos industriais por complexo de atividade, por eixo de desenvolvimento e o número de projetos. Os valores dos investimentos anunciados estão expressos em reais.

# O MAIOR PLANO DE SAÚDE DA BAHIA

Nos últimos anos, o Planserv mudou muito e para melhor. Hoje o plano cuida de 465 mil baianos e tem cada vez mais a confiança de médicos e hospitais em todo o estado.

0800 56 6066

SECRETARIA DA  
ADMINISTRAÇÃO



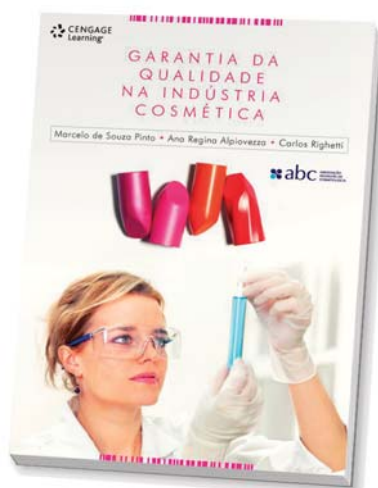
WWW.PLANSERV.BA.GOV.BR





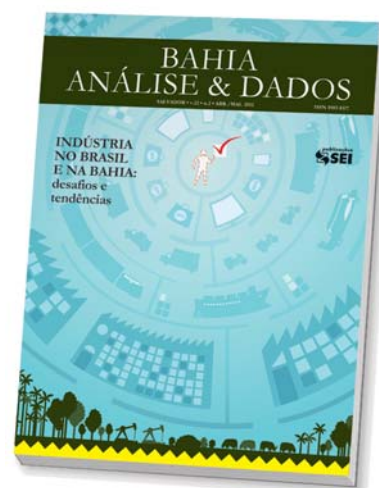
## COMO PASSAR DE DEVEDOR PARA INVESTIDOR – UM GUIA DE FINANÇAS PESSOAIS

O livro *Como Passar de Devedor para Investidor*, escrito por Fabio Sousa e Samy Dana, apresenta um método simples, com sucesso comprovado, para melhorar a administração das finanças pessoais. Seguindo as orientações da publicação, em pouco tempo você passará de devedor para investidor. O livro foi desenvolvido para pessoas de todas as idades que responderiam “sim” a uma ou mais das perguntas a seguir: Está devendo para o banco ou cartão de crédito? Tem alguma outra dívida que não consegue terminar de pagar, mesmo tendo rendimentos mensais? Não consegue viver com o que ganha? Quando soma todos os seus recebimentos e gastos mensais, percebe que deveria ter sobrado mais do que realmente sobrou no fim do mês, se é que sobrou algo?



## GARANTIA DA QUALIDADE NA INDÚSTRIA COSMÉTICA

O setor cosmético tem desenvolvido uma intensa capacitação ao longo dos anos. Dentre os objetivos destaca-se a qualidade, seja ela dos produtos, dos serviços ou das etapas de desenvolvimento, o que vai resultar na qualidade do produto final. Desenvolvida por Marcelo de Souza Pinto, Ana Regina Alpiovezza e Carlos Righetti, a obra *Garantia da Qualidade na Indústria Cosmética* é uma valiosa contribuição para o setor cosmético e reúne vários temas importantes relacionados à qualidade industrial. Entre eles, destacam-se: estudo sobre melhorias na gestão da cadeia produtiva de cosméticos; cuidados em ambientes de fábrica; condutas de segurança no laboratório: equipamentos básicos de trabalho, produtos químicos e vestimentas; técnicas de tratamento de água; e estudo dos pontos críticos das formas cosméticas: cremes, loções, desodorantes, xampus, batons etc.



## BAHIA ANÁLISE & DADOS – INDÚSTRIA NO BRASIL E NA BAHIA: DESAFIOS E TENDÊNCIAS

A indústria é historicamente considerada o principal acelerador do crescimento das nações, essencial para o fortalecimento da economia e, sobretudo, capaz de contribuir para a elevação da produtividade e da renda dos principais países do mundo. Qualquer que seja a estratégia de desenvolvimento a ser implementada por um determinado país, ela deve, de forma imprescindível, estimular a expansão industrial. Exatamente por isso, a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) decidiu elaborar um número da revista *Bahia Análise & Dados* com o tema Indústria no Brasil e na Bahia: Desafios e Tendências, dedicado à reflexão sobre as tendências e perspectivas da indústria brasileira e baiana diante do novo contexto da economia mundial.



### SEP 91 – O USO ATUAL DAS TERRAS: BACIAS DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO BAHIA

O Projeto Uso Atual das Terras é um estudo sistemático, disponibilizado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), que compõe a *Série Estudos e Pesquisas* (SEP). O objetivo é reconhecer as formas de ocupação e uso do território baiano, seja por aspectos naturais, seja por atividades antrópicas, fornecendo, assim, um retrato do espaço territorial, com base nas dinâmicas atuais. Os estudos de uso da terra fornecem subsídios às ações do planejamento regional, já que buscam a compreensão dos padrões de organização do espaço alterado pela ação do homem e pelo desenvolvimento tecnológico. Conhecer o espaço por meio das formas de ocupação é, por sua vez, entender os processos pelos quais se deu o desenvolvimento regional e, com isso, construir referências temporais e espaciais, ferramenta imprescindível ao planejamento territorial.



### SEP 92 – PANORAMA CULTURAL DA BAHIA CONTEMPORÂNEA

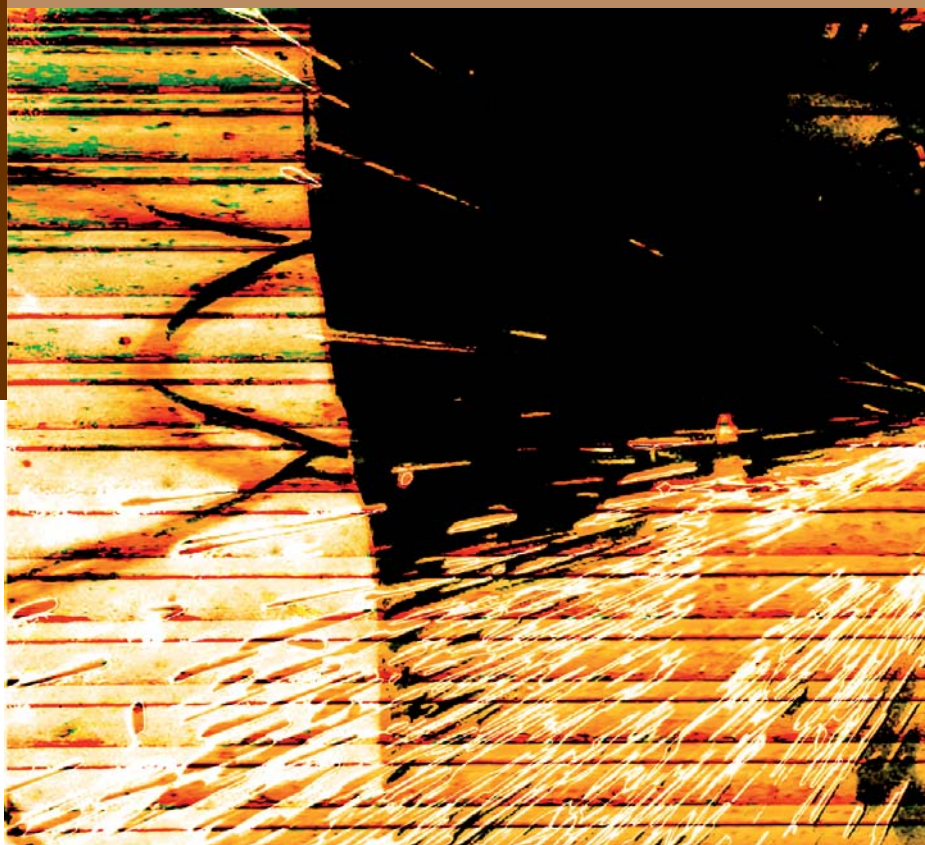
Sob os múltiplos aspectos de análise de um território, a Bahia apresenta um mosaico de variedades sociais, culturais, econômicas e ambientais. Trata-se do estado com o maior número de biomas e um rico e variado processo de formação de sua população, oriunda da miscigenação dos povos tradicionais do Brasil pré-colonial com os escravos das nações africanas e imigrantes advindos de diversos países do mundo em momentos diferentes da nossa história (portugueses, espanhóis, italianos, japoneses, entre outros). Este *Panorama Cultural da Bahia Contemporânea* é a expressão da parceria entre a Secretaria do Planejamento (Seplan) e a Secretaria de Cultura (Secult) .



### SEP 93 – METRÓPOLE BAIANA: DINÂMICA ECONÔMICA E SOCIOESPACIAL RECENTE

O processo de globalização econômica intensificou-se no Brasil após a implantação do Plano Real, em 1994. Desde então, diversos são os estudos que buscam entender os seus impactos na economia brasileira, sobretudo na sua articulação com as demais economias mundiais. Do ponto de vista microeconômico e/ou regional, as análises são voltadas para as repercussões decorrentes da globalização nas estruturas produtivas de diversas atividades econômicas e espaços nacionais, em particular nos aspectos relacionados à competitividade e nas possíveis alterações nas funções das distintas metrópoles brasileiras.

# Conjuntura Econômica Baiana



Os resultados dos indicadores conjunturais no acumulado do ano, quando comparados com os do mesmo período do ano anterior, apontaram desaceleração na atividade industrial e na exportação, apesar de apresentarem resultados positivos no ano; manutenção do arrefecimento do emprego industrial e do rendimento médio real ao longo do ano; aquecimento do comércio varejista; e elevação do índice de inflação e da taxa de desemprego na RMS. Vale salientar que o rendimento médio real dos trabalhadores ocupados apresentou retração em razão da alta registrada no índice de inflação no período.

De acordo com os resultados da Pesquisa Industrial Mensal, realizada pelo IBGE, a produção industrial baiana (de transformação e extrativa mineral) acumulou, entre janeiro e maio de 2012, acréscimo de 4,3% na comparação com o mesmo período do ano anterior. A indústria de transformação teve expansão de 4,8% no mesmo período. Cinco dos seus oito segmentos influenciaram o resultado, com destaque para *Produtos químicos* (21,0%), *Alimentos e bebidas* (4,4%), *Borracha e plástico* (8,4%), *Minerais não metálicos* (3,6%) e *Celulose e papel* (0,6%). Negativamente, destacaram-se *Refino de petróleo e produção de álcool* (-5,9%), pressionado, sobretudo, pela redução na produção de óleo diesel, óleo combustível

e naftas para petroquímica, e *Metalurgia* (-5,9%), resultado da queda na produção de vergalhões de cobre e fio-máquina de aços ao carbono.

Seguindo a mesma análise, segundo os dados divulgados na Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (PIMES) do IBGE, o nível de pessoal ocupado da indústria baiana acumulou decréscimos de 2,6% na indústria geral e 3,1% na indústria de transformação. Em contrapartida, a indústria extrativa mineral apresentou expansão de 5,4%. Os segmentos que mais pressionaram o indicador no acumulado do ano na indústria de transformação foram *Fabricação de outros produtos da indústria de transformação* (-23,5%), *Calçados e couro* (-12,4%), *Fumo* (-8,1%), *Madeira* (-6,8%), *Têxtil* (-6,7%), *Produtos de metal, exclusive máquinas e equipamentos* (-4,9%) e *Alimentos e bebidas* (-4,0%). Por outro lado, os segmentos que mais cresceram foram *Coque, refino de petróleo, combustíveis nucleares e álcool* (19,6%), *Máquinas e equipamentos, exclusive elétricos, eletrônicos de precisão e de comunicações* (12,5%) e *Produtos químicos* (8,0%).

A balança comercial baiana apontou, no acumulado do ano (janeiro a maio), expansão tanto para as exportações (9,2%) como para as importações (17,1%). As exportações



somaram US\$ 4,2 bilhões nesse período, e as importações, US\$ 3,4 bilhões, proporcionando um superávit de US\$ 817 milhões, o que representa uma retração de 14,5% em relação ao que foi apurado no mesmo período de 2011, de acordo os dados disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). O desempenho das exportações no período em questão decorreu, principalmente, do crescimento nas vendas dos segmentos de *Petróleo e derivados* (29,9%), *Químicos e petroquímicos* (5,3%) e *Soja e derivados* (51,0%). Juntos, esses setores foram responsáveis por 48,2% das receitas de exportação no período. Vale ressaltar que Camaçari (25,9%) e São Francisco do Conde (21,1%) foram os municípios que mais contribuíram para as vendas externas baianas no período.

Os dados observados na Pesquisa Mensal de Comércio (PMC), realizada pelo IBGE, demonstraram que o comércio varejista acumulou no ano taxa de 9,5%. Os segmentos que evidenciaram as maiores contribuições positivas no período em análise foram *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação* (19,4%), *Combustíveis e lubrificantes* (13,2%), *Móveis e eletrodomésticos* (12,1%), *Outros artigos de uso pessoal e doméstico* (11,5%), *Hipermercados e supermercados*

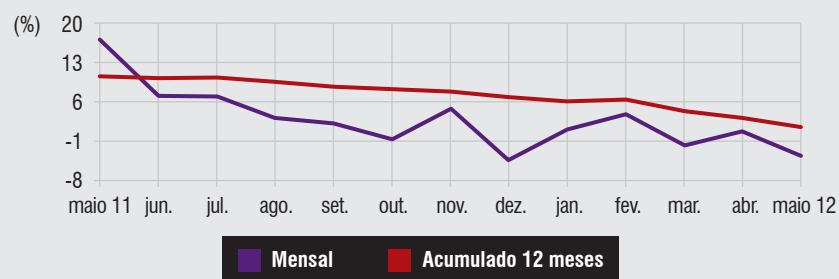
(8,5%). Em sentido oposto, apenas o segmento *Livros, jornais, revistas e papelaria* registrou retração (-18,5%). As vendas de *Veículos, motos e peças* e *Material para construção* tiveram crescimento de 3,8% e 7,1%, respectivamente, no mesmo período.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), calculado pela SEI, acumulou no ano acréscimo de 3,4%, impulsionado pelos grupos *Despesas pessoais* (8,1%), *Alimentos e bebidas* (4,0%) e *Habitação e encargos* (5,9%). Os grupos que apresentaram retração no ano foram *Artigos de residência* (-2,6%) e *Transporte e comunicação* (-0,1%).

Conforme dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), realizada pela SEI, Dieese e Seade, a taxa média de desemprego entre janeiro e maio de 2012 fechou em 16,6% da população economicamente ativa. Com base na mesma pesquisa, o rendimento médio real dos trabalhadores ocupados caiu 12,1% nos últimos 12 meses, até abril.

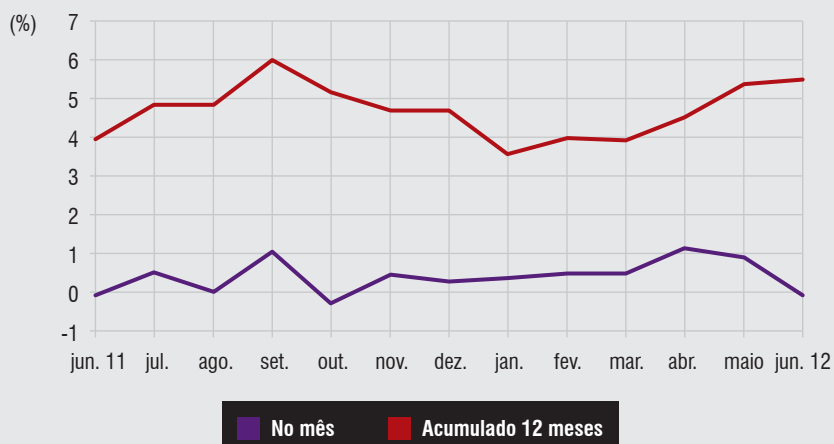
Neste cenário, inicia-se a seção com os principais resultados da conjuntura baiana nas análises do indicador mensal e acumulados dos últimos 12 meses referentes ao ano de 2012.

O Índice de Movimentação Econômica (Imec), que mede a atividade econômica no município de Salvador, apresentou, em maio de 2012, retração de 3,6% na comparação com o mesmo mês de 2011. O índice registrou, ao longo do ano de 2012, tanto variações positivas como negativas, culminando em desaceleração da atividade no acumulado dos últimos 12 meses.



**Gráfico 1**  
**Índice de Movimentação Econômica (Imec)**  
**Salvador – maio 2011-maio 2012**

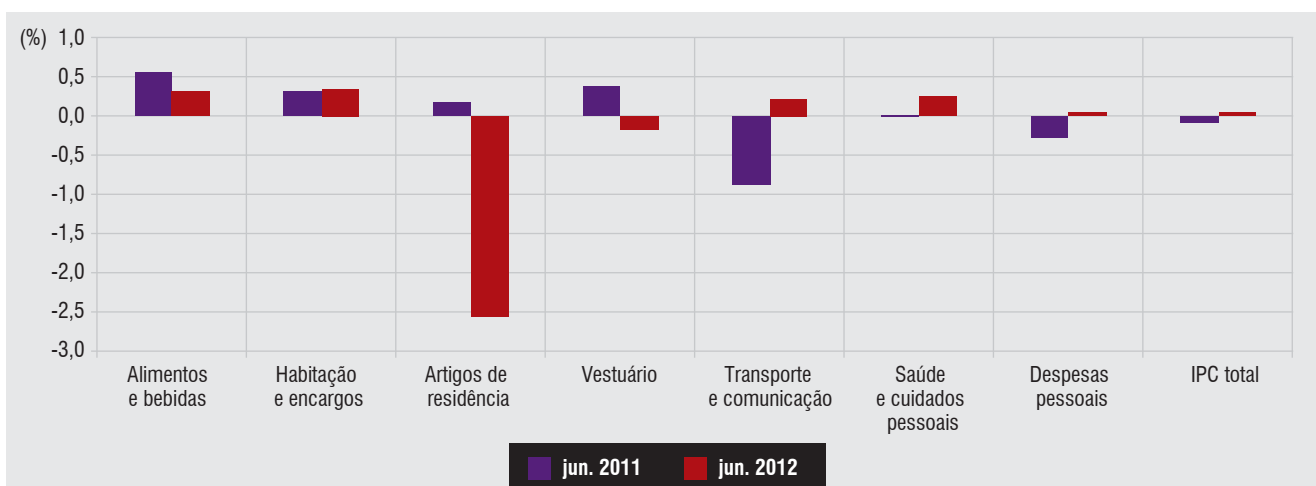
Fonte: SEI.  
Elaboração: SEI/CAC.



**Gráfico 2**  
**Taxa de variação do IPC-SEI – Salvador – jun. 2011-jun. 2012**

Fonte: SEI.  
Elaboração: SEI/CAC.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), calculado pela SEI, registrou inflação de 0,05% em junho de 2012. Ressalte-se que, dos 375 produtos/serviços pesquisados mensalmente, 146 registraram alta nos preços, 104 não sofreram alterações e 125 apresentaram queda. Dentre aqueles que exibiram as maiores contribuições positivas para a formação do índice destacam-se: *passagem de ônibus urbano* (12,00%), *pacote turístico* (2,01%), *arroz* (3,12%), *tomate* (9,59%), *camisa masculina* (2,05%), *cruzeiro marítimo* (2,52%), *batata inglesa* (12,30%), *feijão mulatinho* (3,90%), *aluguel residencial* (0,46%) e *materiais diversos para o lar* (3,42%). Em sentido oposto, os produtos que exerceram maiores contribuições negativas foram: *automóvel novo* (4,03%), *gasolina* (4,64%), *aparelho de som* (9,71%), *camiseta, blusa e blusão femininos* (5,32%), *passagem aérea* (12,78%), *gastos com empregado doméstico* (1,63%), *refrigerador* (8,04%), *etanol* (2,65%), *móvel para sala* (2,04%) e *televisor* (5,52%). No acumulado dos últimos 12 meses, o índice apresentou variação positiva de 5,49%.



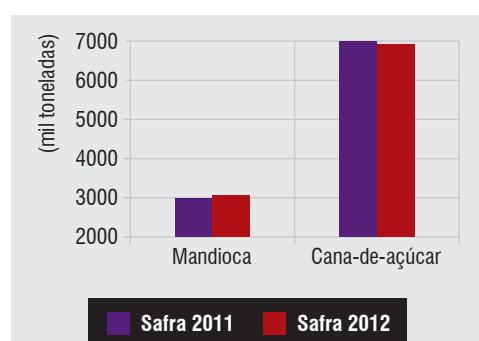
**Gráfico 3**

**Taxa de variação do IPC-SEI: grupos selecionados – Salvador – jun. 2011-jun. 2012**

Fonte: SEI.

Elaboração: SEI/CAC.

*Alimentos e bebidas (0,32%) e Transporte e comunicação (0,21%) foram os grupos que apresentaram, no mês de junho, as maiores contribuições para a inflação em Salvador. Os subgrupos que evidenciaram os maiores acréscimos de preço no período foram Alimentação no domicílio (0,54%) e Transporte (0,28%).*



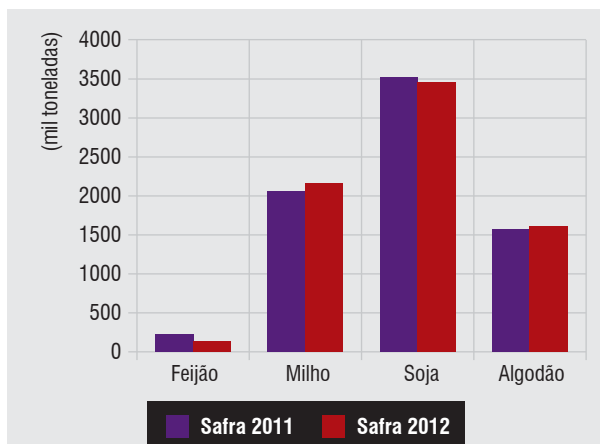
**Gráfico 4**

**Estimativa da produção agrícola: mandioca e cana-de-açúcar Bahia – 2011/2012**

Fonte: IBGE-LSPA.

Elaboração: SEI/CAC.

Segundo informações do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do IBGE, em junho de 2012, das colheitas em andamento no estado, retraiu-se a produção de cana-de-açúcar (-1,0%), ao passo que foi identificado um acréscimo de 3,1% na mandioca. O comportamento registrado na cultura de cana-de-açúcar foi oriundo da retração observada na área plantada (-4,0%) e na área colhida (-1,1%). A cultura de mandioca apresentou diminuição na área plantada (-38,5%), com estabilidade relativa na área colhida (0,2%), culminando na expansão de 2,9% no rendimento médio.

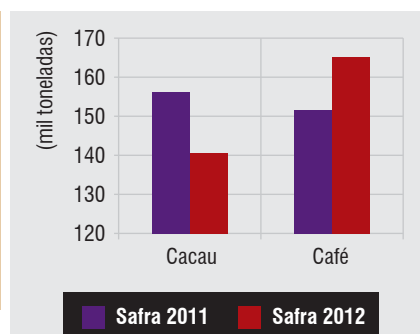


**Gráfico 5**  
**Estimativa da produção agrícola: feijão, milho, soja e algodão – Bahia – 2011/2012**

Fonte: IBGE–LSPA.  
Elaboração: SEI/CAC.

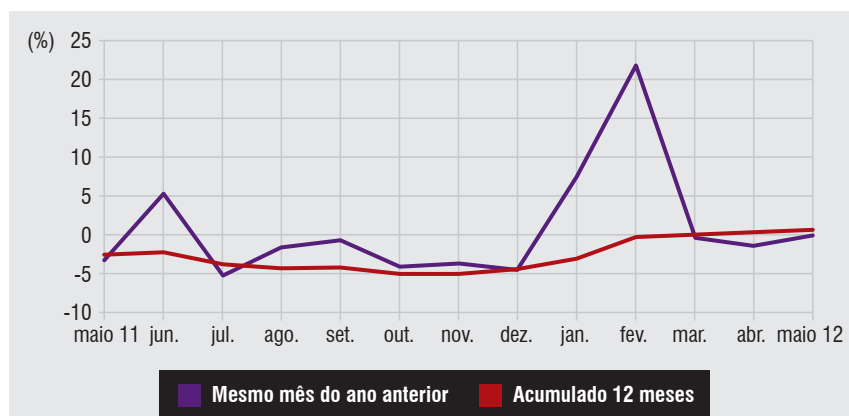
O LSPA apresentou estimativa de retração na cultura de feijão em relação à safra de 2011, com taxa negativa de 41,8%, enquanto que, para a safra de milho, houve um aumento de 5,3%, na comparação com o mesmo período. Já a estimativa de produção da cultura de soja foi negativa, com decréscimo de 1,9%. Para a cultura de algodão, foi identificado incremento de 1,6% na produção. As estimativas de área plantada e área colhida para o feijão decresceram 47,1% e 45,0%, respectivamente, porém o rendimento médio apresentou um acréscimo de 5,9%. Já a cultura de milho apontou decréscimo na área plantada (-24,1%) e na área colhida (-19,3%), porém com a ampliação no rendimento médio de 30,5%. A soja apontou a mesma variação positiva para a área plantada e colhida (6,5%), com retração no rendimento médio de 7,9%. Seguindo uma trajetória expansiva, o algodão apontou idênticos incrementos para a área cultivada e colhida (5,1%), mas com rendimento negativo de 3,3%.

As estimativas de produção das tradicionais *commodities* da agricultura baiana – cacau e café – apresentam os seguintes resultados. Referente ao cacau, em fase de colheita, constatou-se retração na produção (-10,0%), na área plantada (-0,8%) e na área colhida (-1,6%), culminando em contração no rendimento médio (-8,5%). Referente ao café, em fase de colheita, as estimativas apontam expansão da produção do grão (8,9%), na área plantada (2,6%), na área colhida (0,6%) e no rendimento médio (8,2%).



**Gráfico 6**  
**Estimativa da produção agrícola: cacau e café – Bahia – 2011/2012**

Fonte: IBGE–LSPA.  
Elaboração: SEI/CAC.

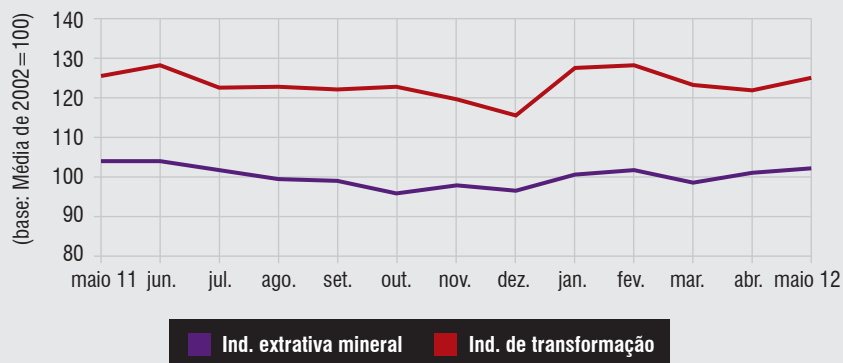


**Gráfico 7**  
**Taxa de variação da produção física da indústria de transformação**  
**Bahia – maio 2011-maio 2012**

Fonte: IBGE.  
Elaboração: SEI/CAC.

Segundo os dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do IBGE, a indústria de transformação baiana ficou relativamente estável (-0,1%) no mês de maio em comparação com o mesmo mês do ano anterior. Os segmentos que mais influenciaram negativamente o resultado mensal foram *Metalurgia básica* (-20,9%), *Produtos químicos* (-3,0%), *Alimentos e bebidas* (-0,8%) e *Veículos* (-8,7%). Em sentido contrário, as principais contribuições positivas vieram dos setores de *Celulose, papel e produtos de papel* (23,7%), *Artigos de borracha e plástico* (16,5%) e *Minerais não-metálicos* (4,9%). No acumulado dos últimos 12 meses, o indicador teve acréscimo de 0,6%.

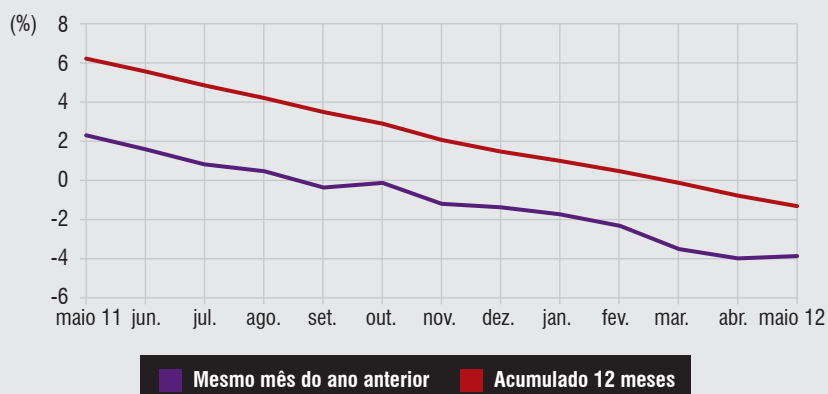
A análise mostra que a indústria de transformação, em maio de 2012, eliminando influências sazonais, ficou relativamente estável na comparação com o mês de abril do mesmo ano. Esse resultado foi influenciado, sobretudo, pela retração de 15,7% registrada no segmento de *Metalurgia básica*. Os segmentos que apresentaram as maiores variações positivas foram *Refino de petróleo* (8,7%) e *Veículos automotores* (22,1%). A indústria geral e a extrativa mineral registraram variações de 0,3% e 1,2%, respectivamente.



**Gráfico 8**  
**Índice Dessazonalizado de produção física da indústria**  
**de transformação e extrativa mineral – Bahia – maio 2011-maio 2012**

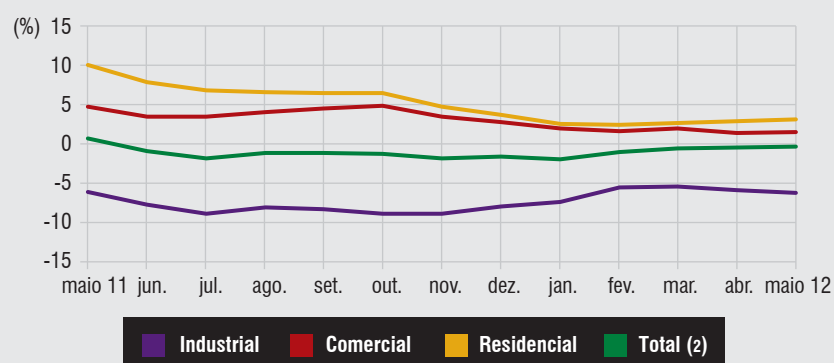
Fonte: IBGE.  
Elaboração: SEI/CAC.

A indústria baiana de transformação apresentou retração de 3,9% no nível de emprego no mês de maio de 2012, quando comparado ao mesmo mês de 2011. Os segmentos que exerceram pressão significativa para o resultado do indicador mensal foram *Calçados e couro* (-12,7%), *Alimentos e bebidas* (-7,9%) e *Fabricação de outros produtos* (-19,9%). Por outro lado, entre os que apresentaram contribuições positivas no número de pessoas ocupadas nesse período sobressaem-se *Produtos químicos* (10,5%), *Máquinas e equipamentos* (9,4%) e *Borracha e plástico* (3,1%). No acumulado dos últimos 12 meses, o indicador recuou 1,0%.



**Gráfico 9**  
**Taxa de variação do pessoal ocupado – indústria de transformação**  
**Bahia – maio 2011-maio 2012**

Fonte: IBGE.  
Elaboração: SEI/CAC.



**Gráfico 10**  
**Taxa de variação do consumo de energia elétrica (1)**  
**Bahia – maio 2011-maio 2012**

Fonte: Coelba/GMCH.

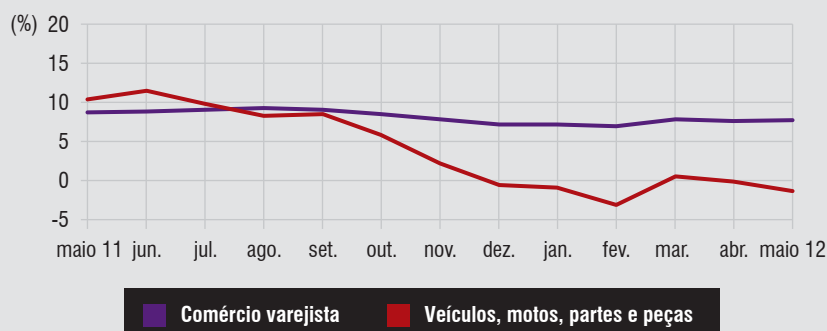
Elaboração: SEI/CAC.

(1) Acumulado 12 meses.

(2) Total = Rural + Irrigação + Resid. + Indust. + Comercial + Util. pública + S. público + Concessionária.  
O consumo industrial corresponde a Coelba e Chesf.

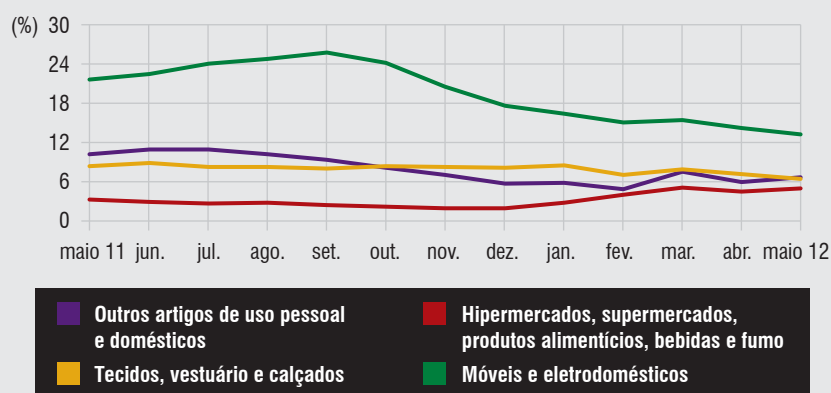
O consumo total de eletricidade no estado da Bahia registrou, no mês de maio de 2012, relativa estabilidade em relação ao mesmo mês de 2011. Considerando-se as classes de consumo residencial e comercial, observa-se expansão para ambas, com variações de 7,7% e 4,1%, respectivamente. O consumo na indústria apresentou decréscimo de 12,5% na mesma análise. No acumulado dos últimos 12 meses, o consumo total caiu 0,3%, o residencial aumentou 3,1% e o comercial ampliou 1,6%. Apenas o setor industrial (-6,2%) vem, ao longo de 2012, apresentando contração em suas variações.

De acordo com a Pesquisa Mensal de Comércio (PMC), do IBGE, no mês de maio de 2012, o comércio varejista baiano teve crescimento das vendas, com taxa de 8,9%, considerando igual mês do ano passado. O comportamento, verificado ao longo de todo o ano, contribuiu para o setor varejista acumular, nos últimos 12 meses, taxa de 7,7%. Na mesma análise, o segmento de *Veículos, motos e peças* teve retração de 1,3%.



**Gráfico 11**  
**Taxa de variação de volume de vendas no varejo (1)**  
**Bahia – maio 2011-maio 2012**

Fonte: IBGE-PMC.  
Elaboração: SEI/CAC.  
(1) Acumulado nos últimos 12 meses.

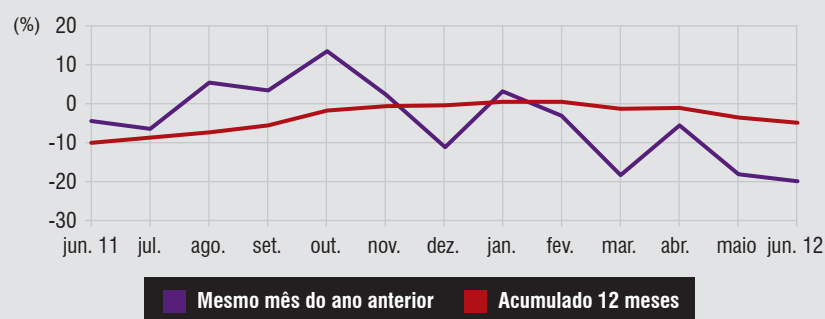


**Gráfico 12**  
**Taxa de variação de volume de vendas no varejo (1)**  
**principais segmentos – Bahia – maio 2011-maio 2012**

Fonte: IBGE-PMC.  
Elaboração: SEI/CAC.  
(1) Acumulado nos últimos 12 meses.

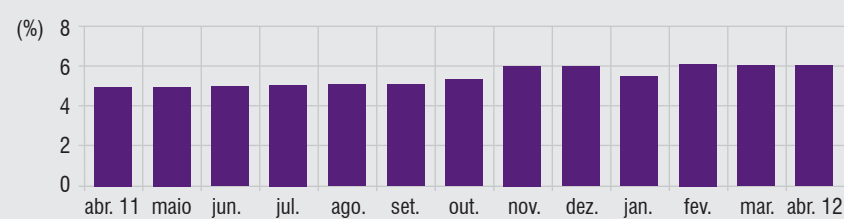
No acumulado dos últimos 12 meses, os segmentos de maior destaque nas contribuições positivas no comércio varejista foram *Móveis e eletrodomésticos* (13,2%), *Combustíveis e lubrificantes* (9,3%), *Artigos farmacêuticos e cosméticos* (7,8%), *Outros artigos de uso pessoal e doméstico* (6,7%), *Tecidos e vestuários* (6,4%) e *Hipermercados e supermercados* (5,0%). Entre todos os segmentos, *Equipamentos e materiais de escritório e informática* e *Livros, jornais, revistas e papelaria* registraram arrefecimentos nas vendas, com variações negativas de 11,9% e 0,9%, respectivamente.

Segundo o Banco Central (Bacen), em junho de 2012, foram emitidos 181 mil cheques sem fundos na Bahia, uma retração de 19,8% em comparação com o mesmo mês de 2011. Seguindo uma trajetória decrescente, o indicador dos últimos 12 meses apontou variação negativa de 4,9%.



**Gráfico 13**  
**Quantidade de cheques sem fundos – Bahia – jun. 2011-jun. 2012**

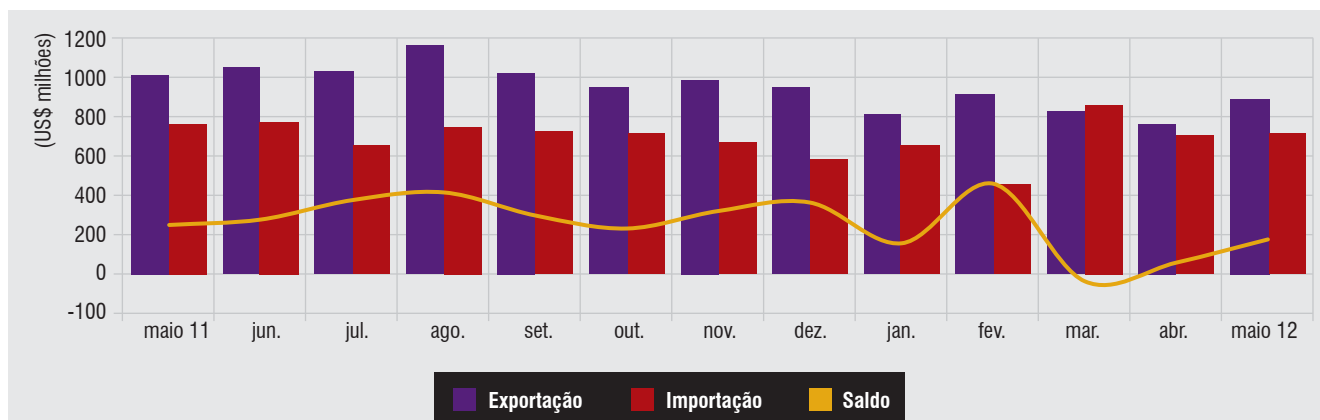
Fonte: Bacen.  
Elaboração: SEI/CAC.



**Gráfico 14**  
**Taxa de inadimplência – Bahia – abr. 2011-abr. 2012**

Fonte: Bacen.  
Elaboração: SEI/CAC.

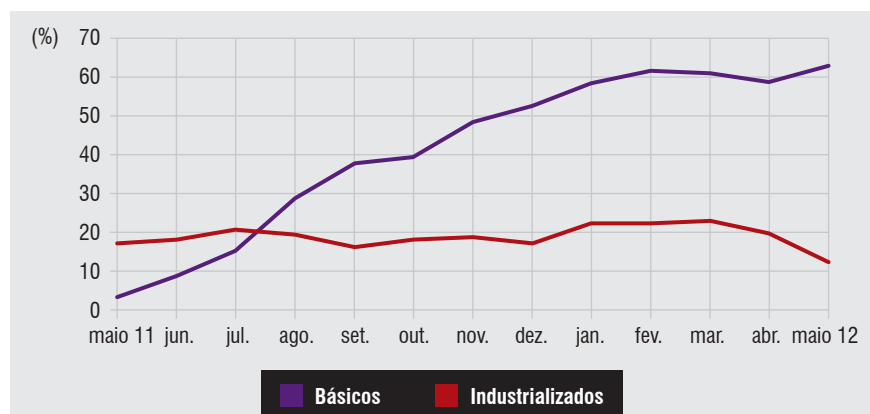
Conforme dispõem os dados divulgados pelo Bacen, em abril de 2012, a taxa de inadimplência das operações de crédito do sistema financeiro nacional para as pessoas físicas na Bahia ficou em 6,0%, ante os 5,0% em abril de 2011, seguindo uma trajetória média em torno de 5,9% ao longo do ano.



**Gráfico 15**  
**Balança comercial – Bahia – maio 2011-maio 2012**

Fonte: Secex.  
Elaboração: SEI/CAC.

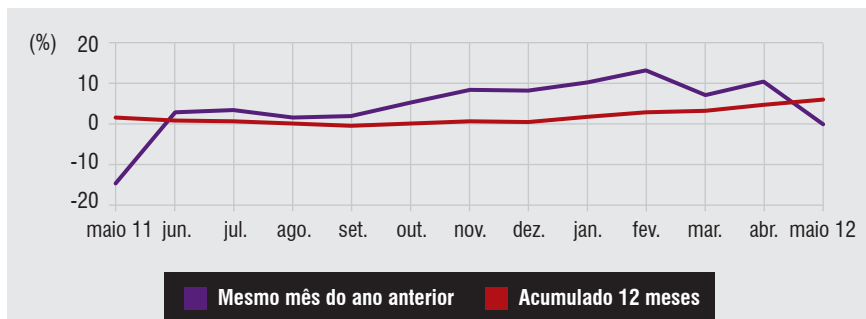
Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), em maio de 2012, as exportações baianas somaram US\$ 891 milhões, e as importações, US\$ 714 milhões, resultando em um superávit de US\$ 177 milhões. Confrontando maio de 2012 com o mesmo mês do ano anterior, as exportações apontaram expansão, com variação positiva de 14,0%, e as importações, no referido mês, registraram crescimento de 7,1%.



**Gráfico 16**  
**Taxa de variação das exportações baianas, por fator agregado (1)**  
**Bahia – maio 2011-maio 2012**

Fonte: Secex.  
Elaboração: SEI/CAC.  
(1) Acumulado 12 meses.

As exportações por fator agregado, na comparação entre maio de 2012 e maio de 2011, registraram expansão nas vendas de produtos básicos (46,2%) e retração nos produtos industrializados (-26,2%). No acumulado dos 12 meses, as exportações dos básicos e industrializados apontaram ampliação de 62,9% e 12,2%, respectivamente.

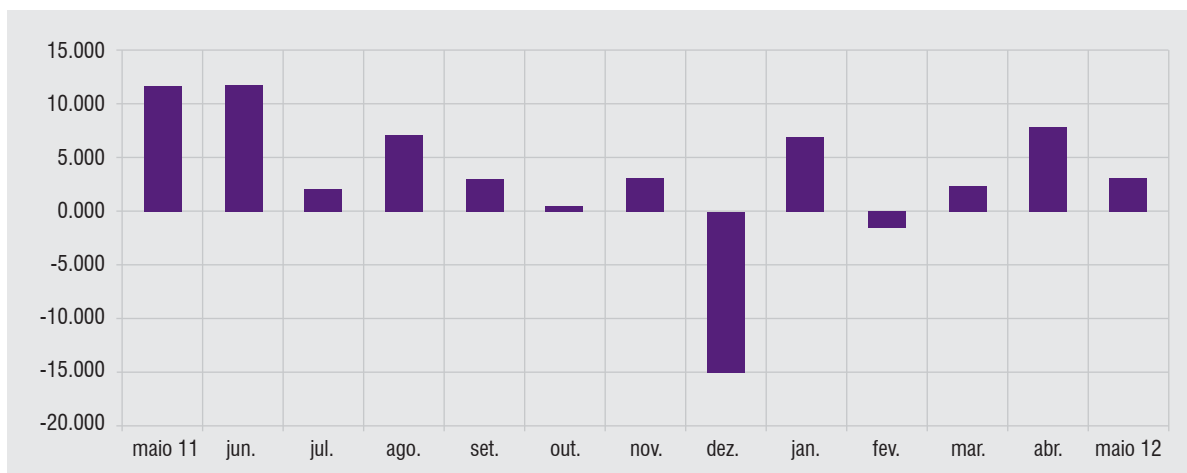


**Gráfico 17**  
**Taxa de variação real da arrecadação de ICMS a preços constantes**  
**Bahia – maio 2011-maio 2012**

Fonte: Sefaz/SAF/Dicop.  
Elaboração: SEI/CAC.  
Deflator IGP-DI.

Segundo a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz), a arrecadação de ICMS no estado da Bahia, em maio de 2012, ficou relativamente estável (-0,2%) na comparação com o mesmo mês de 2011. Nos últimos 12 meses, houve expansão real de 6,0%, ou seja, 4,4 p.p., ante o registrado no mesmo período anterior. O principal tributo de arrecadação do estado, o ICMS, totalizou, em maio, aproximadamente R\$ 1,05 bilhão. A arrecadação total – ICMS e outros tributos – somou R\$ 1,25 bilhão no período, proporcionando redução de 0,3% em relação a igual mês do ano anterior.

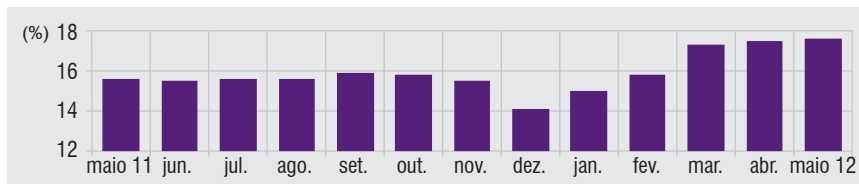
Conforme dados divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), em maio de 2012, o saldo total de empregos com carteira de trabalho assinada na Bahia apresentou ampliação de 3.071 postos de trabalho. Esse resultado emanou, sobretudo, do aumento de postos nos setores de agropecuária (3.688), indústria de transformação (1.111), comércio (226) e extrativa mineral (151). Com isso, o saldo nos últimos 12 meses acumulou 51.258 postos de trabalho.



**Gráfico 18**  
**Geração de empregos celetistas (1) – Bahia – maio 2011-maio 2012**

Fonte: Caged.  
Elaboração: SEI/CAC.  
(1) Saldo de empregos (admissões – demissões).  
Notas: Incluem todos os setores. Dados preliminares.

Este saldo não levou em consideração a incorporação de 45.565 empregos, provenientes das declarações entregues fora do prazo e dos acertos de declarações, referentes ao período de janeiro a agosto de 2011. O MTE realizou esta mudança metodológica nos dados do Caged, passando a divulgá-lo a partir de janeiro de 2011.



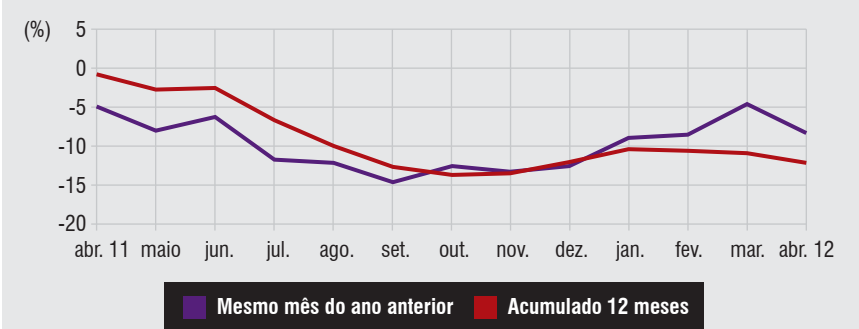
**Gráfico 19**

**Taxa de desemprego total – RMS – Bahia – maio 2011-maio 2012**

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, UFBA).  
Elaboração: SEI/CAC.

Com base nos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) para a Região Metropolitana de Salvador, notou-se que, em maio de 2011, 351 mil pessoas estavam desempregadas, ou seja, 17,6% da população economicamente ativa (PEA). Em relação aos desempregados, cotejando-se com abril de 2012, verificou-se acréscimo de 2,0%, e com relação a maio de 2012, acentuado crescimento de 22,7%. Já em relação ao total de ocupados, ocorreu acréscimo de 1,4% e 6,0%, respectivamente, na mesma análise. Entre os ocupados por setores de atividade econômica, em termos relativos, houve acréscimo em quatro dos cinco setores analisados: Serviços (6,0%), Comércio (8,4%), Construção Civil (16,8%) e Outros Setores (15,1%). A indústria de transformação apresentou uma queda significativa de 15,4%.

O rendimento médio real dos ocupados no mês de abril de 2012 (R\$ 1.015), em comparação ao mês de abril de 2011 (R\$ 1.112), apresentou retração de 8,7%, conforme a Pesquisa de Emprego e Desemprego para a Região Metropolitana de Salvador (PEDRMS), culminando em um acumulado de 12,1% nos últimos 12 meses. Quanto à massa de rendimento médio real dos ocupados, verificou-se arrefecimento de 3,9%, acumulando, nos últimos 12 meses, decréscimo de 10,1% em relação ao mesmo período do ano anterior.

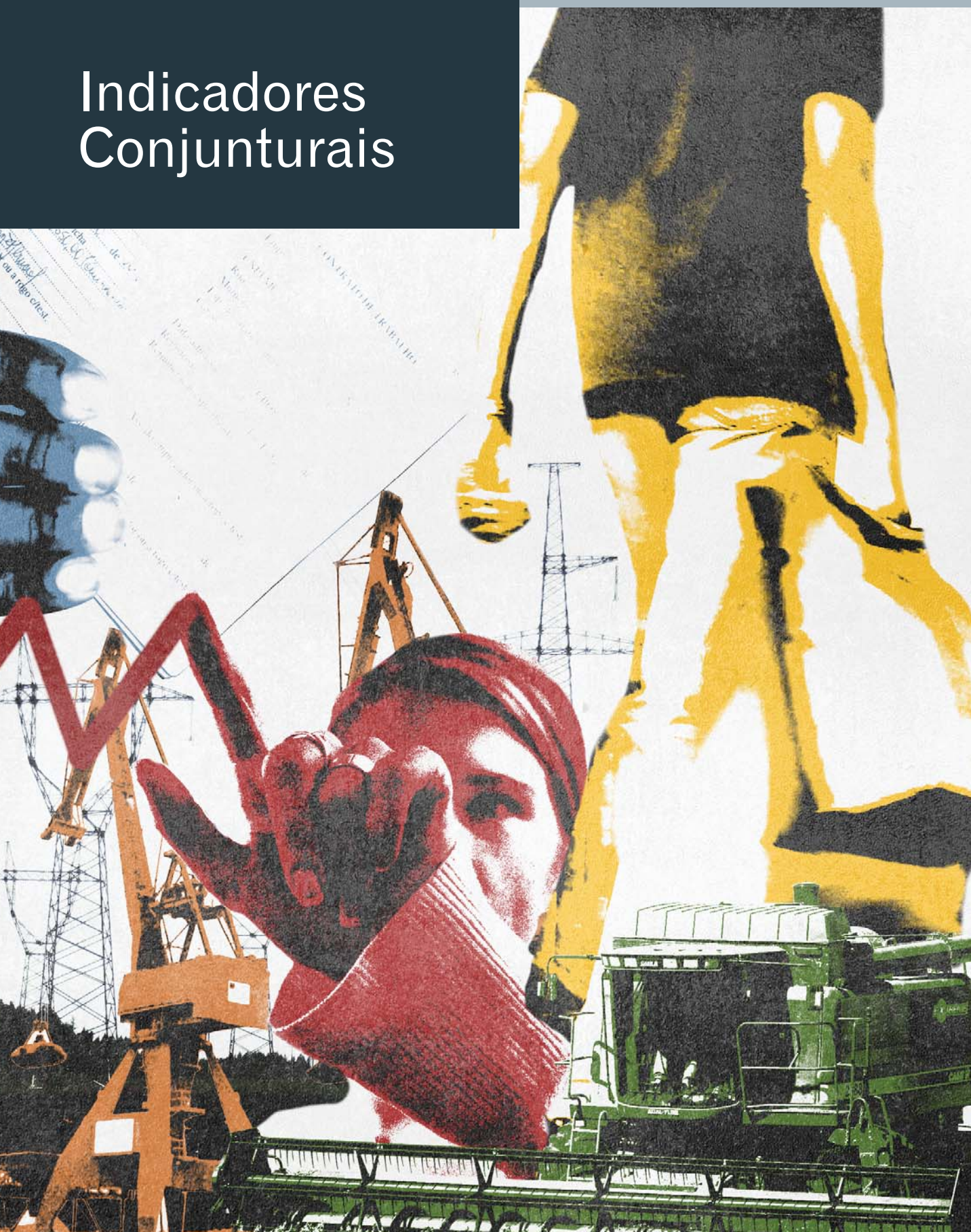


**Gráfico 20**

**Taxa de variação do rendimento médio real (1) – RMS Bahia – abr. 2011-abr. 2012**

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, UFBA).  
Elaboração: SEI/CAC.  
(1) Ocupados no trabalho principal.

# Indicadores Conjunturais



## INDICADORES ECONÔMICOS

## Índice de preços

**Tabela 1**  
**Índice de Preços ao Consumidor (IPC) (1) – Salvador – jun. 2012**

| Grandes Grupos            | Variações do mês (%) |             | Variações acumuladas (%) |              | Índice acumulado |               |
|---------------------------|----------------------|-------------|--------------------------|--------------|------------------|---------------|
|                           | jun. 11              | jun. 12     | No ano (2)               | 12 meses (3) | Jun. 07 = 100    | Jun. 94=100   |
| Alimentos e bebidas       | 0,55                 | 0,32        | 4,00                     | 7,11         | 142,56           | 349,06        |
| Habitação e encargos      | 0,31                 | 0,34        | 5,88                     | 7,82         | 137,11           | 940,15        |
| Artigos de residência     | 0,17                 | -2,57       | -2,48                    | -1,87        | 88,32            | 203,26        |
| Vestuário                 | 0,38                 | -0,17       | 0,20                     | -3,82        | 106,38           | 190,71        |
| Transporte e comunicação  | -0,88                | 0,21        | -0,12                    | 0,59         | 110,06           | 789,17        |
| Saúde e cuidados pessoais | 0,01                 | 0,25        | 5,21                     | 11,31        | 129,51           | 434,05        |
| Despesas pessoais         | -0,28                | 0,05        | 8,07                     | 11,24        | 139,54           | 550,45        |
| <b>Geral</b>              | <b>-0,08</b>         | <b>0,05</b> | <b>3,42</b>              | <b>5,49</b>  | <b>125,48</b>    | <b>421,89</b> |

Fonte: SEI.

(1) O IPC de Salvador representa a média de 15.000 cotações de uma cesta de consumo de 375 bens e serviços pesquisados em 634 estabelecimentos e domicílios, para famílias com rendimentos de 1-40 salários mínimos.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

**Tabela 2**  
**Pesquisa Nacional da Cesta Básica**  
**Custo e variação da cesta básica – capitais brasileiras – jun. 2012**

| Capitais       | Valor da cesta (R\$) | Variação no mês (1) (%) | Variação acumulada (%) |              | Porcentagem do salário mínimo |
|----------------|----------------------|-------------------------|------------------------|--------------|-------------------------------|
|                |                      |                         | No ano (2)             | 12 meses (3) |                               |
| Aracaju        | 199,26               | 3,50                    | 9,35                   | 6,74         | 34,82                         |
| Belém          | 250,61               | 0,89                    | 2,81                   | 9,14         | 43,79                         |
| Belo Horizonte | 264,95               | 2,38                    | 0,36                   | 7,17         | 46,30                         |
| Brasília       | 253,21               | -0,90                   | 2,15                   | 1,72         | 44,25                         |
| Curitiba       | 255,32               | 2,39                    | 2,69                   | 3,80         | 44,62                         |
| Florianópolis  | 255,29               | -1,01                   | -2,72                  | 0,07         | 44,61                         |
| Fortaleza      | 234,00               | 6,91                    | 8,73                   | 7,33         | 40,89                         |
| Goiânia        | 246,39               | 4,69                    | -0,13                  | 2,51         | 43,06                         |
| João Pessoa    | 225,94               | 4,14                    | 10,64                  | 12,70        | 39,48                         |
| Manaus         | 272,86               | 2,12                    | 6,67                   | 11,13        | 47,68                         |
| Natal          | 232,82               | 3,29                    | 9,63                   | 3,35         | 40,69                         |
| Porto Alegre   | 272,45               | 1,62                    | -1,59                  | 2,54         | 47,61                         |
| Recife         | 239,92               | 7,12                    | 11,08                  | 15,54        | 41,93                         |
| Salvador       | 228,25               | 4,74                    | 9,30                   | 12,87        | 39,89                         |
| São Paulo      | 283,69               | 2,32                    | 2,32                   | 3,92         | 49,58                         |
| Rio de Janeiro | 260,49               | 3,35                    | -0,92                  | 0,19         | 45,52                         |
| Vitória        | 271,16               | 3,44                    | -1,54                  | 4,06         | 47,39                         |

Fonte: Dieese.

(1) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.

(2) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

## Agricultura

**Tabela 3**  
**Produção física e área plantada dos principais produtos – Bahia – 2011/2012**

| Lavouras           | Produção física (t) |           |              | Área plantada (ha) |           |              |
|--------------------|---------------------|-----------|--------------|--------------------|-----------|--------------|
|                    | 2011                | 2012 (2)  | Variação (%) | 2011 (1)           | 2012 (2)  | Variação (%) |
| <b>Temporárias</b> |                     |           |              |                    |           |              |
| Abacaxi (3)        | 140.244             | 141.648   | 1,0          | 11.148             | 10.200    | -8,5         |
| Algodão herbáceo   | 1.574.841           | 1.600.656 | 1,6          | 415.806            | 437.203   | 5,1          |
| Alho               | 9.394               | 6.146     | -34,6        | 886                | 826       | -6,8         |
| Amendoim           | 9.054               | 4.476     | -50,6        | 8.739              | 3.836     | -56,1        |
| Arroz total        | 34.608              | 28.414    | -17,9        | 17.729             | 15.000    | -15,4        |
| Batata-inglesa     | 341.778             | 51.000    | -85,1        | 9.656              | 1.400     | -85,5        |
| Cana-de-açúcar     | 6.981.289           | 6.913.209 | -1,0         | 121.854            | 116.982   | -4,0         |
| Cebola             | 189.996             | 182.496   | -3,9         | 8.868              | 6.116     | -31,0        |
| Feijão total       | 223.075             | 129.822   | -41,8        | 551.237            | 291.462   | -47,1        |
| Feijão 1ª safra    | 115.581             | 67.075    | -42,0        | 242.064            | 198.878   | -17,8        |
| Feijão 2ª safra    | 107.494             | 62.747    | -41,6        | 309.173            | 92.584    | -70,1        |
| Fumo               | 3.971               | 2.483     | -37,5        | 4.067              | 2.738     | -32,7        |
| Mamona             | 88.968              | 35.377    | -60,2        | 141.182            | 82.569    | -41,5        |
| Mandioca           | 2.977.190           | 3.068.694 | 3,1          | 505.536            | 310.990   | -38,5        |
| Milho total        | 2.052.379           | 2.161.181 | 5,3          | 799.428            | 606.871   | -24,1        |
| Milho 1ª safra     | 1.742.982           | 1.793.553 | 2,9          | 455.485            | 422.510   | -7,2         |
| Milho 2ª safra     | 309.397             | 367.628   | 18,8         | 343.943            | 184.361   | -46,4        |
| Soja               | 3.512.568           | 3.447.101 | -1,9         | 1.045.240          | 1.113.685 | 6,5          |
| Sorgo granífero    | 162.987             | 95.988    | -41,1        | 110.068            | 90.845    | -17,5        |
| Tomate             | 339.532             | 300.857   | -11,4        | 7.964              | 6.917     | -13,1        |
| <b>Permanentes</b> |                     |           |              |                    |           |              |
| Banana (4)         | 1.221.246           | 1.085.861 | -11,1        | 75.970             | 72.349    | -4,8         |
| Cacau              | 156.289             | 140.667   | -10,0        | 546.780            | 542.550   | -0,8         |
| Café total         | 151.742             | 165.238   | 8,9          | 163.107            | 167.268   | 2,6          |
| Café arábica       | 110.300             | 120.892   | 9,6          | 125.483            | 127.379   | 1,5          |
| Café cenephora     | 41.442              | 44.346    | 7,0          | 37.624             | 39.889    | 6,0          |
| Castanha-de-cajú   | 1.747               | 5.485     | 214,0        | 26.309             | 26.707    | 1,5          |
| Coco-da-baía (3)   | 529.489             | 521.135   | -1,6         | 80.302             | 79.424    | -1,1         |
| Guaraná            | 3.026               | 2.540     | -16,1        | 6.978              | 7.054     | 1,1          |
| Laranja (4)        | 1.033.917           | 1.025.092 | -0,9         | 78.105             | 77.296    | -1,0         |
| Pimenta-do-reino   | 4.011               | 4.260     | 6,2          | 1.922              | 1.965     | 2,2          |
| Sisal              | 274.086             | 240.322   | -12,3        | 277.792            | 265.089   | -4,6         |
| Uva                | 65.172              | 60.289    | -7,5         | 2.730              | 2.450     | -10,3        |

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola 2011.

(2) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), junho de 2012 (dados sujeitos a retificação).

(3) Produção física em mil frutos.

(4) Produção física em tonelada.

**Tabela 4**  
**Área colhida e rendimento médio dos principais produtos – Bahia – 2011/2012**

| Lavouras           | Área colhida (ha) |           |              | Rendimento médio (kg/ha) |          |              |
|--------------------|-------------------|-----------|--------------|--------------------------|----------|--------------|
|                    | 2011 (1)          | 2012 (2)  | Variação (%) | 2011 (1)                 | 2012 (2) | Variação (%) |
| <b>Temporárias</b> |                   |           |              |                          |          |              |
| Abacaxi (3)        | 5.841             | 5.603     | -4,1         | 24.010                   | 25.281   | 5,3          |
| Algodão herbáceo   | 415.700           | 436.939   | 5,1          | 3.788                    | 3.663    | -3,3         |
| Alho               | 886               | 826       | -6,8         | 10.603                   | 7.441    | -29,8        |
| Amendoim           | 8.739             | 3.833     | -56,1        | 1.036                    | 1.168    | 12,7         |
| Arroz total        | 17.729            | 15.000    | -15,4        | 1.952                    | 1.894    | -3,0         |
| Batata-inglesa     | 9.656             | 1.400     | -85,5        | 35.395                   | 36.429   | 2,9          |
| Cana-de-açúcar     | 115.868           | 114.587   | -1,1         | 60.252                   | 60.332   | 0,1          |
| Cebola             | 8.868             | 6.096     | -31,3        | 21.425                   | 29.937   | 39,7         |
| Feijão total       | 397.969           | 218.687   | -45,0        | 561                      | 594      | 5,9          |
| Feijão 1ª safra    | 208.495           | 126.103   | -39,5        | 554                      | 532      | -4,1         |
| Feijão 2ª safra    | 189.474           | 92.584    | -51,1        | 567                      | 678      | 19,5         |
| Fumo               | 4.067             | 2.718     | -33,2        | 976                      | 914      | -6,4         |
| Mamona             | 138.782           | 68.299    | -50,8        | 641                      | 518      | -19,2        |
| Mandioca           | 252.770           | 253.203   | 0,2          | 11.778                   | 12.120   | 2,9          |
| Milho total        | 625.363           | 504.718   | -19,3        | 3.282                    | 4.282    | 30,5         |
| Milho 1ª safra     | 395.019           | 320.357   | -18,9        | 4.412                    | 5.599    | 26,9         |
| Milho 2ª safra     | 230.344           | 184.361   | -20,0        | 1.343                    | 1.994    | 48,5         |
| Soja               | 1.045.240         | 1.113.685 | 6,5          | 3.361                    | 3.095    | -7,9         |
| Sorgo granífero    | 109.721           | 88.616    | -19,2        | 1.485                    | 1.083    | -27,1        |
| Tomate             | 7.964             | 6.917     | -13,1        | 42.633                   | 43.495   | 2,0          |
| <b>Permanentes</b> |                   |           |              |                          |          |              |
| Banana (4)         | 73.508            | 68.983    | -6,2         | 16.614                   | 15.741   | -5,3         |
| Cacau              | 533.315           | 524.877   | -1,6         | 293                      | 268      | -8,5         |
| Café total         | 153.804           | 154.729   | 0,6          | 987                      | 1.068    | 8,2          |
| Café arábica       | 120.373           | 121.431   | 0,9          | 916                      | 996      | 8,6          |
| Café cenephora     | 33.431            | 33.298    | -0,4         | 1.240                    | 1.332    | 7,4          |
| Castanha-de-cajú   | 25.677            | 26.305    | 2,4          | 68                       | 209      | 206,5        |
| Coco-da-baía (3)   | 76.730            | 77.209    | 0,6          | 6.901                    | 6.750    | -2,2         |
| Guaraná            | 6.799             | 6.749     | -0,7         | 445                      | 376      | -15,4        |
| Laranja (4)        | 63.351            | 61.230    | -3,3         | 16.320                   | 16.742   | 2,6          |
| Pimenta-do-reino   | 1.814             | 1.819     | 0,3          | 2.211                    | 2.342    | 5,9          |
| Sisal              | 274.302           | 253.059   | -7,7         | 999                      | 950      | -5,0         |
| Uva                | 2.718             | 2.436     | -10,4        | 23.978                   | 24.749   | 3,2          |

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola 2011.

(2) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), junho de 2012 (dados sujeitos a retificação).

(3) Produção física em mil frutos.

(4) Produção física em tonelada.

## Indústria

**Tabela 5**  
**Produção física da indústria e dos principais gêneros – Bahia – maio 2012**

|                                     | (%)         |                      |              |
|-------------------------------------|-------------|----------------------|--------------|
| Classes e gêneros                   | Mensal (1)  | Acumulado no ano (2) | 12 meses (3) |
| <b>Indústria Geral</b>              | <b>-0,1</b> | <b>4,3</b>           | <b>0,3</b>   |
| Extrativa Mineral                   | -1,3        | -3,7                 | -5,1         |
| Indústria de Transformação          | -0,1        | 4,8                  | 0,6          |
| Alimentos e bebidas                 | -0,8        | 4,4                  | 6,1          |
| Celulose, papel e produtos de papel | 23,7        | 0,6                  | 1,0          |
| Refino de petróleo e álcool         | -0,2        | -5,9                 | -9,2         |
| Produtos químicos                   | -3,0        | 21,0                 | 9,8          |
| Borracha e plástico                 | 16,5        | 8,4                  | 4,6          |
| Minerais não metálicos              | 4,9         | 3,6                  | 2,5          |
| Metalurgia básica                   | -20,9       | -5,9                 | -10,5        |
| Veículos automotores                | -8,7        | -10,9                | -14,9        |

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

**Tabela 6**  
**Variação mensal do índice da indústria de transformação – Bahia – maio 2011-maio 2012**

|              | (%)         |                      |              |
|--------------|-------------|----------------------|--------------|
| Períodos     | Mensal (1)  | Acumulado no ano (2) | 12 meses (3) |
| <b>Maio</b>  | <b>-3,2</b> | <b>-7,7</b>          | <b>-2,6</b>  |
| Junho        | 5,3         | -5,6                 | -2,3         |
| Julho        | -5,2        | -5,6                 | -3,8         |
| Agosto       | -1,6        | -5,1                 | -4,3         |
| Setembro     | -0,7        | -4,6                 | -4,3         |
| Outubro      | -4,1        | -4,5                 | -5,0         |
| Novembro     | -3,7        | -4,5                 | -5,1         |
| Dezembro     | -4,5        | -4,5                 | -4,5         |
| Janeiro/2012 | 7,5         | 7,5                  | -3,1         |
| Fevereiro    | 21,8        | 14,0                 | -0,3         |
| Março        | -0,4        | 8,8                  | 0,0          |
| Abril        | -1,4        | 6,2                  | 0,3          |
| <b>Maio</b>  | <b>-0,1</b> | <b>4,8</b>           | <b>0,6</b>   |

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

## Energia

**Tabela 7**  
**Variação percentual do consumo de energia elétrica por classe – Bahia – maio 2012**

|                         | (%)        |            |                      |              |
|-------------------------|------------|------------|----------------------|--------------|
| Classes                 | No mês (3) | Mensal (4) | Acumulado no ano (5) | 12 meses (6) |
| Rural/Irrigação         | 1,1        | 36,4       | 42,1                 | 19,7         |
| Residencial             | 6,4        | 7,7        | 4,6                  | 3,1          |
| Industrial (1)          | 0,9        | -12,5      | 4,6                  | -6,2         |
| Comercial               | 3,7        | 4,1        | 1,2                  | 1,6          |
| Utilidades públicas (2) | -5,6       | -1,4       | 2,6                  | 3,6          |
| Setor público           | 25,9       | 33,7       | 7,6                  | 2,9          |
| Concessionária          | 6,1        | 17,4       | 6,3                  | 2,2          |
| <b>Total</b>            | <b>3,6</b> | <b>0,1</b> | <b>1,0</b>           | <b>-0,3</b>  |

Fonte: Chesf, Coelba/GMCH.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Consumo industrial corresponde à Coelba e Chesf.

(2) Corresponde a Iluminação Pública, Água, Esgoto e Saneamento e Tração elétrica.

(3) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.

(4) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(5) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(6) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

## Serviços

**Tabela 8**  
**Variação no volume de vendas no varejo (1) – Bahia – maio 2012**

|                                                                         | (%)        |            |              |
|-------------------------------------------------------------------------|------------|------------|--------------|
| Classes e gêneros                                                       | Mensal (2) | No ano (3) | 12 meses (4) |
| <b>Comércio Varejista</b>                                               | <b>8,9</b> | <b>9,5</b> | <b>7,7</b>   |
| Combustíveis e lubrificantes                                            | 11,4       | 13,2       | 9,3          |
| Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo     | 8,1        | 8,5        | 5,0          |
| Hipermercados e supermercados                                           | 6,9        | 6,8        | 4,0          |
| Tecidos, vestuário e calçados                                           | 2,4        | 5,7        | 6,4          |
| Móveis e eletrodomésticos                                               | 6,3        | 12,1       | 13,2         |
| Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos | 7,2        | 5,4        | 7,8          |
| Livros, jornais, revistas e papelaria                                   | 4,5        | -18,5      | -0,9         |
| Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação     | 38,9       | 19,4       | -11,9        |
| Outros artigos de uso pessoal e doméstico                               | 16,8       | 11,5       | 6,7          |
| <b>Veículos, motos e peças</b>                                          | <b>0,6</b> | <b>3,8</b> | <b>-1,3</b>  |
| <b>Material de construção</b>                                           | <b>5,3</b> | <b>7,1</b> | <b>3,8</b>   |

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Dados deflacionados pelo IPCA.

(2) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(4) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

**Tabela 9**  
**Total de cheques compensados – Bahia – jun. 2011-jun. 2012**

(%)

| Períodos     | Quantidade   |              |               |              | Valor (R\$)  |               |              |
|--------------|--------------|--------------|---------------|--------------|--------------|---------------|--------------|
|              | No mês (1)   | Mensal (2)   | Acum. ano (3) | 12 meses (4) | Mensal (2)   | Acum. ano (3) | 12 meses (4) |
| <b>Junho</b> | <b>-11,4</b> | <b>-10,7</b> | <b>-7,2</b>   | <b>-7,3</b>  | <b>1,6</b>   | <b>7,0</b>    | <b>6,4</b>   |
| Julho        | -1,5         | -12,1        | -7,9          | -7,3         | -3,1         | 5,5           | 6,0          |
| Agosto       | 16,0         | -3,7         | -7,3          | -7,2         | 4,6          | 5,4           | 5,5          |
| Setembro     | -10,5        | -8,9         | -7,5          | -7,4         | -1,7         | 4,6           | 4,7          |
| Outubro      | 2,2          | -4,9         | -7,3          | -6,8         | 0,3          | 4,1           | 4,7          |
| Novembro     | -5,4         | -16,1        | -8,1          | -8,0         | -7,6         | 3,0           | 3,2          |
| Dezembro     | 0,2          | -15,7        | -8,7          | -8,7         | -8,0         | 1,9           | 1,9          |
| Janeiro 2012 | 3,6          | -6,7         | -6,7          | -9,1         | 0,7          | 0,7           | 1,3          |
| Fevereiro    | -13,0        | -13,6        | -10,0         | -10,1        | -8,9         | -4,0          | 0,1          |
| Março        | 7,1          | -12,8        | -11,0         | -9,9         | -5,3         | -4,4          | -1,6         |
| Abril        | -4,5         | -7,2         | -10,1         | -9,6         | -2,4         | -4,0          | -1,7         |
| Maio         | -5,2         | -23,4        | -12,9         | -11,4        | -17,8        | -6,9          | -4,1         |
| <b>Junho</b> | <b>-9,1</b>  | <b>-21,4</b> | <b>-14,3</b>  | <b>-12,2</b> | <b>-16,3</b> | <b>-8,5</b>   | <b>-5,5</b>  |

Fonte: Bacen.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.

(2) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(4) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

**Tabela 10**  
**Exportações, principais segmento – Bahia – jan.-maio 2011/2012**

| Segmentos                      | Valores (US\$ 1000 FOB) |                  | Var.<br>(%) | Part.<br>(%)  |
|--------------------------------|-------------------------|------------------|-------------|---------------|
|                                | 2011                    | 2012             |             |               |
| Petróleo e derivados           | 668.783                 | 868.596          | 29,88       | 20,6          |
| Químicos e petroquímicos       | 679.469                 | 715.616          | 5,32        | 16,99         |
| Papel e celulose               | 757.542                 | 646.021          | -14,72      | 15,34         |
| Soja e derivados               | 294.513                 | 444.724          | 51,00       | 10,56         |
| Metalúrgicos                   | 364.258                 | 286.290          | -21,40      | 6,80          |
| Metais preciosos               | 167.643                 | 212.517          | 26,77       | 5,05          |
| Automotivo                     | 215.335                 | 208.035          | -3,39       | 4,94          |
| Algodão e seus subprodutos     | 41.611                  | 167.228          | 301,88      | 3,97          |
| Borracha e suas obras          | 113.920                 | 154.141          | 35,31       | 3,66          |
| Cacau e derivados              | 123.466                 | 103.978          | -15,78      | 2,47          |
| Café e especiarias             | 79.689                  | 60.803           | -23,70      | 1,44          |
| Minerais                       | 50.077                  | 60.302           | 20,42       | 1,43          |
| Couros e peles                 | 53.787                  | 56.336           | 4,74        | 1,34          |
| Sisal e derivados              | 37.835                  | 39.645           | 4,79        | 0,94          |
| Máqs., apars. e mat. elétricos | 29.816                  | 31.886           | 6,94        | 0,76          |
| Calçados e suas partes         | 34.064                  | 27.674           | -18,76      | 0,66          |
| Frutas e suas preparações      | 28.277                  | 26.421           | -6,56       | 0,63          |
| Fumo e derivados               | 12.803                  | 17.693           | 38,20       | 0,42          |
| Móveis e semelhantes           | 5.965                   | 4.487            | -24,79      | 0,11          |
| Demais segmentos               | 96.297                  | 79.350           | -17,60      | 1,88          |
| <b>Total</b>                   | <b>3.855.151</b>        | <b>4.211.744</b> | <b>9,25</b> | <b>100,00</b> |

Fonte: MDIC/Secex, dados coletados em 15/06/2012.

Elaboração: SEI/CAC.

**Tabela 11**  
**Exportações, principais países – Bahia – jan.-maio 2011/2012**

| Países                  | Peso (ton.)      |                  | Var.<br>(%)  | (US\$ 1000 FOB)  |                  | Var.<br>(%) | Part.<br>(%)  |
|-------------------------|------------------|------------------|--------------|------------------|------------------|-------------|---------------|
|                         | 2011             | 2012             |              | 2011             | 2012             |             |               |
| Estados Unidos          | 478.645          | 521.517          | 8,96         | 573.170          | 599.285          | 4,56        | 14,23         |
| Antilhas Holandesas     | 575.065          | 739.592          | 28,61        | 321.878          | 500.611          | 55,53       | 11,89         |
| Argentina               | 313.455          | 224.297          | -28,44       | 525.734          | 499.235          | -5,04       | 11,85         |
| China                   | 468.874          | 472.847          | 0,85         | 361.943          | 376.083          | 3,91        | 8,93          |
| Países Baixos (Holanda) | 222.799          | 358.649          | 60,97        | 287.000          | 309.340          | 7,78        | 7,34          |
| Alemanha                | 362.590          | 357.155          | -1,50        | 223.633          | 216.010          | -3,41       | 5,13          |
| Bélgica                 | 179.900          | 187.321          | 4,13         | 122.063          | 127.825          | 4,72        | 3,03          |
| Suíça                   | 150              | 379              | 153,25       | 72.135           | 112.870          | 56,47       | 2,68          |
| Espanha                 | 39.019           | 158.266          | 305,61       | 36.874           | 102.034          | 176,71      | 2,42          |
| Itália                  | 136.970          | 134.822          | -1,57        | 212.840          | 101.313          | -52,40      | 2,41          |
| Demais países           | 1.045.161        | 1.084.857        | 3,80         | 1.117.880        | 1.267.137        | 13,35       | 30,09         |
| <b>Total</b>            | <b>3.822.628</b> | <b>4.239.702</b> | <b>10,91</b> | <b>3.855.151</b> | <b>4.211.744</b> | <b>9,25</b> | <b>100,00</b> |

Fonte: MDIC/Secex, dados coletados em 15/06/2012.

Elaboração: SEI/CAC.

## INDICADORES SOCIAIS

## Emprego

Tabela 12

Estimativa da população total e economicamente ativa e dos inativos maiores de 10 anos, taxas globais de participação e de desemprego total

Região Metropolitana de Salvador – jan. 2011-maio 2012

(%)

| Períodos            | População Economicamente Ativa (PEA) |            |                       |            |                       |            | Inativos maiores de dez anos |            | Taxas                  |                            | População total (1) |
|---------------------|--------------------------------------|------------|-----------------------|------------|-----------------------|------------|------------------------------|------------|------------------------|----------------------------|---------------------|
|                     | Total                                |            | Ocupados              |            | Desempregados         |            |                              |            |                        |                            |                     |
|                     | Números absolutos (1)                | Índice (2) | Números absolutos (1) | Índice (2) | Números absolutos (1) | Índice (2) | Números absolutos (1)        | Índice (2) | Participação (PEA/PIÁ) | Desemprego total (DES/PEA) |                     |
| Janeiro 2010        | 1.849                                | 123,5      | 1.522                 | 138,5      | 327                   | 82,2       | 1.333                        | 139,1      | 58,1                   | 17,7                       | 3.656               |
| Fevereiro           | 1.866                                | 124,6      | 1.515                 | 137,9      | 351                   | 88,2       | 1.324                        | 138,2      | 58,5                   | 18,8                       | 3.663               |
| Março               | 1.867                                | 124,7      | 1.495                 | 136,0      | 372                   | 93,5       | 1.330                        | 138,8      | 58,4                   | 19,9                       | 3.669               |
| Abril               | 1.871                                | 125,0      | 1.516                 | 137,9      | 355                   | 89,2       | 1.333                        | 139,1      | 58,4                   | 19,0                       | 3.676               |
| Maio                | 1.853                                | 123,8      | 1.516                 | 137,9      | 337                   | 84,7       | 1.358                        | 141,8      | 57,7                   | 18,2                       | 3.682               |
| Junho               | 1.873                                | 125,1      | 1.560                 | 141,9      | 313                   | 78,6       | 1.345                        | 140,4      | 58,2                   | 16,7                       | 3.688               |
| Julho               | 1.867                                | 124,7      | 1.551                 | 141,1      | 316                   | 79,4       | 1.358                        | 141,8      | 57,9                   | 16,9                       | 3.695               |
| Agosto              | 1.901                                | 127,0      | 1.591                 | 144,8      | 310                   | 77,9       | 1.332                        | 139,0      | 58,8                   | 16,3                       | 3.701               |
| Setembro            | 1.882                                | 125,7      | 1.577                 | 143,5      | 305                   | 76,6       | 1.357                        | 141,6      | 58,1                   | 16,2                       | 3.708               |
| Janeiro 2011        | 1.889                                | 126,2      | 1.632                 | 148,5      | 257                   | 64,6       | 1.379                        | 143,9      | 57,8                   | 13,6                       | 3.734               |
| Fevereiro           | 1.874                                | 125,2      | 1.606                 | 146,1      | 268                   | 67,3       | 1.402                        | 146,3      | 57,2                   | 14,3                       | 3.740               |
| Março               | 1.845                                | 123,2      | 1.555                 | 141,5      | 290                   | 72,9       | 1.438                        | 150,1      | 56,2                   | 15,7                       | 3.747               |
| Abril               | 1.833                                | 122,4      | 1.545                 | 140,6      | 288                   | 72,4       | 1.458                        | 152,2      | 55,7                   | 15,7                       | 3.753               |
| Maio                | 1.834                                | 122,5      | 1.548                 | 140,9      | 286                   | 71,9       | 1.464                        | 152,8      | 55,6                   | 15,6                       | 3.760               |
| Junho               | 1.844                                | 123,2      | 1.558                 | 141,8      | 286                   | 71,9       | 1.461                        | 152,5      | 55,8                   | 15,5                       | 3.767               |
| Julho               | 1.865                                | 124,6      | 1.574                 | 143,2      | 291                   | 73,1       | 1.448                        | 151,1      | 56,3                   | 15,6                       | 3.773               |
| Agosto              | 1.889                                | 126,2      | 1.594                 | 145,0      | 295                   | 74,1       | 1.431                        | 149,4      | 56,9                   | 15,6                       | 3.780               |
| Setembro            | 1.897                                | 126,7      | 1.597                 | 145,3      | 300                   | 75,4       | 1.431                        | 149,4      | 57,0                   | 15,8                       | 3.786               |
| Outubro             | 1.891                                | 126,3      | 1.590                 | 144,7      | 301                   | 75,6       | 1.444                        | 150,7      | 56,7                   | 15,9                       | 3.793               |
| Novembro            | 1.882                                | 125,7      | 1.590                 | 144,7      | 292                   | 73,4       | 1.460                        | 152,4      | 56,3                   | 15,5                       | 3.800               |
| Dezembro            | 1.896                                | 126,7      | 1.629                 | 148,2      | 267                   | 67,1       | 1.454                        | 151,8      | 56,6                   | 14,1                       | 3.806               |
| Janeiro 2012        | 1.940                                | 129,6      | 1.649                 | 150,0      | 291                   | 73,1       | 1.417                        | 147,9      | 57,8                   | 15,0                       | 3.813               |
| Fevereiro           | 1.972                                | 131,7      | 1.660                 | 151,0      | 312                   | 78,4       | 1.393                        | 145,4      | 58,6                   | 15,8                       | 3.820               |
| Março               | 1.973                                | 131,8      | 1.632                 | 148,5      | 341                   | 85,7       | 1.399                        | 146,0      | 58,5                   | 17,3                       | 3.826               |
| Abril               | 1.963                                | 131,1      | 1.619                 | 147,3      | 344                   | 86,4       | 1.416                        | 147,8      | 58,1                   | 17,5                       | 3.833               |
| Maio 2012           | 1.992                                | 133,1      | 1.641                 | 149,3      | 351                   | 88,2       | 1.395                        | 145,6      | 58,8                   | 17,6                       | 3.840               |
| Variação mensal     |                                      |            |                       |            |                       |            |                              |            |                        |                            |                     |
| Maio 2012/abr. 2012 | 1,5                                  |            | 1,4                   |            | 2,0                   |            | -1,5                         |            | 1,2                    | 0,6                        | –                   |
| Variação no ano     |                                      |            |                       |            |                       |            |                              |            |                        |                            |                     |
| Maio 2012/dez. 2011 | 5,1                                  |            | 0,7                   |            | 31,5                  |            | -4,1                         |            | 3,9                    | 24,8                       | –                   |
| Variação anual      |                                      |            |                       |            |                       |            |                              |            |                        |                            |                     |
| Maio 2012/maio 2011 | 8,6                                  |            | 6,0                   |            | 22,7                  |            | -4,7                         |            | 5,8                    | 12,8                       | –                   |

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Em 1.000 pessoas. A partir de janeiro/2007 as projeções da população total e da população em idade ativa foram ajustadas com base nos resultados definitivos do Censo 2000.

(2) Base: média de 2000 = 100.

**Tabela 13**  
**Taxas de desemprego, por tipo de desemprego**  
**Região Metropolitana de Salvador, município de Salvador e demais municípios da Região Metropolitana de Salvador – jan. 2011-maio 2012**

(%)

| Trimestres                 | Taxas de desemprego, por tipo          |             |             |             |              |                       |             |             |                                           |             |            |
|----------------------------|----------------------------------------|-------------|-------------|-------------|--------------|-----------------------|-------------|-------------|-------------------------------------------|-------------|------------|
|                            | Região Metropolitana de Salvador – RMS |             |             |             |              | Município de Salvador |             |             | Demais municípios da Região Metropolitana |             |            |
|                            | Total                                  | Aberto      | Oculto      |             |              | Total                 | Aberto      | Oculto      | Total                                     | Aberto      | Oculto     |
|                            |                                        |             | Total       | Precário    | Desalento    |                       |             |             |                                           |             |            |
| <b>Janeiro 2011</b>        | <b>13,6</b>                            | <b>9,4</b>  | <b>4,2</b>  | <b>2,8</b>  | <b>1,4</b>   | <b>12,7</b>           | <b>8,8</b>  | <b>3,9</b>  | <b>17,2</b>                               | <b>11,8</b> | <b>(1)</b> |
| Fevereiro                  | 14,3                                   | 9,6         | 4,7         | 3,2         | 1,5          | 14,1                  | 9,3         | 4,8         | 15,2                                      | 10,7        | (1)        |
| Março                      | 15,7                                   | 10,0        | 5,7         | 3,6         | 2,0          | 15,3                  | 9,5         | 5,8         | 17,3                                      | 12,0        | (1)        |
| Abril                      | 15,7                                   | 10,2        | 5,5         | 3,6         | 1,9          | 15,1                  | 9,6         | 5,5         | 18,0                                      | 12,7        | (1)        |
| Maio                       | 15,6                                   | 10,2        | 5,4         | 3,6         | 1,8          | 14,8                  | 9,4         | 5,3         | 19,1                                      | 13,4        | (1)        |
| Junho                      | 15,5                                   | 10,4        | 5,1         | 3,6         | 1,5          | 14,6                  | 9,7         | 5,0         | 18,9                                      | 13,2        | (1)        |
| Julho                      | 15,6                                   | 10,6        | 5,0         | 3,5         | 1,5          | 14,8                  | 10,0        | 4,7         | 18,9                                      | 13,0        | (1)        |
| Agosto                     | 15,6                                   | 11,0        | 4,6         | 3,4         | (1)          | 15,0                  | 10,6        | 4,5         | 17,6                                      | 12,5        | (1)        |
| Setembro                   | 15,8                                   | 11,3        | 4,5         | 3,3         | (1)          | 15,2                  | 10,8        | 4,4         | 18,0                                      | 13,0        | (1)        |
| Outubro                    | 15,9                                   | 11,2        | 4,8         | 3,6         | (1)          | 15,3                  | 10,5        | 4,8         | 18,2                                      | 13,5        | (1)        |
| Novembro                   | 15,5                                   | 10,6        | 5,0         | 3,6         | 1,3          | 14,6                  | 9,7         | 4,9         | 18,8                                      | 13,6        | (1)        |
| Dezembro                   | 14,1                                   | 9,8         | 4,3         | 3,2         | (1)          | 13,4                  | 9,1         | 4,3         | 16,8                                      | 12,3        | (1)        |
| <b>Janeiro 2012</b>        | <b>15,0</b>                            | <b>10,3</b> | <b>4,7</b>  | <b>3,4</b>  | <b>1,3</b>   | <b>14,5</b>           | <b>9,9</b>  | <b>4,7</b>  | <b>17,0</b>                               | <b>12,1</b> | <b>(1)</b> |
| Fevereiro                  | 15,8                                   | 10,9        | 4,9         | 3,6         | 1,3          | 15,3                  | 10,5        | 4,9         | 17,5                                      | 12,5        | (1)        |
| Março                      | 17,3                                   | 11,7        | 5,6         | 4,3         | 1,3          | 17,2                  | 11,3        | 5,9         | 17,6                                      | 13,1        | (1)        |
| Abril                      | 17,5                                   | 11,8        | 5,7         | 4,4         | 1,3          | 17,1                  | 11,1        | 6,1         | 18,7                                      | 14,4        | (1)        |
| <b>Maio 2012</b>           | <b>17,6</b>                            | <b>12,0</b> | <b>5,6</b>  | <b>4,2</b>  | <b>1,4</b>   | <b>17,1</b>           | <b>11,3</b> | <b>5,9</b>  | <b>19,1</b>                               | <b>14,5</b> | <b>(1)</b> |
| <b>Variação mensal</b>     |                                        |             |             |             |              |                       |             |             |                                           |             |            |
| <b>Maio 2012/abr. 2012</b> | <b>0,6</b>                             | <b>1,7</b>  | <b>-1,8</b> | <b>-4,5</b> | <b>7,7</b>   | <b>0,0</b>            | <b>1,8</b>  | <b>-3,3</b> | <b>2,1</b>                                | <b>0,7</b>  | <b>–</b>   |
| <b>Variação no ano</b>     |                                        |             |             |             |              |                       |             |             |                                           |             |            |
| <b>Maio 2012/dez. 2011</b> | <b>24,8</b>                            | <b>22,4</b> | <b>30,2</b> | <b>31,3</b> | <b>–</b>     | <b>27,6</b>           | <b>24,2</b> | <b>37,2</b> | <b>13,7</b>                               | <b>17,9</b> | <b>–</b>   |
| <b>Variação anual</b>      |                                        |             |             |             |              |                       |             |             |                                           |             |            |
| <b>Maio 2012/maio 2011</b> | <b>12,8</b>                            | <b>17,6</b> | <b>3,7</b>  | <b>16,7</b> | <b>-22,2</b> | <b>15,5</b>           | <b>20,2</b> | <b>11,3</b> | <b>0,0</b>                                | <b>8,2</b>  | <b>–</b>   |

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT ).

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

**Tabela 14**  
**Distribuição dos ocupados, por setor de atividade econômica**  
**Região Metropolitana de Salvador – jan. 2011-maio 2012**

(%)

| Períodos            | Total (1)    | Setores de atividade econômica |                  |             |                       |                       |                     |
|---------------------|--------------|--------------------------------|------------------|-------------|-----------------------|-----------------------|---------------------|
|                     |              | Indústria de transformação     | Construção civil | Comércio    | Serviços produção (2) | Serviços pessoais (3) | Serviços domésticos |
| <b>Janeiro 2011</b> | <b>100,0</b> | <b>9,1</b>                     | <b>7,9</b>       | <b>16,5</b> | <b>32,7</b>           | <b>25,8</b>           | <b>7,0</b>          |
| Fevereiro           | 100,0        | 8,7                            | 8,2              | 16,3        | 32,1                  | 26,2                  | 7,7                 |
| Março               | 100,0        | 9,2                            | 8,2              | 15,8        | 31,1                  | 27,1                  | 7,9                 |
| Abril               | 100,0        | 9,2                            | 8,1              | 15,7        | 31,7                  | 26,8                  | 8,0                 |
| Maio                | 100,0        | 9,6                            | 8,1              | 16,2        | 31,0                  | 26,1                  | 8,0                 |
| Junho               | 100,0        | 9,3                            | 8,3              | 16,6        | 31,4                  | 25,3                  | 7,9                 |
| Julho               | 100,0        | 9,0                            | 7,8              | 16,8        | 31,4                  | 25,7                  | 8,1                 |
| Agosto              | 100,0        | 8,5                            | 8,0              | 16,7        | 32,0                  | 25,6                  | 8,3                 |
| Setembro            | 100,0        | 8,1                            | 8,6              | 17,0        | 31,7                  | 25,3                  | 8,5                 |
| Outubro             | 100,0        | 8,5                            | 8,7              | 17,4        | 31,2                  | 24,8                  | 8,7                 |
| Novembro            | 100,0        | 8,8                            | 8,6              | 17,4        | 30,4                  | 25,4                  | 8,6                 |
| Dezembro            | 100,0        | 9,0                            | 8,6              | 17,0        | 30,3                  | 25,6                  | 8,6                 |
| <b>Janeiro 2011</b> | <b>100,0</b> | <b>8,2</b>                     | <b>9,2</b>       | <b>16,9</b> | <b>30,2</b>           | <b>26,0</b>           | <b>8,9</b>          |
| Fevereiro           | 100,0        | 7,6                            | 9,5              | 16,8        | 30,2                  | 25,9                  | 8,8                 |
| Março               | 100,0        | 7,4                            | 9,2              | 16,6        | 30,7                  | 26,1                  | 8,7                 |
| Abril               | 100,0        | 7,6                            | 9,4              | 16,3        | 30,3                  | 26,5                  | 8,5                 |
| <b>Maio 2012</b>    | <b>100,0</b> | <b>7,7</b>                     | <b>8,9</b>       | <b>16,6</b> | <b>30,6</b>           | <b>26,5</b>           | <b>8,5</b>          |

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Incluem outros setores de atividade.

(2) Incluem transporte e armazenagem; utilidade pública; especializados; administração pública, forças armadas e polícia; creditícios e financeiros; comunicação; diversão, radiodifusão e teledifusão; comércio, administração de valores imobiliários e de imóveis; serviços auxiliares; outros serviços de reparação e limpeza.

(3) Incluem serviços pessoais diversos, alimentação, educação, saúde, serviços comunitários, oficinas de reparação mecânica e outros serviços.

**Tabela 15**  
**Distribuição dos ocupados, por posição na ocupação**  
**Região Metropolitana de Salvador - jan. 2011-maio 2012**

(%)

| Períodos            | Posição na ocupação |                                     |                              |                     |             |                          |                          |            |            |            |
|---------------------|---------------------|-------------------------------------|------------------------------|---------------------|-------------|--------------------------|--------------------------|------------|------------|------------|
|                     | Assalariados        |                                     |                              |                     | Autônomos   |                          |                          | Empregador | Domésticos | Outros (2) |
|                     | Total (1)           | Assalariado priv. c/carteira assin. | Assalariado priv. s/carteira | Assalariado público | Total       | Autônomo trab. p/público | Autônomo trab. p/empresa |            |            |            |
| <b>Janeiro 2011</b> | <b>67,5</b>         | <b>45,2</b>                         | <b>8,6</b>                   | <b>13,5</b>         | <b>20,9</b> | <b>18,5</b>              | <b>2,3</b>               | <b>2,9</b> | <b>7,0</b> | <b>1,7</b> |
| Fevereiro           | 66,9                | 45,3                                | 8,2                          | 13,3                | 21,1        | 18,9                     | 2,2                      | 2,6        | 7,7        | 1,7        |
| Março               | 66,6                | 45,3                                | 8,3                          | 12,9                | 21,0        | 18,6                     | 2,3                      | 2,9        | 7,9        | 1,6        |
| Abril               | 67,2                | 46,6                                | 8,0                          | 12,5                | 20,5        | 18,0                     | 2,5                      | 2,9        | 8,0        | (3)        |
| Maio                | 68,0                | 47,9                                | 8,0                          | 12,0                | 19,6        | 17,2                     | 2,4                      | 2,8        | 8,0        | (3)        |
| Junho               | 68,5                | 48,2                                | 8,0                          | 12,2                | 19,8        | 17,5                     | 2,3                      | 2,4        | 7,9        | (3)        |
| Julho               | 67,7                | 47,5                                | 7,8                          | 12,4                | 20,5        | 17,8                     | 2,7                      | 2,3        | 8,1        | (3)        |
| Agosto              | 66,8                | 47,0                                | 7,9                          | 11,9                | 21,1        | 18,4                     | 2,7                      | 2,4        | 8,2        | (3)        |
| Setembro            | 66,0                | 46,8                                | 7,9                          | 11,3                | 21,6        | 19,1                     | 2,5                      | 2,4        | 8,5        | (3)        |
| Outubro             | 66,1                | 47,5                                | 8,1                          | 10,5                | 21,2        | 19,2                     | 2,0                      | 2,5        | 8,6        | 1,6        |
| Novembro            | 66,7                | 48,2                                | 8,3                          | 10,3                | 20,6        | 18,9                     | 1,7                      | 2,5        | 8,6        | 1,6        |
| Dezembro            | 66,2                | 47,8                                | 8,2                          | 10,2                | 20,8        | 19,0                     | 1,8                      | 2,8        | 8,6        | 1,6        |
| <b>Janeiro 2012</b> | <b>65,5</b>         | <b>46,8</b>                         | <b>8,4</b>                   | <b>10,4</b>         | <b>21,4</b> | <b>19,6</b>              | <b>1,8</b>               | <b>2,6</b> | <b>8,9</b> | <b>1,6</b> |
| Fevereiro           | 65,9                | 46,8                                | 8,4                          | 10,7                | 21,2        | 19,6                     | 1,7                      | 2,5        | 8,8        | 1,6        |
| Março               | 67,0                | 48,1                                | 8,3                          | 10,4                | 20,6        | 19,1                     | 1,5                      | 2,4        | 8,7        | 1,3        |
| Abril               | 67,9                | 49,6                                | 8,2                          | 10,1                | 20,0        | 18,4                     | 1,7                      | 2,3        | 8,5        | (3)        |
| <b>Maio 2012</b>    | <b>68,3</b>         | <b>50,5</b>                         | <b>8,0</b>                   | <b>9,7</b>          | <b>19,7</b> | <b>18,0</b>              | <b>1,7</b>               | <b>2,2</b> | <b>8,4</b> | <b>1,4</b> |

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Incluem os que não informaram o segmento em que trabalham.

(2) Incluem Trabalhadores familiares e Donos de negócios familiares.

(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

**Tabela 16**  
**Rendimento médio real trimestral dos ocupados, assalariados e autônomos no trabalho principal**  
**Região Metropolitana de Salvador – jan. 2011-abr. 2012**

(R\$)

| Trimestres                 | Rendimento médio real |              |                    |              |                    |              |
|----------------------------|-----------------------|--------------|--------------------|--------------|--------------------|--------------|
|                            | Ocupados (1)          |              | Assalariados (2)   |              | Autônomos          |              |
|                            | Valor absoluto (3)    | Índice (4)   | Valor absoluto (3) | Índice (4)   | Valor absoluto (3) | Índice (4)   |
| <b>Janeiro 2011</b>        | <b>1.151</b>          | <b>107,9</b> | <b>1.256</b>       | <b>106,5</b> | <b>841</b>         | <b>116,5</b> |
| Fevereiro                  | 1.145                 | 107,4        | 1.246              | 105,6        | 799                | 110,7        |
| Março                      | 1.089                 | 102,1        | 1.190              | 100,9        | 787                | 109,0        |
| Abril                      | 1.112                 | 104,2        | 1.216              | 103,1        | 792                | 109,7        |
| Maio                       | 1.095                 | 102,7        | 1.198              | 101,6        | 786                | 109,0        |
| Junho                      | 1.099                 | 103,1        | 1.207              | 102,4        | 812                | 112,5        |
| Julho                      | 1.067                 | 100,0        | 1.166              | 98,8         | 832                | 115,3        |
| Agosto                     | 1.043                 | 97,8         | 1.144              | 97,0         | 796                | 110,2        |
| Setembro                   | 1.030                 | 96,6         | 1.138              | 96,5         | 758                | 105,0        |
| Outubro                    | 1.029                 | 96,5         | 1.140              | 96,6         | 723                | 100,2        |
| Novembro                   | 1.029                 | 96,5         | 1.150              | 97,5         | 742                | 102,8        |
| Dezembro                   | 1.041                 | 97,7         | 1.162              | 98,5         | 758                | 105,0        |
| <b>Janeiro 2012</b>        | <b>1.049</b>          | <b>98,4</b>  | <b>1.163</b>       | <b>98,6</b>  | <b>762</b>         | <b>105,6</b> |
| Fevereiro                  | 1.044                 | 97,9         | 1.147              | 97,3         | 764                | 105,8        |
| Março                      | 1.032                 | 96,8         | 1.134              | 96,1         | 739                | 102,4        |
| <b>Abril 2012</b>          | <b>1.015</b>          | <b>95,2</b>  | <b>1.116</b>       | <b>94,6</b>  | <b>746</b>         | <b>103,4</b> |
| <b>Variação mensal</b>     |                       |              |                    |              |                    |              |
| <b>Abr. 2012/mar. 2012</b> |                       | <b>-1,6</b>  |                    | <b>-1,6</b>  |                    | <b>0,9</b>   |
| <b>Variação no ano</b>     |                       |              |                    |              |                    |              |
| <b>Abr. 2012/dez. 2011</b> |                       | <b>-2,5</b>  |                    | <b>-3,9</b>  |                    | <b>-1,5</b>  |
| <b>Variação anual</b>      |                       |              |                    |              |                    |              |
| <b>Abr. 2012/abr. 2011</b> |                       | <b>-8,7</b>  |                    | <b>-8,3</b>  |                    | <b>-5,7</b>  |

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT.)

(1) Exclusive os Assalariados e os Empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os Trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(2) Exclusive os Assalariados que não tiveram remuneração no mês.

(3) Inflator utilizado – Índice de Preços ao Consumidor – SEI. Valores em reais de Abril – 2012.

(4) Base: Média de 2000 = 100.

**Tabela 17**  
**Rendimento médio real trimestral dos ocupados, por grau de instrução (1)**  
**Região Metropolitana de Salvador – jan. 2011-abr. 2012**

(R\$)

| Períodos                   | Total (2)    | Rendimento médio real trimestral dos ocupados |                    |                                         |                                         |                  |
|----------------------------|--------------|-----------------------------------------------|--------------------|-----------------------------------------|-----------------------------------------|------------------|
|                            |              | Analfabetos                                   | 1º grau incompleto | 1º grau completo/<br>2º grau incompleto | 2º grau completo/<br>3º grau incompleto | 3º grau completo |
| <b>Janeiro 2011</b>        | <b>1.151</b> | <b>(3)</b>                                    | <b>634</b>         | <b>775</b>                              | <b>1.131</b>                            | <b>2.628</b>     |
| Fevereiro                  | 1.145        | (3)                                           | 653                | 737                                     | 1.101                                   | 2.680            |
| Março                      | 1.089        | (3)                                           | 648                | 737                                     | 1.050                                   | 2.562            |
| Abril                      | 1.112        | (3)                                           | 670                | 731                                     | 1.061                                   | 2.641            |
| Maio                       | 1.095        | (3)                                           | 644                | 745                                     | 1.059                                   | 2.743            |
| Junho                      | 1.099        | (3)                                           | 637                | 716                                     | 1.066                                   | 2.817            |
| Julho                      | 1.067        | (3)                                           | 663                | 742                                     | 1.036                                   | 2.737            |
| Agosto                     | 1.043        | (3)                                           | 663                | 748                                     | 1.042                                   | 2.580            |
| Setembro                   | 1.030        | (3)                                           | 657                | 744                                     | 1.038                                   | 2.514            |
| Outubro                    | 1.029        | (3)                                           | 647                | 728                                     | 1.042                                   | 2.538            |
| Novembro                   | 1.029        | (3)                                           | 656                | 726                                     | 1.025                                   | 2.516            |
| Dezembro                   | 1.041        | (3)                                           | 664                | 736                                     | 1.042                                   | 2.578            |
| <b>Janeiro 2012</b>        | <b>1.049</b> | <b>(3)</b>                                    | <b>658</b>         | <b>743</b>                              | <b>1.063</b>                            | <b>2.553</b>     |
| Fevereiro                  | 1.044        | (3)                                           | 671                | 761                                     | 1.067                                   | 2.493            |
| Março                      | 1.032        | (3)                                           | 685                | 767                                     | 1.037                                   | 2.529            |
| <b>Abril 2012</b>          | <b>1.015</b> | <b>(3)</b>                                    | <b>681</b>         | <b>770</b>                              | <b>1.007</b>                            | <b>2.432</b>     |
| <b>Variação mensal</b>     |              |                                               |                    |                                         |                                         |                  |
| <b>Abr. 2012/mar. 2012</b> | <b>-1,6</b>  | <b>–</b>                                      | <b>-0,6</b>        | <b>0,4</b>                              | <b>-2,8</b>                             | <b>-3,8</b>      |
| <b>Variação no ano</b>     |              |                                               |                    |                                         |                                         |                  |
| <b>Abr. 2012/dez. 2011</b> | <b>-2,5</b>  | <b>–</b>                                      | <b>2,6</b>         | <b>4,6</b>                              | <b>-3,4</b>                             | <b>-5,7</b>      |
| <b>Variação anual</b>      |              |                                               |                    |                                         |                                         |                  |
| <b>Abr. 2012/abr. 2011</b> | <b>-8,7</b>  | <b>–</b>                                      | <b>1,7</b>         | <b>5,3</b>                              | <b>-5,0</b>                             | <b>-7,9</b>      |

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Inflator utilizado: IPC - SEI; valores em reais de Abril – 2012.

(2) Excluem os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

**Tabela 18**  
**Rendimento médio real trimestral dos assalariados no setor público e privado, por setor de atividade econômica e carteira de trabalho assinada e não-assinada pelo atual empregador (1)**  
**Região Metropolitana de Salvador – jan. 2011-abr. 2012**

| Trimestres          | Total (2) | Assalariados no setor privado |                            |          |          |                      |              | Assalariados do Setor Público (3) |
|---------------------|-----------|-------------------------------|----------------------------|----------|----------|----------------------|--------------|-----------------------------------|
|                     |           | Total                         | Setor de atividade         |          |          | Carteira de trabalho |              |                                   |
|                     |           |                               | Indústria de Transformação | Comércio | Serviços | Assinada             | Não-assinada |                                   |
| Janeiro 2011        | 1.256     | 1.079                         | 1.441                      | 874      | 1.048    | 1.152                | 658          | 1.986                             |
| Fevereiro           | 1.246     | 1.074                         | 1.323                      | 892      | 1.061    | 1.145                | 665          | 1.992                             |
| Março               | 1.190     | 1.026                         | 1.217                      | 851      | 1.027    | 1.083                | 673          | 1.938                             |
| Abril               | 1.216     | 1.043                         | 1.250                      | 892      | 1.035    | 1.099                | 689          | 2.063                             |
| Mai                 | 1.198     | 1.038                         | 1.293                      | 863      | 1.024    | 1.091                | 699          | 1.976                             |
| Junho               | 1.207     | 1.031                         | 1.291                      | 873      | 1.006    | 1.090                | 664          | 2.032                             |
| Julho               | 1.166     | 1.012                         | 1.247                      | 848      | 1.004    | 1.079                | 607          | 1.911                             |
| Agosto              | 1.144     | 1.009                         | 1.182                      | 873      | 1.015    | 1.072                | 616          | 1.840                             |
| Setembro            | 1.138     | 1.016                         | 1.245                      | 879      | 1.015    | 1.082                | 600          | 1.841                             |
| Outubro             | 1.140     | 1.017                         | 1.266                      | 879      | 1.017    | 1.080                | 621          | 1.874                             |
| Novembro            | 1.150     | 1.019                         | 1.275                      | 889      | 1.008    | 1.082                | 629          | 1.921                             |
| Dezembro            | 1.162     | 1.023                         | 1.223                      | 870      | 1.027    | 1.085                | 655          | 1.952                             |
| Janeiro 2012        | 1.163     | 1.021                         | 1.213                      | 871      | 1.010    | 1.088                | 634          | 1.953                             |
| Fevereiro           | 1.147     | 1.016                         | 1.238                      | 855      | 1.002    | 1.081                | 634          | 1.926                             |
| Março               | 1.134     | 1.018                         | 1.303                      | 850      | 986      | 1.076                | 665          | 1.864                             |
| Abril 2012          | 1.116     | 1.011                         | 1.291                      | 856      | 993      | 1.068                | 666          | 1.816                             |
| Variação mensal     |           |                               |                            |          |          |                      |              |                                   |
| Abr. 2012/mar. 2012 | -1,6      | -0,6                          | -0,9                       | 0,8      | 0,6      | -0,8                 | 0,2          | -2,6                              |
| Variação no ano     |           |                               |                            |          |          |                      |              |                                   |
| Abr. 2012/dez. 2011 | -3,9      | -1,1                          | 5,6                        | -1,6     | -3,3     | -1,6                 | 1,6          | -7,0                              |
| Variação anual      |           |                               |                            |          |          |                      |              |                                   |
| Abr. 2012/abr. 2011 | -8,3      | -3,0                          | 3,3                        | -4,0     | -4,1     | -2,8                 | -3,3         | -12,0                             |

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Inflator utilizado: IPC - SEI; valores em reais de Abril – 2012.

(2) Excluem os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos.

(3) Incluem os estatutários e celetistas que trabalham em instituições públicas (governos municipal, estadual, federal, empresa de economia mista, autarquia, fundação, etc.).

**Tabela 19**  
**Rendimento real trimestral máximo e mínimo dos ocupados e dos assalariados no trabalho principal (1)**  
**Região Metropolitana de Salvador – jan. 2011-abr. 2012**

(R\$)

| Períodos                   | Rendimento médio real trimestral |                            |                            |                                |                                |                            |                            |                            |                                |                                |
|----------------------------|----------------------------------|----------------------------|----------------------------|--------------------------------|--------------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|--------------------------------|--------------------------------|
|                            | Ocupados (2)                     |                            |                            |                                |                                | Assalariados (3)           |                            |                            |                                |                                |
|                            | 10% mais pobres ganham até       | 25% mais pobres ganham até | 50% mais pobres ganham até | 25% mais ricos ganham acima de | 10% mais ricos ganham acima de | 10% mais pobres ganham até | 25% mais pobres ganham até | 50% mais pobres ganham até | 25% mais ricos ganham acima de | 10% mais ricos ganham acima de |
| <b>Janeiro 2011</b>        | <b>321</b>                       | <b>547</b>                 | <b>740</b>                 | <b>1.287</b>                   | <b>2.345</b>                   | <b>547</b>                 | <b>571</b>                 | <b>846</b>                 | <b>1.380</b>                   | <b>2.478</b>                   |
| Fevereiro                  | 317                              | 546                        | 739                        | 1.268                          | 2.274                          | 546                        | 576                        | 845                        | 1.373                          | 2.446                          |
| Março                      | 316                              | 570                        | 736                        | 1.261                          | 2.114                          | 570                        | 576                        | 809                        | 1.268                          | 2.120                          |
| Abril                      | 317                              | 570                        | 732                        | 1.254                          | 2.112                          | 570                        | 575                        | 836                        | 1.277                          | 2.206                          |
| Maio                       | 313                              | 569                        | 731                        | 1.253                          | 2.101                          | 569                        | 572                        | 814                        | 1.260                          | 2.195                          |
| Junho                      | 312                              | 570                        | 716                        | 1.150                          | 2.090                          | 568                        | 570                        | 784                        | 1.254                          | 2.257                          |
| Julho                      | 312                              | 567                        | 717                        | 1.144                          | 2.088                          | 567                        | 569                        | 783                        | 1.253                          | 2.089                          |
| Agosto                     | 312                              | 567                        | 728                        | 1.133                          | 2.079                          | 567                        | 569                        | 795                        | 1.248                          | 2.079                          |
| Setembro                   | 312                              | 561                        | 720                        | 1.132                          | 2.079                          | 561                        | 566                        | 795                        | 1.247                          | 2.079                          |
| Outubro                    | 310                              | 562                        | 713                        | 1.121                          | 2.064                          | 560                        | 567                        | 795                        | 1.238                          | 2.078                          |
| Novembro                   | 308                              | 560                        | 712                        | 1.121                          | 2.057                          | 560                        | 565                        | 801                        | 1.234                          | 2.215                          |
| Dezembro                   | 307                              | 559                        | 711                        | 1.124                          | 2.054                          | 558                        | 574                        | 804                        | 1.233                          | 2.164                          |
| <b>Janeiro 2012</b>        | <b>307</b>                       | <b>560</b>                 | <b>715</b>                 | <b>1.123</b>                   | <b>2.048</b>                   | <b>557</b>                 | <b>635</b>                 | <b>800</b>                 | <b>1.229</b>                   | <b>2.217</b>                   |
| Fevereiro                  | 306                              | 593                        | 711                        | 1.127                          | 2.041                          | 558                        | 634                        | 793                        | 1.229                          | 2.049                          |
| Março                      | 305                              | 629                        | 711                        | 1.117                          | 2.032                          | 629                        | 634                        | 792                        | 1.225                          | 2.042                          |
| <b>Abril 2012</b>          | <b>313</b>                       | <b>622</b>                 | <b>711</b>                 | <b>1.117</b>                   | <b>2.000</b>                   | <b>622</b>                 | <b>632</b>                 | <b>800</b>                 | <b>1.213</b>                   | <b>2.023</b>                   |
| <b>Variação mensal</b>     |                                  |                            |                            |                                |                                |                            |                            |                            |                                |                                |
| <b>Abr. 2012/mar. 2012</b> | <b>2,5</b>                       | <b>-1,1</b>                | <b>0,0</b>                 | <b>0,0</b>                     | <b>-1,6</b>                    | <b>-1,1</b>                | <b>-0,3</b>                | <b>1,0</b>                 | <b>-1,0</b>                    | <b>-0,9</b>                    |
| <b>Variação no ano</b>     |                                  |                            |                            |                                |                                |                            |                            |                            |                                |                                |
| <b>Abr. 2012/dez. 2011</b> | <b>1,8</b>                       | <b>11,3</b>                | <b>0,0</b>                 | <b>-0,6</b>                    | <b>-2,6</b>                    | <b>11,4</b>                | <b>10,1</b>                | <b>-0,5</b>                | <b>-1,6</b>                    | <b>-6,5</b>                    |
| <b>Variação anual</b>      |                                  |                            |                            |                                |                                |                            |                            |                            |                                |                                |
| <b>Abr. 2012/abr. 2011</b> | <b>-1,2</b>                      | <b>9,2</b>                 | <b>-2,8</b>                | <b>-10,9</b>                   | <b>-5,3</b>                    | <b>9,2</b>                 | <b>9,9</b>                 | <b>-4,3</b>                | <b>-5,0</b>                    | <b>-8,3</b>                    |

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Inflator utilizado – Índice de Preços ao Consumidor – SEI. Valores em reais de Abril – 2012.

(2) Exclusive os Assalariados e os Empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os Trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(3) Exclusive os Assalariados que não tiveram remuneração no mês.

## Emprego formal

**Tabela 20**  
**Flutuação Mensal do Emprego – Bahia – jan. 2011-maio 2012**

| Períodos                        | Saldo líquido (admissões – desligamentos) |                    |              |               |               |
|---------------------------------|-------------------------------------------|--------------------|--------------|---------------|---------------|
|                                 | Total (1)                                 | Ind. transformação | Const. civil | Comércio      | Serviços      |
| <b>2011 (2)</b>                 | <b>77.650</b>                             | <b>5.777</b>       | <b>8.823</b> | <b>17.131</b> | <b>37.395</b> |
| Janeiro                         | 7.438                                     | 995                | 820          | 671           | 2.852         |
| Fevereiro                       | 3.127                                     | 4                  | -445         | 160           | 2.733         |
| Março                           | 2.758                                     | 510                | 1.222        | -1.518        | 684           |
| Abril                           | 10.623                                    | 1.065              | 2.831        | 882           | 4.065         |
| Maior                           | 11.710                                    | 1.314              | 2.751        | 1.484         | 2.021         |
| Junho                           | 11.767                                    | 1.764              | 1.586        | 716           | 2.644         |
| Julho                           | 2.033                                     | 1.449              | -3.833       | 381           | 2.088         |
| Agosto                          | 7.143                                     | 1.559              | 771          | 1.335         | 3.921         |
| Setembro                        | 3.025                                     | 455                | -481         | 1.792         | 3.163         |
| Outubro                         | 481                                       | 845                | -563         | 1.630         | 1.034         |
| Novembro                        | 3.157                                     | -1.841             | 2.371        | 2.851         | 3.082         |
| Dezembro                        | -15.069                                   | -4.667             | -5.068       | -296          | -1.342        |
| <b>2012 (3)</b>                 | <b>18.403</b>                             | <b>2.238</b>       | <b>3.345</b> | <b>-1.407</b> | <b>7.310</b>  |
| Janeiro                         | 6.861                                     | 1.375              | 1.477        | -546          | 3.363         |
| Fevereiro                       | -1.619                                    | -908               | -1.758       | -678          | 1.457         |
| Março                           | 2.243                                     | -911               | 2.647        | -1.194        | 2.299         |
| Abril                           | 7.847                                     | 1.571              | 1.153        | 785           | 1.843         |
| Maior                           | 3.071                                     | 1.111              | -174         | 226           | -1.652        |
| <b>Jun. 2011-maior 2012 (2)</b> | <b>51.258</b>                             | <b>3.524</b>       | <b>4.144</b> | <b>12.641</b> | <b>28.379</b> |

Fonte: MTE-Caged – Lei 4.923/65 – Perfil do estabelecimento.

(1) Incluem todos os setores. Dados preliminares.

(2) Este saldo levou em consideração o ajuste realizado no ano.

(3) Este saldo não levou em consideração o ajuste realizado no ano.

**Tabela 21**  
**Flutuação Mensal do Emprego**  
**Região Metropolitana de Salvador – jan. 2011-maio 2012**

| Períodos                       | Saldo líquido (admissões – desligamentos) |                    |              |               |               |
|--------------------------------|-------------------------------------------|--------------------|--------------|---------------|---------------|
|                                | Total (1)                                 | Ind. transformação | Const. civil | Comércio      | Serviços      |
| <b>2011 (2)</b>                | <b>40.002</b>                             | <b>2.282</b>       | <b>6.381</b> | <b>4.309</b>  | <b>24.687</b> |
| Janeiro                        | 2.964                                     | 492                | 973          | -458          | 1.806         |
| Fevereiro                      | -583                                      | -757               | -1.736       | 36            | 1.896         |
| Março                          | 350                                       | -137               | 396          | -1.114        | 1.084         |
| Abril                          | 5.782                                     | 13                 | 1.921        | 449           | 3.224         |
| Maio                           | 2.758                                     | 158                | 1.254        | 535           | 854           |
| Junho                          | 3.294                                     | 523                | 712          | 479           | 1.582         |
| Julho                          | 1.988                                     | 416                | 241          | -313          | 1.311         |
| Agosto                         | 4.513                                     | 622                | 1.042        | -66           | 2.532         |
| Setembro                       | 1.714                                     | 67                 | -504         | 489           | 1.399         |
| Outubro                        | 849                                       | 158                | -94          | 362           | 376           |
| Novembro                       | 6.255                                     | 543                | 1.929        | 1.557         | 2.112         |
| Dezembro                       | -4.900                                    | -685               | -3.335       | -204          | -675          |
| <b>2012 (3)</b>                | <b>2.806</b>                              | <b>313</b>         | <b>539</b>   | <b>-1.652</b> | <b>3.840</b>  |
| Janeiro                        | 2.068                                     | 255                | 536          | -752          | 2.172         |
| Fevereiro                      | -1.661                                    | -403               | -1.928       | -539          | 1.209         |
| Março                          | 2.622                                     | 281                | 1.705        | -1.041        | 1.500         |
| Abril                          | 2.327                                     | 158                | 748          | 268           | 1.161         |
| Maio                           | -2.550                                    | 22                 | -522         | 412           | -2.202        |
| <b>Jun. 2011-maio 2012 (2)</b> | <b>26.678</b>                             | <b>2.469</b>       | <b>4.315</b> | <b>2.944</b>  | <b>15.985</b> |

Fonte: MTE-Caged – Lei 4.923/65 – Perfil do Estabelecimento.

(1) Incluem todos os setores. Dados preliminares.

(2) Este saldo levou em consideração o ajuste realizado no ano.

(3) Este saldo não levou em consideração o ajuste realizado no ano.

## FINANÇAS PÚBLICAS

## União

(Continua)

**Tabela 22**  
**Demonstrativo das Receitas da União**  
**Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – jan.-dez. 2010/2011**

| Receita realizada                             | 2011               |                    |                      | 2010               |                    |                      |
|-----------------------------------------------|--------------------|--------------------|----------------------|--------------------|--------------------|----------------------|
|                                               | Set.-out.          | Nov.-dez.          | Acumulado jan.-dez.  | Set.-out.          | Nov.-dez.          | Acumulado jan.-dez.  |
| <b>Receita (exceto intraorçamentária) (I)</b> | <b>191.154.993</b> | <b>200.993.033</b> | <b>1.213.655.485</b> | <b>175.950.590</b> | <b>196.690.747</b> | <b>1.098.509.965</b> |
| <b>Receitas correntes</b>                     | <b>172.800.736</b> | <b>183.713.763</b> | <b>1.029.613.467</b> | <b>150.844.692</b> | <b>174.524.956</b> | <b>890.137.033</b>   |
| <b>Receita tributária</b>                     | <b>56.763.043</b>  | <b>57.630.293</b>  | <b>338.648.827</b>   | <b>46.440.169</b>  | <b>55.004.898</b>  | <b>281.814.922</b>   |
| Impostos                                      | 55.919.600         | 56.778.376         | 331.500.737          | 45.765.294         | 54.316.318         | 275.891.197          |
| Taxas                                         | 843.443            | 851.917            | 7.148.091            | 674.875            | 688.580            | 5.923.726            |
| <b>Receita de contribuições</b>               | <b>91.673.318</b>  | <b>102.471.608</b> | <b>545.486.601</b>   | <b>80.494.030</b>  | <b>97.285.701</b>  | <b>475.432.045</b>   |
| Contribuições sociais                         | 88.720.009         | 100.136.147        | 529.788.992          | 78.050.181         | 94.811.356         | 461.902.123          |
| Contribuições econômicas                      | 2.953.309          | 2.335.460          | 15.697.608           | 2.443.848          | 2.474.345          | 13.529.919           |
| <b>Receita patrimonial</b>                    | <b>12.069.439</b>  | <b>10.206.074</b>  | <b>65.708.555</b>    | <b>13.551.026</b>  | <b>10.651.490</b>  | <b>65.241.010</b>    |
| Receitas imobiliárias                         | 173.642            | 159.910            | 965.452              | 143.651            | 217.759            | 849.349              |
| Receitas de valores mobiliários               | 5.628.183          | 4.771.552          | 31.270.843           | 1.895.919          | 7.558.806          | 31.813.252           |
| Receita de concessões e permissões            | 56.890             | 2.105.309          | 3.823.522            | 32.251             | 608.343            | 1.160.359            |
| Compensações financeiras                      | 6.182.754          | 3.126.229          | 29.568.875           | 4.486.191          | 2.265.425          | 24.419.665           |
| Outras receitas patrimoniais                  | -917               | 3.430              | 11.333               | 1.320              | 1.158              | 6.693                |
| <b>Receita agropecuária</b>                   | <b>3.433</b>       | <b>3.429</b>       | <b>21.014</b>        | <b>3.805</b>       | <b>3.811</b>       | <b>20.325</b>        |
| Receita da produção vegetal                   | 1.826              | 1.646              | 11.166               | 2.696              | 2.408              | 12.712               |
| Receita da produção animal e derivados        | 1.603              | 1.785              | 9.844                | 1.117              | 1.363              | 7.567                |
| Outras receitas agropecuárias                 | 4                  | (2)                | 6                    | -8                 | 40                 | 45                   |
| <b>Receita industrial</b>                     | <b>92.915</b>      | <b>78.942</b>      | <b>562.501</b>       | <b>65.723</b>      | <b>169.144</b>     | <b>603.608</b>       |
| Receita da indústria de transformação         | 92.915             | 78.942             | 562.501              | 65.723             | 169.144            | 603.608              |
| <b>Receita de serviços</b>                    | <b>7.561.117</b>   | <b>7.888.676</b>   | <b>47.975.846</b>    | <b>5.980.874</b>   | <b>6.353.552</b>   | <b>40.445.797</b>    |
| <b>Transferências correntes</b>               | <b>98.738</b>      | <b>176.527</b>     | <b>450.680</b>       | <b>31.176</b>      | <b>116.169</b>     | <b>269.189</b>       |
| Transferências intergovernamentais            | 0                  | 0                  | 0                    | 0                  | 0                  | 662                  |
| Transferências de instituições privadas       | 232                | 20.294             | 24.324               | 329                | 14.853             | 16.357               |
| Transferências do exterior                    | 362                | 6.866              | 13.705               | 7.365              | 5.979              | 19.969               |
| Transferências de pessoas                     | 94                 | 98                 | 509                  | 82                 | 119                | 581                  |
| Transferências de convênios                   | 98.016             | 149.239            | 411.900              | 23.322             | 95.159             | 231.225              |
| Transferências para o combate à fome          | 35                 | 29                 | 241                  | 77                 | 59                 | 396                  |
| <b>Outras receitas correntes</b>              | <b>4.533.736</b>   | <b>5.266.974</b>   | <b>30.759.445</b>    | <b>4.255.785</b>   | <b>4.991.711</b>   | <b>26.310.140</b>    |
| Multas e juros de mora                        | 1.865.820          | 2.401.553          | 14.250.143           | 2.196.414          | 2.298.369          | 11.541.503           |
| Indenizações e restituições                   | 466.529            | 1.077.245          | 4.083.697            | 467.260            | 452.987            | 3.456.157            |
| Receita da dívida ativa                       | 872.440            | 872.668            | 4.586.119            | 670.575            | 572.170            | 2.863.558            |
| Receitas diversas                             | 1.328.948          | 915.509            | 7.839.487            | 921.536            | 1.668.185          | 8.448.920            |
| <b>Receitas de capital</b>                    | <b>18.354.257</b>  | <b>17.279.270</b>  | <b>184.042.018</b>   | <b>25.105.898</b>  | <b>22.165.791</b>  | <b>208.372.933</b>   |
| <b>Operações de crédito</b>                   | <b>7.044.339</b>   | <b>3.297.379</b>   | <b>94.201.986</b>    | <b>4.301.180</b>   | <b>10.590.098</b>  | <b>130.494.045</b>   |
| Operações de crédito internas                 | 6.885.464          | 2.668.776          | 91.610.172           | 4.297.643          | 9.553.243          | 126.656.596          |
| Operações de crédito externas                 | 158.875            | 628.603            | 2.591.813            | 3.538              | 1.036.855          | 3.837.450            |
| <b>Alienação de bens</b>                      | <b>145.380</b>     | <b>225.210</b>     | <b>1.936.461</b>     | <b>118.512</b>     | <b>400.185</b>     | <b>797.973</b>       |
| Alienação de bens móveis                      | 128.488            | 150.173            | 1.734.483            | 96.308             | 323.074            | 600.328              |
| Alienação de bens imóveis                     | 16.892             | 75.037             | 201.976              | 22.204             | 77.112             | 197.647              |
| <b>Amortizações de empréstimos</b>            | <b>3.740.758</b>   | <b>5.897.578</b>   | <b>28.945.140</b>    | <b>3.950.424</b>   | <b>4.233.438</b>   | <b>24.799.046</b>    |
| <b>Transferências de capital</b>              | <b>12.206</b>      | <b>20.885</b>      | <b>111.586</b>       | <b>15.674</b>      | <b>11.568</b>      | <b>101.411</b>       |

**Tabela 22**  
**Demonstrativo das Receitas da União**  
**Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – jan.-dez. 2010/2011**

| Receita realizada                                                           | 2011               |                    |                      | 2010               |                    |                      |
|-----------------------------------------------------------------------------|--------------------|--------------------|----------------------|--------------------|--------------------|----------------------|
|                                                                             | Set.-out.          | Nov.-dez.          | Acumulado jan.-dez.  | Set.-out.          | Nov.-dez.          | Acumulado jan.-dez.  |
| Transferências do exterior                                                  | 0                  | 0                  | 0                    | 0                  | 0                  | 0                    |
| Transferências de pessoas                                                   | 0                  | 0                  | 0                    | 0                  | 0                  | 44                   |
| Transferência de outras instituições públicas                               | -81                | 0                  | 20.731               | 0                  | 0                  | 4.977                |
| Transferências de convênios                                                 | 12.288             | 20.885             | 6.076.742            | 15.674             | 11.568             | 96.391               |
| <b>Outras receitas de capital</b>                                           | <b>7.411.575</b>   | <b>7.838.218</b>   | <b>52.860.959</b>    | <b>16.720.108</b>  | <b>6.930.502</b>   | <b>52.180.458</b>    |
| Resultado do Banco Central do Brasil                                        | 0                  | 0                  | 23.469.341           | 11.006.291         | 0                  | 17.680.809           |
| Remuneração das disponibilidades                                            | 7.305.615          | 7.837.927          | 35.269.336           | 5.713.811          | 6.930.328          | 34.499.269           |
| Receita dívida ativa alienação estoques de café                             | 29                 | 237                | 2.141                | 2                  | 9                  | 210                  |
| Receitas de capital diversas <sup>2</sup>                                   | 0                  | 0                  | 0                    | 0                  | 0                  | 0                    |
| <b>Receita (intraorçamentária) (II)</b>                                     | <b>2.255.467</b>   | <b>3.789.315</b>   | <b>15.001.903</b>    | <b>2.102.237</b>   | <b>3.234.936</b>   | <b>12.688.651</b>    |
| <b>Subtotal das receitas (III) = (I+II)</b>                                 | <b>193.410.460</b> | <b>204.782.348</b> | <b>1.228.657.388</b> | <b>178.052.828</b> | <b>199.925.683</b> | <b>803.445.873</b>   |
| <b>Operações de crédito - refinanciamento (IV)</b>                          | <b>63.374.572</b>  | <b>92.426.027</b>  | <b>472.339.493</b>   | <b>86.092.094</b>  | <b>32.981.803</b>  | <b>285.437.861</b>   |
| <b>Operações de crédito internas</b>                                        | <b>63.374.572</b>  | <b>90.171.658</b>  | <b>469.156.545</b>   | <b>83.786.268</b>  | <b>32.981.803</b>  | <b>283.707.466</b>   |
| Mobiliária                                                                  | 63.374.572         | 90.171.658         | 469.156.545          | 83.786.268         | 32.981.803         | 283.707.466          |
| <b>Operações de crédito externas</b>                                        | <b>0</b>           | <b>2.254.369</b>   | <b>3.182.948</b>     | <b>2.305.825</b>   | <b>0</b>           | <b>1.730.395,00</b>  |
| Mobiliária                                                                  | 0                  | 2.254.369          | 3.182.948            | 2.305.825          | 0                  | 1.730.395,00         |
| <b>Subtotal com refinanciamento (V) = (III + IV)</b>                        | <b>256.785.032</b> | <b>297.208.375</b> | <b>1.700.996.881</b> | <b>264.144.922</b> | <b>232.907.486</b> | <b>1.127.174.258</b> |
| <b>Déficit (VI)</b>                                                         | <b>0</b>           | <b>0</b>           | <b>0</b>             | <b>0</b>           | <b>0</b>           | <b>0</b>             |
| <b>Total (VII) = (V + VI)</b>                                               | <b>256.785.032</b> | <b>297.208.375</b> | <b>1.700.996.881</b> | <b>264.144.922</b> | <b>232.907.486</b> | <b>1.127.174.258</b> |
| <b>Saldo de exercícios anteriores (utilizados para créditos adicionais)</b> | <b>-</b>           | <b>-</b>           | <b>-</b>             | <b>-</b>           | <b>-</b>           | <b>-</b>             |

| Receita realizada intraorçamentária   | 2011             |                  |                     | 2010             |                  |                     |
|---------------------------------------|------------------|------------------|---------------------|------------------|------------------|---------------------|
|                                       | Set.-out.        | Nov.-dez.        | Acumulado jan.-dez. | Set.-out.        | Nov.-dez.        | Acumulado jan.-dez. |
| <b>Receitas correntes</b>             | <b>2.070.926</b> | <b>3.217.759</b> | <b>13.527.943</b>   | <b>1.977.835</b> | <b>3.095.073</b> | <b>12.424.387</b>   |
| Receita tributária                    | (2.701)          | 82               | 467                 | 31               | 13               | 195                 |
| Impostos                              | (2.799)          | 36               | 27                  | 6                | 4                | -27                 |
| Taxas                                 | 97               | 46               | 439                 | 25               | 9                | 221                 |
| <b>Receita de contribuições</b>       | <b>2.022.475</b> | <b>3.126.492</b> | <b>13.272.650</b>   | <b>1.947.334</b> | <b>3.041.726</b> | <b>12.223.373</b>   |
| Contribuições sociais                 | 2.022.475        | 3.126.492        | 11.252.366          | 1.947.333        | 3.041.727        | 12.223.343          |
| <b>Receita patrimonial</b>            | <b>3.223</b>     | <b>174</b>       | <b>5.339</b>        | <b>1.296</b>     | <b>-1.508</b>    | <b>2.882</b>        |
| Receitas imobiliárias                 | 511              | 123              | 2.378               | 1.264            | -1.560           | 819                 |
| Receitas de valores mobiliários       | 2.694            | -1               | 2.784               | 11               | 0                | 1.891               |
| Receita de concessões e permissões    | 17               | 52               | 176                 | 21               | 52               | 171                 |
| Compensações financeiras              | 0                | 0                | 0                   | 0                | 0                | 0                   |
| <b>Receita industrial</b>             | <b>43.709</b>    | <b>42.667</b>    | <b>168.580</b>      | <b>22.297</b>    | <b>39.177</b>    | <b>134.019</b>      |
| Receita da indústria de transformação | 43.709           | 42.667           | 168.580             | 22.297           | 39.177           | 134.019             |
| <b>Receita de serviços</b>            | <b>3.696</b>     | <b>13.361</b>    | <b>40.208</b>       | <b>5.999</b>     | <b>14.627</b>    | <b>53.354</b>       |
| <b>Outras receitas correntes</b>      | <b>524</b>       | <b>34.983</b>    | <b>40.699</b>       | <b>878</b>       | <b>1.038</b>     | <b>10.564</b>       |
| Multas e juros de mora                | 62               | -757             | -440                | 33               | 158              | -1.654              |
| Indenizações e restituições           | 324              | 35.606           | 40.642              | 515              | 639              | 7.479               |
| Receitas correntes diversas           | 137              | 134              | 497                 | 330              | 241              | 4.738               |
| <b>Total</b>                          | <b>2.255.467</b> | <b>3.789.315</b> | <b>15.001.903</b>   | <b>2.102.237</b> | <b>3.234.936</b> | <b>12.688.651</b>   |

Fonte: STN.

Elaboração: SEI/Coref.

RREO - Anexo I (LRF, art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º).

(...) Não disponível até dezembro.

**Tabela 23**  
**Demonstrativo das Despesas da União**  
**Orçamentos fiscal e da Seguridade Social – jan.-dez. 2010/2011**

| Despesa executada                                    | 2011               |                    |                      | 2010               |                    |                      |
|------------------------------------------------------|--------------------|--------------------|----------------------|--------------------|--------------------|----------------------|
|                                                      | Set.-out.          | Nov.-dez.          | Acumulado jan.-dez.  | Set.-out.          | Nov.-dez.          | Acumulado jan.-dez.  |
| <b>Despesas (exceto intraorçamentária) (VIII)</b>    | <b>176.643.395</b> | <b>212.164.393</b> | <b>1.473.216.033</b> | <b>150.795.185</b> | <b>183.643.067</b> | <b>932.921.097</b>   |
| <b>Despesas correntes</b>                            | <b>135.011.666</b> | <b>182.180.020</b> | <b>1.227.624.221</b> | <b>123.766.094</b> | <b>160.709.232</b> | <b>801.116.180</b>   |
| Pessoal e encargos sociais                           | 27.653.702         | 36.469.289         | 182.670.095          | 26.223.825         | 35.725.925         | 154.241.290          |
| Juros e encargos da dívida                           | 5.556.687          | 19.910.774         | 218.314.839          | 6.836.306          | 15.443.121         | 135.219.441          |
| Outras despesas correntes                            | 101.801.277        | 125.799.957        | 826.639.287          | 90.705.963         | 109.540.187        | 511.655.448          |
| Transferência a estados, df e municípios             | 34.286.838         | 46.544.752         | 350.591.731          | 30.229.932         | 38.711.513         | 173.764.610          |
| Benefícios previdenciários                           | 42.739.647         | 50.374.592         | 273.618.023          | 38.149.207         | 46.133.195         | 226.954.109          |
| Demais despesas correntes                            | 24.774.791         | 28.880.613         | 202.429.532          | 22.326.825         | 24.695.479         | 110.936.731          |
| <b>Despesas de capital</b>                           | <b>41.631.729</b>  | <b>29.984.373</b>  | <b>245.591.812</b>   | <b>27.029.090</b>  | <b>22.933.835</b>  | <b>131.804.919</b>   |
| Investimentos                                        | 3.102.042          | 7.921.680          | 24.809.193           | 4.095.147          | 9.648.750          | 22.112.487           |
| Inversões financeiras                                | 4.531.017          | 7.967.991          | 48.705.456           | 4.923.272          | 6.598.597          | 26.614.298           |
| Amortização da dívida                                | 33.998.670         | 14.094.702         | 172.077.162          | 18.010.671         | 6.686.487          | 83.078.130           |
| <b>Reserva de contingência</b>                       | <b>0</b>           | <b>0</b>           | <b>0</b>             | <b>0</b>           | <b>0</b>           | <b>0</b>             |
| <b>Despesas (intraorçamentárias) (IX)</b>            | <b>2.576.453</b>   | <b>4.220.514</b>   | <b>18.097.314</b>    | <b>2.496.655</b>   | <b>3.835.738</b>   | <b>13.928.814</b>    |
| <b>Despesas correntes</b>                            | <b>2.391.298</b>   | <b>3.730.500</b>   | <b>15.679.063</b>    | <b>2.341.797</b>   | <b>3.672.024</b>   | <b>13.306.997</b>    |
| Pessoal e encargos sociais                           | 2.278.919          | 3.507.864          | 14.904.886           | 2.187.914          | 3.479.790          | 12.731.187           |
| Outras despesas correntes                            | 112.379            | 222.636            | 774.178              | 153.883            | 192.233            | 575.808              |
| Demais despesas correntes                            | 112.379            | 222.636            | 774.178              | 153.883            | 192.233            | 575.808              |
| <b>Despesas de capital</b>                           | <b>185.154</b>     | <b>490.014</b>     | <b>2.418.251</b>     | <b>154.857</b>     | <b>163.714</b>     | <b>621.816</b>       |
| Investimentos                                        | 6.424              | 17.758             | 60.021               | 4.997              | 12.838             | 21.132               |
| Inversões financeiras                                | 178.730            | 472.255            | 2.358.229            | 149.861            | 150.876            | 600.686              |
| <b>Subtotal das despesas (X) = (VIII + IX)</b>       | <b>179.219.848</b> | <b>216.384.907</b> | <b>1.491.313.347</b> | <b>153.291.839</b> | <b>187.478.805</b> | <b>946.849.911</b>   |
| <b>Amortização da dívida - refinanciamento (XI)</b>  | <b>17.929.855</b>  | <b>63.571.713</b>  | <b>959.540.347</b>   | <b>57.383.495</b>  | <b>14.526.203</b>  | <b>424.341.033</b>   |
| <b>Amortização da dívida interna</b>                 | <b>12.915.376</b>  | <b>63.375.972</b>  | <b>937.104.238</b>   | <b>54.422.327</b>  | <b>12.990.196</b>  | <b>413.994.720</b>   |
| Dívida mobiliária                                    | 12.915.376         | 63.375.972         | 937.104.238          | 54.422.224         | 12.990.116         | 413.993.227          |
| Outras dívidas                                       | 0                  | 0                  | 0                    | 103                | 80                 | 1.493                |
| <b>Amortização da dívida externa</b>                 | <b>5.014.479</b>   | <b>195.740</b>     | <b>22.436.107</b>    | <b>2.961.168</b>   | <b>1.536.007</b>   | <b>10.346.314</b>    |
| Dívida mobiliária                                    | 107.931            | -13.794            | 8.396.832            | 2.447.221          | 1.029.702          | 8.369.443            |
| Outras dívidas                                       | 4.906.549          | 209.534            | 14.039.278           | 513.947            | 506.305            | 1.976.872            |
| <b>Subtotal com refinanciamento (XII) = (X + XI)</b> | <b>197.149.703</b> | <b>279.956.620</b> | <b>2.450.853.694</b> | <b>210.675.334</b> | <b>202.005.008</b> | <b>1.371.190.944</b> |
| <b>Superávit (XIII)</b>                              | <b>0</b>           | <b>0</b>           | <b>0</b>             | <b>0</b>           | <b>0</b>           | <b>0</b>             |
| <b>Total (XIV) = (XII + XIII)</b>                    | <b>197.149.703</b> | <b>279.956.620</b> | <b>2.450.853.694</b> | <b>210.675.334</b> | <b>202.005.008</b> | <b>1.371.190.944</b> |

Fonte: STN.

Elaboração: SEI/Coref.

RREO - Anexo I (LRF, art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º).

(...) Não disponível até Dezembro.

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As Despesas liquidadas são consideradas.

## Estado

(Continua)

**Tabela 24**  
**Balanco Orçamentário – Receita**  
**Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – jan.-dez. 2010/2011**

(R\$ 1,00)

| Receita realizada                                 | 2011                 |                      |                       | 2010                 |                      |                       |
|---------------------------------------------------|----------------------|----------------------|-----------------------|----------------------|----------------------|-----------------------|
|                                                   | Set.-out.            | Nov.-dez.            | Acumulado jan.-dez.   | Set.-out.            | Nov.-dez.            | Acumulado jan.-dez.   |
| <b>Receitas (exceto intraorçamentárias) (I)</b>   | <b>3.932.990.193</b> | <b>4.999.851.368</b> | <b>25.298.872.994</b> | <b>3.695.381.517</b> | <b>4.381.778.050</b> | <b>23.304.307.249</b> |
| <b>Receitas correntes</b>                         | <b>3.874.630.460</b> | <b>4.538.909.303</b> | <b>24.386.224.028</b> | <b>3.523.886.790</b> | <b>3.931.059.142</b> | <b>21.978.446.838</b> |
| <b>Receita tributária</b>                         | <b>2.409.461.721</b> | <b>2.583.178.688</b> | <b>14.183.218.585</b> | <b>2.162.286.068</b> | <b>2.251.835.671</b> | <b>12.876.988.651</b> |
| Impostos                                          | 2.300.523.980        | 2.476.982.659        | 13.612.102.648        | 2.066.848.325        | 2.156.979.112        | 12.405.124.942        |
| Taxas                                             | 108.937.741          | 106.196.029          | 571.115.938           | 95.437.743           | 94.856.559           | 471.863.708           |
| Contribuição de melhoria                          | -                    | -                    | 0                     | -                    | -                    | 0                     |
| <b>Receita de contribuições</b>                   | <b>268.340.920</b>   | <b>355.475.717</b>   | <b>1.599.077.129</b>  | <b>230.303.941</b>   | <b>286.639.061</b>   | <b>1.384.473.939</b>  |
| Contribuições sociais                             | 268.340.920          | 355.475.717          | 1.599.077.129         | 230.303.941          | 286.639.061          | 1.384.473.939         |
| Contribuições econômicas                          | -                    | -                    | 0                     | -                    | -                    | 0                     |
| <b>Receita patrimonial</b>                        | <b>64.496.842</b>    | <b>84.882.142</b>    | <b>416.363.848</b>    | <b>43.742.309</b>    | <b>70.942.966</b>    | <b>476.768.199</b>    |
| Receitas imobiliárias                             | 5.070.212            | 12.446.669           | 36.889.410            | 4.667.747            | 13.512.102           | 32.593.049            |
| Receitas de valores mobiliários                   | 42.017.049           | 55.761.669           | 322.357.844           | 38.693.780           | 54.563.464           | 237.832.964           |
| Receitas de concessões e permissões               | 204.080              | 9.023.139            | 11.220.026            | 366.607              | 795.674              | 3.991.353             |
| Outras receitas patrimoniais                      | 17.205.501           | -                    | 17.245.042            | 14.175               | 2.071.726            | 2.152.650             |
| <b>Receita agropecuária</b>                       | <b>36.643</b>        | <b>8 513.145</b>     | <b>21.195.433</b>     | <b>69.378</b>        | <b>45.036</b>        | <b>203.171</b>        |
| Receita da produção vegetal                       | 3.769                | 1.516                | 13.454                | 482                  | 1.014                | 6.361                 |
| Receita da produção animal e derivados            | 32.071               | 78.723               | 255.496               | 65.558               | 41.908               | 178.939               |
| Outras receitas agropecuárias                     | 803                  | 4.892                | 21.859                | 3.338                | 2.114                | 17.871                |
| <b>Receita industrial</b>                         | <b>10.759</b>        | <b>22.752</b>        | <b>69.870</b>         | <b>11.188</b>        | <b>9.076</b>         | <b>28.653</b>         |
| Receita da indústria de transformação             | 10.759               | 22.752               | 71.073                | 11.188               | 9.076                | 28.653                |
| Receita da indústria de construção                | -                    | -                    | 2.915                 | -                    | -                    | 0                     |
| Outras receitas industriais                       | -                    | -                    | 0                     | -                    | -                    | 0                     |
| <b>Receita de serviços</b>                        | <b>9.689.739</b>     | <b>12.952.659</b>    | <b>87.100.081</b>     | <b>21.391.726</b>    | <b>18.370.470</b>    | <b>95.316.871</b>     |
| <b>Transferências correntes</b>                   | <b>1.479.370.128</b> | <b>1.864.189.059</b> | <b>10.139.368.702</b> | <b>1.361.664.658</b> | <b>1.665.942.681</b> | <b>8.818.200.368</b>  |
| Transferências intergovernamentais                | 1.445.339.751        | 1.846.063.496        | 9.997.246.007         | 1.349.305.408        | 1.622.917.405        | 8.659.776.976         |
| Transferências de instituições privadas           | 366                  | 30.294               | 48.005                | -                    | 831.071              | 950.614               |
| Transferências do exterior                        | -                    | 120                  | 226.370               | -                    | 186.845              | 192.595               |
| Transferências de pessoas                         | -                    | -                    | 0                     | -                    | -                    | 0                     |
| Transferências de convênios                       | 34.030.011           | 18.095.149           | 141.848.320           | 12.359.250           | 42.007.359           | 157.280.182           |
| Transferências para o combate à fome              | -                    | -                    | 0                     | -                    | -                    | 0                     |
| <b>Outras receitas correntes</b>                  | <b>130.233.796</b>   | <b>200.814.292</b>   | <b>1.014.923.299</b>  | <b>133.911.261</b>   | <b>126.342.317</b>   | <b>1.000.024.923</b>  |
| Multas e juros de mora                            | 31.313.081           | 83.589.325           | 232.500.110           | 28.676.901           | 28.181.280           | 153.836.968           |
| Indenizações e restituições                       | 8.784.693            | 7.068.568            | 40.693.801            | 5.691.835            | 5.977.209            | 61.639.875            |
| Receita da dívida ativa                           | 4.058.474            | 31.913.017           | 44.438.240            | 5.157.036            | 6.094.036            | 131.902.206           |
| Receitas diversas                                 | 86.077.547           | 78.243.382           | 695.133.189           | 94.385.490           | 86.089.791           | 652.645.875           |
| <b>Conta retificadora da receita orçamentária</b> | <b>-487.010.088</b>  | <b>-562.691.137</b>  | <b>-1.023.012.002</b> | <b>-429.493.738</b>  | <b>-489.068.136</b>  | <b>-848.714.179</b>   |
| <b>Receitas de capital</b>                        | <b>58.359.732</b>    | <b>460.942.065</b>   | <b>912.648.966</b>    | <b>171.494.727</b>   | <b>450.718.909</b>   | <b>1.325.860.411</b>  |
| <b>Operações de crédito</b>                       | <b>19.930.383</b>    | <b>325.889.218</b>   | <b>448.565.185</b>    | <b>21.574.012</b>    | <b>352.421.555</b>   | <b>652.242.417</b>    |
| Operações de crédito internas                     | 2.529.616            | 302.858.670          | 376.101.371           | 5.323.009            | 265.990.283          | 472.332.064           |
| Operações de crédito externas                     | 17.400.767           | 23.030.548           | 72.463.814            | 16.251.003           | 86.431.272           | 179.910.354           |
| <b>Alienação de bens</b>                          | <b>833.638</b>       | <b>3.624.105</b>     | <b>8.339.188</b>      | <b>3.172.403</b>     | <b>7.131.008</b>     | <b>12.662.975</b>     |
| Alienação de bens móveis                          | 516.385              | 2.863.146            | 5.064.867             | 1.419.342            | 2.230.885            | 5.643.325             |
| Alienação de bens imóveis                         | 317.253              | 760.959              | 3.274.321             | 1.753.061            | 4.900.123            | 7.019.651             |

(Conclusão)

**Tabela 24**  
**Balanço Orçamentário – Receita**  
**Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – jan.-dez. 2010/2011**

(R\$ 1,00)

| Receita realizada                                     | 2011                 |                      |                       | 2010                 |                      |                       |
|-------------------------------------------------------|----------------------|----------------------|-----------------------|----------------------|----------------------|-----------------------|
|                                                       | Set.-out.            | Nov.-dez.            | Acumulado jan.-dez.   | Set.-out.            | Nov.-dez.            | Acumulado jan.-dez.   |
| Amortização de empréstimos                            | 18.083.835           | 16.238.858           | 93.369.452            | 13.276.593           | 13.648.838           | 75.725.635            |
| <b>Amortização de empréstimos</b>                     | <b>18.083.835</b>    | <b>16.238.858</b>    | <b>93.369.452</b>     | <b>13.276.593</b>    | <b>13.648.838</b>    | <b>75.725.635</b>     |
| <b>Transferências de capital</b>                      | <b>19.511.876</b>    | <b>115.189.884</b>   | <b>362.375.141</b>    | <b>133.471.718</b>   | <b>77.517.508</b>    | <b>585.211.246</b>    |
| Transferências intergovernamentais                    | 217.801              | 7.254.110            | 8.841.870             | -                    | 48.562               | 23.082.397            |
| Transferências de instituições privadas               | -                    | -                    | 0                     | -                    | 69.990               | 69.990                |
| Transferências do exterior                            | -                    | -                    | 0                     | -                    | -                    | 0                     |
| Transferências de pessoas                             | -                    | -                    | 0                     | -                    | -                    | 0                     |
| Transferências de outras instituições públicas        | -                    | -                    | 0                     | -                    | -                    | 0                     |
| Transferências de convênios                           | 19.294.075           | 107.935.774          | 353.533.271           | 133.471.718          | 77.398.956           | 562.058.859           |
| Transferências para o combate à fome                  | -                    | -                    | 0                     | -                    | -                    | 0                     |
| Outras receitas de capital                            | -                    | -                    | 0                     | -                    | -                    | 18.138                |
| Integralização do capital social                      | -                    | -                    | 0                     | -                    | -                    | 0                     |
| Dív. Atv. Prov. Da amortiz. De emp. E financ.         | -                    | -                    | 0                     | -                    | -                    | 0                     |
| Restituições                                          | -                    | -                    | 0                     | 0                    | 0                    | 0                     |
| Outras receitas                                       | -                    | -                    | 0                     | -                    | -                    | 18.138                |
| <b>Receitas (intraorçamentárias) (II)</b>             | <b>281.910.524</b>   | <b>437.820.805</b>   | <b>1.775.662.478</b>  | <b>247.748.562</b>   | <b>348.255.284</b>   | <b>1.554.880.503</b>  |
| <b>Subtotal das receitas (III) = (I + II)</b>         | <b>4.214.900.717</b> | <b>5.437.672.173</b> | <b>27.074.535.472</b> | <b>3.943.130.079</b> | <b>4.730.033.334</b> | <b>24.859.187.752</b> |
| <b>Operações de crédito - refinanciamento (IV)</b>    | -                    | -                    | -                     | -                    | -                    | <b>0</b>              |
| <b>Operações de crédito internas</b>                  | -                    | -                    | -                     | -                    | -                    | <b>0</b>              |
| Para refinanciamento da dívida mobiliária             | -                    | -                    | -                     | -                    | -                    | 0                     |
| Para refinanciamento da dívida contratual             | -                    | -                    | -                     | -                    | -                    | 0                     |
| <b>Operações de crédito externas</b>                  | -                    | -                    | -                     | -                    | -                    | <b>0</b>              |
| Para refinanciamento da dívida mobiliária             | -                    | -                    | -                     | -                    | -                    | 0                     |
| Para refinanciamento da dívida contratual             | -                    | -                    | -                     | -                    | -                    | 0                     |
| <b>Subtotal com refinanciamentos (V) = (III + IV)</b> | <b>4.214.900.717</b> | <b>5.437.672.173</b> | <b>27.074.535.472</b> | <b>3.943.130.079</b> | <b>4.730.033.334</b> | <b>24.859.187.752</b> |
| <b>Déficit (VI)</b>                                   | <b>0</b>             | -                    | -                     | -                    | -                    | <b>0</b>              |
| <b>Total (VII) = (V + VI)</b>                         | <b>4.214.900.717</b> | <b>5.437.672.173</b> | <b>17.421.962.583</b> | <b>3.943.130.079</b> | <b>4.730.033.334</b> | <b>24.859.187.752</b> |
| <b>Saldos de exercícios anteriores</b>                | -                    | -                    | -                     | -                    | -                    | <b>0</b>              |

| Receita realizada intraorçamentária | Set.-out.          | Nov.-dez.          | Acumulado jan.-dez.  | Receitas realizadas |                    |                      |
|-------------------------------------|--------------------|--------------------|----------------------|---------------------|--------------------|----------------------|
|                                     |                    |                    |                      | Set.-out.           | Nov.-dez.          | Acumulado jan.-dez.  |
| <b>Receitas correntes</b>           | <b>281.910.524</b> | <b>437.820.805</b> | <b>1.775.662.478</b> | <b>247.748.562</b>  | <b>348.255.284</b> | <b>1.554.880.503</b> |
| <b>Receita de contribuições</b>     | <b>268.866.906</b> | <b>416.100.193</b> | <b>1.734.447.556</b> | <b>244.001.067</b>  | <b>346.162.885</b> | <b>1.544.860.401</b> |
| Contribuições sociais               | 268.866.906        | 416.100.193        | 1.734.447.556        | 244.001.067         | 346.162.885        | 1.544.860.401        |
| <b>Receita de serviços</b>          | <b>13.043.617</b>  | <b>21.720.612</b>  | <b>41.214.922</b>    | <b>3.747.495</b>    | <b>2.092.399</b>   | <b>10.020.103</b>    |
| <b>Total</b>                        | <b>281.910.524</b> | <b>437.820.805</b> | <b>1.775.662.478</b> | <b>247.748.562</b>  | <b>348.255.284</b> | <b>1.554.880.503</b> |

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia.

Elaboração: SEI/Coref.

RREO – Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea “a” do inciso II e §1º)

**Tabela 25**  
**Balço Orçamentário – Despesa**  
**Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – jan.-dez. 2010/2011**

(R\$ 1,00)

| Despesa executada                                    | 2011                 |                      |                       | 2010                 |                      |                       |
|------------------------------------------------------|----------------------|----------------------|-----------------------|----------------------|----------------------|-----------------------|
|                                                      | Set.-out.            | Nov.-dez.            | Acumulado jan.-dez.   | Set.-out.            | Nov.-dez.            | Acumulado jan.-dez.   |
| <b>Despesas (exceto intraorçamentárias) (I)</b>      | <b>3.844.020.286</b> | <b>6.106.024.465</b> | <b>25.099.462.892</b> | <b>3.247.753.220</b> | <b>4.367.124.903</b> | <b>21.936.466.425</b> |
| <b>Despesas correntes</b>                            | <b>3.490.514.684</b> | <b>5.164.287.674</b> | <b>22.061.457.200</b> | <b>2.862.697.361</b> | <b>3.641.655.388</b> | <b>18.942.132.322</b> |
| Pessoal e encargos sociais                           | 1.691.403.996        | 2.608.370.222        | 11.368.204.548        | 1.438.795.457        | 1.917.483.126        | 9.784.930.682         |
| Juros e encargos da dívida                           | 86.461.155           | 104.280.645          | 503.486.354           | 79.972.464           | 111.346.626          | 508.618.332           |
| Outras despesas correntes                            | 1.712.649.533        | 2.451.636.806        | 10.189.766.298        | 1.343.929.440        | 1.612.825.635        | 8.648.583.308         |
| Transferências a municípios                          | 595.298.321          | 617.104.461          | 3.567.638.147         | 482.826.930          | 449.043.603          | 3.095.683.535         |
| Demais despesas correntes                            | 1.117.351.212        | 1.834.532.345        | 6.622.128.151         | 861.102.509          | 1.163.782.032        | 5.552.899.773         |
| <b>Despesas de capital</b>                           | <b>353.505.602</b>   | <b>941.736.791</b>   | <b>3.038.005.692</b>  | <b>385.055.859</b>   | <b>725.469.516</b>   | <b>2.994.334.103</b>  |
| Investimentos                                        | 191.849.133          | 673.041.213          | 1.721.802.003         | 224.389.302          | 482.549.175          | 1.828.612.750         |
| Inversões financeiras                                | 24.006.983           | 95.026.599           | 404.295.425           | 21.165.012           | 75.629.082           | 263.365.336           |
| Amortização da dívida                                | 137.649.486          | 173.668.980          | 911.908.264           | 139.501.544          | 167.291.259          | 902.356.017           |
| <b>Reserva de contingência</b>                       | <b>-</b>             | <b>-</b>             | <b>0</b>              | <b>-</b>             | <b>-</b>             | <b>0</b>              |
| <b>Reserva do rpps</b>                               | <b>-</b>             | <b>-</b>             | <b>0</b>              | <b>-</b>             | <b>-</b>             | <b>0</b>              |
| <b>Despesas (intraorçamentárias) (II)</b>            | <b>242.105.648</b>   | <b>466.154.908</b>   | <b>1.774.655.213</b>  | <b>206.083.781</b>   | <b>286.013.754</b>   | <b>1.436.473.030</b>  |
| <b>Subtotal das despesas (III)=(I + II)</b>          | <b>4.086.125.933</b> | <b>6.572.179.373</b> | <b>26.874.118.104</b> | <b>3.453.837.001</b> | <b>4.653.138.658</b> | <b>23.372.939.455</b> |
| <b>Amortização da dívida / refinanciamento(IV)</b>   | <b>0</b>             | <b>0</b>             | <b>0</b>              | <b>-</b>             | <b>-</b>             | <b>0</b>              |
| <b>Amortização da dívida interna</b>                 | <b>0</b>             | <b>0</b>             | <b>0</b>              | <b>-</b>             | <b>-</b>             | <b>0</b>              |
| Dívida mobiliária                                    | 0                    | 0                    | 0                     | -                    | -                    | 0                     |
| Outras dívidas                                       | 0                    | 0                    | 0                     | -                    | -                    | 0                     |
| <b>Amortização da dívida externa</b>                 | <b>0</b>             | <b>0</b>             | <b>0</b>              | <b>-</b>             | <b>-</b>             | <b>0</b>              |
| Dívida mobiliária                                    | 0                    | 0                    | 0                     | -                    | -                    | 0                     |
| Outras dívidas                                       | 0                    | 0                    | 0                     | -                    | -                    | 0                     |
| <b>Subtotal com refinanciamento (V) = (III + IV)</b> | <b>4.086.125.933</b> | <b>6.572.179.373</b> | <b>26.874.118.104</b> | <b>3.453.837.001</b> | <b>4.653.138.658</b> | <b>23.372.939.455</b> |
| <b>Superávit (VI)</b>                                | <b>0</b>             | <b>0</b>             | <b>0</b>              | <b>-</b>             | <b>-</b>             | <b>0</b>              |
| <b>Total (VIII) = (V + VI)</b>                       | <b>4.086.125.933</b> | <b>6.572.179.373</b> | <b>26.874.118.104</b> | <b>3.453.837.001</b> | <b>4.653.138.658</b> | <b>23.372.939.455</b> |

| Despesa intraorçamentária  | 2011               |                    |                      | 2010               |                    |                      |
|----------------------------|--------------------|--------------------|----------------------|--------------------|--------------------|----------------------|
|                            | Set.-out.          | Nov.-dez.          | Acumulado Jan.-dez.  | Set.-out.          | Nov.-dez.          | Acumulado jan.-dez.  |
| <b>Despesas correntes</b>  | <b>242.105.648</b> | <b>466.154.908</b> | <b>1.774.655.213</b> | <b>206.083.781</b> | <b>286.013.754</b> | <b>1.436.407.717</b> |
| Pessoal e encargos sociais | 202.946.069        | 368.821.768        | 1.451.294.316        | 202.749.887        | 283.311.042        | 1.272.327.120        |
| Outras despesas correntes  | 39.159.578         | 97.333.139         | 323.360.896          | 3.333.894          | 2.702.713          | 164.080.596          |
| <b>Despesas de capital</b> | <b>-</b>           | <b>-</b>           | <b>0</b>             | <b>-</b>           | <b>-</b>           | <b>65.313</b>        |
| Investimentos              | -                  | -                  | 0                    | -                  | -                  | 65.313               |
| <b>Total</b>               | <b>242.105.648</b> | <b>466.154.908</b> | <b>1.774.655.213</b> | <b>206.083.781</b> | <b>286.013.754</b> | <b>1.436.473.030</b> |

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia.

Elaboração: SEI/Coref.

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As Despesas liquidadas são consideradas.

RREO – Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea "b" do inciso II e §1º) – LEI 9.394/96, Art. 72 – Anexo X.

**Tabela 26**  
**Receita tributária mensal – Bahia – jan. 2010-dez. 2011**

(R\$ 1.000)

| Meses        | ICMS              |                   | Outras         |                | Total             |                   |
|--------------|-------------------|-------------------|----------------|----------------|-------------------|-------------------|
|              | 2010              | 2011              | 2010           | 2011           | 2010              | 2011              |
| Janeiro      | 1.022.833         | 1.068.262         | 28.914         | 33.796         | 1.051.747         | 1.102.058         |
| Fevereiro    | 878.417           | 976.280           | 68.300         | 82.396         | 946.717           | 1.058.676         |
| Março        | 861.232           | 972.307           | 63.356         | 67.563         | 924.588           | 1.039.870         |
| Abril        | 1.019.653         | 1.042.697         | 68.415         | 75.399         | 1.088.068         | 1.118.096         |
| Maio         | 1.217.826         | 1.073.270         | 87.614         | 108.648        | 1.305.441         | 1.181.918         |
| Junho        | 935.344           | 1.044.759         | 101.402        | 133.931        | 1.036.746         | 1.178.690         |
| Julho        | 923.428           | 1.032.362         | 99.145         | 108.188        | 1.022.573         | 1.140.550         |
| Agosto       | 925.129           | 1.138.886         | 100.193        | 115.013        | 1.025.323         | 1.253.898         |
| Setembro     | 997.821           | 1.087.114         | 89.678         | 102.862        | 1.087.499         | 1.189.976         |
| Outubro      | 977.296           | 1.085.320         | 54.714         | 58.272         | 1.032.010         | 1.143.592         |
| Novembro     | 996.166           | 1.133.331         | 40.226         | 44.849         | 1.036.392         | 1.178.180         |
| Dezembro     | 1.040.040         | 1.228.235         | 59.035         | 65.096         | 1.099.075         | 1.293.331         |
| <b>Total</b> | <b>11.795.187</b> | <b>12.882.824</b> | <b>860.993</b> | <b>996.011</b> | <b>12.656.180</b> | <b>13.878.835</b> |

Fonte: Sefaz–Balancetes mensais.  
Elaboração: SEI.

(Continua)

**Tabela 27**  
**Arrecadação mensal do ICMS, por Unidades da Federação**  
**Brasil – jan.-dez. 2010/2011**

| Unidade da<br>federação | 2011                 |                       |                   |                       |                       |                   |                   |                   |                       |                       |                       |                       |
|-------------------------|----------------------|-----------------------|-------------------|-----------------------|-----------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
|                         | Jan.                 | Fev.                  | Mar.              | Abr.                  | Mai                   | Jun.              | Jul.              | Ago.              | Set.                  | Out.                  | Nov.                  | Dez.                  |
| <b>Norte</b>            | <b>1.405.084</b>     | <b>1.294.100 (i)</b>  | <b>1.092.714</b>  | <b>1.109.854</b>      | <b>1.119.408</b>      | <b>1.052.882</b>  | <b>929.499</b>    | <b>1.253.923</b>  | <b>1.489.411 (i)</b>  | <b>1.502.590 (i)</b>  | <b>1.370.272 (i)</b>  | <b>1.298.643</b>      |
| Acre                    | 49.509               | 55.925                | 53.909            | 48.861                | 45.574                | 46.098            | 48.113            | 46.924            | 50.259                | 45.830                | 45.472                | 49.361                |
| Amazonas                | 469.235              | 452.890               | 457.396           | 454.000               | 481.523               | 461.413           | 0                 | 532.814           | 507.948               | 503.806               | 549.611               | 554.734               |
| Pará                    | 475.572              | 442.085               | 421.472           | 439.113               | 421.532               | 464.799           | 513.490           | 514.681           | 513.442               | 481.998               | 514.660               | 525.301               |
| Rondônia                | 227.274              | 182.410 (i)           | 181               | 186                   | 204                   | 0                 | 223.521           | 0                 | 222.491 (i)           | 271.721 (i)           | 207.930 (i)           | 0                     |
| Amapá                   | 42.548               | 37.410                | 34.828            | 36.879                | 34.930                | 41.357            | 37.583            | 45.119            | 46.570                | 49.893                | 52.600                | 50.895                |
| Roraima                 | 34.988               | 32.139                | 33.261            | 34.343                | 35.769                | 36.154            | 0                 | 0                 | 35.688 (i)            | 36.604                | 0                     | 0                     |
| Tocantins               | 105.958              | 91.241                | 91.667            | 96.471                | 99.877                | 3.060             | 106.791           | 114.386           | 113.013               | 112.737               | 0                     | 118.353               |
| <b>Nordeste</b>         | <b>3.854.590 (i)</b> | <b>3.175.772</b>      | <b>3.198.090</b>  | <b>3.455.657 (i)</b>  | <b>3.685.716</b>      | <b>3.696.540</b>  | <b>3.765.104</b>  | <b>3.932.898</b>  | <b>3.704.780</b>      | <b>3.714.203</b>      | <b>3.814.862 (i)</b>  | <b>2.959.343 (i)</b>  |
| Maranhão                | 279.147              | 250.500               | 255.084           | 268.331               | 254.378               | 272.346           | 277.188           | 296.849           | 315.600               | 305.896               | 312.121               | 324.928               |
| Piauí                   | 180.784              | 176.710               | 148.230           | 165.151               | 160.353               | 157.504           | 189.514           | 186.740           | 180.245               | 181.039               | 179.628               | 182.326               |
| Ceará                   | 569.613              | 503.253               | 507.648           | 517.117               | 521.613               | 552.248           | 563.076           | 590.169           | 606.395               | 616.394               | 623.699               | 623.609               |
| Rio Grande do Norte     | 241.446              | 0                     | 0                 | 246.963 (i)           | 306.689               | 250.304           | 266.971           | 275.028           | 278.585               | 277.275               | 255.058 (i)           | 298.130               |
| Paraíba                 | 250.930              | 238.269               | 221.736           | 225.461               | 228.618               | 235.638           | 239.816           | 239.664           | 0                     | 0                     | 0                     | 241.150               |
| Pernambuco              | 865.272              | 830.231               | 739.348           | 769.969               | 763.600               | 805.881           | 846.155           | 817.891           | 853.146               | 868.194               | 871.992               | 894.195               |
| Alagoas                 | 205.950              | 19.542                | 176.772           | 191.036 (i)           | 196.403               | 169.637           | 167.983           | 189.831           | 176.947               | 174.041               | 219.795               | 208.873 (i)           |
| Sergipe                 | 183.638              | 152.931               | 150.019           | 0                     | 152.345               | 157.697           | 156.859           | 156.502           | 164.322               | 168.129               | 214.092               | 186.132               |
| Bahia                   | 1.077.809            | 1.004.337             | 999.252           | 1.071.629             | 1.101.716             | 1.095.286         | 1.058.541         | 1.180.223         | 1.129.548             | 1.123.236             | 1.138.479             | 0                     |
| <b>Sudeste</b>          | <b>13.076.777</b>    | <b>12.568.474</b>     | <b>4.894.979</b>  | <b>13.556.979 (i)</b> | <b>13.443.308 (i)</b> | <b>13.776.850</b> | <b>13.382.584</b> | <b>13.933.476</b> | <b>14.417.554</b>     | <b>14.169.313</b>     | <b>14.157.295</b>     | <b>14.786.320</b>     |
| Minas Gerais            | 2.356.876            | 2.133.220             | 2.233.889         | 2.461.272             | 2.148.502 (i)         | 2.482.334         | 2.441.145         | 2.488.538         | 2.589.990             | 2.549.456             | 2.545.423             | 2.788.468             |
| Espírito Santo          | 683.838              | 650.773               | 642.345           | 746.463 (i)           | 645.963               | 775.542           | 687.940           | 726.236           | 756.450               | 715.794               | 717.134               | 0                     |
| Rio de Janeiro          | 2.214.239            | 1.894.126             | 2.018.745         | 1.996.916             | 2.159.657             | 2.135.001         | 1.925.069         | 2.095.246         | 2.129.816             | 2.096.364             | 2.217.101             | 2.272.286             |
| São Paulo               | 7.821.823            | 7.890.355             | 0                 | 8.352.328             | 8.489.187             | 8.383.973         | 8.328.430         | 8.623.455         | 8.941.298             | 8.807.699             | 8.677.637             | 9.725.566             |
| <b>Sul</b>              | <b>2.679.422</b>     | <b>1.434.280</b>      | <b>2.595.236</b>  | <b>1.237.058</b>      | <b>3.762.733</b>      | <b>3.757.516</b>  | <b>3.781.063</b>  | <b>4.059.542</b>  | <b>4.089.186 (i)</b>  | <b>4.481.317</b>      | <b>4.495.418</b>      | <b>1.251.620</b>      |
| Paraná                  | 0                    | 0                     | 1.140.104         | 1.237.058             | 1.268.690             | 1.276.696         | 1.267.566         | 1.304.967         | 1.411.287             | 1.514.062             | 1.457.754             | 0                     |
| Santa Catarina          | 1.014.916            | 0                     | 0                 | 0                     | 954.360               | 955.935           | 931.177           | 1.069.035         | 1.040.982 (i)         | 1.246.362             | 1.244.435             | 1.251.620             |
| Rio Grande do Sul       | 1.664.506            | 1.434.280             | 1.455.132         | 0                     | 1.539.683             | 1.524.884         | 1.582.319         | 1.685.540         | 1.636.917             | 1.720.893             | 1.793.228             | 0                     |
| <b>Centro-oeste</b>     | <b>1.709.707</b>     | <b>1.578.550</b>      | <b>2.057.234</b>  | <b>2.059.814</b>      | <b>2.021.698</b>      | <b>1.755.340</b>  | <b>2.109.775</b>  | <b>2.198.406</b>  | <b>2.260.853</b>      | <b>2.196.714</b>      | <b>2.248.081</b>      | <b>2.844.025</b>      |
| Mato Grosso             | 454.904              | 368.294               | 451.669           | 521.864               | 471.882               | 492.904           | 484.729           | 506.327           | 534.936               | 510.074               | 527.616               | 489.473               |
| Mato Grosso do Sul      | 422.774              | 383.334               | 422.255           | 431.581               | 426.201               | 0                 | 435.110           | 465.155           | 484.410               | 469.865               | 557.107               | 474.668               |
| Goiás                   | 832.029              | 826.922               | 791.519           | 702.220               | 713.097               | 787.892           | 763.499           | 797.577           | 800.664               | 780.905               | 766.573               | 1.312.281             |
| Distrito Federal        | 0                    | 0                     | 391.791           | 404.149               | 410.518               | 474.543           | 426.437           | 429.348           | 440.844               | 435.871               | 396.785               | 567.603               |
| <b>Brasil</b>           | <b>22.725.581</b>    | <b>20.051.175 (i)</b> | <b>13.838.253</b> | <b>21.419.361 (i)</b> | <b>24.032.863 (i)</b> | <b>24.039.128</b> | <b>23.969.026</b> | <b>25.378.246</b> | <b>25.961.784 (i)</b> | <b>26.064.138 (i)</b> | <b>26.085.929 (i)</b> | <b>23.139.951 (i)</b> |
|                         |                      |                       |                   |                       |                       |                   |                   |                   |                       |                       |                       | <b>71.484.024</b>     |

(Conclusão)

**Tabela 27**  
**Arrecadação mensal do ICMS, por Unidades da Federação**  
**Brasil – jan.-dez. 2010/2011**

| Unidade da<br>federação | 2010              |                       |                   |                   |                   |                   |                   |                   |                       |                       |                   |                       | Acumulado<br>jan.-dez. |
|-------------------------|-------------------|-----------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-----------------------|-----------------------|-------------------|-----------------------|------------------------|
|                         | Jan.              | Fev.                  | Mar.              | Abr.              | Mai               | Jun.              | Jul.              | Ago.              | Set.                  | Out.                  | Nov.              | Dez.                  |                        |
| <b>Norte</b>            | <b>1.180.075</b>  | <b>1.082.520</b>      | <b>1.102.593</b>  | <b>1.285.246</b>  | <b>1.283.658</b>  | <b>1.281.087</b>  | <b>1.279.786</b>  | <b>1.294.833</b>  | <b>1.437.986</b>      | <b>1.341.773</b>      | <b>1.389.322</b>  | <b>1.387.813</b>      | <b>15.346.692</b>      |
| Acre                    | 36.394            | 42.921                | 42.921            | 45.819            | 53.017            | 46.078            | 48.019            | 52.286            | 54.086                | 51.017                | 55.706            | 0                     | 528.264                |
| Amazonas                | 397.269           | 398.974               | 368.269           | 494.482           | 488.851           | 467.619           | 477.421           | 495.282           | 505.944               | 500.187               | 483.209           | 475.711               | 5.553.218              |
| Pará                    | 425.393           | 356.789               | 380.768           | 417.557           | 412.044           | 439.580           | 432.552           | 424.383           | 486.892               | 417.146               | 471.212           | 510.946               | 5.175.262              |
| Roraima                 | 180.193           | 141.937               | 135.183           | 165.690           | 173.352           | 194.664           | 190.713           | 184.810           | 201.539               | 200.889               | 204.758           | 228.215               | 2.181.943              |
| Amapá                   | 40.688            | 30.957                | 63.625            | 38.404            | 35.365            | 38.637            | 33.704            | 38.850            | 41.090                | 40.462                | 43.435            | 42.166                | 487.383                |
| Roraima                 | 31.631            | 30.805                | 31.143            | 34.170            | 33.867            | 0                 | 0                 | 0                 | 36.722                | 31.861                | 35.303            | 35.008                | 300.510                |
| Tocantins               | 88.507            | 80.136                | 80.682            | 89.125            | 87.163            | 94.509            | 97.377            | 99.222            | 111.713               | 100.212               | 95.698            | 95.768                | 1.120.112              |
| <b>Nordeste</b>         | <b>3.400.265</b>  | <b>3.037.763 (1)</b>  | <b>2.980.506</b>  | <b>3.339.482</b>  | <b>3.542.266</b>  | <b>3.273.768</b>  | <b>3.248.595</b>  | <b>3.463.662</b>  | <b>3.490.257</b>      | <b>3.509.849</b>      | <b>3.659.807</b>  | <b>3.924.188 (1)</b>  | <b>33.908.457</b>      |
| Maranhão                | 242.934           | 212.775               | 215.953           | 220.641           | 238.449           | 238.653           | 244.576           | 249.945           | 275.723               | 271.524               | 254.640           | 282.313               | 2.948.126              |
| Piauí                   | 161.733           | 154.646               | 139.051           | 141.235           | 147.372           | 152.416           | 154.320           | 164.430           | 165.392               | 165.469               | 174.011           | 199.664               | 1.919.739              |
| Ceará                   | 504.015           | 452.163               | 453.743           | 494.496           | 483.409           | 489.217           | 498.534           | 541.196           | 538.465               | 545.499               | 552.634           | 595.579               | 6.148.950              |
| Rio Grande do Norte     | 246.070           | 212.792               | 206.511           | 237.950           | 225.270           | 231.376           | 235.063           | 238.839           | 235.593               | 248.624               | 234.779           | 289.218               | 2.842.085              |
| Paraíba                 | 213.516           | 194.584               | 189.241           | 205.935           | 196.472           | 210.812           | 214.806           | 207.785           | 214.308               | 216.763               | 232.197           | 229.339               | 2.525.758              |
| Pernambuco              | 691.127           | 614.845               | 606.695           | 639.083           | 653.388           | 681.694           | 664.037           | 715.104           | 708.299               | 727.804               | 798.450           | 860.498               | 8.411.014              |
| Alegoas                 | 170.552           | 163.162               | 163.560           | 157.866           | 159.995           | 153.599           | 149.759           | 243.734           | 160.472               | 163.494               | 181.826           | 212.182 (1)           | 1.868.019              |
| Sergipe                 | 136.250           | 126.437 (1)           | 122.427           | 145.210           | 197.929           | 145.098           | 135.406           | 143.284           | 159.018               | 159.333               | 211.554           | 169.605               | 1.725.114              |
| Bahia                   | 1.034.068         | 906.359               | 883.327           | 1.047.066         | 1.239.982         | 970.914           | 952.094           | 959.345           | 1.032.987             | 1.011.338             | 1.019.717         | 1.085.790             | 12.142.987             |
| <b>Sudeste</b>          | <b>11.338.416</b> | <b>11.263.893</b>     | <b>11.654.101</b> | <b>12.362.699</b> | <b>12.412.863</b> | <b>12.196.964</b> | <b>12.191.642</b> | <b>13.403.739</b> | <b>12.707.781</b>     | <b>12.910.777 (1)</b> | <b>13.083.838</b> | <b>13.944.358</b>     | <b>136.560.294</b>     |
| Minas Gerais            | 2.056.652         | 1.902.185             | 1.957.225         | 2.164.947         | 2.142.508         | 2.177.458         | 2.322.841         | 3.289.699         | 2.294.678             | 2.248.875 (1)         | 2.315.664         | 2.314.779             | 24.938.636             |
| Espírito Santo          | 584.483           | 559.227               | 566.365           | 594.098           | 574.263           | 515.454           | 494.118           | 528.081           | 563.517               | 700.364               | 612.582           | 672.293               | 6.964.845              |
| Rio de Janeiro          | 1.964.384         | 1.707.862             | 1.776.963         | 1.858.658         | 2.332.770         | 1.782.416         | 1.759.628         | 1.831.991         | 1.930.855             | 1.931.070             | 2.026.912         | 2.088.446             | 23.001.955             |
| São Paulo               | 6.732.896         | 7.094.619             | 7.353.547         | 7.744.996         | 7.363.320         | 7.721.636         | 7.615.055         | 7.753.969         | 7.918.731             | 8.030.469             | 8.128.681         | 8.858.840             | 92.316.759             |
| <b>Sul</b>              | <b>3.592.714</b>  | <b>2.931.756</b>      | <b>3.354.418</b>  | <b>3.543.599</b>  | <b>3.362.947</b>  | <b>1.907.010</b>  | <b>1.926.726</b>  | <b>2.071.995</b>  | <b>3.547.561 (1)</b>  | <b>3.614.183</b>      | <b>3.760.874</b>  | <b>3.935.806</b>      | <b>34.002.028</b>      |
| Paraná                  | 1.186.849         | 1.045.314             | 1.161.594         | 1.133.998         | 1.108.489         | 1.080.552         | 1.089.156         | 1.217.292         | 1.099.920             | 1.176.636             | 1.236.611         | 1.312.362             | 13.848.773             |
| Santa Catarina          | 864.836           | 741.594               | 771.223           | 875.353           | 801.492           | 826.459           | 837.570           | 854.702           | 905.133               | 946.050               | 943.884           | 997.976               | 10.366.272             |
| Rio Grande do Sul       | 1.541.029         | 1.144.848             | 1.421.601         | 1.534.248         | 1.452.966         | 0                 | 0                 | 0                 | 1.542.507 (1)         | 1.491.497             | 1.580.380         | 1.625.469             | 11.792.038             |
| <b>Centro-oeste</b>     | <b>1.812.450</b>  | <b>1.676.445</b>      | <b>1.806.041</b>  | <b>1.953.246</b>  | <b>1.920.528</b>  | <b>1.878.443</b>  | <b>1.896.500</b>  | <b>1.955.961</b>  | <b>1.892.598</b>      | <b>1.932.089</b>      | <b>1.994.619</b>  | <b>1.987.883</b>      | <b>22.706.803</b>      |
| Mato Grosso             | 446.445           | 397.395               | 436.812           | 467.285           | 446.034           | 441.129           | 451.389           | 427.865           | 437.548               | 425.470               | 493.661           | 465.834               | 5.336.867              |
| Mato Grosso do Sul      | 323.337           | 356.481               | 367.208           | 404.043           | 367.960           | 389.359           | 388.793           | 399.762           | 406.162               | 408.967               | 413.411           | 415.631               | 4.641.114              |
| Goiás                   | 643.980           | 574.198               | 672.333           | 682.745           | 745.991           | 671.852           | 683.789           | 738.791           | 662.758               | 670.769               | 713.072           | 709.809               | 8.170.087              |
| Distrito Federal        | 398.688           | 348.371               | 329.689           | 399.173           | 360.542           | 376.104           | 372.529           | 389.543           | 386.130               | 426.883               | 374.475           | 386.609               | 4.558.736              |
| <b>Brasil</b>           | <b>21.323.920</b> | <b>19.992.377 (1)</b> | <b>20.897.659</b> | <b>22.484.272</b> | <b>22.522.262</b> | <b>20.537.272</b> | <b>20.543.249</b> | <b>22.190.189</b> | <b>23.076.183 (1)</b> | <b>23.308.671 (1)</b> | <b>23.888.461</b> | <b>25.180.050 (1)</b> | <b>174.387.284</b>     |

Fonte: Confaz/Cotepe/ICMS.

Elaboração: SEI/Corref.

Última Atualização em dezembro.

(...) Dado indisponível.

(1) Dado sujeito a retificação.

## Município

(Continua)

| Receita realizada                               | 2011               |                    |                      | 2010                |                     |                      |
|-------------------------------------------------|--------------------|--------------------|----------------------|---------------------|---------------------|----------------------|
|                                                 | Set.-out.          | Nov.-dez.          | Acumulado jan.-dez.  | Set.-out.           | Nov.-dez.           | Acumulado jan.-dez.  |
| <b>Receitas (exceto intraorçamentárias) (I)</b> | <b>546.381.049</b> | <b>656.248.482</b> | <b>7.063.527.233</b> | <b>469.949.732</b>  | <b>521.458.709</b>  | <b>2.946.977.292</b> |
| <b>Receitas correntes</b>                       | <b>536.614.312</b> | <b>692.917.742</b> | <b>7.047.901.316</b> | <b>478.620.349</b>  | <b>549.731.261</b>  | <b>3.058.053.435</b> |
| <b>Receita tributária</b>                       | <b>189.926.653</b> | <b>246.577.167</b> | <b>2.265.728.821</b> | <b>165.226.851</b>  | <b>193.374.475</b>  | <b>1.063.624.055</b> |
| Impostos                                        | 171.783.927        | 217.064.753        | 3.058.668.629        | 149.455.019         | 174.812.723         | 913.041.129          |
| Taxas                                           | 17.896.853         | 28.253.625         | 204.944.141          | 15.549.227          | 18.311.893          | 149.149.071          |
| Outras receitas tributárias                     | 245.872            | 1.258.789          | 2.116.050            | 222.606             | 249.859             | 1.433.853            |
| <b>Receita de contribuições</b>                 | <b>20.169.451</b>  | <b>28.201.995</b>  | <b>338.223.112</b>   | <b>18.900.444</b>   | <b>22.861.399</b>   | <b>113.167.504</b>   |
| Contribuições sociais                           | 10.178.283         | 10.178.283         | 275.286.200          | 9.936.149           | 12.267.859          | 53.160.707           |
| Contribuições econômicas                        | 9.991.168          | 0                  | 21.973.509           | 8.964.295           | 10.593.540          | 60.006.794           |
| <b>Receita patrimonial</b>                      | <b>10.339.984</b>  | <b>10.234.493</b>  | <b>111.085.246</b>   | <b>6.462.557</b>    | <b>7.259.764</b>    | <b>36.018.316</b>    |
| Receitas imobiliárias                           | 687.469            | 852.244            | 7.072.793            | 842.596             | 245.090             | 2.152.542            |
| Receitas de valores mobiliários                 | 5.673.789          | 5.770.150          | 65.158.609           | 3.697.115           | 3.416.688           | 22.210.243           |
| Receitas de concessões e permissões             | 3.978.726          | 3.612.100          | 17.852.982           | 1.922.846           | 3.597.987           | 11.430.988           |
| Outras receitas patrimoniais                    | 0                  | 0                  | 21.000.861           | 0                   | ...                 | 224.539              |
| <b>Receita industrial</b>                       | <b>134.279</b>     | <b>192.329</b>     | <b>1.003.366</b>     | <b>197.467</b>      | <b>613.832</b>      | <b>1.495.424</b>     |
| Receita da indústria de construção              | 134.279            | 192.329            | 1.000.451            | 197.467             | 613.832             | 1.495.424            |
| <b>Receita de serviços</b>                      | <b>2.510.946</b>   | <b>2.510.946</b>   | <b>20.404.887</b>    | <b>257.691</b>      | <b>599.933</b>      | <b>3.235.058</b>     |
| <b>Transferências correntes</b>                 | <b>294.501.267</b> | <b>354.319.920</b> | <b>3.528.458.795</b> | <b>266.913.176</b>  | <b>307.953.861</b>  | <b>1.735.997.038</b> |
| Transferências intergovernamentais              | 291.504.970        | 348.755.672        | 3.503.646.128        | 263.498.799         | 302.627.652         | 1.707.697.132        |
| Transferências de instituições privadas         | 400                | 1.888.993          | 6.892.413            | 72.400              | 3.432.403           | 12.917.853           |
| Transferências de pessoas                       | 29.193             | -                  | 43.793               | 500                 | 71.093              | 75.733               |
| Transferências de convênios                     | 2.086              | 2.086              | 19.053.607           | 3.341.477           | 1.822.714           | 15.299.269           |
| <b>Outras receitas correntes</b>                | <b>2.964.618</b>   | <b>2.964.618</b>   | <b>237.640.508</b>   | <b>20.662.162</b>   | <b>17.067.994</b>   | <b>104.516.031</b>   |
| Multas e juros de mora                          | 19.031.730         | 45.624.880         | 149.526.413          | 10.307.986          | 8.847.409           | 59.816.253           |
| Indenizações e restituições                     | 10.071.839         | 8.011.298          | 55.573.861           | 3.898.212           | 448.743             | 5.556.494            |
| Receita da dívida ativa                         | 510.960            | 1.631.434          | 46.969.085           | 5.325.186           | 7.101.010           | 31.423.295           |
| <b>Receitas diversas</b>                        | <b>6.852.107</b>   | <b>34.887.934</b>  | <b>106.264.094</b>   | <b>1.130.778</b>    | <b>670.833</b>      | <b>7.719.987</b>     |
| <b>Receitas de capital</b>                      | <b>1.596.823</b>   | <b>1.094.215</b>   | <b>82.567.700</b>    | <b>19.441.723</b>   | <b>4.118.138</b>    | <b>74.829.243</b>    |
| Operações de crédito                            | 42.906.011         | 1.714.722          | 56.355.100           | 0                   | -                   | 0                    |
| Operações de crédito internas                   | 0                  | 0                  | 2.842.705            | 0                   | -                   | 0                    |
| <b>Alienação de bens</b>                        | <b>0</b>           | <b>0</b>           | <b>146.259</b>       | <b>0</b>            | <b>59.801</b>       | <b>366.800</b>       |
| Alienação de bens móveis                        | 0                  | 1.246.350          | 1.246.350            | 0                   | 59.801              | 366.800              |
| <b>Transferências de capital</b>                | <b>0</b>           | <b>1.246.350</b>   | <b>61.157.916</b>    | <b>19.441.723</b>   | <b>4.058.338</b>    | <b>74.462.443</b>    |
| Transferências intergovernamentais              | 42.906.011         | 468.372            | 45.342.243           | 6.500.000           | -                   | 6.500.000            |
| Transferências de convênios                     | 40.000             | 53.333             | 61.738.638           | 12.941.723          | 4.058.338           | 67.962.443           |
| <b>Outras receitas de capital</b>               | <b>42.866.011</b>  | <b>53.333</b>      | <b>42.919.344</b>    | <b>0</b>            | <b>-</b>            | <b>0</b>             |
| Receitas diversas                               | 0                  | 0                  | 0                    | 0                   | -                   | 0                    |
| <b>Dedução da receita corrente</b>              | <b>-</b>           | <b>-</b>           | <b>-117.348.202</b>  | <b>(28.112.340)</b> | <b>(32.390.690)</b> | <b>-185.905.387</b>  |
| <b>Receitas (intraorçamentárias) (II)</b>       | <b>-33.139.275</b> | <b>-38.383.982</b> | <b>219.852.580</b>   | <b>9.086.989</b>    | <b>12.874.913</b>   | <b>59.520.126</b>    |

(Conclusão)

**Tabela 28**  
**Balço Orçamentário – Receita**  
**Orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-dez. 2010/2011**

(R\$ 1,00)

| Receita realizada                    | 2011          |               |                     | 2010        |             |                     |
|--------------------------------------|---------------|---------------|---------------------|-------------|-------------|---------------------|
|                                      | Set.-out.     | Nov.-dez.     | Acumulado jan.-dez. | Set.-out.   | Nov.-dez.   | Acumulado jan.-dez. |
| Subtotal das receitas (III) = (I+II) | 513.241.774   | 617.864.500   | 7.283.379.814       | 479.036.721 | 534.333.622 | 3.006.497.419       |
| Déficit (IV)                         | 566.347.097   | 680.863.022   | 1.247.210.119       | 0           | 0           | 0                   |
| Total (V) = (III + IV)               | 1.079.588.871 | 1.298.727.522 | 8.530.589.933       | 479.036.721 | 534.333.622 | 3.006.497.419       |

| Receita intra orçamentária                   | 2011              |                   |                     | 2010             |                   |                     |
|----------------------------------------------|-------------------|-------------------|---------------------|------------------|-------------------|---------------------|
|                                              | Set.-out.         | Nov.-dez.         | Acumulado jan.-dez. | Set.-out.        | Nov.-dez.         | Acumulado jan.-dez. |
| <b>Receitas correntes</b>                    | <b>19.966.048</b> | <b>24.614.540</b> | <b>335.956.445</b>  | <b>9.086.989</b> | <b>12.874.913</b> | <b>59.520.126</b>   |
| Receita de contribuições                     | 19.004.433        | 23.673.463        | 330.593.260         | 8.711.182        | 11.982.075        | 56.584.490          |
| Receita de serviços                          | 961.615           | 941.077           | 5.363.185           | 372.807          | 892.839           | 2.932.636           |
| <b>Receita de capital</b>                    | <b>0</b>          | <b>0</b>          | <b>0</b>            | <b>0</b>         | <b>0</b>          | <b>0</b>            |
| Outras receitas de capital intraorçamentária | 0                 | 0                 | 0                   | 0                | 0                 | 0                   |
| <b>Total</b>                                 | <b>19.966.048</b> | <b>24.614.540</b> | <b>335.956.445</b>  | <b>9.086.989</b> | <b>12.874.913</b> | <b>59.520.126</b>   |

Fonte: Secretaria da Fazenda do Município de Salvador.  
 Elaboração: SEI/Coref.

**Tabela 29**  
**Balço Orçamentário – Despesa**  
**Orçamentos fiscal e da seguridade social – Salvador – jan.-dez. 2010/2011**

(R\$ 1,00)

| Despesa executada                               | 2011               |                    |                      | 2010               |                    |                      |
|-------------------------------------------------|--------------------|--------------------|----------------------|--------------------|--------------------|----------------------|
|                                                 | Set.-out.          | Nov.-dez.          | Acumulado jan.-dez.  | Set.-out.          | Nov.-dez.          | Acumulado jan.-dez.  |
| <b>Despesas (exceto intraorçamentárias) (I)</b> | <b>565.789.629</b> | <b>729.633.028</b> | <b>5.821.799.595</b> | <b>488.916.208</b> | <b>669.164.804</b> | <b>8.275.303.265</b> |
| <b>Despesas correntes</b>                       | <b>520.590.434</b> | <b>674.326.541</b> | <b>5.387.307.664</b> | <b>443.833.331</b> | <b>624.976.061</b> | <b>7.651.034.030</b> |
| Pessoal e encargos sociais                      | 210.516.008        | 279.805.769        | 2.683.051.319        | 181.751.778        | 249.168.496        | 3.604.293.370        |
| Juros e encargos da dívida                      | 6.703.857          | 16.609.368         | 123.648.901          | 11.730.343         | 11.585.738         | 170.278.207          |
| Outras despesas correntes                       | 303.370.568        | 377.911.405        | 2.752.645.185        | 250.351.209        | 364.221.827        | 4.048.500.194        |
| <b>Despesas de capital</b>                      | <b>45.199.195</b>  | <b>55.306.487</b>  | <b>434.491.831</b>   | <b>45.082.878</b>  | <b>44.188.744</b>  | <b>624.269.135</b>   |
| Investimentos                                   | 26.692.325         | 27.490.594         | 142.654.923          | 26.403.024         | 25.265.278         | 248.506.145          |
| Inversões financeiras                           | 2.093.000          | 1.104.616          | 22.380.538           | 1.725.000          | 2.830.555          | 30.133.709           |
| Amortização da dívida                           | 16.413.869         | 26.711.277         | 269.456.470          | 16.954.853         | 16.092.910         | 345.629.379          |
| <b>Reserva de contingência</b>                  | <b>0</b>           | <b>0</b>           | <b>0</b>             | <b>-</b>           | <b>-</b>           | <b>-</b>             |
| <b>Despesas (intraorçamentárias) (II)</b>       | <b>21.499.847</b>  | <b>48.474.819</b>  | <b>341.873.157</b>   | <b>11.410.225</b>  | <b>14.265.823</b>  | <b>437.523.870</b>   |
| <b>Subtotal das despesas (III)=(I+II)</b>       | <b>587.589.476</b> | <b>778.107.847</b> | <b>6.163.972.252</b> | <b>500.326.433</b> | <b>683.430.627</b> | <b>8.713.426.635</b> |
| <b>Superávit(IV)</b>                            | <b>0</b>           | <b>0</b>           | <b>0</b>             | <b>0</b>           | <b>0</b>           | <b>0</b>             |
| <b>Total (V) = (III + IV)</b>                   | <b>587.589.476</b> | <b>778.107.847</b> | <b>6.163.972.252</b> | <b>500.326.433</b> | <b>683.430.627</b> | <b>8.713.426.635</b> |

| Despesa intraorçamentária  | 2011              |                   |                     | 2010              |                   |                     |
|----------------------------|-------------------|-------------------|---------------------|-------------------|-------------------|---------------------|
|                            | Set.-out.         | Nov.-dez.         | Acumulado jan.-dez. | Set.-out.         | Nov.-dez.         | Acumulado jan.-dez. |
| <b>Despesas correntes</b>  | <b>21.499.847</b> | <b>48.474.819</b> | <b>341.872.657</b>  | <b>11.410.225</b> | <b>14.265.823</b> | <b>64.502.952</b>   |
| Pessoal e encargos sociais | 20.534.811        | 43.821.832        | 300.807.167         | 9.825.033         | 1.399.985         | 45.281.599          |
| Outras despesas correntes  | 965.035           | 4.652.987         | 41.065.489          | 1.585.192         | 265.839           | 6.621.353           |
| <b>Despesas de capital</b> | <b>0</b>          | <b>0</b>          | <b>0</b>            | <b>0</b>          | <b>0</b>          | <b>0</b>            |
| Investimentos              | 0                 | 0                 | 0                   | 0                 | 0                 | 0                   |
| <b>Total</b>               | <b>21.499.847</b> | <b>48.474.819</b> | <b>341.873.157</b>  | <b>11.410.225</b> | <b>14.265.823</b> | <b>64.502.952</b>   |

Fonte: Secretaria da Fazenda do Município de Salvador.

Elaboração: SEI/Coref.

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As Despesas liquidadas são consideradas.

Publique  
seu artigo



C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

ENDEREÇO ELETRÔNICO  
PARA ENVIO DOS ARTIGOS

**c&p@sei.ba.gov.br**

COORDENAÇÃO EDITORIAL

**Rosângela Conceição**

**Elissandra Britto**

INFORMAÇÕES

**55 71 3115-4771**

**e 3115-4711**

[www.sei.ba.gov.br](http://www.sei.ba.gov.br)



@eu\_sei



imprensa.sei



SECRETARIA DO  
PLANEJAMENTO



# NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS

A revista **Conjuntura & Planejamento**, editada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), órgão vinculado à Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (Seplan), aceita colaborações originais, em português, de artigos sobre conjuntura e planejamento da economia, bem como resenhas de livros inéditos que se enquadrem nestes mesmos parâmetros.

Os artigos e resenhas são submetidos à apreciação do Conselho Editorial, instância que os aprova para publicação.

A Coordenação Editorial reserva-se o direito de sugerir ou modificar títulos, formatar tabelas e ilustrações, dentre outras intervenções, a fim de atender ao padrão editorial e ortográfico adotado pela Instituição, constante no *Manual de Redação e Estilo* da SEI, disponível no site [www.sei.ba.gov.br](http://www.sei.ba.gov.br), menu "Publicações".

Os artigos ou resenhas que não estiverem de acordo com as normas não serão apreciados.

O autor terá direito a dois exemplares do periódico em que seu artigo for publicado.

## Padrão para envio de artigos ou resenhas:

- Apresentação em editor de texto de maior difusão (Word), formatado com entrelinhas de 1,5, margem esquerda de 3 cm, direita e inferior de 2 cm, superior de 3 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12;
- Os artigos devem conter, no mínimo, dez páginas e, no máximo, 15 e as resenhas, no máximo, três páginas;
- É permitido apenas um artigo por autor, exceto no caso de participação como coautor;
- Inclusão, em nota de rodapé, da identificação do autor, com nome completo, titulação acadêmica, nome da(s) instituição(ões) a que está vinculado, e-mail, telefone e endereço para correspondência;
- Arquivos magnéticos devem ser enviados à Coordenação de Análise Conjuntural (CAC), para o e-mail [c&p@sei.ba.gov.br](mailto:c&p@sei.ba.gov.br);
- As tabelas e demais tipos de ilustrações (desenhos, esquemas, figuras, fluxogramas, fotos, gráficos, mapas etc.) devem estar numerados consecutivamente, com algarismos arábicos, na ordem em que forem citados no texto, com os títulos, legendas e fontes completas, e localizados o mais próximo possível do trecho a que se referem;
- As ilustrações de qualquer tipo devem estar acompanhadas dos originais. As fotografias devem apresentar resolução de 300 dpi (CMYK), com cor real e salvas na extensão TIFF;
- As notas de rodapé devem ser explicativas ou complementares, curtas, numeradas em ordem sequencial, no corpo do texto e na mesma página em que forem citadas;
- As citações de até três linhas devem estar entre aspas, na sequência do texto. As citações com mais de três linhas devem constar em parágrafo próprio, com recuo da margem de 4 cm, fonte 10, espaço simples, sem aspas e identificadas pelo sistema autor-data (NBR 10520 da ABNT);
- As referências devem ser completas e precisas, segundo as Normas Brasileiras para Referências Bibliográficas – NBR 6023 da ABNT.

Todos os números da Conjuntura & Planejamento podem ser visualizados no site da SEI ([www.sei.ba.gov.br](http://www.sei.ba.gov.br)) no menu "Publicações".



SECRETARIA DO  
PLANEJAMENTO

